

A Junta Nacional das Frutas: corporativismo, desenvolvimento industrial e modernização agrícola no Estado Novo (1936-1974)

Leonardo Alexandre Aboim Pires

**Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos
necessários à obtenção do grau de Mestre em História
Contemporânea**

Maio de 2018

Dissertação de mestrado apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História Contemporânea, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Maria Fernanda Fernandes Garcia Rollo e da Professora Doutora Dulce Maria Alves Freire.

[DECLARAÇÕES]

Declaro que esta Dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Liamonir Am. Pires

Lisboa, 14 de Maio de 2018...

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

A orientadora,

Sara Fátima de Alho

A coorientadora,

DuFreira

Lisboa, 14 de Maio de 2018...

A incorporação do passado no presente é uma acção subversiva, porque um dos efeitos mais surpreendentes da acção do tempo é transformar o usual em estranho, o conhecido em desconhecido, o ordinário em exótico. A incorporação de elementos antigos num contexto moderno rompe a continuidade, dispersa a continuidade nociva que conduz ao hábito, criando um conflito, um contraste, que não pode senão despertar o nosso consciente.

[Ana Hatherly, 1995¹]

Por cada grão de terra encaroçado pela chuva se dizia: a terra é uma criança inocente desprotegida, temos de pegar-lhe ao colo e amá-la como às nossas mãos.

[João de Melo, 1987²]

¹ HATHERLY, Ana, *A casa das musas*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995, p. 179.

² MELO, João de, *O meu reino não é deste mundo*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1987, p. 34.

AGRADECIMENTOS

Já nos dizia Manuel da Fonseca que “um homem só não vale nada” e se há ocasião em que tais palavras nos parecem tão acertadas será, certamente, no término de uma etapa académica como é o mestrado. Assim, aproveito, neste pequeno e comedido pedaço de texto, para agradecer a todos que deram a sua contribuição, pequena ou grande, direta ou indireta para que este trabalho fosse possível. A todos eles a minha mais sincera e profunda gratidão.

Antes de mais, às minhas orientadoras. À Professora Doutora Maria Fernanda Rollo que, não obstante o exercício de funções governativas, sempre acompanhou de forma atenta esta investigação, além de que sempre demonstrou apreço e espírito de partilha, de que já dera sólidas provas ao longo da minha licenciatura. O meu agradecimento também à Professora Doutora Dulce Freire que prontamente aceitou a coorientação da tese que aqui é apresentada e que sem o seu profundo conhecimento sobre as múltiplas faces do mundo rural português esta tese seria certamente outra e menos rica. Os conselhos, os reparos, as críticas (contudentes) e a amizade de ambas muito enriqueceram os meus périplos pelos domínios da história do Estado Novo.

Agradecimento extensível ao Professor Doutor Álvaro Ferreira da Silva e ao Professor Doutor Álvaro Garrido que com a sua disponibilidade e pertinentes ajudas e observações puderam valorizar este trabalho. Um agradecimento especial é feito à Professora Doutora Paula Borges Santos, pela confiança depositada no meu trabalho e pelo impulso académico dado para o estudo das dinâmicas corporativas em Portugal.

De igual modo, as páginas que se seguem são devedoras da colaboração de vários colegas investigadores do Instituto de História Contemporânea que através de pistas, sugestões e, claro está, puderem enriquecer este trabalho: Ana Paula Pires, Ana Isabel Queiroz, Maria Inês Queiroz, Susana Domingues, Mariana Castro, Diogo Ferreira, Soraia Simões e Inês José. Igualmente ao Francisco Bruno Henriques e ao Paulo Silveira e Sousa pelo interesse manifestado por esta investigação.

À Professora Doutora Alexandra Pelúcia, ao Professor Doutor António Camões Gouveia, ao Professor Doutor Daniel Alves e ao Professor Doutor Pedro Aires Oliveira

que pelas suas provas de estima e amizade ajudaram a construir o meu percurso académico durante a licenciatura em História.

Os resultados apresentados são também produto da colaboração e voluntarismo de vários funcionários dos arquivos e bibliotecas consultados ao longo da nossa investigação. Assim, agradeço, em especial, ao Sr. Leonel Viegas, da Biblioteca Nacional de Portugal; à Dr.^a Paula Cristina Ucha e restantes arquivistas do Núcleo de Documentação e Arquivo da Secretaria Geral do Ministério da Economia; à Dr.^a Maria João Monteiro do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e à Sra. Isabel Polleri, da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças. Igualmente agradeço à Sra. Célia Moleiro e à Sra. Mafalda Jardim pela atenção e profissionalismo no agendar das várias reuniões no Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Um merecido e incontornável agradecimento à minha família que sempre se mostrou atenta e interessada nos caminhos percorrido em torno deste objeto de estudo, aparentemente inusitado, e em particular à minha mãe que sempre me incutiu o gosto pela leitura e pela investigação dessa imensidão temporal que nos antecede a que damos o nome de passado. As raízes familiares entrecruzam-se, para lá do interesse científico, na escolha deste tema, fazendo parte da minha memória um monolítico e devoluto edifício, em Vinhais, apelidado pelos habitantes como *a casa das frutas* que nada mais era do que um dos armazéns da Junta Nacional das Frutas.

Last but not the least, agradeço ainda aos amigos e colegas que me acompanharam durante este trabalho, cujo espírito de entreatajuda e partilha, a inestimável amizade, camaradagem e apoio me permitiram *levar a carta a Garcia*. Assim, uma palavra de agradecimento à Joana Rocha, André Pita, Catarina Monteiro, Henrique Pereira, Gil Gonçalves, Raquel Lourenço, Joana Santos, Rita Lucas, Sara Cerdeiral, António Santos Teixeira, Rodrigo Martins, Camila Campino, Artur Gonçalves, Mariana Pereira, Joana Beato Ribeiro e Beatriz Ferreira. A todos, obrigado por tornarem um horizonte, tantas vezes ilusoriamente distante, um pouco mais próximo e tangível.

**A JUNTA NACIONAL DAS FRUTAS: CORPORATIVISMO,
DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO
ESTADO NOVO (1936-1974)**

RESUMO

O objetivo desta investigação é a análise da relação entre o enquadramento institucional e desenvolvimento económico, procurando a significância histórica deste postulado, através da compreensão de alguns preceitos como o modelo de intervenção estatal e a rede de organismos e instituições criadas para o cumprimento deste objetivo assim como a regulação do mercado e o comportamento dos agentes económicos e da iniciativa privada.

Este tema é analisado no contexto português, a partir da perspetiva do sector agrícola, através do estudo da ação de um organismo corporativo de coordenação económica, a Junta Nacional das Frutas (JNF), responsável pela regulação do sector frutohortícola. É nossa intenção refletir sobre inserção desta instituição na economia portuguesa entre as décadas de 1930 e 1970. Além disso, o que se pretende é também a análise do investimento que a JNF fez em ciência, inovação e *know-how* de modo a enfatizar as suas consequências no processo de industrialização e da modernização agrícola em Portugal.

Em suma, a nossa pesquisa baseia-se na apresentação das linhas-chave da atuação da JNF, a sua inserção no contexto do Estado Novo e quais as suas consequências, interpretando o caminho dos objetivos económicos que permite conhecer, não apenas os desenvolvimentos e os sucessos, mas também, as limitações e os fracassos do regime.

Palavras-chave: Estado Novo; Instituições; Agricultura; Indústria; Corporativismo.

**THE NACIONAL BOARD OF FRUITS: CORPORATISM, INDUSTRIAL
DEVELOPMENT AND AGRICULTURAL MODERNIZATION IN THE
ESTADO NOVO (1936-1974)**

ABSTRACT

The purpose of this research is to analyse the relation between institutional framework and economic development, searching the historical meaning of this postulate, by understating the some ideas such as the model of State intervention and the network of organisms and institutions created to accomplish that purpose as well the market regulation and the economic agents and private initiative behaviour.

This subject is studied in the Portuguese context, from the perspective of the agricultural sector, by revising the role of an corporative organization of economic coordination, the Junta Nacional das Frutas (JNF), responsible by the regulation of hortifruticulture sector. Is our intention to reflect on the process of transformation suffered on this sector by understanding the insertion of this institution in the Portuguese economy between the 1930's and 1970's. Furthermore, is also the analysis of the important investment that the JNF made in science, innovation and know-how in order to emphasize the consequences in the industrialization process and in the modernization of Portuguese agriculture.

In sum, our research is based on the JNF, by presenting the guidelines of his performance, his insertion in the Estado Novo' context and its consequences, interpreting the path of the key economic goals that allows understanding not only the developments and the achievements but, also, the limitations and the failures of the regime.

Keywords: Estado Novo; Institutions; Agriculture; Industry; Corporatism.

Índice

Introdução	1
Definição, problematização e objeto de estudo	2
Estado da arte	5
<i>Corpus</i> documental e a construção das fontes.....	9
Descrição das linhas de análise teórico-metodológica	10
1. O sector fruto-hortícola no contexto da economia portuguesa da crise do liberalismo (c. 1870-1926)	13
1.1. Sob o signo da mundialização económica: a produção e o comércio das frutas e dos legumes no século XIX	13
1.2. O sector hortofrutícola na I República: a questão da modernização, os efeitos da I Guerra Mundial e os impasses da recomposição do pós-guerra	17
2. Comportamentos económicos nos alvares da autarcia e na génese do Estado Novo: os impactos na agricultura (1926-1936)	26
2.1. Os anos da Ditadura Militar, os ecos da Grande Depressão e o intervencionismo do Estado	26
2.2. A criação e atuação da Junta Nacional da Exportação das Frutas e seus grémios	31
3. A criação e os primeiros anos de atuação da Junta Nacional das Frutas (1936-1939).	42
3.1. O enquadramento institucional da Junta Nacional das Frutas no corporativismo	42
3.2. A atividade inicial da Junta Nacional das Frutas: entre o fomento da exportação e a investigação científica	47
4. Produzir, abastecer e alimentar: a Junta Nacional das Frutas em tempos de guerra (1939-1945)	54

4.1. Alteração de itinerários: os constrangimentos da economia de guerra e o controlo do mercado interno	54
4.1.1. Os impactos da paralisação dos mercados internacionais	55
4.1.2. "Produzir e Poupar": a regulação do comércio e produção fruto-hortícola ..	59
4.1.3. A JNF e a sua organização gremial face à economia de guerra.....	67
5. Novas linhas de rumo e os impasses da realidade: a Junta Nacional das Frutas e as dinâmicas económicas do pós-guerra (1945-1974)	73
5.1. O fim da guerra e o combate à crise de subsistências	73
5.2. A transição da economia de guerra para a economia da paz: hesitações internas e a abertura económica ao exterior	78
5.2.1. "Culpa do homem? Culpa da ladeira? Culpa do calhau?": diagnósticos do atraso e anseios de inovação no debate em torno da modernização agrícola	81
5.2.2. O intervencionismo estatal no desenvolvimento fruto-hortícola	90
5.3. Os itinerários do aproveitamento industrial das frutas e dos legumes	97
5.3.1. A indústria do concentrado de tomate	97
5.3.2. A indústria de conservas alimentares, sumos de fruta e outros produtos de origem fruto-hortícola	105
5.3.3. A utilização do frio industrial	112
5.3.4. O regime do condicionamento industrial e as novas unidades fabris	117
5.4. O potencial de inovação agrícola e o investimento científico	121
5.5. A insustentável leveza do mercado: a regulação da produção e comércio de batata e de frutas	130
5.6. A promoção do cooperativismo agrícola	143
Conclusões.....	150
Fontes e bibliografia.....	153
Anexos	179
Anexo iconográfico	277

Índice de tabelas, gráficos e diagramas

Tabela 1 – Aumento do custo de vida em Lisboa	22
Tabela 2 – A exportação das frutas portuguesas (1919-1933)	24
Gráfico 1 - Número e distribuição de pomares industriais em 1938	38
Gráfico 2 – Exportação dos principais produtos agrícolas (em milhares de contos)	53
Tabela 3 – Exportação de ananases (1940-1946)	57
Gráfico 3 – Exportação de frutas (1938-1949)	58
Gráfico 4 - Produção de batata (1927-1939)	61
Tabela 4 – Armazenamento de batata nos armazéns da CRCB	63
Tabela 5 - Armazenamento de batata nos frigoríficos de Massarelos	63
Tabela 6 - Armazenamento de batata nos frigoríficos do Matadouro	63
Tabela 7 – Preços de venda no Mercado Abastecedor de Lisboa	66
Tabela 8 - Frutas vendidas pelo GPFRVFX no mercado interno	70
Tabela 9 - Taxas de crescimento do VAB por subsectores e ramos de produção	94
Tabela 10 - Consumo de cereais e leguminosas em Portugal	134
Tabela 11 - Evolução das despesas da JNF com o fundo para a regularização de preços de batata estrangeira	135
Tabela 12 - Importação de batata de semente	148
Tabela 13 – Estabelecimentos industriais ligados ao sector fruto-hortícola (1917)	180
Tabela 14 – Presidentes da JNEF/JNF (1931-1974)	181
Tabela 15 - Ensaios académicos produzidos com financiamento da JNF	182
Tabela 16 - Exportação de grainha de alfarroba por destino (1942-1948)	183
Diagrama 1 – Funcionamento de uma cooperativa agrícola	184

Tabela 17 - Estimativa da capacidade frigorífica de armazenagem para a produção de maçã e pera para 1973 e 1980	185
Tabela 18 - Relação entre produção e capacidade frigorífica de armazenagem de maçã e pera	186
Tabela 19 - Carência de capacidade frigorífica para a produção de pera e maçã, a nível distrital	187
Tabela 20 – O condicionamento industrial e o sector fruto-hortícola	188
Tabela 21 - Consumo vitamínicos médios por pessoa e por dia (1937-1970)	263
Tabela 22 - Missões de estudo e visitas ao estrangeiro de funcionários da JNF	264
Tabela 23 - Estágios e bolsas de estudo atribuídas a funcionários da JNF	266
Tabela 24 - Importação e exportação de frutas em Portugal Continental e Ilhas (Madeira e Açores) (1950-1974)	270
Tabela 25 - Importação e exportação de produtos hortícolas em Portugal Continental e Ilhas (Madeira e Açores) (1950-1974)	271
Diagrama 2 – Funcionamento de uma estação fruteira	272
Tabela 26 – Cooperativas frutohortícolas	273
Tabela 27 – Cooperativas de produtores de batata-semente	276

Lista de siglas e abreviaturas

ACAP	Associação Central de Agricultura Portuguesa
ACL	Associação Comercial de Lisboa
ACMF	Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças
AEP	Agência Europeia de Produtividade
AHME	Arquivo Histórico do Ministério da Economia
AHP	Arquivo Histórico-Parlamentar
AHS-ICS/UL	Arquivo Histórico-Social do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
CEE	Comunidade Económica Europeia
CP	Companhia dos Caminhos-de-Ferro Portugueses
CRCM	Comissão Reguladora do Comércio de Bacalhau
EFTA	European Free Trade Association
EAN	Estação Agronómica Nacional
GCEF	Grémio do Comércio de Exportação de Frutas
GEFPHM	Grémio dos Exportadores de Frutas e Produtos Hortícolas da Ilha da Madeira
GEFPHSM	Grémio dos Exportadores de Frutas e Produtos Hortícolas de São Miguel
GPFRVFX	Grémio de Produtores de Fruta da Região de Vila Franca de Xira
ISA	Instituto Superior de Agronomia
JNEF	Junta Nacional de Exportação de Frutas
JNF	Junta Nacional das Frutas
JNPP	Junta Nacional dos Produtos Pecuários
JNV	Junta Nacional do Vinho
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
PIB	Produto Interno Bruto
VAB	Valor Acrescentado Bruto

Introdução

A investigação historiográfica sempre parte do interesse da exploração de vivências e dinâmicas passadas. Diz-nos Eric J. Hobsbawm, que “aos historiadores põe-se o problema de como analisar a natureza deste «sentido do passado» na sociedade e de como descrever as suas mudanças e transformações”³. A análise científica e posterior narrativa explicativa deverão encontrar, numa das ramificações disciplinares, as condições para a operacionalização desse propósito. Assim, a escolha da História Económica parte da nossa perceção segundo a qual este é o campo disciplinar onde se cruzam múltiplas valências, através das quais se torna possível perspetivar, de forma assertiva e assente numa forte base empírica, a construção das “mudanças” e “transformações”. Não partilhando o relativismo pós-modernista que, por vezes resvala em discursos entrópicos e fluídos, contrariando a noção de que “a História destina-se justamente a tentar demonstrar que existe uma ordem no mundo, e que uma das mais importantes chaves da sua descoberta é a repartição da existência em passado e presente”⁴, entendemos que a compreensão globalizante das dinâmicas históricas se torna inteligível através da análise do comportamento económico e os seus efeitos na estrutura social, sem encarrear por trilhos reducionistas ou excessivamente genéricos.

É neste sentido que entendemos que a premissa metodológica defendida por Francesco Boldizonni – “Economic historians should have a thorough background in the fields of social, cultural, political, and institutional history [...] the *histoire totale* advocated by Braudel is not a choice but a cognitive requirement”⁵ – se encaixa com os objetivos sobre os quais se estrutura a nossa investigação, de modo a tornar compreensível as mudanças no campo económico, através de uma perspetiva fundamentada nas outras facetas que compõem o tecido social, na busca do sentido do passado.

De modo a conferir textura analítica a esta questão, foi necessário “reconstruir por um lado, a génese das disposições económicas do agente económico, e muito especialmente dos seus gostos, das suas necessidades das suas propensões ou das suas capacidades [...]; por outro lado, [...] fazer a história do processo de diferenciação e

³ HOBBSAWM, Eric, *Escritos sobre a História*, Lisboa, Relógio D'Água, 2010, p. 9.

⁴ MATTOSO, José, *A escrita da História: teoria e métodos*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, p. 23.

⁵ BOLDIZONNI, Francesco, *The poverty of Clío: resurrecting Economic History*, Londres, Routledge, 2011, p. 150.

autonomização”⁶ do processo económico, no qual a intervenção, relação ou oposição entre os agentes e as instituições são incontornáveis. Através desta opção temática, a maturação historiográfica a que se assistiu, através da passagem de estudos de enquadramento para *case studies*, e que veremos mais detalhadamente, levou-nos a optar, precisamente, pelo estudo de uma temática circunscrita, de modo a que, através de uma escala *micro*, as perceções da mudança fundamentadas na escala *macro* pudessem ser perceptíveis de forma mais tangível. Como liminarmente definiu António Reis, “o historiador concentrará os seus esforços na definição do conjunto, na reconstrução da estrutura, na contemplação do universal”⁷, sendo o universal possível de ser obtido através de uma observação analítica mais restrita. Dito de outra forma, e partindo da proposta de Pierre Vilar, a nossa observação e análise historiográfica económica foi construída a partir de três tópicos: um *espaço*, um *tempo* e um *quadro institucional*⁸.

A escolha da Junta Nacional das Frutas foi feita considerando o quadro teórico-metodológico exposto, limitando o nosso estudo a um sector económico específico - a agricultura -, tendo como espaço, tempo e quadro institucional de análise, Portugal, o Estado Novo e o regime corporativo, respetivamente. Através deste pressuposto foi pretendemos concitar diversos elementos e fatores explicativos dos mecanismos de transformação durante este período, construindo uma visão holística e inteligível das realidades institucionais corporativas e quais as suas implicações nas relações presentes no processo de mutação dos ciclos económicos do Estado Novo. Numa palavra: este é um estudo que parte do entrosamento de um sector e do seu enquadramento institucional, de modo a perceber o funcionamento, regulação e controlo da economia em contexto autoritário e corporativo. Vejamos em detalhe algumas das questões em análise para este estudo.

1. Definição, problematização e objeto de estudo

A natureza intervencionista do Estado Novo no campo económico revestiu-se de diversas maneiras, criando mecanismos para o controlo do processo produtivo e das disposições e capacidades inerentes a este mesmo processo, suscitando a criação de

⁶ BOURDIEU, Pierre, *As estruturas sociais da economia*, Porto, Campo das Letras, 2001, p. 19.

⁷ REIS, António, “O jornalista e o historiador: aproximações e diferenças” in *Penélope: fazer e desfazer a História*, nº 12, 1993, p. 138.

⁸ VILAR, Pierre, *Desenvolvimento económico e análise histórica*, Lisboa, Editorial Presença, 1982, p. 27.

organismos e instituições, aliás, frisada por diversos contributos historiográficos que veremos em seguida. A complexa máquina criada para a correspondência desse desiderato intervencionista revela-se como uma possibilidade de trabalho que, em nosso entender, responde a um conjunto de determinadas questões sobre, por um lado, a natureza ideológica do regime, e por outro como esta foi vertida em moldes institucionais e como lidou com as opções, tensões, soluções e impasses que, num regime de tão longa duração, surgiram.

Desde logo, o principal objetivo a que se reporta esta dissertação é compreender de que modo os comportamentos económicos foram influenciados, geridos ou coartados pela sua dimensão institucional e de como esta era capaz de responder e corresponder, a um nível mais lato, aos ditames impostos pela política governativa.

Naturalmente que esta questão é passível de análise para outros recortes cronológicos da nossa contemporaneidade. Mas o que torna particularmente pertinente no caso do Estado Novo é o facto de que se trata de um regime autoritário no qual a vontade da Nação se mescla ou forçosamente se entrecruza com os imperativos do aparelho governativo, criando “um «fascismo à portuguesa», no sentido em que se organiza segundo as nossas próprias características e os nosso condicionalismos”⁹. Essa singularidade traduziu-se em reconfigurações que, em última instância, permitiu a durabilidade do regime face a contextos exogéneos que, numa primeira fase, lhe eram favoráveis e que, numa segunda fase, aparentavam ser lhe hostis. Esta problemática reproduziu-se na questão económica na qual o processo de construção do Estado autoritário se baseou numa tipologia própria no que toca à interdependências sociais, à divisão social do trabalho e à criação de recursos organizacionais e burocráticos. Assim, “The state progressively inscribes itself in a space that is not yet the national space it will later become but that already presents itself as a fount of sovereignty”¹⁰, isto é, a produção do capital económico do Estado Novo foi manufacturado através do recurso ao ideário corporativo, além de outras formas de regulação, como o condicionamento industrial.

A natureza corporativa do regime é uma questão suscetível de operacionalização historiográfica. A plêiade de organismos reguladores criados no âmbito da economia

⁹ TORGAL, Luís Reis, *Estados Novos, Estado Novo*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2009, vol. 1, p. 364.

¹⁰ BOURDIEU, Pierre, “Rethinking the State: Genesis and Structure of the Bureaucratic Field” in *Sociological Theory*, vol. 12, nº 1, 1994, p.7.

corporativa, com especial incidência no sector agrícola, impõe restrições na escolha temática. Dito de outra forma, o nosso objetivo parte da resposta às seguintes questões: como se relacionou o quadro institucional, a moldura organizacional e o desempenho económico e quais as adaptações e condicionantes surgidas ao longo do seu percurso no regime estado-novista? Como é que uma instituição determina não só a ação dos agentes envolvidos no processo produtivo, mas também o próprio desempenho do sector que coordena?

Como questiona Douglass C. North, “Institutions include any form of constraint that human beings devise to shape human interaction.”¹¹. No caso que analisamos, a JNF, a opção recaiu, evidentemente, na perceção de uma instituição formal face às transformações e adaptações oriundas da regulação e funcionamento do mercado que, no caso do Estado Novo, este se encontrava eivado de condicionalismos jurídico-legislativos. Seguindo novamente North, este declara ainda que “Institutions affect the performance of the economy by their effect on the costs of exchange and production”¹². Estes foram dois pontos de vista que permitiram um melhor enquadramento face ao problema colocado para esta investigação. Perante este quadro problematizante, entendemos que a sua resposta encontraria uma concretização através do estudo da Junta Nacional das Frutas. Quais os motivos para esta escolha e não a opção por outro organismo, como a Junta Nacional do Vinho ou a Federação Nacional dos Produtores de Trigo?

O sector fruto-hortícola e o seu enquadramento institucional apresentam determinadas características que criam as condições conducentes para a resposta à pergunta formulada. Em primeiro lugar, é um sector raras vezes mencionado em estudos e obras sobre o Estado Novo, o que demonstra a necessidade de um aprofundamento historiográfico. Em segundo lugar, este foi dos subsectores agrícolas que mais dependentes esteve dos mercados externos o que, forçosamente, permitia a leitura das lógicas económicas a um nível mais amplo, sendo esquecer os inevitáveis impactos regionais e locais. Em terceiro lugar, visto ser um sector que, paulatinamente, foi sendo encarado como fundamental na área da nutrição e consumo, o investimento científico-

¹¹ NORTH, Douglass C., *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*, Cambridge, Cambridge University Press, 1990, p. 4.

¹² NORTH, *Institutions...*, p. 5.

tecnológico empreendido pelo governo e, por extensão, pela JNF foi outras das razões pelas quais recaiu a nossa escolha neste organismo.

2. Estado da arte

O Estado Novo constitui um dos temas a que a historiografia, nos últimos anos, tem aludido e analisado com substancial frequência e densidade¹³. Desde as suas diversas dimensões politico-doutrinárias até às perspectivas institucionais e jurídicas, passando pelas transformações económicas e sociais, a sua vertente colonial, os usos da violência e repressão ou a política religiosa todos estes temas foram já foco da produção científica nacional e internacional, embora, naturalmente, existiam ainda temáticas por desbravar.

Partindo do breve apontamento que foi exposto, é notório que inscrever o tema desta dissertação na escrita da história é uma tarefa devedora de uma maturidade que o conhecimento historiográfico atingiu nos últimos anos, abandonando-se, por um lado, os intuítos laudatórios e mitificadores da experiência governativa do Estado Novo, e por outro, a tentativa de crítica aberta dos consulados salazarista e marcelista, com roupagem científica. Essa maturidade foi conseguida, a partir da década de 1980, devedora do fim do regime, em 25 de Abril de 1974 e a abertura académica que a democracia pode trazer às universidades.

No que concerne aos temas de base sobre os quais esta dissertação versa, podem ser identificadas três questões essenciais: i) a estrutura da economia em Portugal e as transformações sofridas nos diversos sectores da atividade produtiva; ii) as mutações da agricultura e iii) a corporativização do sistema socioeconómico português.

Dentro do estudo dos percursos da economia de Portugal do século XX a bibliografia é abundante. Em primeiro lugar, o estudo sobre as dinâmicas económicas no período do Estado Novo encontra-se num assinalável estado de maturação. Pedro Lains salienta que, a um nível geral, a via privilegiada no estudo da história económica nacional foi, até meados dos anos 80, a análise do atraso estrutural e da dependência económica,

¹³ Para uma síntese sobre os trabalhos e linhas de estudos sobre o Estado Novo veja-se TORGAL, Luís Reis, “Historiografia do Estado Novo” in ROSAS, Fernando e BRITO, J.M. Brandão de (coord.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Bertrand Editora, 1996, vol. I, pp. 425-431 e BONIFÁCIO, Maria de Fátima, “Historiografia do Estado Novo” in BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal (1926-1974)*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, vol. 8, pp. 187-198.

sendo variados os estudos que se debruçam sobre essa temática, destacando-se os trabalhos de Miriam Halpern Pereira¹⁴ e Jaime Reis¹⁵. Contudo, a produção académica dos últimos anos tem revelado uma inversão nessas opções programáticas¹⁶. Nesta última vertente disciplinar é de destacar os trabalhos que se esforçaram num esforço de interpretação mais vasto, como os de Fernando Rosas¹⁷, José Maria Brandão de Brito¹⁸, Maria Fernanda Rollo¹⁹ e José da Silva Lopes²⁰. Para o que se refere à nossa investigação, os estudos mencionados serviram de enquadramento, de modo a estabelecer as linhas orientadoras da política económica entre 1926 e 1974 e qual a sua relação com o próprio regime. Assim, se os trabalhos de Fernando Rosas e José Maria Brandão de Brito constituíram incontornáveis referências para as décadas de 1930 e 1940, o mesmo juízo é aplicável aos estudos de Maria Fernanda Rollo e José Silva Lopes, embora para o período do segundo pós-guerra, tendo a primeira autora alguns trabalhos para outros períodos igualmente pertinentes para a nossa investigação.

Feito o enquadramento, será necessário ver quais os estudos de âmbito mais restrito e específico. Dadas as dimensões de análise presentes no nosso trabalho e a sua especificidade temática da nossa investigação, a importância económica, mas também ideológica, que a agricultura teve no Estado Novo, foi também alvo da atenção historiográfica, existindo importantes estudos sobre a política agrária do salazarismo,

¹⁴ PEREIRA, Miriam Halpern, “Decadência ou subdesenvolvimento, uma reinterpretação das suas origens no caso português” in *Análise Social*, vol. XIV, nº 53, 1978, pp. 7-20.

¹⁵ REIS, Jaime, “A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913” in *Análise Social*, vol. XXIII, nº 96, 1987, pp. 207-227; REIS, Jaime, *O atraso económico português em perspectiva histórica, 1850-1930*, Lisboa, Imprensa-Nacional/Casa da Moeda, 1993.

¹⁶ LAINS, Pedro, “O Futuro da História Económica de Portugal” in VILLAVERDE, Manuel, WALL, Karin, ABOIM, Sofia e SILVA, Filipe Carreira da (ed.), *Itinerários: a investigação nos 25 anos do ICS*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2008, pp. 155-169.

¹⁷ ROSAS, Fernando, *O Estado Novo nos anos trinta: elementos para o estudo da natureza económica e social do salazarismo (1928-1938)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1986; ROSAS, Fernando, *Portugal entre a Paz e a Guerra (1939-1945)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1990; ROSAS, Fernando (coord.), *O Estado Novo (1926-1974)* in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, vol. 7; ROSAS, Fernando, *Salazarismo e fomento económico*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000.

¹⁸ BRITO, José Maria Brandão de, “Os Engenheiros e o Pensamento Económico do Estado Novo” in CARDOSO, José Luís (coord.), *Contribuições para a História do Pensamento Económico em Portugal*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1988, pp. 209-234; BRITO, José Maria Brandão de, *A industrialização portuguesa no pós-guerra (1948-1965): o condicionamento industrial*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989; BRITO, J.M. Brandão de e ROLLO, Maria Fernanda, “Indústria/Industrialização” in ROSAS, Fernando e BRITO, J.M. Brandão de (coord.), *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa: Bertrand Editora, 1996, vol. I, pp. 460-480

¹⁹ ROLLO, Maria Fernanda, “A industrialização e os seus impasses” in ROSAS, Fernando (coord.), *O Estado Novo (1926-1974)* in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, vol. 7, pp. 450-471; ROLLO, Maria Fernanda, *Portugal e a Reconstrução Económica do Pós-Guerra: o Plano Marshall e a economia portuguesa dos anos 50*. Lisboa, ID/MNE, 2007.

²⁰ LOPES, José da Silva, *A economia portuguesa desde 1960*, Lisboa, Gradiva, 1998; LOPES, José da Silva, *A economia portuguesa do século XX*, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, 2005.

como os de Fernando Oliveira Baptista²¹, Luciano Amaral²², Daniel Lanero Táboas²³ e Eugénio Castro Caldas²⁴. Nestes trabalhos foi possível encontrar um quadro referencial para situar o sector fruto-hortícola no panorama das políticas do Estado Novo para a agricultura e quais os seus impactos e resultados.

Outros trabalhos revelaram-se igualmente valorosos no estabelecimento de pontes entre os diversos sectores que compunham a agricultura, ao nível do seu comportamento a nível económico, mas também as instituições que lhe estavam associadas. Nesta nossa interpretação, incluímos os trabalhos de Dulce Freire²⁵, Ignacio García Pereda²⁶, Amélia

²¹ BAPTISTA, Fernando Oliveira, *A política agrária do Estado Novo*, Porto, Edições Afrontamento, 1993; BAPTISTA, Fernando Oliveira, *Agricultura, espaço e sociedade rural*, Coimbra, Fora do Texto, 1993; BAPTISTA, Fernando Oliveira, “Declínio de um tempo longo” in BRITO, Joaquim Pais de (coord.), *O voo do arado*, Lisboa, Museu Nacional de Etnologia/Instituto Português de Museus, 1996, pp. 35-75; BAPTISTA, Fernando Oliveira, “Espanha e Portugal: um século de questão agrária” in FREIRE, Dulce, FONSECA, Inês e GODINHO, Paula, *Mundo rural: transformação e resistência na Península Ibérica (século XX)*, Lisboa, Edições Colibri, 2004, pp. 15-54.

²² AMARAL, Luciano, *O país dos caminhos que se bifurcam: política agrária e evolução da agricultura portuguesa durante o Estado Novo (1930-1954)*, Lisboa, FCSH, 1993 (dissertação de mestrado em História dos séculos XIX e XX - texto policopiado); AMARAL, Luciano, “Reformismo agrário” in ROSAS, Fernando e BRITO, J.M. Brandão de (coord.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Bertrand Editora, 1996, vol. II, pp. 821-823.

²³ LANERO TÁBOAS, Daniel, “The Portuguese Estado Novo: programmes and obstacles to the modernization of agriculture (1933 – 1950)” in FERNANDÉZ PRIETO, Lourenzo, PAN-MONTOJO, Juan e CABO, Miguel (ed.), *Agriculture in the age of fascism, authoritarian technocracy and rural modernization, 1922-1945*, Turnhout, Brepols Publishers, 2014, pp. 85-111; LANERO TÁBOAS, Daniel, “Technology Policies in Dictatorial Contexts: Spain and Portugal” in MARTIIN, Carin, PAN-MONTOJO, Juan e BRASSLEY, Paul (ed.), *Agriculture in Capitalist Europe, 1945 - 1960*, Oxford, Routledge, 2016, pp. 165-184; LANERO TÁBOAS, Daniel, “Del fascismo agrario a los Planos de Fomento: una aproximación a la política agraria del Estado Novo português (1933 - 1974)” in GIRBAL-BLACHA, Noemí, LÓPEZ ORTIZ, María Inmaculada e MENDONÇA, Sonia Regina de (ed.), *Agro y política a uno y otro lado del Atlántico: Franquismo, salazarismo, varguismo y peronismo*, Buenos Aires, Imago Mundi, 2016, pp. 55-76.

²⁴ CALDAS, Eugénio de Castro, *A agricultura portuguesa no limiar da reforma agrária*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1978; CALDAS, Eugénio Castro, *A agricultura portuguesa através dos tempos*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1991.

²⁵ FREIRE, Dulce, *Produzir e beber: a vinha e o vinho no Oeste (1929-1939)*, Lisboa, FCSH, 1997 (dissertação de mestrado em História dos Séculos XIX e XX – texto policopiado); FREIRE, Dulce, “Cortiça” in ROSAS, Fernando e BRITO, J.M. Brandão de (coord.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Bertrand Editora, 1996, vol. I, pp. 229-231; FREIRE, Dulce, *Portugal e a terra: itinerários de modernização da agricultura na segunda metade do século XX*, Lisboa, FCSH, 2007 (tese de doutoramento em História Económica e Social Contemporânea – texto policopiado); FREIRE, Dulce, “No país de sol e uvas de ouro: produção e consumo de vinho em Portugal no século XX” in NEVES, José (coord.), *Como se faz um povo. Ensaio de História Contemporânea em Portugal*, Lisboa, Tinta-da-China, 2010, pp. 311-323; FREIRE, Dulce, “Agricultura” in REIS, António, REZOLA, Maria Inácia e SANTOS, Paula Borges (dir.), *Dicionário de História de Portugal: o 25 de Abril*, Porto, Livraria Figueirinhas, 2016, vol. I, pp. 85-98.

²⁶ GARCÍA PEREDA, Ignacio, *Junta Nacional de Cortiça (1936-1972)*, Lisboa, Euronatura, 2008.

Branco²⁷ e, novamente, de Luciano Amaral²⁸, nos quais, para lá do estudo sectorial, é possível estabelecer padrões comparativos entre estes sectores e o que se encontra analisado nas páginas que se seguem. A nossa investigação inscreve-se, assim, no plano historiográfico, na contribuição para um melhor diálogo sobre as questões relativas à agricultura e as suas instituições, de que os autores mencionados já trilharam caminhos. Além disso, pretendemos responder ao repto historiográfico lançado por A.H. de Oliveira Marques e Maria Fernanda Rollo que apontaram que as questões ligadas à fruticultura “aguardam, contudo, o seu historiador”²⁹.

Mas para uma leitura institucional do sector das frutas e dos legumes e, especificamente, do funcionamento de um organismo de coordenação económica, seria necessário ter uma base teórica sobre a questão da doutrina corporativa e sua aplicação prática. Dentro dos debates teóricos da historiografia, o estudo sobre o corporativismo tem-se centrado nas dinâmicas mais jurídicas, onde se destacam os contributos pioneiros de Manuel de Lucena³⁰, de Phillippe Schimtter³¹ e Howard Wiarda³². Mais recentemente, o estudo do sistema corporativo ganhou um novo fôlego a nível da produção académica, quer em Portugal, quer no Brasil³³. Todavia, a análise dos diversos sectores que compunham o tecido produtivo económico através dos organismos de coordenação económica ou gémios encontra-se ainda num estado embrionário, embora com algumas

²⁷ BRANCO, Amélia, *O impacto das florestas no crescimento económico moderno durante o Estado Novo (1930-1974)*, Lisboa, ISEG, 2005 (tese de doutoramento em História Económica e Social – texto policopiado); BRANCO, Amélia; PAREJO, Francisco M., “Incentives or obstacles? Institutional aspects of the cork business in the Iberian peninsula (1930-1975)” in *Journal of Iberian and Latin American Studies*, nº1, 2008, pp. 17-44.

²⁸ AMARAL, Luciano, “Federação Nacional dos Produtores de Trigo (FNPT)/Instituto dos Cereais” in ROSAS, Fernando e BRITO, J.M. Brandão de (coord.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Bertrand Editora, 1996, vol. I, pp. 346-347.

²⁹ MARQUES, A.H. Oliveira, ROLLO, Maria Fernanda, “Agricultura, pecuária e pescas” in MARQUES, A.H. Oliveira (coord.), *Nova História de Portugal: Portugal – da Monarquia para a República*, Lisboa, Editorial Presença, 1991, p. 107.

³⁰ LUCENA, Manuel de, *A evolução do sistema corporativo português*, 2 vols, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1976.

³¹ SCHIMTTER, Philippe, “Still the century of corporatism?” in *Review of Politics*, vol. 36, nº 1, 1974, 85-131; SCHIMTTER, Philippe, *Corporatism and public policy in authoritarian Portugal*, Beverly Hills, Sage, 1975.

³² WIARDA, Howard, *Corporatism and development: the portuguese experience*, Amherst, University of Massachusetts, 1977.

³³ Veja-se, a título exemplificativo: GARRIDO, Álvaro, *Queremos uma economia nova!: Estado Novo e corporativismo*, Lisboa, Círculo de Leitores/Temas & Debates, 2016; MARTINHO, Francisco Palomanes e PINTO, António Costa (coord.), *A vaga corporativa: corporativismo e ditaduras na Europa e na América Latina*, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, 2016; MARTINHO, Francisco Palomanes e PINTO, António Costa (coord.), *O Corporativismo em Português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, 2008.

contribuições recentes³⁴. Dentro do estudo do corporativismo, há que destacar a ausência de estudos sobre os organismos de cúpula do sistema corporativo, embora do ponto de vista político, se inclua a tese de doutoramento de Nuno Estevão Ferreira sobre a Câmara Corporativa³⁵.

Porém do ponto de vista económico, a situação não é semelhante não existindo, por exemplo, um estudo sobre o Conselho Técnico Corporativo do Comércio e Indústria, ou sobre a relação destas instituições com o restante cosmos económico português, nomeadamente no período da II Guerra Mundial e no período subsequente em que se reconfiguram os postulados seguidos até então. Não obstante alguns estudos focaram, de forma direta ou indireta alguns organismos de coordenação económica como a Comissão Reguladora do Comércio de Bacalhau, a Junta Nacional do Vinho, a Junta Nacional de Cortiça, a Junta Nacional da Marinha Mercante e o Instituto dos Produtos Florestais, a parte substancial destes organismos encontra-se por estudar.

3. *Corpus* documental e o processo de construção das fontes

Qualquer investigação historiográfica tem que assentar numa base empírica e documental sólida que sustentasse as questões lançadas na problematização do objeto de estudo. Deste modo, será necessário auscultar as opções tomadas no que é referente a este domínio

No início, o panorama em nada se assemelhava auspicioso. De acordo com a investigação realizada por Dulce Freire, Nuno Estevão Ferreira e Ana Margarida Rodrigues, de que resultou um relatório, a documentação produzida diretamente pela Junta Nacional das Frutas foi, em grande parte, destruída em 1997, após o cumprimento da portaria nº404/80, de 14 de Julho de 1980³⁶. Tal facto atesta que, em termos heurísticos, esta investigação partiu, desde logo, da localização de documentação através de um périplo em vários

³⁴ HENRIQUES, Francisco Maia Pereira Bruno, *A baleação e o Estado Novo: industrialização e organização corporativa (1937-1958)*, Ponta Delgada, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 2016; TORRES, Jorge Filipe Mano da Silva, *Os comerciantes e o Grémio do Comércio de Guimarães: dinâmicas associativas, corporativas e comerciais (1939-1969)*, Braga, Universidade do Minho, 2013 (dissertação de mestrado em História – texto policopiado).

³⁵ FERREIRA, Nuno Estevão, *A Câmara Corporativa no Estado Novo: composição, funcionamento e influência*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2009 (tese de doutoramento em Ciências Sociais – texto policopiado).

³⁶ FREIRE, Dulce, FERREIRA, Nuno Estevão, RODRIGUES, Ana Margarida, *Corporativismo e Estado Novo: contributo para um roteiro de arquivos das instituições corporativas (1933-1974)*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2014, pp. 28-29.

arquivos. Além dos arquivos referidos no mencionado relatório, assim, a investigação foi concretizada no Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros, no Arquivo Histórico-Parlamentar da Assembleia da República, Arquivo Histórico do Ministério da Economia, no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, no Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, no Arquivo da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças. Foram ainda feitas incursões no Arquivo do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Arquivo do Ministério da Agricultura, Arquivo Oliveira Salazar e no Arquivo Marcello Caetano, todos eles depositados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Nestes locais foi possível encontrar documentação de cariz administrativo e contabilístico, embora fosse, por vezes bastante lacunar, quer nos assuntos abordados, quer na seriação cronológica que tinham.

Além destas instituições, a Biblioteca do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, a Biblioteca do Instituto Superior de Agronomia, a Biblioteca do Instituto Superior de Economia e Gestão, a Biblioteca do Instituto da Vinha e do Vinho e a Biblioteca do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa foram cruciais na localização e análise de fontes e estudos relacionados com a temática da dissertação.

Ainda no campo das fontes, as publicações periódicas foram, igualmente, um importante manancial informativo, superando a ausência de documentação primária, sendo tipo de fonte privilegiada na investigação. Em primeiro lugar, foi alvo da nossa atenção os boletins publicados pela própria Junta Nacional das Frutas (*Boletim da Junta Nacional das Frutas; Serviço Informativo da Junta Nacional das Frutas e Frutos: boletim anual de hortofruticultura*). Outras publicações de cariz governamental, associativo e científico também foram analisadas, mas também alguns exemplares de imprensa periódica, oficial (*Jornal do Comércio e Diário de Lisboa*) e clandestina (*Avante!, A Terra: órgão de unidade dos camponeses do Norte*), com especial destaque para o período da II Guerra Mundial.

4. Descrição das linhas de análise teórico-metodológica

a) Cronologia

A cronologia estipulada para a realização da investigação obedece a um critério institucional, na medida em que acompanha a Junta Nacional das Frutas, desde a sua

criação, em 1936, até à Revolução de 25 de Abril de 1974, na qual a liquidação do sistema corporativo foi um dos objetivos estipulados pelos governos provisórios, embora a JNF tenha sido extinta apenas em 1987. Mas de forma a criar uma maior unidade temporal e de modo a compreender, não só a atuação deste organismo, mas também os avanços e recuos do sector fruto-hortícola, entendemos começar a nossa análise do final do século XIX. Este marco cronológico deve-se ao facto de que é nas décadas de 1870 a 1890 que se formulam propostas de fomento científico e desenvolvimento económico, que não deverão ser alheadas neste estudo.

b) *Estrutura analítica*

O objetivo principal deste projeto é o estudo da economia portuguesa através da sua moldura institucional, partindo de um nicho económico da agricultura, o sector fruto-hortícola, e do seu organismo de coordenação económica, a Junta Nacional das Frutas, no período do Estado Novo. O primeiro foco da investigação será o desenvolvimento do sector das frutas, legumes e hortícolas desde o final de Oitocentos, passando pelas transformações suscitadas pela implantação da República, as consequências económicas da participação na Grande Guerra e as políticas preconizadas pelos últimos governos republicanos e os primeiros da Ditadura Militar. Partindo do substrato teórico no qual assenta o corporativismo, analisar-se-á como é que, através da praxis governativo-legislativa entre 1926 e 1936, se cimentaram os princípios da autarcia económica, em particular no sector primário e, especificamente, no referido sector hortofrutícola.

Através das premissas metodológicas anteriormente expostas, o segundo capítulo do projeto da dissertação escrutina a génese e a criação da Junta Nacional de Exportação das Frutas e a sua inserção nos planos de autarcia económica da ditadura. Já no terceiro capítulo é feita a contextualização do surgimento da Junta Nacional das Frutas, à luz dos objetivos da economia e organização corporativa, nomeadamente a questão da regulação do mercado interno e a promoção da expansão do mercado externo além da análise da composição gremial adstrita à citada Junta.

A conjuntura de economia de guerra surgida pela II Guerra Mundial será o outro tópico de observação desta dissertação de mestrado, constituindo o quarto capítulo, onde será escrutinada a questão do intervencionismo e o papel do Junta Nacional das Frutas na gestão da crise das subsistências e os impactos do conflito no comércio externo. Também

a transição de uma economia de guerra para uma economia de paz e todo o conjunto de óbices que esta acarreta faz, igualmente, parte desta análise.

Posteriormente, no quinto capítulo, será contextualizada a ação da Junta Nacional das Frutas no crescimento económico do pós-guerra até à queda do regime, entrecruzando com as políticas governativas para a agricultura. A consciencialização governativa da inexorável necessidade da industrialização, leva a que a agricultura seja encarada com um suporte neste processo, conduzindo a diversas mudanças, desde logo, fomentando o desenvolvimento da indústria alimentar, numa desejável dicotomia entre produzir e consumir. É neste ambiente que se desenvolvem, exponencialmente, as indústrias do concentrado de tomate, dos sumos de fruta ou ainda das conservas alimentares, que serão alvo de análise no referido capítulo, bem como a intrincada questão da produção e comércio de batata e de frutas. É sobretudo por pressão externa, que essas transformações foram sendo realizadas, nomeadamente face à aproximação aos movimentos de cooperação europeia.

Também o investimento científico e tecnológico empreendido pela JNF serão outros assuntos em análise neste capítulo, de modo a perceber os processos de transferência de inovação e tecnologia, muitas das vezes, radicados na importação de modelos conceptuais de desenvolvimento de países como a França, a Itália ou os países escandinavos. Um último tópico que não é despiciendo nas intenções do estudo que se segue é a análise da promoção do cooperativismo feita pela JNF, como forma de salvaguardar o esforço de introdução de novos métodos técnicos, através de mecanismos de associação. Todavia, as lacunas documentais não permitiram o aprofundamento de certas temáticas, nomeadamente, o funcionamento das dinâmicas internas da JNF, nomeadamente o seu posicionamento face a determinadas transformações.

1. O sector fruto-hortícola no contexto da economia portuguesa da crise do liberalismo (c. 1870-1926)

1.1. Sob o signo da mundialização económica: a produção e o comércio das frutas e dos legumes no século XIX

Como nos diz Orlando Ribeiro, “os traços essenciais da agricultura portuguesa têm o cunho do Mediterrâneo”³⁷. Neste sentido, o clima, de traços igualmente atlânticos, e o relevo combinam-se de forma a potenciar o plantio de culturas arbustivas e arbóreas. As condições agrológicas para o cultivo de árvores revelavam-se particularmente agradáveis na região do Oeste – Caldas da Rainha e Alcobaça - e em algumas zonas dispersas pelo país, como por exemplo, Fundão, Azeitão, Colares e Algarve, não olvidando as culturas das ilhas dos Açores e da Madeira (ver figura 1 dos anexos). Tal facto levou a que alguns agrónomos realçassem que estas zonas “podem trazer ao país, quando intensificada a cultura, uma apreciável fonte de receita por via duma exportação bem orientada”³⁸.

Por sua vez, no que concerne à produção de legumes, associada à pomicultura, “também possuem e tem escolhido muito boas variedades tanto para as culturas de consumo particular como para as de abastecimento das cidades”³⁹. Era nas zonas limítrofes de Lisboa (Sintra, Loures, Mafra), Setúbal (Barreiro, Moita, Seixal) mas também no Ribatejo (Torres Novas, Golegã) que se concentrava a principal produção hortícola. Eram “culturas das melhores terras e fartas de água e têm importância próxima dos povoados” e onde “na generalidade dos casos é o proprietário que cultiva [e] só administra o proprietário abastado”⁴⁰.

O século XIX demonstrou o potencial económico do sector hortofrutícola. Por um lado, a produção visava o abastecimento dos centros urbanos, e por outro, a exportação, nomeadamente para os países do Norte da Europa, onde o caso da laranja dos Açores

³⁷ RIBEIRO, Orlando, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1987, 5ª edição revista e ampliada, p. 39.

³⁸ GOMES, Mário de Azevedo, *A situação económica da agricultura portuguesa*, Lisboa, Instituto Superior do Comércio de Lisboa, 1920, p. 18.

³⁹ *Boletim da Sociedade Nacional de Horticultura*, ano 1, nº 2, Maio de 1899, p. 34.

⁴⁰ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério das Obras Públicas, Indústria e Comércio – Direcção-Geral de Agricultura, maço 915, doc. nº 7.

assume contornos paradigmáticos⁴¹. Este quadro é sintoma de que “a penetração do capitalismo em Portugal efetuou-se, pois, mais rapidamente e mais cedo na agricultura que na indústria”⁴². Os chamados “melhoramentos materiais” que caracterizaram a segunda metade do século XIX, onde se incluiu a melhoria da rede de transportes e vias de comunicação, pretenderam a construção de um mercado interno e uma maior inserção da economia portuguesa nos mercados externos, desmontando as estruturas que pudessem mitigar esse intento. Como Joel Serrão aponta, “[...] o comboio acabou com as feiras ou obrigou-as a mudar de feição, porque criou pela primeira vez, as condições de um mercado efetivamente nacional”⁴³, demonstrando a política económica da Regeneração empreendeu a passagem de relações comerciais de um nível regional para um nível nacional, esforçando-se por uma maior integração das partes de compunham o tecido produtivo nacional. O processo económico e tecnológico trazido pelo Fontismo levou a que, a nível do comércio externo, este sector alcançasse assinaláveis níveis de exportação: entre 1880-89, as frutas e legumes corresponderam a 6,7% do total das exportações portuguesas; entre 1890-99, a 7,8% e entre 1900-09, a 8,0%⁴⁴ sendo este um dos pilares em que assentava a “vasta granja de exportação”⁴⁵ a que Oliveira Martins se referiu. Mas no que toca à ocupação do solo, verificava-se alguma desproporcionalidade, uma vez que, em 1902, 26,23% do solo de Portugal continental estava reservado às culturas arvenses e hortícolas e apenas 1,47% às árvores de fruto⁴⁶.

A nível da ciência agronómica, assistiu-se a uma crescente consciencialização para o atraso do agro português em relação aos países industrializados e, nesse sentido, lançaram-se as bases para a criação de um paradigma de desenvolvimento agrícola assente em laboratórios e instituições de ensino. A esta questão estava associado um profundo debate que lançou as bases da agronomia moderna que “tem a marca da novidade, não da tradição”⁴⁷. O saber e a instrução passaram a ser associados como causa

⁴¹ Sobre o impacto da produção de laranja na economia açoriana vide: MIRANDA, Sacuntala de, *O ciclo da laranja e os "gentlemen farmers" da Ilha de S. Miguel: 1780-1880*, Ponta Delgada, Instituto Cultural, 1989 e DIAS, Fátima Sequeira, *Uma estratégia de sucesso numa economia periférica: a Casa Bensaúde e os Açores, 1800-1873*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1996, pp. 160-176.

⁴² PEREIRA, Miriam Halpern, *Política e economia: Portugal nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Livros Horizonte, 1979, p. 24.

⁴³ SERRÃO, Joel, *Temas oitocentistas*, Lisboa, Livros Horizonte 1980, p. 128.

⁴⁴ LAINS, Pedro, *A economia portuguesa no século XIX: crescimento económico e comércio externo, 1851-1913*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995, p. 92.

⁴⁵ MARTINS, J.P. Oliveira, *Política e economia nacional*, Lisboa, Guimarães Editores, 1992, p. 115.

⁴⁶ SIMÕES, José Ferraz, *Comerciação e valorização das nossas fructas e legumes*, Braga, Typographia Sousa Cruz, 1913, p. 8.

⁴⁷ RADICH, Maria Carlos, *Agronomia no Portugal oitocentista: uma discreta desordem*, Lisboa, Celta, 1996, p. XIII.

e base para um desenvolvimento económico sustentável, sendo o culminar de um processo suscitado por engenheiros agrónomos. Era necessário superar onde “a maior parte dos nossos agricultores em vez se seguirem os processos mais aperfeiçoados, deixam-se, pelo contrário, guiarem-se pela rotina”⁴⁸.

Este tópico a que as elites intelectuais votaram muita da sua atenção ia ao encontro de uma ambição segunda a qual “modernizing agriculture and civilizing the rural population were two sides of a same policy”⁴⁹, situação semelhante ao que ocorria em França, Bélgica, Holanda e Alemanha. Também alguns proprietários rurais estavam atentos à modernização agrícola que ocorria em alguns dos países mencionados. Embora sendo uma minoria, estes lavradores abastados conseguiram “adquirir uma preparação tecnológica, quer pela leitura, quer em viagens ao estrangeiro – onde visitavam quintas-modelo e fábricas de máquinas agrícolas – quer pela frequência de escolas superiores”⁵⁰.

Era reconhecido que a combinação entre solo e clima poderia converter Portugal num grande pomar, assim como numa grande horta, apostando numa maior diversificação agrícola que, em última instância, conduziria a uma autossuficiência e à melhoria do comércio. Além disso, o desenvolvimento tecnológico francês era encarado como cânone para a agricultura portuguesa, sendo recorrentes, em diversas publicações científicas, as comparações entre os dois países. As preocupações sintetizam-se na seguinte questão: “porque não seguimos o belo exemplo desses povos tão ativos e económicos, apesar de ricos e grandes?”⁵¹. A realização do I Congresso Nacional de Pomologia, em 1879, foi um indício da materialização de uma nova atitude face à produção de frutas, legumes e hortícolas em Portugal. Foi nesse encontro científico que se demonstrou que “a pomologia em Portugal era um caos, um labirinto que cada dia se ia multiplicando mais; [...] mais um momento e a pomologia portuguesa seria um verdadeiro Babel”⁵².

De forma complementar à discussão científica, foram criadas diversas instituições agrícolas nas quais encontrava presente a questão do ensino da horticultura e da

⁴⁸ WEINHOLTZ, Manuel Bívar Gomes da Costa, *A cultura da figueira no Algarve*, Lisboa, Instituto Superior de Agronomia, 1883 (dissertação inaugural – texto policopiado), p. 15.

⁴⁹ VIVIER, Nadine, PETMEZAS, Socrates, “The State and rural societies” in VIVIER, Nadine (ed.), *The State and Rural Societies: policy and education in Europe, 1750-2000*, Turnhout, Brepols, 2008, p. 15.

⁵⁰ PEREIRA, Miriam Halpern, “Entre a agromania e agronomia” in *Ernesto do Canto: retratos do homem e do tempo*, Ponta Delgada, Comissão Organizadora do Colóquio, 2003, p. 137.

⁵¹ *Archivo Rural*, vol. 1, nº 7, 28 de Julho de 1896, p. 186.

⁵² RASTEIRO, Joaquim, “Terminologia portuguesa geral das diversas operações culturais da árvore de fruto e sua definição” in *Arquivo dos trabalhos do 2º Congresso Nacional de Pomologia*, Lisboa, Ministério da Agricultura, 1932, pp. 171-225.

pomicultura. Além das sociedades agrícolas que foram surgindo, como a Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense (1843), a Sociedade Agrícola Madeirense (1850) e a Sociedade Flora e Pomona (1854), nas quais as questões ligadas à fruticultura e horticultura estavam presentes, foi com a Regeneração “que verdadeiramente começa (embora muito timidamente) a história do nosso ensino agrícola e de veterinária”⁵³. Além do Instituto Agrícola de Lisboa, criado em 1852, que estabeleceu as bases da formação dos agrónomos, a primeira escola exclusivamente relacionada com a fruticultura foi criada em 1887, na Estação Vitivinícola da Bairrada, com o nome de Escola Prática de Viticultura e Pomologia. Seguiu-se a Sociedade Agrícola de Santarém, em 1889, onde se encontrava uma “escola prática de agricultura com frutaria anexa”⁵⁴. Não obstante o ideal de progresso que conduziu este percurso, nos quais os agrónomos eram entendidos como agentes do progresso agrícola do país⁵⁵, era notado que a instrução ministrada nestes estabelecimentos “tem sido sobre modo especulativa, e em excesso menos prezadora do método experimental”⁵⁶, situação que apenas foi superada com a mundividência educativa da I República.

No final do século XIX, o interesse pelas questões ligadas à hortifruticultura não se esgotou nas iniciativas educativas e científicas do Estado. As sociedades continuaram a desempenhar um papel fundamental, como é prova a criação da Real Sociedade Nacional de Horticultura, em 1898. Também as atividades de figuras como Francisco Simões Margiorchi e José Marques Loureiro ajudaram a cimentar o interesse sobre estes assuntos. Todo este conjunto de iniciativas, instituições e personalidades conseguiram formar “uma malha de canais com espaçamentos regulares, mais ou menos apertada, que se entrecruzaram e se ramificaram e que permitiu o surgimento da horticultura como ciência e a sua popularização em Portugal”⁵⁷, na qual se incluíam as questões da fruticultura e floricultura.

⁵³ FERREIRA, Joaquim Gomes, *Estudos para a história da educação no século XIX*, Coimbra, Livraria Almedina, 1980, p. 168.

⁵⁴ *Portugal Agrícola*, vol. I, 1889-1890, p. 31.

⁵⁵ Para uma síntese sobre a constituição dos agrónomos enquanto grupo profissional e identitário no século XIX veja-se: RADICH, Maria Carlos, “Agrónomos: profissão e identidade” in PEREIRA, Miriam Halpern, CARVALHO, José Murilo de, VAZ, Maria João e RIBEIRO, Gladys Sabina (org.), *Linguagens e fronteiras do poder*, Lisboa, Centro de Estudos de História Contemporânea/Instituto Universitário de Lisboa, 2012, pp. 343-362.

⁵⁶ *Portugal Agrícola*, vol. II, n° 9, Março de 1892, p. 271.

⁵⁷ RODRIGUES, Ana Duarte, *Horticultura para todos*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2016, p. 167.

1.2. O sector hortofrutícola na I República: a questão da modernização, os efeitos da I Guerra Mundial e os impasses da recomposição económica do pós-guerra

Nos anos precedentes à implantação do regime republicano foi-se acentuando uma crescente concorrência comercial, sendo “os países nossos competidores na exportação de frutas são: a Espanha, a Itália e França, os quais têm uma exportação anual de alguns milhares de contos [...]”⁵⁸. O sector fruto-hortícola encontrava similitudes entre os países da Europa mediterrânica, desde logo, as condições do solo, bem como a estrutura de propriedade. Além disso, este era um sector que oferecia “relatively high income elasticity of demand and strong linkages to the modern financial, manufacturing, and transportation sector”⁵⁹, em que os países industrializados do Norte se tornavam mercados recetores da produção mediterrânica, o que levou a que o protecionismo que se fez sentir no final do século não encontrasse eco neste sector ao contrário do cerealífero.

Também entre o último quartel do século XIX e os anos iniciais do século XX, a concorrência provinha de outros pontos do globo como a África do Sul, a Austrália ou os EUA. O que ocorreu nestes países, para lá da aposta governativa na ciência agronómica⁶⁰, é que “conseguiram vender frutos a um preço inferior àquele que era possível nas condições existentes em Portugal, e exerciam uma competição persistente no mercado britânico”⁶¹. Além disso, as frutas oriundas destes países poderiam chegar à Europa em pouco tempo “num perfeito estado de conservação, graças às câmaras frigoríficas especiais que têm os navios destinados a este género de comércio”⁶², ao contrário do que ocorria em Portugal.

Foi perante este quadro de uma cada vez maior competição entre vários países que a República portuguesa emergiu. A implantação do regime republicano, em 5 de Outubro de 1910, não introduziu ruturas económicas de monta no que concerne ao sector das frutas e legumes, prolongando-se o quadro caracterizado por uma “exportação de legumes,

⁵⁸ *Boletim da Associação Central da Agricultura Portuguesa*, vol. II, nº 1, Janeiro de 1913, p. 37.

⁵⁹ CRITZ, José Morilla, OLMSTEAD, Alan L., RHODE, Paul W., ““Horn of Plenty”: the globalization of Mediterranean horticulture and the economic development of Southern Europe, 1880-1930” in *The Journal of Economic History*, vol. 59, nº 2, 1999, pp. 317.

⁶⁰ Sobre o caso norte-americano, veja-se: PAULY, Philip J., *Fruits and plains: the horticultural transformation of America*, Massachusetts, Harvard University Press, 2007.

⁶¹ PEREIRA, Miriam Halpern, *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico: Portugal na segunda metade do século XIX*, Lisboa, Edições Cosmos, 1971, p.183.

⁶² *Portugal Agrícola*, vol. V, nº 3, Setembro de 1893, p. 85.

hortaliças e frutas [...] bastante reduzida, tendo, em alguns dos seus ramos, declinado de uma maneira bastante sensível”⁶³.

A I República prosseguiu o “processo de análise crítica das debilidades e vulnerabilidades que rodeavam a agricultura, sintoma revelador, aliás, de uma certa tomada de consciência do trabalho que era indispensável pôr em prática no sentido de revalorizar e melhorar a produtividade da agricultura portuguesa”⁶⁴. No sector em análise, continuou o debate sobre o seu reaproveitamento e modernização, onde o fomento científico era o meio fundamental para assegurar as mudanças pretendidas. Em Maio de 1911, o Ministro do Fomento, Manuel de Brito Camacho⁶⁵ criou a Escola Prática de Pomicultura, Horticultura e Jardinagem, sediada em Queluz e sob a tutela da Associação Central de Agricultura Portuguesa. Foi neste espaço que, nos anos da I República, se processaram várias experiências, a nível da cultura e da produção de frutas e legumes, mas também sobre a introdução de mecanização na agricultura, como tratores⁶⁶. Esta ligação entre desenvolvimento científico e ensino experimental foi das áreas em que o ideário republicano mais depressa se traduziu em reformas como é possível notar, além do exemplo referido, a criação do Instituto Superior de Agronomia, em Abril de 1911⁶⁷.

Nos anos subsequentes, verificou-se também a criação das seguintes instituições de ensino agrícola onde a pomicultura e a horticultura estavam presentes: a Escola Profissional de Arboricultura e Horticultura Macedo Pinto, no Tabuaço, a Escola Profissional Especial de Pomicultura e Viticultura Matos Souto, na ilha do Pico, ambas fundadas em 1913, e a Escola Agrícola Feminina Vieira Natividade, em 1925. Além das escolas, o Ministério do Fomento criou, em Junho de 1915, uma rede de postos agrários, dedicados à fruticultura (Viana do Alentejo, Mitra, Alcobaça, Lourinhã, Elvas, Leiria e Fundão) e à horticultura (Moita e Coruche).

⁶³ CABREIRA, Tomás, *A política agrícola nacional*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1920, p. 300.

⁶⁴ PIRES, Ana Paula, *Portugal e a I Guerra Mundial: a República e a economia de guerra*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2011, p. 38.

⁶⁵ Manuel de Brito Camacho (1862-1934). Licenciado na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, cedo entrou na política, nas hostes republicanas, tendo fundado o jornal *A Lucta*, um dos mais destacados órgãos de imprensa republicana. Depois do 5 de Outubro de 1910, foi Ministro do Fomento no Governo Provisório, tendo fundado o Partido Unionista, resultado da cisão do Partido Republicano, em 1912, mantendo uma intensa ação jornalística. Foi ainda Alto-Comissário da República em Moçambique, entre 1921 e 1923.

⁶⁶ *Boletim da Associação Central da Agricultura Portuguesa*, ano XX, vol. XX, nº 7, Julho de 1918, pp. 221-224.

⁶⁷ Sobre as reformas da investigação científica levadas a cabo pelos republicanos, veja-se SALGUEIRO, Ângela, *Ciência e Universidade na I República*, Lisboa, FCSH, 2015 (tese de doutoramento em História Contemporânea – texto policopiado), pp. 151-183.

A própria elite económica acusava nos seus discursos a perceção da melhoria e do aproveitamento das condições climáticas favoráveis ao cultivo e à produção de frutas e legumes. Em 1913, numa representação da Associação Central de Agricultura Portuguesa ao então Ministro do Fomento, António Maria da Silva⁶⁸, reportava-se o “estado desgraçado em que a questão se encontra, [onde] só um serviço especial e muito trabalho e dedicação podem trazer em pouco tempo, como é necessário, a saúde às nossas árvores e evitar a perda da nossa exportação”⁶⁹.

Em Portugal, os impactos económicos da I Guerra Mundial, sobretudo depois da entrada no conflito, em 1916, foram de particular acuidade, despoletando um enorme nível de conflituosidade social, particularmente quando a «questão das subsistências» se exacerbou, tornando-se na força motriz de revoltas e movimentos populares. Assim, é compreensível que o desenvolvimento da política agrária republicana anterior à guerra tenha tido reflexos durante a gestão económica da conjuntura bélica e a tenha condicionado. Embora existisse, por parte da elite agrária, a consciencialização da necessidade de um empenho governativo no desenvolvimento do sector fruto-hortícola, o que se verificou, nos anos da guerra, foi uma subalternização desta questão.

Partindo deste ponto de vista, é importante assinalar que base da alimentação portuguesa provinha do consumo de cereais e, conseqüentemente, de pão. Como sintetizou Oliveira Salazar “a questão principal é efetivamente esta – é a questão do pão [...] quando o povo não tem pão, pode desde logo dizer-se que o povo tem fome”⁷⁰. Assim, a necessidade de resolução da escassez frumentária desses anos adquiriu uma natural hegemonia, com restrições respeitantes ao trigo e aos cereais panificáveis, eclipsando as debilidades dos restantes sectores agrícolas, o que levou ao adiamento de uma maior adoção de políticas referentes à fruticultura e à horticultura. Ainda assim, foi possível denotar algumas preocupações por parte das elites intelectuais. Através de um inquérito realizado em 1917⁷¹, era assinalada “toda a vantagem para estimularmos a

⁶⁸ António Maria da Silva (1872-1950). Engenheiro de minas, foi um dos líderes da Carbonária antes da revolução republicana de 1910. Com a implantação da República, foi diretor-geral dos Correios e Telégrafos e ocupou diversas pastas ministeriais em vários governos. Após a I Guerra Mundial, foi um dos protagonistas da vida política desse período, enquanto chefe do Partido Democrático, após a saída de Afonso Costa, tendo sido Presidente do Ministério por diversas vezes (1920; 1922-1923; 1925; 1925-1926).

⁶⁹ *Boletim da Associação Central da Agricultura Portuguesa*, nº 6,7 e 8, Junho, Julho e Agosto de 1914, p. 248.

⁷⁰ SALAZAR, António de Oliveira, *Alguns aspectos da crise das subsistências*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1917, p. 10.

⁷¹ Os subscritores deste questionário foram: Ezequiel de Campos, também seu relator, o Visconde de Pedralva, Luís Ricardo, A. Pereira e C. da Cunha Coutinho.

produção da batata, da cebola e doutros géneros hortícolas, de frutas, legumes”, através das seguintes medidas: “1º - instrução pomológica; 2º - estímulo à plantação de pomares; 3º - vagões de depósitos frigoríficos; 4º - tarifas ferroviárias; 5º - estímulos à exportação”⁷².

Em outras fações políticas verificaram-se opiniões que versavam sobre o sector das frutas e dos legumes, como uma das teses apresentadas ao Congresso Nacional Socialista, em Junho de 1917, em que se apelou à organização de “tabelas de preços de todos os produtos, como hortaliças, frutas, leite e outros, trazidos aos mercados agrícolas, tanto para agricultores, como para os revendedores”⁷³, de modo a combater a especulação que grassava no país e fazer uma melhor distribuição alimentar.

Os efeitos da guerra salientaram dois aspetos: se por um lado, trouxe benefícios às indústrias metalomecânica, metalúrgica, têxtil e conserveira, por outro, as circunstâncias bélicas trouxeram adversidades às exportações tradicionais. As mudanças que a guerra impôs aos mercados internacionais levaram à criação de novas estratégias para a salvaguarda das exportações portuguesas. Assim, em 1916, assistiu-se a uma aliança mercantil entre Portugal e Espanha, algo que deveria “fazer-se sentir, principalmente, e nas conservas, no peixe, na cortiça, nos vinhos, nos azeites e nas frutas”, de modo à manutenção “[d]os preços elevados, e os resultados que esta competência deixa ao estrangeiro seriam para nós”⁷⁴. Este foi um dos mecanismos encontrados para a fruição dos produtos hortícolas no estrangeiro, assistindo-se ainda à exploração de outras formas de produção e transformação alimentar, associando um desenvolvimento industrial substitutivo das importações à agricultura vocacionada para a exportação.

Foi nestas condições que o sector conserveiro se consolidou, ajudando à manutenção da exploração económica hortofrutícola durante a guerra. Em 1917, existiam seis estabelecimentos dedicados exclusivamente às conservas de frutas, distribuídos por Aveiro, Évora, Leiria e Porto, assim como vinte unidades industriais de produção mista (carne, peixe, frutas e hortaliças)⁷⁵ (ver tabela 1 dos anexos).

⁷² *Boletim da Associação Central da Agricultura Portuguesa*, ano XIX, vol. XIX, nº 7, Julho de 1917, p. 220.

⁷³ ABRANTES, António Maria, *A questão das subsistências*, Lisboa, Tipografia Leiria, 1917, p. 7.

⁷⁴ *Boletim da Associação Central da Agricultura Portuguesa*, ano XVIII, vol. XVIII, nº 2, Fevereiro de 1916, p. 66.

⁷⁵ BARBOSA, António Manuel Pinto, *Sobre a indústria de conservas em Portugal*, Lisboa, Editorial Império, 1941, p. 23.

No que concerne às frutas e aos legumes frescos, os níveis de exportação variaram de produto para produto. Enquanto a exportação de ananás dos Açores decaiu⁷⁶, as amêndoas, a alfarroba e os figos do Algarve foram beneficiados pela conjuntura bélica⁷⁷. Há ainda que salientar que alguns dos reveses sentidos pelas exportações fruto-hortícolas se deveram ao facto de que alguns parceiros comerciais foram excluídos durante a guerra, nomeadamente a Alemanha, que antes de 1914 se revelava um mercado de exportação de frutas e legumes em franca expansão. Antes da guerra, a situação foi relatada da seguinte forma: “[...] na Alemanha, devido ao acréscimo rápido da população e ao desenvolvimento do bem-estar, o consumo de frutas e legumes, contrariamente ao que se nota na Inglaterra, vai francamente em aumento [...]”⁷⁸, situação que cessou com a entrada de Portugal no conflito.

No que toca ao mercado interno, a carestia das condições de vida nos anos da guerra foi constante. Como se vê na tabela 1, as frutas e os legumes não foram isentos de um assinalável aumento do seu custo em Lisboa, caixa-de-ressonância dos problemas alimentares que grassava no restante território⁷⁹. Ao contrário das frutas, cujo consumo era pouco difundido, certos legumes, como alhos, cebolas, feijão, batata, constituíam uma parte importante da alimentação das classes populares. Como exemplo, e de acordo com um inquérito de 1917, uma família operária de quatro pessoas consumia, anualmente, 250 kg de batatas, valor apenas antecedido pelo pão, cujo consumo chegava a 800 kg⁸⁰. Ora o acentuado aumento que este tipo de produtos sofreu, evidenciou, de forma ainda mais nítida, as carências que percorriam as franjas da sociedade, levando a contestação, revoltas e assaltos aos estabelecimentos de víveres e mantimentos.

⁷⁶ ENES, Carlos, *A economia açoriana entre as duas guerras mundiais*, Lisboa, FCSH, 1992 (Dissertação de mestrado em História dos séculos XIX e XX – texto policopiado), p. 266.

⁷⁷ RODRIGUES, Joaquim Vieira, *O Algarve e a Grande Guerra: a questão das subsistências (1914-1918)*, Lisboa, FCSH, 2010 (tese de doutoramento em História Económica e Social Contemporânea - texto policopiado), vol. 1, pp. 42-43.

⁷⁸ SIMÕES, *Comerciação e valorização...*, p. 83.

⁷⁹ SILVA, Ana Isabel Patrício Dâmaso, *A Primeira Guerra Mundial na cidade e distrito de Lisboa: vivências e percepções*, Lisboa, FCSH, 2013 (dissertação de mestrado em História Contemporânea – texto policopiado), pp. 37-51.

⁸⁰ *Boletim da Previdência Social*, ano I, nº 3, Dezembro de 1917, p. 196.

Tabela 1 – Aumento do custo de vida em Lisboa

<i>Géneros alimentícios de origem fruto-hortícola</i>		<i>Preços em réis</i>		<i>Aumento por %</i>
		Julho 1914	Janeiro 1918	
Batatas	Quilo	30	80	166,67
Cebolas	Quilo	30	160	433,33
Feijão amarelo	Litro	60	200	233,33
Feijão branco	Litro	80	220	175,00
Feijão-frade	Litro	80	200	150,00
Feijão miúdo	Litro	70	200	185,71
Feijão miúdo	Litro	70	180	157,14
Feijão Santa Catarina	Litro	70	240	242,86
Feijão vermelho	Litro	80	220	175,00
Figos de caixas (1ª qualidade)	Quilo	160	280	75,00
Figos de alcofa	Quilo	120	240	100,00
Grão-de-bico (1ª qualidade)	Litro	120	320	166,67
Grão-de-bico (2ª qualidade)	Litro	100	260	160,00
Hortalças (base) couves	Uma	30	100	233,33

Fonte: *Boletim da Associação Central de Agricultura Portuguesa*, ano XXI, vol. XXI, nº 7, Julho de 1919, pp. 208-209 (adaptado).

Partindo deste quadro, característico de sociedades pré-industriais⁸¹, é possível atestar que a vitalidade do comércio fruto-hortícola dependia, necessariamente, da exportação, sobretudo para os países da Europa do Norte, onde a transição económica para uma sociedade industrializada levou a alterações no consumo. As alterações profundas nos preços recaíram sobre a população, retraindo o consumo e, consequentemente, dificultando o escoamento da produção.

Com o advento da «República Nova», entre 1917 e 1918, sob a égide de Sidónio Pais, foram encetadas diversas medidas visando a superação dos problemas que atravessavam o sector primário. Entre essas medidas contavam-se os “aumentos generalizados dos preços agrícolas, prémios para os aumentos da produção e de área cultivada, facilidades para a modernização e concentração das explorações agrícolas,

⁸¹ Como refere Miriam Halpern Pereira, “Em Portugal, onde a transição de uma sociedade de Antigo Regime para uma sociedade industrializada foi intercalada por profundos conflitos sociais cerceadores e por uma limitativa dependência externa, a lentidão da transformação, os seus bloqueamentos e distorções, contribuíram para acentuar a desigualdade social característica deste processo histórico nos séculos XVIII e XIX” (PEREIRA, *Política e economia...*, p. 73). Tal facto, quanto a nós, ainda encontra eco no período da I República, dado o carácter predominantemente agrícola do país.

concessão de crédito agrícola”⁸², culminando na criação do Ministério da Agricultura, em Abril de 1918. A política agrária sidonista possibilitou não só o aumento da área cultivada, mas também o enriquecimento dos proprietários que se dedicavam à horticultura e à pecuária, áreas essenciais para o abastecimento dos centros urbanos, repercutindo-se na alta de preços anteriormente explanada. Esta situação levou a que António de Oliveira Salazar, então professor na Universidade de Coimbra, concluísse que “produz-se que baste para o consumo e ainda sobre para exportação”⁸³, com hortaliças “abundantíssimas, e em muitos legumes verdes, temos de produção nacional, sem necessidade de estranho auxílio”⁸⁴.

A “crise das subsistências” e a sua gestão pelo estado republicano abriu um campo de reflexão teórica sobre as potencialidades e os impasses vividos no sector primário. Foi neste contexto que surgiram propostas para o ressurgimento da agricultura portuguesa, facto que se prolongou nos anos finais da I República e que perpassou a própria queda do regime. Por exemplo, em 1918, Anselmo de Andrade⁸⁵ advogou a relação entre as obras de hidráulica agrícola e o fomento das culturas hortícolas, atendendo ao facto que “estas só podem ser lucrativas em regiões de população densa e propriedade dividida”⁸⁶. Esta visão prendia-se com as condições da produção frutícola, por norma, feita em pomares familiares, ou seja, a divisão da propriedade poderia ser um meio de rentabilização do sector, além de que, em regiões densamente povoadas, a questão do abastecimento se revelava importante.

Findo o conflito bélico e com a normalização dos mecanismos comerciais, Portugal enfrentou dificuldades pois o sector das frutas e legumes não se apresentava suficientemente competitivo para os mercados externos, associada às deficiências da marinha mercante portuguesa. Como se pode ler num relatório do cônsul português em Glasgow, em 1919, “esta falta de transportes, nos meses em que vigora a exportação de

⁸² TELO, António José, *Decadência e queda da I República portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980, 1º volume, p. 42.

⁸³ SALAZAR, *Alguns aspectos da crise...*, p. 18.

⁸⁴ SALAZAR, *Alguns aspectos da crise...*, p. 23.

⁸⁵ Anselmo de Andrade (1844-1928). Advogado e membro do Partido Regenerador, foi deputado, Presidente da Câmara Municipal de Beja, Ministro da Fazenda (1900; 1910). Das várias obras que publicou, focadas nas questões económico-financeiras, destaca-se *A Terra: Economia Nacional e Comparada* (1898), *Portugal Económico* (1902) e *Política, Economia e Finanças Nacionais Contemporâneas* (1925-1926).

⁸⁶ ANDRADE, Anselmo de, *Portugal económico e outros escritos económicos e financeiros: 1911-1925* (ed. de David Justino), Lisboa, Banco de Portugal, 1997, p. 86.

frutas, impede muito o desenvolvimento deste comércio e é com certeza a razão do mau estado em que chega aqui muita fruta, facto que faz decrescer bastante o preço obtido”⁸⁷.

A ausência de uma política uniforme levou à estagnação deste sector, caracterizado pela pulverização dos terrenos agrícolas em diversos minifúndios, sem sinais de mecanização. Certas regiões que anteriormente contribuíram para o desenvolvimento da exportação fruto-hortícola foram conhecendo uma paulatina decadência, como os laranjais de Setúbal⁸⁸. Em outras zonas, com o Algarve dava-se o “facto de se preferir trabalhar com um grande número de variedades de uma espécie, em vez de se tentar reunir uma massa maior e homogénea de cada produto que mantivesse uma qualidade regular e reconhecível”⁸⁹. Todos estes fatores se conjugaram acentuando o decréscimo dos níveis de exportação nos anos finais da I República e durante a Ditadura Militar. A valorização em termos monetários da exportação até à Grande Depressão pode estar ligada à inflação dos anos 20⁹⁰, bem como à revalorização do escudo, no seguimento do plano de estabilização de 1923/24 que foi algo “que originou problemas de competitividade externa, com impacto negativo no crescimento económico”⁹¹, que entre 1923 e 1926, o PIB teve um crescimento negativo de -0,13%.

Tabela 2 – A exportação das frutas portuguesas (1919-1933)

<i>Períodos</i>	<i>Quilogramas</i>	<i>Valor - Escudos</i>	<i>Valor – Escudos Ouro</i>
1919-1923	22 609 478	11 681 425	1 214 145
1924-1928	21 186 082	38 714 637	1 540 918
1929-1933	16 554 614	39 756 992	1 380 735

Fonte: BARROS, Henrique de e GRAÇA, Luís Quartin, *Árvores de fruto*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1936, p. 48.

⁸⁷ *Boletim da Associação Central de Agricultura Portuguesa*, ano XXI, vol. XXI, nº 9, Setembro de 1919, p. 285.

⁸⁸ FERREIRA, Diogo, *Setúbal e a Primeira Guerra Mundial, 1914-1918*, Setúbal, Estuário, 2017, pp. 54-56.

⁸⁹ RADICH, Maria Carlos, BAPTISTA, Fernando Oliveira, “Agricultura” in ROLLO, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Lisboa, Assembleia da República, 2013, volume I, p. 56.

⁹⁰ Se atendermos ao índice de preços no consumidor (100 = 1914), se em 1918 era de 293, em 1922, subiu para 1099, chegando a atingir o valor de 2208, em 1926. (Dados obtidos em SILVA, Álvaro Ferreira da, “O processo económico” in TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.), *A crise do liberalismo: 1890-1930*, Lisboa, Objectiva, 2014, p. 146

⁹¹ SILVA, “O processo económico”..., p. 154.

Os constrangimentos políticos que a I República sofreu foram impeditivos do lançamento de um programa concertado de revitalização da agricultura, embora se contem contributos pontuais que pretenderam a inversão do caminho da estagnação, obtendo resultados favoráveis, sobretudo para os primeiros anos da década de 1920. Em 1920, pelo Decreto nº 6 962, de 23 de Setembro, foi criada a Junta de Fomento Agrícola, onde pela primeira vez se denotou um esforço de apoios financeiros às mudanças necessárias, nomeadamente na aquisição de maquinaria ou no financiamento para arroteamentos. Entre as políticas tomadas para debelar a grave crise económico-financeira destacou-se a valorização do escudo, cujo impacto pouco se fez sentir no sector primário, permanecendo a depreciação dos preços, assim como, as dificuldades da colocação de alguns produtos nos mercados externos.

Através dos esforços empreendidos, a agricultura nacional obteve um crescimento anual do produto agrícola de 1,7% entre 1911 e 1930 e, especificamente, 4,5% entre 1920 e 1925, sendo este último impulsionado pelos bons anos agrícolas de 1922 e 1923 e as melhorias registaram-se, sobretudo, nos sectores vinícola e cerealífero, sendo visível na tabela 2, a progressiva diminuição da fruta exportada e, conseqüentemente, dos seus lucros. Porém, “produzir-se-ia uma viragem no enquadramento do sector [agrícola], rapidamente acompanhada pela conseqüente contestação política”⁹². Para completar esta equação, dever-se-á somar a difícil resolução da questão das subsistências, surgindo como o substrato de onde germinam novas ideias sobre o intervencionismo do Estado no controlo dos abastecimentos alimentares, suscitando apelos, como o de Oliveira Salazar, na conversão da administração central num *ditador de víveres*.

De um modo geral, o peso económico da agricultura ao longo dos anos da I República foi diminuindo e as crónicas debilidades internas conjugavam-se com uma conjuntura externa adversa, agravada pela Grande Guerra. Particularmente no que é referente ao sector fruto-hortícola, a dependência do exterior e não existindo uma solução concertada para este sector levou a que se tenha assistido a uma consciente decadência sem solução à vista, como se poderá verificar através do decréscimo das exportações.

⁹² ROLLO, Maria Fernanda, “Ideias sobre a política agrária na I República” in OLIVEIRA, Pedro Aires, REZOLA, Maria Inácia (coord.), *O eterno retorno: estudos em homenagem a António Reis*, Lisboa, Campo da Comunicação, 2013, p. 341.

2. Comportamentos económicos nos alvares da autarcia e na génese do Estado Novo: os impactos na agricultura (1926-1936)

2.1. Os anos da Ditadura Militar, os ecos da Grande Depressão e o intervencionismo do Estado

A queda da I República, a 28 de Maio de 1926, não comportava uma linha política definida, muito menos uma política económica estruturada denotando “um esforço de aproveitamento das forças políticas e sociais antes evidenciadas”⁹³. O período entre 1926 e 1928 caracterizou-se pela conservação das condicionantes económicas dos últimos anos da República. Mas, simultaneamente ao deslindar das sensibilidades políticas e económicas das forças em presença, nesses anos verificou-se uma maior preocupação, no seio da elite académica sobre o problema do abastecimento alimentar. Foi neste contexto que surgiram algumas iniciativas para o debate sobre essas questões. Ainda antes do colapso da I República, em Maio de 1924, foi organizada pela Sociedade das Ciências Agronómicas de Portugal, a I Semana do Pão, de onde saíram algumas iniciativas visando “propagandear o incremento da produção cerealífera”⁹⁴ e, no caso da fruticultura, em 1925, a Estação Agrária Nacional elaborou um plano de estudos económico-culturais frutícola, tendo em vista um melhor conhecimento da produção de frutas em diversos pontos do país. Já em Setembro de 1926, realizou-se, em Alcobaça, o II Congresso de Pomologia, promovido pelo Instituto Superior de Agronomia, no qual se debateram as questões de aperfeiçoamento técnico deste sector, além de propostas defensoras da criação de juntas regionais para o controlo da produção de fruta, como acontecia, desde 1912, ano em que foi criada, por Lúcio Lobo e Manuel Vieira Natividade, a Junta de Reconstituição dos Pomares de Alcobaça. Também em 1926, sob os auspícios do Conde de Bobone⁹⁵, surgiu a Sociedade Pomológica Portuguesa.

⁹³ MACEDO, Jorge Borges de, “A problemática tecnológica no processo da continuidade República-Ditadura Militar-Estado Novo” in *Economia*, vol. III, nº 3, 1979, p. 451.

⁹⁴ CÂMARA, António Sousa da, “Os objetivos da «Campanha do Trigo»” in *Evocando a Campanha do Trigo: comemorações do XXV aniversário (1929-1954)*, Lisboa, Federação Nacional dos Produtores de Trigo, 1955, p. 26.

⁹⁵ Carlos Jerónimo Humberto de Bobone, 3º Conde de Bobone (1878-1935). Engenheiro-agrónomo pelo Instituto Superior de Agronomia, foi inspetor-chefe de uma das repartições do Ministério da Agricultura.

Estes eventos atestam um redobrado interesse pelas questões do desenvolvimento agrícola, que também incluía a problemática do desenvolvimento fruto-hortícola. Este debate será recuperado pelas instituições governamentais, que na década de 1930 lançaram as bases para a criação de uma nova atitude face ao comércio das frutas, legumes e produtos hortícolas nacionais. Numa lógica de ressurgimento nacional este é um dos sectores a que será votado um maior cuidado, obedecendo a critérios autárquicos, de modo a estabelecer hipóteses explicativas e prover as respostas necessárias para a superação do impasse em que o sector se encontrava.

É importante assinalar que a discussão técnico-científica se realizou à margem da organização de interesses agrários, quer durante a República, quer durante os primeiros anos da Ditadura Militar. Contrariamente ao que ocorreu com na vitivinicultura ou a cerealicultura, e tal como Nuno Luís Madureira afirmou, os sectores mais internacionalizados da agricultura, onde se incluem as frutas e os legumes, o azeite e a cortiça, tinham “menores possibilidades de fazer ouvir a sua voz internamente” e são “os que apresentam efeitos multiplicadores reduzidos sobre a restante atividade económica”⁹⁶.

Através desta constatação é possível atribuir a pouca expressividade política deste sector à fraca realidade organizacional que então ocorria e ao pouco peso económico que tinha face à produção agrícola nacional. Assentando, na sua grande maioria, em médios proprietários, o sector fruto-hortícola não tinha, por isso, peso suficiente para fazer valer as suas reivindicações, algo que a própria ausência documental parece atestar. Deste modo, a importância conferida a este sector parece partir, essencialmente, no aproveitamento de um debate sobre a modernização agrícola, com as suas raízes ainda no final do século XIX. Mas será o início da crise dos anos 30, de origem exógena, mas a que Portugal, enquanto economia periférica, não ficou indiferente, que estabelece o contexto propício à materialização de algumas das questões originárias do reformismo agrário. Também a construção institucional do Estado Novo facilitou a apropriação política dessa discussão, como adiante se verá, em que é necessário “não subestimar o potencial mobilizador que o projeto ideológico do salazarismo corporizava”⁹⁷.

⁹⁶ MADUREIRA, Nuno Luís, *A economia dos interesses: Portugal entre guerras*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002, p. 33.

⁹⁷ SARDICA, José Miguel, *Terminar a Revolução: a política portuguesa de Napoleão a Salazar*, Lisboa, Temas & Debates/Círculo de Leitores, 2016, p. 199.

A atuação política da Ditadura Militar nos seus primeiros anos faz-se sob o signo da crise. Os ecos da Grande Depressão fizeram-se sentir na agricultura, de forma nítida, sobretudo em sectores dependentes dos mercados externos. Apesar de, como refere Fernando Rosas, os efeitos advindo do *crash* da bolsa nova-iorquina, em Outubro de 1929, terem sido relativamente tardios, rápidos, pouco intensos e diversificados por vários sectores⁹⁸, a política agrícola da Ditadura Militar foi condicionada pelos fatores oriundos do estrangeiro.

Nos primeiros anos da década de 1930 “o lavrador viu rapidamente desvalorizados os produtos das suas colheitas e até em alguns casos viu a impossibilidade de os colocar, pois a procura desapareceu quâsi totalmente, apesar da enorme baixa de preços”⁹⁹. Com a baixa de preços, os lavradores viram-se forçados a recorrer ao crédito, situação que fez aumentar “o número de propriedades rurais hipotecadas em situação de insolvência”¹⁰⁰. Segundo os dados de Eduardo Lima Basto¹⁰¹, o poder médio de aquisição do agricultor diminuiu, entre 1929 e 1934, 39% para os bens consumidos na exploração dos terrenos agrícolas e 24% para o consumo doméstico¹⁰². Esta era uma situação extensível a outras realidades socioeconómicas, como o caso da Grã-Bretanha, um dos principais mercados importadores das frutas e dos legumes portugueses. Aqui o poder de compra caíra acentuadamente, como é patente no preço médio da fruta portuguesa importada nos mercados ingleses: se em 1929, o seu valor médio era de 25 *shillings* e 4 *pence*; em 1934, o valor era de 17 *shillings* e 9 *pence*¹⁰³. Sendo o sector primário a base da atividade produtiva nacional, ocupando 49% da população ativa¹⁰⁴, urgia minorar alguns dos danos provocados pela crise económica na agricultura, pairando sobre o exercício governativo

⁹⁸ ROSAS, Fernando, *O Estado Novo nos anos trinta...*, pp. 93-113.

⁹⁹ *Boletim do Ministério da Agricultura*, ano I, nº 1-5, III Série, Agosto/Dezembro de 1932, p. 491.

¹⁰⁰ AZEVEDO, Cândido de, *A crise da bolsa que mudou Portugal: a grande depressão, Salazar e a formação do Portugal Contemporâneo*, Mem-Martins, Publicações Europa-América, 1988, p. 36.

¹⁰¹ Eduardo Lima Basto (1875-1942). Professor no Instituto Superior de Agronomia, ocupou vários cargos durante a I República, chegando a Ministro do Fomento (1915), do Trabalho (1917), do Comércio e Comunicações (1922) e das Finanças (1925). Na esteira do pensamento pedagógico republicano era defensor da formação teórico-prática na aprendizagem dos conhecimentos agrícolas, além de ter sido o principal impulsionador do *Inquérito Económico Agrícola* e o *Inquérito a Habitação Rural*.

¹⁰² BASTO, Eduardo Lima, *Inquérito económico-agrícola: alguns aspectos económicos da agricultura em Portugal*, Lisboa, Universidade Técnica, 1936, 4º vol., pp. 369-370.

¹⁰³ ANDRADE, José Luís, *As frutas portuguesas na Grã-Bretanha durante o ano de 1935*, Lisboa, Imprensa Moderna, 1936, pp. 230-231.

¹⁰⁴ NUNES, Ana Bela Macias Ferreira, *População activa e actividade económica em Portugal*, Lisboa, ISEG/UTL, 1990 (tese de doutoramento – texto policopiado), p. 73.

os anseios de um novo modelo de intervenção na economia portuguesa, em que o “fortalecimento da autoridade”¹⁰⁵ foi igualmente um requisito.

De forma a responder aos sinais da crise, vários foram os métodos defendidos para a criação de um maior intervencionismo do Estado na economia. Um deles foi a concentração de indústrias e dos sectores de exportação que encontra um privilegiado economicos decisores políticos, uma vez que a estratégia económica governativa caminhava para um controlo estatista dos sectores produtivos nacionais, renunciando a fórmula corporativa. Partindo da realidade caracterizada por uma exportação dos produtos frutícolas “consideravelmente descuidada e exige capitais abundantes para poder desenvolver-se com eficiência”¹⁰⁶, começou a ser defendido que, na ausência de iniciativa privada, a intervenção do Estado seria catalisadora para o desenvolvimento do sector. No I Congresso da Indústria Portuguesa, realizado em Outubro de 1933, as mesmas ideias da autossuficiência económica do país são veiculadas, onde “a «cooperação» ou os «consórcios» não devem limitar-se à comercialização, mas estender-se aos próprios produtores”¹⁰⁷.

Especificamente no campo da agricultura, mimetizando a experiência do fascismo italiano e à semelhança de outros regimes fascistas¹⁰⁸, bem como perseguindo o sonho da autossuficiência do país na produção agrícola, o Ministério da Agricultura, tutelado por Henrique Linhares de Lima¹⁰⁹ lança, em Agosto de 1929, a «Campanha do Trigo» e, um ano mais tarde, a «Campanha de Produção Agrícola», de modo a estender os objetivos

¹⁰⁵ GUIMARÃES, Antunes, “A política rural na situação do 28 de Maio” in *I Congresso da União Nacional*, Lisboa, Editorial Império, 1934, vol. IV, p. 91.

¹⁰⁶ CORRÊA, Francisco António, *A cartelização e o comércio exportador*, Lisboa, Associação Comercial de Lisboa, 1931, p. 33.

¹⁰⁷ MIRANDA, Sacuntala de, *Portugal: o círculo vicioso da dependência (1890-1939)*, Lisboa, Teorema, 1990, p. 130.

¹⁰⁸ É possível elencar as seguintes similitudes na política agrária dos fascismos: “a strong ruralist emphasis at the discursive ideological-level [...] all fascist regimes gave the agrarian sector a primary role, but they did so to guarantee national self-sufficiency in the area of food [...] the prevalence of State intervention [...] a preference for reforms that did not question the framework of land ownership [...] the application of corporate designs that theoretical would harness the clashes of various economic interests and harmonize them under the paternalistic eye of State [...]” (FERNANDÉZ PRIETO, Lourenzo, MONTEJO, Juan-Pan e CABO, Miguel, “Fascism and modernity in the European countryside: a global overview” in FERNANDÉZ PRIETO, Lourenzo, MONTEJO, Juan-Pan e CABO, Miguel (ed.), *Agriculture in the age of fascism: authoritarian technocracy and rural modernization, 1922-1945*, Turnhout, Brepols Publishers, 2014, pp. 21-24).

¹⁰⁹ Henrique Linhares de Lima (1876-1953). Oficial do Exército, foi Chefe de Subsistências do Corpo Expedicionário Português (1917) e Diretor da Manutenção Militar (1923-1929). Foi Ministro da Agricultura no período da Ditadura Militar (1929-1932) onde foi um dos principais mentores da «Campanha do Trigo». Já no Estado Novo, foi Presidente da Câmara Municipal de Lisboa (1933-1934) e Ministro do Interior (1934-1936).

estabelecidos para a cultura cerealífera aos restantes sectores agrícolas: olivicultura, vitivinicultura, pomicultura e a cultura das forraginosas. É neste quadro de crescente autarcia que, integrada na «Campanha de Produção Agrícola» é lançada a «Campanha das Frutas», em 1930. Esta campanha objetivava “difundir, em primeiro lugar, as boas práticas culturais e económicas, já experimentadas e consagradas, para o máximo aproveitamento do arvoredo existente e em segundo lugar, estabelecer as bases racionais dos pomares a criar e a organização metódica de um moderno comércio de frutas”¹¹⁰.

À semelhança da «Campanha do Trigo»¹¹¹, não obstante o objetivo desta na satisfação dos interesses da grande lavoura cerealífera do Sul, a «Campanha das Frutas» serviu de pretexto para uma maior disciplina do mercado, através de uma base científica, aproveitando alguns dos contributos oriundos do reformismo agrário dos finais do século XIX e não sendo alheia a intervenção de Joaquim Vieira Natividade¹¹² na elaboração desta campanha agrícola. Como já foi salientado, subsistindo sobretudo através de médios e pequenos proprietários, a fruticultura e horticultura não tinham uma voz política poderosa, tal como acontecia no caso do trigo ou do vinho. Deste modo, a «Campanha das Frutas» surgiu mais como uma forma de fomentar as culturas potencialmente geradoras de equilíbrio económico do que, propriamente, um produto da pressão de determinados grupos de interesse.

Outro aspeto a salientar na Campanha das Frutas é que, em nosso entender, esta constituiu o corolário de uma série de propostas dispersas que se faziam sentir entre o final da I República e o início dos anos 30. No seguimento do plano de estudos frutícola de 1925, a Estação Agrária Nacional procedeu ao levantamento de informações económicas nas regiões frutícolas do Algarve, Peso da Régua, Freixo-de-Espada-à-Cinta, Viseu, Colares e região do Oeste. Já, entre 1927 e 1928, a Junta de Fomento Agrícola

¹¹⁰ BARROS, Henrique de e GRAÇA, Luís Quartín, *Árvores de fruto*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1936, p. 65.

¹¹¹ De acordo com Tiago Saraiva, “the campaign should not be seen exclusively from an agricultural point of view” mas também do ponto de vista do desenvolvimento industrial e investigação científica. Como no caso italiano “agricultural engineers and scientists were hardly secondary actors in the battle of production and its related institutions”, onde se destaca a ação de António Sousa da Câmara (SARAIVA, Tiago, “Fascist labscapes: genetics, wheat and the landscapes of fascism in Italy and Portugal”, in *Historical Studies in the Natural Sciences*, vol. 40, nº 4, 2010, pp. 480-481).

¹¹² Joaquim Vieira Natividade (1898-1968). Engenheiro agrónomo (1922) e engenheiro silvicultor (1929), pelo Instituto Superior de Agronomia de Lisboa. Fundou e dirigiu o Departamento de Pomologia da Estação Agronómica Nacional, o Centro Nacional de Estudos e Fomento da Fruticultura e a Estação de Experimentação Florestal do Sobreiro. Foi autor de cerca de três centenas de trabalhos científicos, que abarcaram temas como a subericultura, a viticultura, a olivicultura, a hortifruticultura, entre outros, mantendo ainda contato com organizações internacionais como a Food and Agriculture Organization (FAO).

iniciou uma ação muito relevante no plantio de fruteiras, adquirindo 20.000 pereiras para serem distribuídas, de forma gratuita, pelos produtores de Viseu, região produtora de pera-passa. Contudo, a extinção da Junta de Fomento Agrícola, em 1929, minou a concretização total deste programa. No seguimento destas iniciativas, há que referir que o desenvolvimento e o fomento da exportação das frutas e legumes não foi isento da colaboração de outras entidades fora da esfera económica. Veja-se o caso da Companhia dos Caminhos-de-Ferro Portugueses que tendo em vista “melhorar as condições de acondicionamento e transporte de frutas, concedeu o abatimento de 10% aos expedidores de remessas de frutas [...]”¹¹³, seguindo o exemplo das suas congéneres francesas. Esta colaboração, iniciada em 1931, manteve-se durante as campanhas agrícolas anuais, com a continuação da diminuição de taxas de transporte, concluindo-se, em 1938, que o transporte de leite, frutas frescas e hortaliças “é 2,9 vezes mais barato do que em Espanha e 1,47 vezes mais barato do que em França, em relação a 1 tonelada num percurso de 100 quilómetros”¹¹⁴.

Como foi possível atestar, os anos da transição entre a I República e o advento do autoritarismo são caracterizados por um crescente interesse nas capacidades que o sector das frutas e dos legumes poderiam trazer ao crescimento económico nacional. Todavia, a dispersão de iniciativas levou a que muitas ou não conhecessem uma aplicação prática ou que os seus resultados se revelassem muito tímidos. A transferência dessas preocupações das instituições académico-científicas para o aparelho governativo acabou por encontrar lugar na Campanha das Frutas que, posteriormente, estaria na base do organismo tutelar do sector fruto-hortícola: a Junta Nacional de Exportação de Frutas.

2.2. A criação e atuação da Junta Nacional de Exportação das Frutas e seus grémios

O fascismo, enquanto categoria conceptual, englobava, na sua fundamentação político-ideológica, as ideias corporativas que germinavam nos círculos antiliberais de finais do século XIX, impondo a ideia de que poderia ser “uma força de rutura capaz de modificar equilíbrios políticos e sociais, e capaz também de mobilizar estados e potências para a desestabilização da ordem existente, na sua ambição de propor e impor uma nova

¹¹³ *Informações Agrícolas*, nº 3, Março de 1932, p. 2.

¹¹⁴ *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, I legislatura, nº 158, 18 de Fevereiro de 1938, p. 29.

ordem”¹¹⁵. Assim, o novo regime político necessitaria de criar ruturas com *status quo* económico da I República, onde o corporativismo se assumia como o motor da mudança, apoiando-se “[...] no esforço consciente e no sacrifício de uma larga parte do individual em favor do coletivo, na devoção de todos pelo bem comum”¹¹⁶. Essa simbiose entre o ideário corporativo e os regimes fascistas leva a certos autores considerarem a “corporativização, por excelência, o modo de existência do fascismo na esfera económica”¹¹⁷.

Com a promulgação do decreto nº 20 020, de 4 de Julho de 1931, foi criada a Junta Nacional da Exportação de Frutas (JNEF), o primeiro organismo de coordenação económica de tendência corporativa, sendo um órgão que antecede, não só Estatuto do Trabalho Nacional, mas também a própria Constituição Política, os documentos basilares em que assentou o estado corporativo¹¹⁸. No preâmbulo do referido decreto, eram enumerados os objetivos por detrás desta atitude: “disciplinar, por um lado a nossa exportação, para bom nome dos produtos portugueses, e, por outro, estimular e apressar a organização da produção fruteira”. Além disso, no mesmo decreto, eram escrutinadas algumas das causas para as dificuldades que o sector conhecia naquele momento: “a falta de uniformidade nos tipos que exportamos, o tamanho inconstante das taras, a qualidade irregular, a péssima apresentação, o defeituoso acondicionamento [...]”. Além disso, com o decreto surgiu a marca nacional “Frutas de Portugal”, de modo a garantir um elemento visual identificativo da triagem e qualidade dos produtos hortícolas e frutos exportados, a que se seguiram outros certificados de origem, marcas e contramarcas, cuja diferença residia no seu local de origem.

Observando o organograma administrativo, segundo o artigo 3º do decreto, a cúpula dirigente da JNEF era constituída pelo Diretor-Geral do Fomento Agrícola, que era, por inerência, o presidente da Junta¹¹⁹; o professor da cadeira de arboricultura do Instituto

¹¹⁵ COLOTTI, Enzo, *Fascismo, fascismos*, Lisboa, Editorial Caminho, 1991, p. 217.

¹¹⁶ PEREIRA, Pedro Teotónio, *A batalha do futuro*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1937, p. 170.

¹¹⁷ BASTIEN, Carlos, *Para a história das ideias económicas no Portugal contemporâneo: a crise dos anos 1945-1954*, Lisboa, ISEG, 1989 (Tese de doutoramento em Economia – texto policopiado), p. 186.

¹¹⁸ No artigo 5º da Constituição Política de 1933, o Estado português é entendido, no seu artigo 5º, como “uma república unitária e corporativa” e, entre as suas funções contam-se, como se encontra plasmado no artigo 14º, “reconhecer as corporações morais ou económicas e as associações ou organizações sindicais, e promover e auxiliar a sua formação”, acrescentando-se ainda, no artigo 30º, que “o Estado regulará as relações da economia nacional com a dos outros países em obediência ao princípio de uma adequada corporação” (*Constituição Política da República Portuguesa/Acto Colonial*, Lisboa, Secretariado da Propaganda Nacional, 1942).

¹¹⁹ De acordo com as disposições legais, o primeiro presidente da Junta Nacional de Exportação das Frutas foi António Alves Bastos Botelho da Costa, Diretor-Geral dos Serviços Agrícolas, entre 1931 e 1969,

Superior de Agronomia; um engenheiro agrónomo nomeado pelo Ministro; representantes do Laboratório de Patologia Vegetal Veríssimo de Almeida, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, do Comércio e Indústria e Obras Públicas e Comunicações, das cooperativas frutícolas regionais ou da federação das mesmas cooperativas, dos sindicatos ou grêmios de exportadores de frutas; das associações comerciais; das associações industriais; das associações agrícolas, além do delegado da Inspeção Técnica das Indústrias e Comércio Agrícolas. Esta estrutura evidencia, desde logo, a importância conferida aos agrónomos e técnicos, bem como a associação de interesses na revitalização deste sector, uma vez que eram convocados elementos de diversos organismos públicos com funções políticas, isto é, os ministérios. Assim, como mostra Eugénio Castro Caldas, a retoma da questão agrária neste período evidencia uma forma de ensaiar uma “experiência aparentemente tecnocrática”¹²⁰.

Com a criação da JNEF, procurava-se conferir uniformidade às condições em que se procediam as exportações fruto-hortícolas, fortalecendo o sector, dotando-o de normas estritas que visavam uma maior competitividade com outros países produtores e nos mercados externos. Poder-se-á perceber que com a criação de uma normatividade comercial, pretendia-se retirar, às culturas das frutas e dos legumes, a sua circunscrição regional, almejando uma penetração mais acentuada em novos e velhos mercados. A nível da materialização deste desígnio, estava prevista, no artigo 4º, a criação de delegações em diferentes regiões do País.

A precocidade da criação deste organismo de coordenação, comparativamente com outros sectores agrícolas, levou a que “quando a construção da pirâmide corporativa portuguesa adquiriu uma corrente sistemática (depois da entrada em vigor da Constituição de 1933), estes primeiros passos tinham de inevitavelmente ser revistos”¹²¹, revisão essa conseguida em 1936, com a criação da Junta Nacional das Frutas.

Como foi mencionado, a JNEF antecede a organização corporativa e as instituições que lhe estão associadas. Como hipótese explicativa para esta precocidade, seguimos os motivos apontados por Pedro Teotónio Pereira¹²²: “criar primeiro estabilidade nos

permanecendo à frente da Junta, até 1942. Engenheiro-agrónomo de formação foi também Secretário-Geral do Ministério da Agricultura.

¹²⁰ CALDAS, *A agricultura portuguesa através...*, p. 62.

¹²¹ AHS-ICS/UL, Arquivo Manuel de Lucena, Cx. 29, Mç. 2, Pasta 1.

¹²² Pedro Teotónio Pereira (1902-1970). Licenciado em Matemáticas Superiores pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, foi um dos mais destacados membros do Integralismo Lusitano. Depois do golpe de 28 de Maio de 1926, converteu-se num dos próceres do novo regime, sendo um dos responsáveis

preços” para, de seguida, “assegurar regras de qualidade e de produção que permitissem pensar que estávamos em condições de concorrer nesses mercados. Não numa operação esporádica, mas visando a conservação ou a reconquista dos centros de importação que verdadeiramente nos interessassem”¹²³. Este conjunto de intenções aplica-se, de forma clara, à JNEF, onde a crise nascida nos primeiros anos da década de 30 havia prejudicado, ainda mais, um sector que se encontrava em dificuldades desde o final de Oitocentos. Assim, a doutrina corporativa não foi mais do que “um dispositivo de consolidação do regime autoritário [...] um recurso de dominação e arbitragem dos interesses, um instrumento de arrumação da economia nacional”¹²⁴, em que o sector fruto-hortícola foi, de certo modo, alvo de experimentalismo político, e em que a JNEF foi “entre nós, quasi precursora da própria organização corporativa”¹²⁵. Ao contrário dos organismos do período pré-corporativo, como a Federação dos Vinicultores do Centro e Sul ou a Federação Nacional dos Produtores de Trigo, criadas em 1932, a JNEF “prefigurava, a começar pelo nome, os organismos verticais que se iriam impor”¹²⁶ a partir da segunda metade da década de 1930.

Se aos silêncios documentais puderam ser imputadas leituras, uma delas seria que a ausência de grupos de pressão económica ligados à fruticultura e horticultura. A pequena expressão que este sector ocupava na produção agrícola limitou a criação de mecanismos suficientemente fortes para fazer valer um conjunto de reivindicações. Porém, é necessário compreender que o surgimento e a organização de alguns eventos, como os que foram mencionados para o final da década de 20, poderão constituir um sinal para o início de uma consciencialização do poder reivindicativo de que dispunham, embora tímido.

Mas para lá disso, o que se pode concluir é que se construiu uma certa anuência na intervenção estatal no sector, onde as ideias de modernização científica e tecnológica, de que derivaria o fomento das culturas, assentavam, sobretudo, numa discussão circunscrita aos engenheiros agrónomos que encontrou aplicabilidade no sistema político da ditadura.

pela construção do aparelho corporativo, tendo sido Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social (1933-36), Ministro do Comércio e Indústria (1936-1937) e Ministro da Presidência (1958-1961). Exerceu ainda funções diplomáticas no Brasil (1945-1947), nos EUA (1947-1950; 1961-1963) e no Reino Unido (1953-1958).

¹²³ PEREIRA, Pedro Teotónio, *Memórias*, Lisboa, Verbo, 1972, vol. I, p. 306.

¹²⁴ GARRIDO, *Queremos uma economia...*, p. 59.

¹²⁵ *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, ano III, nº 16, 15 de Julho de 1936, p. 279.

¹²⁶ LUCENA, Manuel de, “Sobre a evolução dos organismos de coordenação económica ligados à Lavoura (I)” in *Análise Social*, vol. XIV, nº 56, 1978, p. 846.

A procura de equilíbrio económico-financeiro, a principal pedra de toque dos primeiros anos da governação salazarista, assim como, a tónica conferida ao sector primário, correspondia a antigos anseios pugnados por diversas individualidades sobre o sector das frutas e dos legumes, onde se incluía o próprio Salazar. De facto se notarmos os três problemas elencados por Salazar na sua obra *A questão cerealífera: o trigo*, publicada em 1917, é possível encontrar paralelismos com o que vem a ser os principais objetivos da JNEF/JNF. Assim, neste sector foram apontados obstáculos na questão da *competência profissional*, estritamente necessária para a apresentação cuidada dos produtos, através de métodos técnicos modernos; as *condições de comercialização* e ainda os *meios de transporte*¹²⁷

A preferência dada a estas áreas demonstra como a política agrária deste período condensou muitas das problemáticas e propostas advindas das décadas anteriores, de que o pensamento de Salazar serve como exemplo, e cuja solução económica assentou num aproveitamento da terra que conseguisse condensar a resolução da questão da autossuficiência alimentar com a preservação e estabilidade dos “segmentos mais frágeis da agricultura e da indústria portuguesa [sendo] os que mais ocuparam o Governo na definição de políticas económicas conjunturais e de sentido estrutural”¹²⁸.

Deste modo, ao longo da década de 1930, são dados importantes passos na procura de revitalizar este sector. Numa exposição enviada a Oliveira Salazar, a Liga Agrária do Norte mostrava que “não há, nunca houve uma política agrícola. Há critérios individuais apenas; ideias parcelares, fragmentárias, boas umas, más outras, algumas excelentes, mas sempre sem finalidade coletiva, por fragmentárias, pessoais”¹²⁹. Seria contra esta inércia que o regime deveria atuar, de modo a corresponder a diversos níveis, quer do patronato, quer dos trabalhadores rurais. No tema em estudo, ainda com Sebastião Garcia Ramires¹³⁰ enquanto Ministro do Comércio, Indústria e Agricultura, em 1933, as atividades do Estado e da JNEF são estruturadas com o Decreto-Lei nº 22 800, de 6 de Abril de 1933,

¹²⁷ SALAZAR, António de Oliveira, *A questão cerealífera: o trigo*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1917, pp. 119-126.

¹²⁸ GARRIDO, Álvaro, “O Estado Novo português e a institucionalização da «economia nacional corporativa»” in *Estudos do Século XX*, nº 10, 2010, p. 313.

¹²⁹ LIGA AGRÁRIA DO NORTE, *Bases para a organização da lavoura*, Porto, Liga Agrária do Norte, 1935, p. 4.

¹³⁰ Sebastião Garcia Ramires (1898-1972). Licenciado em Engenharia de Máquinas pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa, foi Presidente da Associação Industrial Portuguesa (1930-1932). Integrou o governo de Salazar, como Ministro do Comércio, Indústria e Agricultura (1932-1933) e Ministro do Comércio e Indústria (1933-1936). Mais tarde, ocupou cargos de chefia na União Nacional e na Legião Portuguesa.

o chamado *Estatuto da Fruticultura e Horticultura Nacionais*, congregando um conjunto de medidas legislativas avulsas, embora surjam alterações. A mudança mais significativa reporta-se ao facto de que à JNEF ser atribuído um carácter consultivo, por oposição ao carácter executivo conferido à então criada Divisão dos Serviços Arborícolas e Hortícolas do Ministério da Agricultura (artigo 6º). Com este desenho institucional, a política governativa face ao sector fruto-hortícola alicerçava-se em outros organismos que funcionavam em associação. Assim, a JNEF fazia propostas “relativas à produção e comércio dos produtos frutícolas e hortícolas” à Divisão dos Serviços Arborícolas e Hortícolas que, por sua vez, fazia o seu estudo. Além desta incumbência, esta Divisão trabalharia com a Divisão dos Serviços de Inspeção Fitopatológica e com a Direcção-Geral da Ação Social Agrária, para recolha de dados estatísticos.

Mas também a própria direcção da JNEF sofreu alterações, onde foram incluídos representantes da Associação Central de Agricultura Portuguesa, da Associação Comercial de Lisboa e a Companhia dos Caminhos-de-Ferro Portugueses, o que poderá ser indicativo de uma gradual inserção do sector fruto-hortícola nos mecanismos da economia de mercado, nos quais a colaboração das referidas entidades se mostrava fundamental. Este diploma previu ainda a criação de delegações da JNEF em diversos pontos do território, de forma a assegurar a valorização do produto na origem, algo que já ocorrera, em 1932, com a criação de uma delegação no Algarve e que sucederia nos anos seguintes, antecedendo a formação dos grémios.

Mais tarde, o investimento estatal na horto-fruticultura sofreu um reforço significativo, facto que não deve ser desconectado da atuação de Rafael Duque¹³¹ enquanto Ministro da Agricultura¹³², sendo a especialização frutícola uma das prioridades governativas estabelecidas pelo titular da pasta. Tal facto radicou no entendimento que Duque fazia da aposta da diversificação agrícola portuguesa como um meio de fomento da riqueza nacional, na qual se encontrava englobada a fruticultura. Esta seria protegida pelo Decreto nº 25 325, de 14 de Maio de 1935, no qual se estabelecia a cedência gratuita

¹³¹ Rafael Duque (1893-1969). Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, numa primeira fase dividiu a sua atividade profissional como advogado com a gestão da sua propriedade na Chamusca, onde foi Presidente da Comissão Administrativa, entre 1926 e 1929. Em 1934, é chamado a ocupar a pasta da Agricultura onde se mantém até 1940, data em que é nomeado Ministro da Economia até 1945. O seu mandato na pasta na Agricultura foi marcado por uma política reformista da agricultura e de desenvolvimento industrial, onde se contam os projetos de colonização interna, fomento florestal, fomento frutícola e irrigação do Alentejo.

¹³² Sobre a política governativa conduzida por Rafael Duque veja-se: ROSAS, Fernando, “Rafael Duque e a política agrária do Estado Novo (1934-44)” in *Análise Social*, vol. XXVI, nº 112-113, 1991, pp. 771-790.

de plantas dos viveiros do Estado, facilidades de crédito a conceder aos pomareiros e ainda assistência técnica e prémios de cultura.

Dando seguimento às Campanhas de Produção, assistiu-se a um esforço no fornecimento de mecanismos de assistência técnica aos proprietários agrícolas. Desta maneira, reforçava-se a premissa na qual assentavam a lógicas governativas de Duque e dos seus antecessores, isto é, arregimentar as regiões de vocação frutícola. O caso do Oeste surge como exemplo desse tipo de atuação. Na tentativa de diversificação cultural, de modo a contornar a primazia do cultivo da vinha na região, e através de técnicos das Brigadas Técnicas do Ministério da Agricultura, deu-se uma especial atenção às condições de cultivo, produção e colheita das frutas, em associação com produtores locais. A formação técnica dos produtores e cultivadores foi outra das vertentes da política governativa na melhoria do sector. Ainda, em 1932, foi ministrado um curso para podadores na área de atuação da XVª Brigada Técnica, embora os resultados não tenham sido satisfatórios, verificando-se, a partir de 1934/35, cinco núcleos de tratamento da fruticultura: Leiria, Caldas da Rainha, Lourinhã, Torres Novas e Colares, estabelecendo-se ainda dez pomares-tipo, o que representava “um investimento pouco usual”¹³³.

Ainda dentro da questão da fruticultura no sentido mais restrito, importa também ressaltar a ação da Repartição dos Serviços Fitopatológicos do Ministério da Agricultura, na inspeção de viveiros de árvores de frutos, política que abrangeu grande parte do território continental, passando-se de 106 viveiros inspecionados, em 1935, para 836, em 1937.

Em 1935, através das disposições do Decreto nº 25 327, de 14 de Maio, foram criados, por todo o país, os pomares industriais, por contraponto aos pomares familiares. Por norma, os pomares familiares estavam localizados junto a residências, em áreas calculadas entre os 2000 m² a 2500 m², caracterizando a paisagem agrária, na zona, definida por Fernando Oliveira Baptista, como de *agricultura familiar*, ou seja, a norte do Tejo. Já por pomar industrial entendia-se unidades agrícolas constituídas por “milhares de árvores, dum número limitado de variedades, alinhadas com rigor, formando extensas avenidas de alguns quilómetros de extensão”¹³⁴, replicando o modelo usado nos EUA,

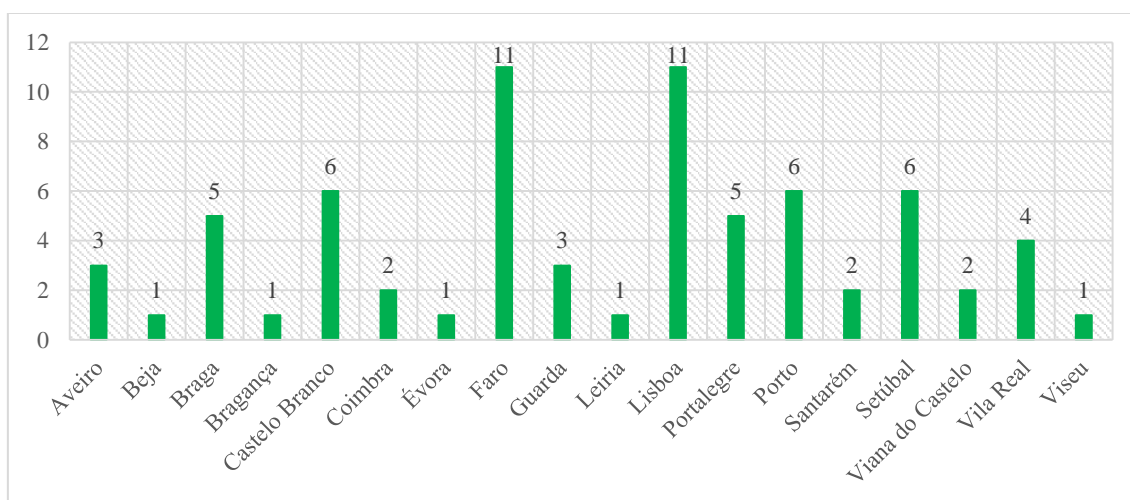
¹³³ FREIRE, *Produzir e beber...*, p. 257.

¹³⁴ NAVARRO, André, *Novas perspectivas da exportação de frutas*, Lisboa, Associação Comercial de Lisboa, 1934, p. 15.

embora numa escala muito mais reduzida. Para a constituição desses pomares foram distribuídas, de forma gratuita, 50 050 árvores de fruto e 10 000 morangueiros.

A constituição destes pomares centrou-se, sobretudo, em Lisboa e Faro, zonas tradicionalmente voltadas para a fruticultura. Esta primazia não poderá se desconectar, em primeiro lugar, da atuação das Brigadas Técnicas, e, em segundo lugar, da atividade dos grêmios da JNEF, como se verá mais à frente, pois um dos objetivos da sua atuação era, precisamente, fornecer meios técnicos aos membros destes organismos para o cultivo de frutas. Deste modo, os pomares industriais tiveram pouca incidência na zona interior norte e sul (Bragança, Viseu, Évora, Beja e Leiria contavam com apenas um pomar industrial no seu território), como se poderá ver mais detalhadamente no gráfico 1.

Gráfico 1 - Número e distribuição de pomares industriais em 1938



Fonte: GRAÇA, Luís Quartin, *O Estado Novo e a Agricultura*, Lisboa, Edições SPN, 1938, p. 29.

Além das questões referentes à atuação no sector, coadjuvada por outras instituições e organismos, a JNEF lançou as bases para a construção de uma estrutura gremial (ver imagem 2 dos anexos). A localização das delegações da JNEF e, mais tarde, dos grêmios não foi alheia aos problemas do sector pois todos eles estão colocados em regiões cuja produção fruto-hortícola era, simultaneamente, um dos pilares da economia regional, mas também, no início da década de 1930, zonas que se encontravam com sérios problemas, no que toca à produção e colocação dos frutos e legumes nos mercados externos.

No cômputo geral, as funções destes grêmios partiam de um controlo, à escala local, das normativas emanadas pelo governo e pela JNEF, mantendo esta normatividade desde a sua criação até à sua extinção. Partindo da disciplina da concorrência, estes grêmios teriam de fixar os preços mínimos de exportação dos respetivos produtos para os diferentes mercados, quer interno, quer externo. Além disso, como sintetiza Manuel de Lucena, os grêmios também “controlavam a qualidade dos produtos, fomentavam a construção de armazéns, [...] Tinham o poder de aplicar multas e outras sanções de autoridade”¹³⁵. A nível da produção, a sua proteção baseava-se na concessão de prémios de produtividade e de subsídios para aquisição de maquinaria e equipamentos, além da fiscalização dos produtos.

O primeiro dos grêmios surgiu em Vila Franca de Xira, com o Decreto nº 22 143, de 6 de Abril de 1933, reorganizado, em 1935, com o decreto nº 25 325, de 14 de Maio¹³⁶. A sua ação só começou, efetivamente, em Junho desse ano, aquando do início da exportação da produção de maçã e uva, partindo de três pontos programáticos: “valorização da fruta, economia na exportação e fornecimento de adubos”¹³⁷. Na estrutura interna da JNEF, verificou-se ainda a constituição do Grémio do Comércio e Exportação de Frutas (GCEF), criado pelo Decreto nº 23 829, de 7 de Maio de 1934¹³⁸, com sede em Lisboa, além de uma delegação na cidade do Porto.

O Grémio dos Exportadores de Frutos e Produtos Hortícolas do Algarve (GEFPHA) nasceu pelo Decreto nº 23 731, de 23 de Abril de 1934¹³⁹, de modo a responder aos problemas que grassavam na região, tendo-lhe sido atribuídos como fontes de receita, além das quotas dos sócios, a cobrança de taxas sobre o miolo de amêndoa, amêndoa em casca, figos e seus derivados (xarope e pasta), alfarroba e produtos hortícolas. Dentro destes produtos, a amêndoa foi a mais valorizada, sobretudo, devido à “guerra entre a Etiópia e a Itália, nosso principal concorrente, deprimido sobre a política de sanções”¹⁴⁰, sucesso momentâneo demonstrativo da continuidade da competição internacional face aos produtos portugueses.

¹³⁵ LUCENA, Manuel de, “Sobre as federações de grêmios da lavoura (breve resumo sobre o que fizeram e deixaram de fazer)” in *Análise Social*, vol. XVI, nº 64, 1980, p. 717.

¹³⁶ *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, ano II, nº 12, 15 de Maio de 1935, pp. 280-283.

¹³⁷ GRÉMIO DOS PRODUTORES DE FRUTAS DA REGIÃO DE VILA FRANCA DE XIRA, *Relatório e contas do exercício de 1935*, Vila Franca de Xira, Vida Ribatejana, 1936, p. 4.

¹³⁸ *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, I ano, nº 12, 15 de Maio de 1934, pp. 12-16.

¹³⁹ *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, I ano, nº 11, 30 de Abril de 1934, pp. 14-18.

¹⁴⁰ *Boletim dos Organismos Corporativos Patronais*, nº 2, Março de 1936, p. 27.

As regiões insulares não foram olvidadas na criação dos grémios. Em Agosto de 1935, surgiu o Grémio dos Exportadores de Frutas e Produtos Hortícolas da Ilha da Madeira (GEFPHIM), tendo sido criadas duas delegações, uma em Lisboa e outra em Londres. À semelhança das restantes regiões onde se implantaram grémios, também a fruticultura e horticultura madeirenses não conheciam um cenário auspicioso para a melhoria das suas produções, devido à ocorrência de fitonoses que havia debilitado, fortemente, a economia agrícola, com exceção das espécies tropicais.

Uma das espécies beneficiadas com a intervenção corporativa foi a banana. Durante a década de 1920, a banana conheceu um exponencial aumento, quer na área de cultivo, rondando cerca de 50%, quer nos preços que obtinha nos mercados externos. A criação da JNEF e do GEFPHIM foi ao encontro de uma necessidade de formatar a produção, blindando de eventuais oscilações, quer nas colheitas, quer na procura nos mercados externos. Assim, a banana foi progressivamente substituindo a plantação de cana-de-açúcar, conhecendo um grande incremento da sua exportação, desde 1925, com cerca de 1000 toneladas, até 1935, com mais de 4000 toneladas exportadas, não obstante uma estagnação verificada entre 1932 e 1935¹⁴¹. Se em 1930, a produção se cifrou em 4 386 061 quilos, já em 1938, foram produzidos 9 376 688 quilos de bananas¹⁴², atestando o peso considerável que esta fruta ganhou na economia regional, com especial incidência nos concelhos de Câmara de Lobos, Ponta do Sol e São Martinho. Também através da diplomacia económica foram conseguidos avanços como o acordo luso-francês de 1935, que fixou a importação de banana portuguesa para França, podendo a produção madeirense introduzir-se nesse mercado, sobretudo entre os meses de Abril e Setembro, quando a produção da Guiné francesa era, por norma, mais baixa.

Mas ao contrário deste caso, a restante produção madeirense pautava-se por dificuldades, como o caso dos abacates ou maracujás. Além disso, a própria estrutura fundiária dificultava progressos no aproveitamento económico destas culturas, uma vez que se encontrava extremamente fragmentada, facto que não conheceria alterações de monta durante a vigência do regime autoritário.

¹⁴¹ NATIVIDADE, Joaquim Vieira, *Fomento da fruticultura na Madeira*, Lisboa, Junta Nacional das Frutas/Grémio dos Exportadores de Frutas e Produtos Hortícolas da Ilha da Madeira, 1947, p. 27.

¹⁴² *Boletim da Junta Nacional das Frutas*, ano VII, nº 4, 4º trimestre de 1947, p. 495.

Também, através do Decreto nº 24 560 de 17 de Outubro de 1934¹⁴³, foi criado nos Açores, o Grémio dos Exportadores de Frutas e Produtos Hortícolas de São Miguel (GEFPHSM), depois de uma visita aos Açores do Ministro Garcia Ramires, em Agosto do mesmo ano. Este grémio era um natural sucedâneo da delegação da JNEF, criada pelo Decreto 22 800 de 4 de Julho de 1933, onde o seu conjunto de atribuições e fins era semelhante aos restantes: exercer, orientar e fiscalizar a exportação de origem hortofrutícola, através do estabelecimento das suas condições de venda, quer a nível dos produtos, quer a nível dos produtores, além do auxílio técnico-científico e financeiro. Assim, o GEFPHSM possibilitava um maior controlo da produção agrícola da ilha, “tão contingente, dadas as dificuldades crescentes que os mercados consumidores apresentam, como ultimamente se tem verificado”¹⁴⁴.

Se na ilha da Madeira, a principal produção beneficiada pela ação corporativa foi a banana, no caso da ilha de São Miguel tratou-se do ananás. Nesse sentido, o GEFPHSM procedeu ao cadastro dos produtores ananaseiros, 115 no total, sobressaindo algumas singularidades no regime de produção agrícola. Como relata Fátima Sequeira Dias, “dominavam, porém os proprietários a título individual, sendo relevante o nome de várias mulheres (seis no total) e de vários «senhores» identificados com a elite económica e do poder da ilha”¹⁴⁵. A nível tecnológico, foram contabilizadas 3258 estufas distribuídas pelos concelhos de Ponta Delgada, Lagoa e Vila Franca do Campo. A ação do GEFPHSM fez-se a outros níveis, nomeadamente, a nível dos circulação das mercadorias, tendo firmado um contracto com a Companhia de Navegação Carregadores Açorianos, para que fosse uma empresa nacional a ficar encarregue da tarefa do transporte, além da introdução dos ananases no mercado alemão. Todos os fatores mencionados levaram ao aumento da exportação até 1939, ano em que o início da II Guerra Mundial ditou o encerramento de alguns dos principais mercados.

¹⁴³ *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, ano I, nº 23, 31 de Outubro de 1934, pp. 14-18.

¹⁴⁴ ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Mç. 482, pt 23/1.

¹⁴⁵ DIAS, Fátima Sequeira, *Os Açores na História de Portugal: séculos XIX-XX*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, p. 80.

3. A criação e os primeiros anos de atuação da Junta Nacional das Frutas (1936-1939)

3.1. O enquadramento institucional da JNF no corporativismo

O ano de 1936 redefiniu os percursos da construção do aparelho corporativo, sendo um dos sinais do amadurecimento e da afirmação do Estado Novo, num tempo em que foi necessário afirmar e endurecer o regime e as suas instituições, face às adversidades que provinham de Espanha, com o início da guerra civil. Foi neste contexto que o Ministro do Comércio e Indústria, Pedro Theotónio Pereira criou o Conselho Técnico Corporativo do Comércio e Indústria e lançou o estatuto geral dos organismos de coordenação económica, através do Decreto-Lei nº 26 757, de 8 de Julho de 1936¹⁴⁶, estatuto esse que só seria revisto em 1972. Este afã legislativo objetivava, “o reforço da intervenção estatal nos sectores reorganizados durante a ditadura militar ou mesmo depois do ordenamento constitucional e a consequente subordinação das instituições corporativas a organismos públicos”¹⁴⁷.

Estando o regime definido na sua moldura constitucional, que consagrou a fórmula corporativa, esta é oportunidade para que a nossa análise possa escrutinar de forma mais atenta alguns dos princípios elementares em que os organismos de coordenação económica assentaram. Como foi possível demonstrar, antes da publicação da legislação de 1936, já se haviam formado alguns organismos de coordenação económica¹⁴⁸, situação na qual se enquadra a JNEF, futura Junta Nacional das Frutas. Apesar de não pertencerem rigorosamente à pirâmide corporativa¹⁴⁹, eram considerados como organismos intermédios. Por coordenação, entendia-se regulação e disciplina, baseando-se na

¹⁴⁶ *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, ano II, nº 16, 15 de Julho de 1936, pp. 289-291.

¹⁴⁷ GARRIDO, *O Estado Novo e a Campanha do Bacalhau*, Lisboa, Círculo de Leitores/Temas & Debates, 2010, p. 157.

¹⁴⁸ Além da JNEF, até 1936, foram criados os seguintes organismos de coordenação económica: em 1931, a Junta Nacional de Olivicultura, “que nunca chegou a funcionar com eficiência” (COSTA, Luiz Cincinnato da, *O problema do azeite em Portugal*, Lisboa, Tipografia da Seara Nova, 1937, p. 18), a que se seguiriam a Comissão Reguladora do Comércio de Arroz e o Instituto do Vinho do Porto, ambos criados em 1933 e a Comissão Reguladora do Comércio de Bacalhau, em 1934.

¹⁴⁹ De baixo para cima, a pirâmide corporativa organiza-se da seguinte forma: no primeiro estrato estavam grémios obrigatórios, facultativos e da lavoura, sindicatos nacionais, casas do povo e casas de pescadores; no segundo, as federações e uniões de grémios, federações e uniões de sindicatos e federações e uniões de casas do povo, e, no terceiro e último encontravam-se as corporações.

agregação do conjunto de certas atividades produtivas, como consta no artigo 10º, do Decreto-Lei nº 23 049, de 23 de Setembro de 1933. Mas com a consagração constitucional do corporativismo, “essa terminologia foi sendo reservada para os organismos estatais sem base corporativa, mas de coordenação económica, isto é, para os *institutos, juntas e comissões reguladoras*, que concomitantemente tinham sido criadas”¹⁵⁰. Estes organismos, criados com o objetivo de serem transitórios e para, posteriormente, serem absorvidos pelas corporações, acabaram por se tornar prolongamentos da regulação estatal no campo económico, embora nos quais, por norma, não se imiscuía a participação de entidades particulares¹⁵¹. O próprio regime justificou esta ambivalência através da necessidade de “dispor de elementos de ação impregnados do novo espírito e menos próximos da esfera burocrática”, como se pode ler no preâmbulo do Decreto-Lei nº 29 110, de 12 de Novembro de 1938. Dentro desta tipologia tripartida, e segundo o estatuto de 1936, se as comissões reguladoras estavam encarregues do condicionamento das importações e os institutos tinham como objetivo coordenar alguma atividades exportadoras, com as juntas nacionais era pretendida disciplina e o estímulo de atividades produtivas voltadas para a exportação, algo que a JNEF já preconizara nos anos precedentes.

Além disso, a sua autonomia jurídica levou a que não fossem considerados órgãos de administração direta, o que introduzia uma novidade na administração pública assente em dois aspetos: 1) tinham funções de regulação económica e não de gestão de um serviço ou estabelecimento público; 2) a sua composição incluía membros das atividades reguladas, ao contrário do que sucedia em certos organismos públicos. A desejável base coletiva da qual deveria partir este tipo de instituição era inexistente, não representando, como ressaltou Marcello Caetano, “nem uma associação personalizada, nem uma categoria económica-profissional”¹⁵².

Do ponto de vista estritamente económico, era através dos organismos de coordenação económica que se concentrava um dos principais objetivos do corporativismo: o abandono de uma economia estatista, substituindo-a pela economia autogerida. O problema económico “não é ao Estado nem aos Governos que pertence

¹⁵⁰ MOREIRA, Vital, *Auto-regulação profissional e administração pública*, Coimbra, Coimbra Editora, 1997, pp. 243-244.

¹⁵¹ No caso da Junta Nacional do Vinho, os interesses económicos ligados à exploração da vinha acabaram por ditar uma formulação administrativa distinta, incorporando nas suas estruturas, sobretudo, vitivinicultores e vinicultores, acusando o peso de uma certa oligarquia agrária.

¹⁵² CAETANO, Marcello, *O sistema corporativo*, Lisboa, O Jornal do Comércio, 1938, p. 68.

resolvê-lo, mas sim a quem produz, a quem vende e a quem consome”¹⁵³. Com este mecanismo pretendia-se combater o espectro do Leviatã hobbesiano indo ao encontro da ideia da rejeição da “elefantíase do Estado, o seu pendor burocrático paralisante, a sua abstrata coação”¹⁵⁴. Tal facto não correspondeu à realidade e o corporativismo acabou por assentar numa extensa teia burocrática, através de diferentes organismos, a que não é estranha a almejada domesticação do capitalismo, a colaboração interclassista e o controlo da concorrência imperfeita. Em síntese, “a dominação burocrática do Estado cedo se impôs à organização espontânea dos grupos sociais”¹⁵⁵.

Esta situação, seguindo Immanuel Wallerstein, criou um mecanismo basculante, ou seja, “existe um ponto em que a força cria mais força” funcionando “também no sentido oposto: a debilidade conduz a uma maior debilidade. Entre estes dois pontos reside a política de criação do Estado”¹⁵⁶. Nesta situação, a cúpula dirigente do regime que se consolidava nos anos 30 pretendeu criar um ponto de equilíbrio, usando o corporativismo como expediente na resolução de diversas idiossincrasias que percorriam a economia nacional, através de um intervencionismo moderado. Enquanto nesta primeira fase, o que se assistiu foi a um momento de criação de força do aparelho do Estado, como veremos, a II Guerra Mundial acabou por ditar o oposto em que, paradoxalmente e apesar da proliferação dos organismos de coordenação económica, as alterações na economia mundial, face ao contexto bélico, acabaram por criar debilidades, notadas, inclusive, pelos próprios elementos do regime e, em que a economia autodirigida dificilmente encontrou espaço de operacionalização.

De acordo com o quadro jurídico-administrativo e teórico anteriormente exposto, qual era o lugar da Junta Nacional das Frutas no sistema corporativo? Desde logo, o principal facto que sobressai é que sendo uma junta e à semelhança das comissões reguladoras e dos institutos, era daqui que era possível fazer “o enquadramento dum conjunto de atividades já organizadas ou a organizar onde é possível definir a cada instante a posição do interesse geral e dos interesses parcelares”¹⁵⁷. Todavia, como atrás ficou plasmado, era reconhecida a transitoriedade destes organismos, sendo a criação das

¹⁵³ *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, I ano, nº 5, 30 de Janeiro de 1934, p. 5.

¹⁵⁴ LUCENA, Manuel de, *A evolução do sistema corporativo português: o salazarismo*, Lisboa, Perspectiva & Realidades, 1976, p. 112.

¹⁵⁵ GARRIDO, *Queremos uma economia nova...*, p. 92.

¹⁵⁶ WALLERSTEIN, Immanuel, *O sistema mundial moderno*, Porto, Edições Afrontamento, 1990, vol. I, pp. 344-345.

¹⁵⁷ PEREIRA, *A batalha...*, p. 191.

corporações era o estágio último na montagem de um sistema corporativo. A precocidade da corporativização¹⁵⁸ do sector fruto-hortícola leva-nos a pressupor que este passo revela a apropriação do corporativismo enquanto sistema capaz de arregimentar vontades, ideias e ambições variadas, mais do que uma verdadeira consciencialização das virtudes dessa doutrina.

Em síntese, o regime corporativo, do ponto de vista da política económica, permitia “satisfazer e compor, de acordo com o critério básico de não provocar roturas subversivas; equilibrar compensatoriamente interesses contraditórios; arbitrar autoritariamente dissídios e partilhas de vantagens”¹⁵⁹. Assim, a passagem de JNEF para JNF, mais do que a mera reestruturação do seu nome, pouco altera as funções que lhe estavam atribuídas desde 1931, procurando manter o equilíbrio estabelecido desde essa data.

Atendendo ao que o Decreto-Lei nº 27 355, de 19 de Dezembro de 1936¹⁶⁰ previa pequenas mudanças, embora, de uma maneira geral, as intenções de melhoria do sector continuassem a existir. A nível dos seus objetivos, o artigo 1º aponta, desde logo, a necessidade de “criar a consciência corporativa e desenvolver o sentimento de solidariedade entre os elementos das atividades que disciplina e orienta”. De seguida, no quadro da missão da JNF, deverá ser destacado o estudo “das condições em que se exerce o comércio de frutas e produtos hortícolas e promover o seu melhoramento” (artigo 2º); “orientar, disciplinar e fiscalizar o comércio de frutas e produtos hortícolas” (artigo 3º); “promover e organizar a expansão do comércio de frutas e produtos hortícolas nos mercados internos e externos e fazer respetiva propaganda” (artigo 4º), e ainda, “passar certificados de origem e autorizar o uso de marcas nacionais” (artigo 7º). Todo este conjunto de medidas deveria estar em estreita articulação com o Ministério do Comércio e Indústria (artigos 6º e 8º).

A nível administrativo, a direção da JNF era composta por um presidente, um vice-presidente, um representante da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas, o diretor do Mercado Abastecedor de Frutas de Lisboa, além de dois representantes dos organismos corporativos de comércio de frutas e produtos hortícolas e dois representantes dos

¹⁵⁸ Segundo José Maria Brandão de Brito, o processo de corporativização corresponde a “i) um processo de assimilação da doutrina corporativa pelas estruturas organizadas da sociedade (existentes ou a criar) e ii) a articulação progressiva dessas estruturas com o Estado” (BRITO, *A industrialização portuguesa no pós-guerra...*, p. 135).

¹⁵⁹ ROSAS, Fernando, *Salazar e o poder: a arte de saber durar*, Lisboa, Tinta-da-China, 2013, p. 300.

¹⁶⁰ *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, ano IV, nº 3, 31 de Dezembro de 1936, pp. 64-66.

organismos de produção agrícola. A gestão financeira e as receitas da JNF deveriam provir de cinco elementos: do produto das taxas de verificação cobradas sobre frutas e os produtos hortícolas; parte das taxas cobradas pelas câmaras municipais para a manutenção da inspeção dos mercados abastecedores; contribuições dos organismos corporativos sob a tutela da Junta; o produto da venda de rótulos de marcas nacionais, além de outros possíveis proventos.

A partir deste enunciado legislativo, denotam-se algumas continuidades e ruturas entre a JNEF e JNF. Ao contrário do que ocorrera em 1931, com a passagem a JNF, seis anos mais tarde, verifica-se o ajustamento da doutrina corporativa para este sector, num tempo de plena estabilização institucional do Estado Novo. A criação da “consciência corporativa” e de todas as outras organizações corporativas é assumida como parte fulcral desta organização, ficando plasmada no decreto, de modo a corresponder ao quadro político entretanto criado. Assim, uma vez estabelecidos os princípios básicos do Estado corporativo, a JNEF necessitava de uma reorganização para corresponder a novas questões e pressupostos.

Também, a nível da cúpula dirigente da JNF, as disposições normativas são revistas. O peso de técnicos externos à Junta diminuiu consideravelmente, construindo-se uma direção mais restrita, da qual faziam parte figuras ligadas aos órgãos tutelados pela JNF. Além destas alterações, o papel conferido ao presidente era de grande relevo pois as funções inerentes a este cargo era representar o organismo, elaborar os seus regulamentos internos, convocar reuniões extraordinárias, contratar pessoal, além de possuir “direito de veto sobre todas as deliberações da Junta” e despachar diretamente com o Ministro do Comércio e Indústria. Importa salientar que, como afirmou Manuel de Lucena, “os institutos não actuaram só sobre actividades viradas para a exportação [...] antes configurando a fórmula corporativamente mais evoluída da coordenação”¹⁶¹, isto é, sua a direção era composta por um diretor e dois diretores-adjuntos, nomeados pelo ministro e um conselho-geral, facto exclusivo destes organismos, não se verificando nas juntas e nas comissões reguladoras.

¹⁶¹ LUCENA, Manuel de, “Organismos de coordenação económica” in BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal: 1926-1974*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, vol. 8, pp. 655.

3.2. A atividade inicial da Junta Nacional das Frutas: entre o fomento da exportação e a investigação científica

Apesar de alguns avanços, aquando da criação da Junta Nacional das Frutas, o panorama agrícola não se revelava auspicioso, contrariamente ao que ocorrera nos anos anteriores para outras culturas, como os cereais ou vinho. O ano de 1936 foi considerado um “dos piores” em termos da produção, com reflexos na exportação, e, consequentemente, “não houve remédio para o alto preço”, mas também se notava a ausência de “qualquer organização coerciva para o abastecimento interno de fruta”¹⁶², facto que suscitou “queixas de todos os lados e que convinha imenso que fosse dada uma orientação”¹⁶³. A transformação da JNEF em JNF não alargou o âmbito de competências mas o controlo do mercado interno começou a ser entendido como fundamental. Mais do que a mera fiscalização da produção exportada, as condições em que esta era desenvolvida revelava-se fundamental na atuação deste organismo.

Sendo o principal objetivo da JNF a (re)conquista dos mercados externos, a regulação das lógicas comerciais internas era associada, entre outros, ao aperfeiçoamento dos aspetos biológicos da produção de frutas, legumes e hortícolas. Também a preocupação com o seu acondicionamento estava presente no horizonte da atuação deste organismo, uma vez que melhorando a qualidade dos produtos, a possibilidade de singrar nos mercados estrangeiros seria maior, questão que até foi levantada em debates parlamentares, onde se afirmava que “o comércio de exportação dos chamados primores, frutas e legumes, tem de ser cada vez mais metuculoso nos seus processos de embalagem”¹⁶⁴.

Poder-se-á inscrever as preocupações da JNF num plano mais amplo no qual os anseios da autarcia económica criaram condições para o desenvolvimento da investigação agronómica, situação comum em Portugal, Itália ou a Alemanha. Como Tiago Saraiva explana “what might be perceived as traditionalist back-to-the-land movement made sense only because of science [...] technoscientific organisms made the radical nationalism of Mussolini, Salazar, and Hitler plausible”¹⁶⁵. Ainda que com pressupostos

¹⁶² *Diário de Lisboa*, ano 16, nº 5062, 20 de Dezembro de 1936, p. 5.

¹⁶³ *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros/Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1987, vol. I, p. 61.

¹⁶⁴ *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, I legislatura, nº 178, 29 de Março de 1938, p. 587.

¹⁶⁵ SARAIVA, Tiago, *Fascist pigs: technoscientific organisms and the history of fascism*, Cambridge, MIT Press, 2016, p. 17.

diferentes, a investigação agronómica realizada pela JNF foi ao encontro de ideias segundo as quais a capacidade de produção agrícola se encontrava associada às práticas científicas, no sentido de rentabilização económica dos sectores, objetivo para o qual contou com a participação de outras entidades. Através de uma colaboração com a Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas é possível elencar, até ao início da década de 1940, uma série de iniciativas cujo objetivo passava pelas melhorias das condições da produção fruto-hortícola.

Uma das questões a que a Junta Nacional das Frutas deu maior importância foi a questão das embalagens utilizadas para exportação das frutas e dos legumes. Esta era uma das principais críticas, quer a nível interno, quer a nível externo, aquando da análise do comércio fruto-hortícola português. A qualidade, a aparência e a uniformidade das variedades para venda tornavam-se critérios fundamentais para um bom escoamento da produção portuguesa nos mercados estrangeiros. Como o delegado do Grémio do Comércio de Exportação de Frutas, em Londres relatou: “a fruta doente ou bichosa não encontra consumo senão a preços muito baixos”¹⁶⁶, o que prejudica os réditos dos produtores portugueses, num contexto de concorrência com outros países produtores.

De modo a debelar as consequências económicas deste *handicap*, a Junta Nacional das Frutas instalou, em 1937, nas dependências da antiga Central Elétrica da Ajuda, o Armazém de Acondicionamento Experimental, ficando sob a tutela do Grémio do Comércio de Exportação de Frutas, transformando o edifício “numa saudável e modelar oficina, apetrechada com a mais moderna maquinaria”¹⁶⁷. Neste armazém foi montado um sistema de escolha, branqueamento e calibragem de nozes, para o que a introdução de maquinaria se revelou muito eficaz para este processo. Em 1937, foram preparadas e tratadas 39 975 castanhas para exportação, valor que sobe para 45 233, em 1938, e 82 208, em 1939¹⁶⁸. Nas vésperas da II Guerra Mundial, tentou-se estender este sistema à cultura das nozes, contudo os maus anos agrícolas dificultaram a tarefa, verificando-se o recurso aos processos manuais de secagem e tratamento, sobretudo nas regiões do Norte.

Nesta área, a atuação da JNF poder-se-á dividir em duas áreas: os estudos técnico-económicos e os ensaios experimentais e laboratoriais. Era reconhecido, desde o início

¹⁶⁶ ANDRADE, *As frutas...*, p. 239.

¹⁶⁷ AHP, Assembleia Nacional, Inquérito à Organização Corporativa, cx. 71, pt. 1.

¹⁶⁸ GRÉMIO DO COMÉRCIO DE EXPORTAÇÃO DE FRUTAS, *Relatório e contas do exercício de 1939 e Orçamento para o ano de 1940*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Casa Holandesa, 1940, p. 33.

da década, que a “dispersividade e consociação frutícola, mesmo nas regiões mais pomícolas do país, não facilita a difusão dos conhecimentos profiláticos e culturais que visam torná-la uma verdadeira força económica”¹⁶⁹. Através destas iniciativas, pretendeu-se colmatar e suprir as falhas técnicas e científicas que muitos engenheiros-agrónomos apontavam desde finais do século XIX a nível do conhecimento sobre o sector.

a) Estudos técnicos económicos

Depois da extinção da Estação Agrária Central, em 1936, e da sua substituição pela Estação Agronómica Nacional, em 1937¹⁷⁰, os estudos socioeconómicos sobre a agricultura ficaram, em grande parte, a cargo dos organismos corporativos de coordenação económica e, neste contexto, entre 1939 e 1943, foram feitos estudos de estudantes do Instituto Superior de Agronomia (ISA) ao serviço da JNF.

Porém, em 1943, foi criada, na JNF, uma secção de estudos económicos, iniciativa de Paulo Silveira da Cunha e António Teixeira de Sousa, contando ainda com a colaboração de Henrique de Barros¹⁷¹ que será o seu diretor, entre 1947 e 1956. Três linhas de ação foram estabelecidas para a atividade desta secção, sob a dependência dos serviços técnicos da JNF: estudos sobre produção, comercialização e consumo frutohortícola, sob a perspectiva da estatística e inquéritos; estudos monográficos sobre empresas dedicadas à exploração do sector e, por fim, estudos especiais sobre algumas culturas. É de frisar que, para lá da questão económica, a importância conferida ao estudo aos padrões alimentares prendeu-se com a intenção de fortalecer o consumo interno de frutas, que, como foi referido na Assembleia Nacional, “a adição deste alimento à dieta nacional pode influir muito na saúde pública, como já acontece em outros países”¹⁷².

Iniciando a sua atividade, em 1944 e funcionando ao longo do período a que este estudo se reporta, foi através dos finalistas do curso de agronomia do ISA, os chamados

¹⁶⁹ *Revista Agronómica*, ano XVIII, nº 3, 1930, p. 49.

¹⁷⁰ Segundo Azevedo Gomes “(...) quando a Estação Agrária Nacional foi substituída pela Estação Agronómica Nacional sem que nesta tivesse sido incluído qualquer departamento destinado à investigação na área das Ciências Sociais, foi aberta uma lacuna importante nos serviços nacionais de investigação científica no domínio das ciências agrárias em Portugal” (GOMES, Mário de Azevedo, *Informação histórica a respeito da evolução do ensino agrícola superior*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1953, p. 56.

¹⁷¹ Henrique de Barros (1904-2000). Engenheiro-agrónomo, exerceu funções docentes no ISA, sendo um dos principais doutrinadores do cooperativismo, além do seu importante contributo na génese dos estudos de sociologia e economia rural. Figura destacada da oposição à ditadura, foi no pós-25 de Abril, Presidente da Assembleia Constituinte (1975-1976) e Ministro de Estado no I Governo Constitucional (1976-1978).

¹⁷² *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, III legislatura, nº 20, 13 de Março de 1943, p. 87.

tirocinantes, que muitos dos estudos sobre fruticultura e horticultura foram desenvolvidos, sendo subsidiados pelas JNF e conhecendo alguns a sua publicação através do *Boletim da Junta Nacional das Frutas* (ver tabela 5 dos anexos).

b) Atividade laboratorial e experimental

No que se refere à atividade laboratorial, dos primeiros estudos realizados ocorreram nas colheitas de 1937 e 1938. Foi realizado um estudo sobre a cultura do pimento, em colaboração com a Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas, que incumbiu o Laboratório Químico Central da recolha e análise dos produtos, para, entre outros objetivos, obter o melhoramento da produção e travar as falsificações do colorau.

Mais tarde e para o aperfeiçoamento do cultivo de frutas, a JNF concedeu, em 1941, ao Departamento de Pomologia da EAN, um subsídio para a execução de um programa de estudos pomológicos, delineado em 1939. Inicialmente, a colocação em prática deste plano revelou-se difícil devido à falta de pessoal técnico, mas também devido à exiguidade dos recursos financeiros, o que levou, sobretudo no período da guerra, à paralisação de alguns estudos. Apesar dos percalços, verificou-se a realização de atividades científicas, visando o estudo das variedades culturais plantadas e os meios para a sua melhoria, de modo a tornar os frutos portugueses competitivos com outros países produtores, em que uma melhor produtividade era a “economia do pomar que a impõe”¹⁷³. Para conseguir uma melhor taxa de produtividade, procederam-se a 34 924 cruzamentos, dos quais foram obtidas 10 904 plantas, e os resultados mais visíveis deram-se em pessegueiros, morangueiros e ameixeiras¹⁷⁴.

No campo da fruticultura, foram realizados testes para a escolha de variedades de porta-enxertos que, no caso das macieiras, se tornaram resistentes ao pulgão-lanígero, uma das pragas agrícolas que mais atacavam a produção de maçãs. Para este estudo e análise, foi construído um abrigo nas instalações da EAN, custeado pela JNF, para albergar os porta-enxertos que, uma vez resistentes à referida praga, foram submetidos a ensaios de propagação vegetativa. Além destas experiências, em 1943, foi plantado um pomar, nos terrenos da Escola Agrícola de Alcobaça, para os trabalhos de melhoramento

¹⁷³ ALMEIDA, C. R. Marques de, *Um novo método para o estudo da produtividade das fruteiras*, Lisboa, Gráfica Lisbonense, 1942, p. 3.

¹⁷⁴ *Boletim da Junta Nacional das Frutas*, ano VII, nº 4, 4º trimestre de 1947, p. 510.

acima referidos. A JNF procedeu ainda à compra de prédios rústicos para estudos experimentais de pomologia, adquirindo, até 1945, um terreno em Chão das Pedras, no concelho de Mangualde para construção de um fruteiro experimental e parte da Quinta dos Ciprestes e a Quinta da Várzea, em Palmela, destinados à construção da estação de Fruticultura Nacional.

O combate a pragas e doenças agrícolas foi outra das vertentes da JNF na obtenção de melhorias nos frutos cultivados. A campanha mais destacada foi o «Plano de Reconstituição, Valorização e Defesa dos Soutos», iniciado em Setembro de 1944 e que se centrou concelhos de Trás-os-Montes, região na qual a “doença da tinta” atacou as plantações de castanheiros, facto que se repercutia na economia agrícola da região visto que a castanha era uma das suas principais culturas. Partindo do exemplo de outros países do Mediterrâneo atacados pela “doença da tinta” (França, Itália e Espanha), foram tentadas três vias: “combate direto à doença; enxertia do castanheiro sobre espécies de géneros afins; emprego de espécies exóticas”¹⁷⁵. Após vários testes, foi escolhida a segunda opção, tendo sido em Vinhais que se iniciaram os tratamentos, em Julho de 1945, numa zona em que a eliminação dos focos da doença tinha “um largo alcance económico e social” pois “o número de árvores se distribui por 996 diferentes proprietários”¹⁷⁶.

A ação da Junta Nacional das Frutas também versou sobre propaganda, nomeadamente através do Grémio do Comércio de Exportação de Frutas, na divulgação da produção nacional em diversos certames. Ainda em 1933, foi realizada, na Associação Comercial de Lisboa, uma exposição de frutas e legumes, de modo a dar a conhecer aos exportadores formas de acondicionamento e taras que deveriam seguir. Já em 1937 foi realizada, em Lisboa, a I Exposição Nacional de Frutas e Produtos Hortícolas¹⁷⁷, em colaboração com o Ministério do Comércio (ver figura 3 dos anexos).

No que toca ao mercado interno, com o Decreto-Lei n.º 26 107, de 23 de Novembro de 1935 e mimetizando a experiência ocorrida com a Câmara Municipal de Lisboa, foram criados os mercados abastecedores de frutas e produtos hortícolas para o resto do país. Mais tarde, o Decreto-Lei n.º 28 835, de 13 de Julho de 1938, levou a que os mercados abastecedores de frutas e produtos hortícolas passassem a ser tutelados pela JNF. Como o preâmbulo do decreto refere, a Junta passava a ter “o encargo de organizar, de acordo

¹⁷⁵ *Boletim da Junta Nacional das Frutas*, ano V, n.º IX, Setembro de 1945, p. 10.

¹⁷⁶ *Boletim da Junta Nacional das Frutas*, ano VI, n.º II, Fevereiro de 1946, p. 125.

¹⁷⁷ *Indústria Portuguesa*, 10.º ano, n.º 114, Agosto de 1937, pp. 43-49.

com os respetivos municípios [Lisboa e Porto], os mercados abastecedores de frutas e produtos hortícolas e o de fiscalizar as operações comerciais neles realizadas”. Nessas operações comerciais deveriam intervir os “produtores, grémios da lavoura ou seus representantes [...] comerciantes [...] grémios dos comerciantes e seus representantes [...] mandatários nomeados pela Junta Nacional das Frutas”, embora, na prática, se verificasse uma enorme ingerência destes últimos no controlo da comercialização das frutas e dos legumes. É possível perscrutar algumas melhorias, nomeadamente no abastecimento urbano, dando-se uma diminuição nos preços médios de algumas frutas e legumes vendidos em Lisboa, devido ao aumento da oferta no mercado abastecedor (ver imagens 6 e 7 nos anexos).

Em síntese, os anos que medeiam a criação da JNF e o início da II Guerra Mundial, correspondem à criação e renovação de mecanismos habilitados a alcançar o revigoramento do sector fruto-hortícola. Imbuídos de uma conceção de autossuficiência, assente num projeto de autarcia, “em larga medida semelhante aos concebidos por outros fascismos europeus”¹⁷⁸, tanto o governo, como a JNF determinam um conjunto de normas que se traduzem na melhoria das condições com que as nossas mercadorias eram enviadas para o estrangeiro, conseguindo o aumento da exportação de alguns frutos, como os ananases.

É de notar ainda que neste período começam a surgir alguns apelos na alteração de hábitos de consumo, nomeadamente, uma maior introdução de vitaminas na dieta alimentar. “*Eat more fruit: comam mais fruta, é o grito de hoje*” e para servir “esta ânsia de revigoramento, foi preciso organizar novos moldes a produção e criar, verdadeiramente, o comércio dos frutos”¹⁷⁹. Poder-se-á notar que, tal como nos diz J. Vieira Natividade, as perceções sobre o campo alimentar começaram a alterar-se, mas, também convém assinalar que tal afirmação perspectivava, sobretudo, os países que importavam as mercadorias nacionais. Era nos países do Norte europeu, como o Reino Unido, a Dinamarca, a Suécia, a Irlanda ou a Alemanha, nos quais eram possível ver “um elevado *standard of life* [que] consumam dentro em breve uma quantidade mais elevada de frutas”¹⁸⁰.

¹⁷⁸ MIRANDA, Sacuntala de, “Crise económica, industrialização e autarcia na década de trinta” in *O Estado Novo: das origens ao fim da autarcia (1926-1959)*, Lisboa, Fragmentos, 1987, vol. 1, p. 256.

¹⁷⁹ NATIVIDADE, Joaquim Vieira, *Fruticultura e comércio fruteiro*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, 1936, p. 3.

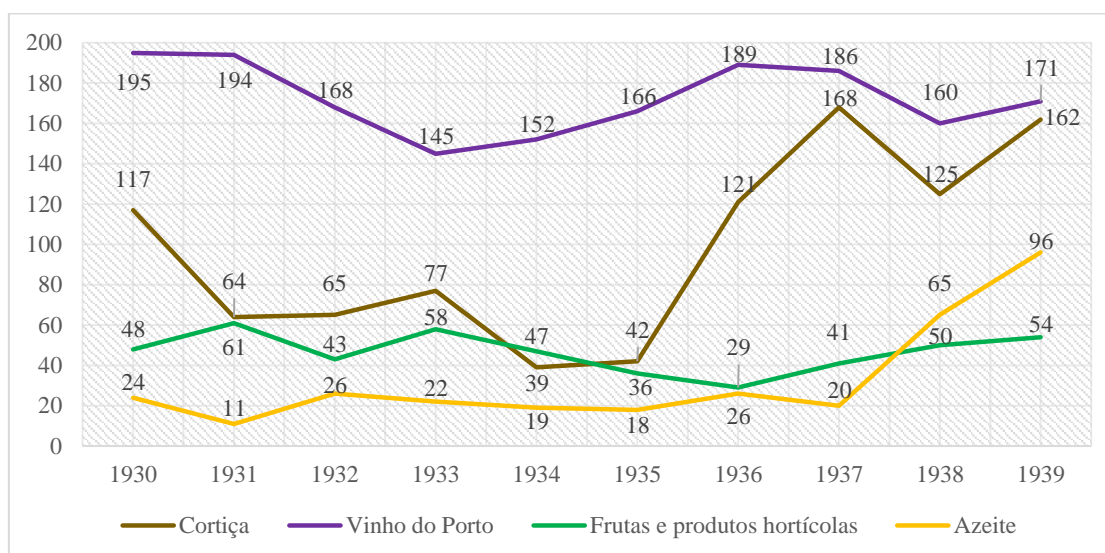
¹⁸⁰ NAVARRO, *Novas perspectivas...*, p. 17.

Esta pressão, sobretudo externa, motivou novas ideias e diferentes perspetivas sobre a produção e comércio fruto-hortícola, sendo preciso:

“promover o desenvolvimento da fruticultura, é preciso conhecer a origem e época da produção concorrente com a nossa, a capacidade e preferências dos mercados, para escolher as espécies que poderemos fornecer ou em melhores condições de concorrência, de preços ou de qualidade”¹⁸¹.

Estes desideratos estavam na base fundamental para a atuação da JNF que iniciou e perpetuou, quer nos seus primeiros anos, como nos seguintes, não obstante os entraves surgidos, nomeadamente durante a II Guerra Mundial, como se verá de seguida. A criação da estrutura gremial ajudava a concretização desses princípios, não sendo de estranhar a sua localização junto das principais zonas produtoras de frutas e de legumes. Em síntese, e como se pode verificar no gráfico 2, as frutas e os produtos hortícolas exportados conhecem um progressivo aumento, na segunda metade dos anos 30. Com uma evidente hegemonia do vinho do Porto, as frutas e produtos hortícolas acompanharam o ritmo de outros produtos, como o azeite, não obstante a quebra apresentada em 1936, com apenas 29 000 milhares de contos, mas terminando a década com o valor de 54 000 contos de produção exportada.

Gráfico 2 – Exportação dos principais produtos agrícolas (em milhares de contos)



Fonte: Arquivo Histórico-Parlamentar, Inquérito à Organização Corporativa, cx. 71.

¹⁸¹ *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, ano II, nº 12, 15 de Maio de 1935, p. 279.

4. Produzir, abastecer e alimentar: a Junta Nacional das Frutas em tempos de guerra (1939-1945)

4.1. Alteração de itinerários: os constrangimentos da economia de guerra e o controlo do mercado interno

Não obstante a neutralidade advogada pelo governo de Oliveira Salazar, Portugal sofreu as consequências da II Guerra Mundial, iniciada em Setembro de 1939, que realçaram “os limites ao progresso e à independência nacional impostos pelo carácter pouco industrializado e predominantemente agrícola da economia portuguesa”¹⁸². As limitações da economia deste período repercutiram-se a diversos níveis, a que o consumo alimentar não foi alheio, assumindo contornos de forte carência. Tal facto não é de todo estranho, na medida em que, uma guerra comporta, necessariamente, elementos perturbadores da atividade económica.

No caso da não-beligerância, como aconteceu em Portugal, os problemas a que a política económica de guerra respondeu partiram da “determinação das perturbações que, pela interdependência das economias, as guerras alheias trazem ao equilíbrio da economia nacional e os processos práticos de o assegurar ou restabelecer”¹⁸³. A posição periférica da economia portuguesa ditou problemas a nível do fornecimento energético, mas, sobretudo, à crónica insuficiência frumentária, foram-se somando dificuldades no abastecimento de diversos produtos e artigos, agudizando os impactos do conflito no quotidiano da população portuguesa.

Deste modo, a conjuntura externa influenciou as políticas económicas internas, agravadas pela crescente agitação social, levando a que fosse necessário, para a estrutura do regime, “entender como se desenrolará a guerra e antecipar o seu fim para sobreviver politicamente no novo mundo pós-conflito”¹⁸⁴, e em que a preservação da base social se revelava determinante. Para tal, foi necessário para o governo conciliar a inserção no intrincado jogo diplomático-político, mas, simultaneamente, minorar as consequências do agravamento das condições de vida. Assim, o apertado controlo dos movimentos comerciais do mercado interno e o esgrimir das questões do mercado externo foram as

¹⁸² ROLLO, *Portugal e a reconstrução económica...*, p. 83.

¹⁸³ LEITE (LUMBRALES), João Pinto da Costa, *Economia de guerra*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1943, p. 14.

¹⁸⁴ SANTOS, José Reis, *Salazar e as eleições: um estudo sobre as eleições gerais de 1942*, Lisboa, Assembleia da República, 2011, p. 56.

linhas mestras da ação governativa neste período, na qual a JNF teve um relevante contributo.

4.1.1. Os impactos da paralisação dos mercados internacionais

O início do conflito criou sérias reservas e dúvidas nos meios económicos, mas também no seio da população. Logo a 3 de Setembro, foi publicada uma nota oficiosa do Ministério do Comércio e Indústria, na qual se aquietava a população, mostrando que “não tem a população necessidade de fazer reservas extraordinárias dos produtos”¹⁸⁵ e a 7 de Setembro, foi promulgado o Decreto-Lei nº 29 904, no qual se estabeleciam as prioridades governativas, nas quais se incluíam o desenvolvimento das exportações, o condicionamento das importações, requisição de instalações para assegurar o abastecimento ou ainda estabelecer restrições do consumo, como fosse mais conveniente para a economia do país. Para lá das perturbações no mercado interno, o subsector fruto-hortícola era, no cômputo geral do sector primário, um dos que mais dependia dos mercados externos, dada a necessidade de carreiras de navegação regulares para a circulação dos produtos, sendo este um dos fatores sobre os quais assentava o sucesso da sua comercialização.

Como refere António José Telo, “a guerra económica só chegou em força a Portugal, em meados de 1941, quando com a invasão alemã da Rússia uma série de produtos adquirem importância estratégica”¹⁸⁶, verificando-se a compra de um conjunto de mercadorias que se podiam obter no mercado português. A reação do governo britânico materializou-se na política de compras preventivas, associada ao endurecimento do bloqueio económico que se fez sentir fortemente depois da nomeação de Hugh Dalton como Minister of Economic War, em 1942. Os anos da guerra no campo das relações económicas luso-britânicas foram de particular dificuldade, dada a intenção de Churchill em neutralizar o mercado português. A entrada dos EUA no conflito, em Dezembro de 1941, fortaleceu as intenções inglesas de bloquear a circulação de mercadorias portuguesas, o que realçava as dificuldades que o sector fruto-hortícola iria atravessar.

¹⁸⁵ *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, ano VI, nº 17, 15 de Setembro de 1939, p. 412.

¹⁸⁶ TELO, António José, *Portugal na Segunda Guerra (1941-1945)*, Lisboa, Vega, 1991, vol. 1, p. 187.

No que concerne ao sector em estudo, o Reino Unido foi um dos principais compradores das frutas e hortícolas portuguesas desde finais do século XIX. Entre os produtos mais importados pelos ingleses contava-se a de uva de mesa, produto com uma crescente valorização no mercado britânico. Entre 1932 e 1937, o valor da uva portuguesa em relação ao valor médio de todas as uvas importadas, oscilou entre os 50,1% e os 63,7%. Mas os mercados ingleses absorviam outros produtos, importando, no ano em que se inicia a II Guerra Mundial, 2 782 toneladas de melão, 632 toneladas de castanha e 299 toneladas de maçã. Com o deflagrar da guerra, a política agrária britânica, pautou-se, à semelhança de Portugal, pelo estímulo da produção interna, o que se traduziu na contração das suas importações. Ao contrário do que ocorreu na produção de carne, aves e ovos, que foi reduzida, a produção de trigo, batatas e legumes na Grã-Bretanha, registou aumentos entre os 30% e os 50%. Talvez por isso, “o incremento da produção alimentar agrícola britânica traduz-se por um aumento de, pelo menos 70%, expresso em calorias e proteínas”¹⁸⁷. Esta autossuficiência imposta pela guerra, associada às estratégias diplomáticas de Downing Street, colocou em causa a exportação portuguesa das frutas, legumes e hortícolas, visto que a Grã-Bretanha era o principal sustentáculo da sua comercialização.

O caso da produção frutícola da região de Vila Franca de Xira é sintomático dos efeitos do conflito, nomeadamente nos impactos do encerramento dos tradicionais mercados para escoamento da produção, muito influenciado pela rarefação dos transportes marítimos. Antes da guerra, “a exportação para o estrangeiro subiu de 62 700 kg em 1935 até 2 400 000 kg em 1938 – ano excepcional de exportação de uva e melão para Inglaterra – e ainda 1 166 000 em 1939”. Mas “é claro que, com superveniência da guerra, estes números caíram desoladoramente para 28 861 kg em 1940 e quase se anularam até ao fim da guerra”¹⁸⁸.

Outros produtos se ressentiram da desregulação provocada pela guerra, como o ananás, produzido na ilha de São Miguel, nos Açores, que encontrou diversas dificuldades devido ao facto de a viabilidade económica desta produção também depender do estrangeiro. Em 1939, a Alemanha importou 54% da produção micalense, enquanto o Reino Unido absorveu 34%. Com o início da guerra verificou-se que “ficou aos

¹⁸⁷ *Estatísticas relativas ao esforço de guerra no Reino Unido*, Lisboa, Serviços de Imprensa e Informação da Embaixada Britânica, 1944, p. 19.

¹⁸⁸ ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, Correspondência Oficial/Presidência do Conselho, pasta 17-D, Pt. 2, Sub. 3.

desventurados cultivadores de ananases pouco mais do que o recurso da colocação na Metrópole, que tem uma capacidade de consumo bem inferior às disponibilidades da produção, o que originou um desastroso envilecimento de preço, bem significativo da ruína do cultivador”¹⁸⁹. De modo a minorar os problemas, a portaria nº 9370, de 13 de Novembro de 1939 ditou o condicionamento da atividade dos cultivadores de ananases bem como a colocação da produção nos mercados consumidores através de um sistema de cotas de rateio¹⁹⁰.

Tabela 3 – Exportação de ananases (1940-1946)

<i>Anos</i>	<i>Nº de frutos</i>	<i>Valor total (contos)</i>	<i>Preço unitário</i>
1940	186 125	838	1\$76
1941	10 762	19	2\$15
1942	16 035	65	2\$87
1943	27 150	53	3\$08
1944	11 675	73	2\$94
1945	22 332	249	5\$54
1946	326 614	14.059	43\$00

Fonte: *Boletim da Junta Nacional das Frutas*, ano VII, nº 4, 4º Trimestre de 1947, p. 453.

Já em Lisboa, entre 1937 e 1941, os preços médios das frutas verdes mantiveram-se dentro “de limites constantes, e apenas com as naturais oscilações provocadas pela maior ou menor abundância das respetivas colheitas”¹⁹¹. Contudo, a partir de 1941, acentuou-se a subida de preços que, por um lado, foi consequência do ciclone de Fevereiro de 1941, e por outro, devido ao aumento dos transportes de mercadorias e consequentemente, dos custos da cultura, motivados pelo cenário bélico que se vivia, o que agravou a situação alimentar.

A comercialização de frutas sofreu diversas dificuldades com a guerra, traduzidas na paulatina diminuição das quantidades exportadas, atingindo o seu valor mais baixo, em 1945, verificando-se sinais da sua retoma, a partir de 1947, a que não foi alheia a ação do Ministério da Economia, como veremos. Mas a política de comércio frutícola nunca abandonou a base em que assentava: a “recuperação de velhos mercados sem penetração

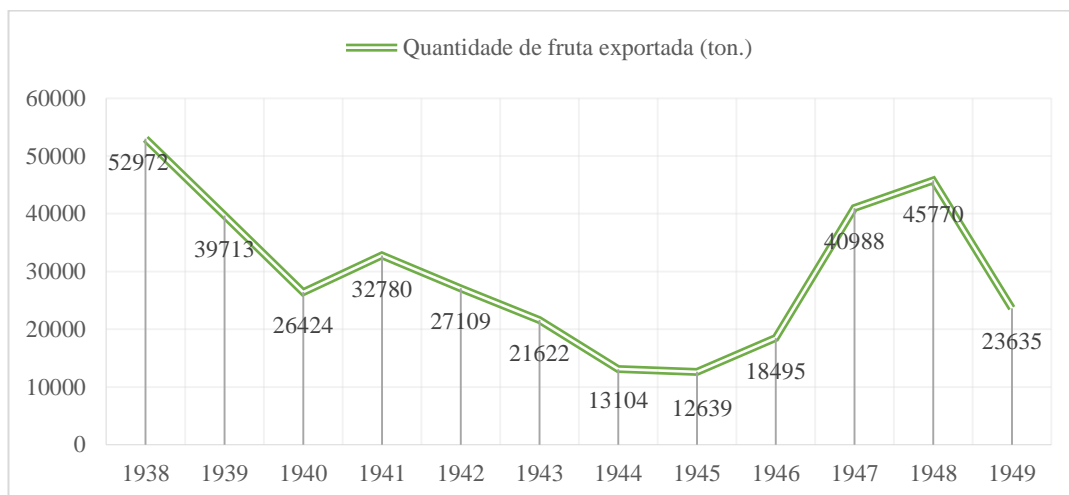
¹⁸⁹ *Boletim da Associação Central da Agricultura Portuguesa*, ano XXXIII, vol. XXXIII, nº 1, Janeiro-Fevereiro de 1940, p. 23.

¹⁹⁰ *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, ano VI, nº 21, 15 de Novembro de 1939, pp. 554-555.

¹⁹¹ *Boletim da Junta Nacional das Frutas*, ano III, nº 6, Junho de 1943, p. 20.

noutros inexplorados”¹⁹², o que destacou as dificuldades numa retoma sustentada da venda destes géneros alimentícios nos mercados internacionais, de onde sobressai a Grã-Bretanha.

Gráfico 3 – Exportação de frutas (1938-1949)



Fonte: *Boletim da Junta Nacional das Frutas*, Ano XVIII, 1958, p. 28.

É de realçar que, naturalmente, os anos da guerra e a suas contrariedades se refletem nas exportações de frutas, sobretudo no período final, em que as exportações atingem mínimos, com 13 104 toneladas, em 1944, e 12 639, em 1945. Já o período correspondente à passagem de Daniel Barbosa¹⁹³ pela pasta da Economia traduz-se num aumento considerável das frutas portuguesas exportadas. Tal facto não deve ser alheio à política de combate às carências alimentares verificada neste período, embora não fosse uma política de carácter estrutural. Poder-se-á considerar que a política de exportação frutícola neste período funcionou de modo espasmódico, isto é, era estimulada em cenários de carências, contudo sem que se denotasse um esforço em consolidar verdadeiramente este sector.

¹⁹² AMARAL, *O país dos caminhos que se bifurcam...*, p. 87.

¹⁹³ Daniel Maria Vieira Barbosa (1909-1986). Licenciou-se em Engenharia Civil na Universidade do Porto, onde foi professor. Governador do Distrito Autónomo do Funchal (1945-1947), foi Ministro da Economia, (1947-1948), encetando uma política de regularização dos abastecimentos alimentares e combate à inflação. Posteriormente, foi professor no Instituto Superior Técnico, bastonário da Ordem dos Engenheiros (1953-1956), governador do Banco de Fomento Nacional (1965-1974) e Ministro da Indústria e Energia (1974).

4.1.2. “Produzir e Poupar”: a regulação do comércio e produção fruto-hortícola

Na conjuntura de economia de guerra, o abastecimento alimentar converteu-se numas das prioridades do governo, dada a agudização da escassez de trigo e as diversas dificuldades na importação de outros géneros. O aumento de preços dos produtos alimentares tornou-se cada vez mais constante, o que suscitava focos de agitação social face à escassez, o que colocava em causa os equilíbrios tecidos ao longo dos anos 30, pelo governo de Salazar. É no início dos anos 40 que “assistiu-se ao alastrar a todo o país dos sintomas de descontentamento. Dá-se uma «maré» de roubos (fruta, lenha, criação, cereais, ferro) e de sabotagens (caminhos-de-ferro) e incêndios (vagões e navios com artigos para exportação, armazéns, matas, etc.)”¹⁹⁴. As dificuldades vividas pela população que dava sinais de agitação suscitaram a denúncia do aumento do custo de vida, por parte da oposição política, nomeadamente do Partido Comunista Português (PCP), cuja importância nos movimentos sociais rurais se acentuou a partir de 1944¹⁹⁵. De acordo como jornal *Avante!*, entre 1939 e 1941:

“o pão de 2ª [qualidade] aumentou mais de \$10 o quilo (o de terceira não aumentou porque ninguém o pode tragar!), o arroz que era a 2\$20 passou a 2\$70 nas principais cidades, pois na província custa 5\$00 e na maior parte das terras não o há, o mesmo acontece com o açúcar; a banha e o toucinho que eram a 5\$00 estão a 7\$50; os ovos passaram de 1\$50 a dúzia para 7\$00; o feijão de 1\$80 para 2\$40; a manteiga de 14\$00 para 20\$00; o bacalhau de 4\$50 para 8\$50 [...]”¹⁹⁶.

Surgiram assim dois problemas: a falta de alimentos e as ameaças e receios de agitação social, quer em meio urbano, quer meio rural. É nesta situação que o Ministro da Economia, Rafael Duque lançou, em Novembro de 1941, a campanha «Produzir e Poupar», na qual se congregavam dois objetivos: “atingir a autossuficiência alimentar quantos aos géneros mais importantes de origem agrícola – culturas arvenses, hortícolas e arbustivas e pecuária – e procurar preservar a estabilidade de preços de tais produtos”¹⁹⁷.

A política económica de guerra teve, necessariamente, de recorrer a um maior controlo sobre os bens de consumo alimentar, matérias-primas energéticas e industriais, tendo sido criadas, além das comissões reguladoras do comércio local nos diversos

¹⁹⁴ FREIRE, Dulce, “Greves rurais e agitação camponesa” in ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de (coord.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Bertrand Editora, 1996, vol. I, p. 404.

¹⁹⁵ Sobre a importância do PCP nos movimentos sociais rurais do Estado Novo veja-se: MADEIRA, João, “«Nas nossas terras o partido somos nós»: a rede do Partido Comunista Português nos campos” in FREIRE, Dulce, FONSECA, Inês e GODINHO, Paula, *Mundo rural: transformação e resistência na Península Ibérica (século XX)*, Lisboa, Edições Colibri, 2004, pp. 119-132.

¹⁹⁶ *Avante!*, VI série, nº 2, Setembro de 1941, p. 1.

¹⁹⁷ ROSAS, *Portugal entre a paz e a guerra...*, p. 172.

concelhos do país, uma série de juntas nacionais e comissões reguladoras, tendo em vista a coordenação sobre esses produtos¹⁹⁸. Além disso, as necessidades impostas pelo conflito levaram a que “o Estado sentindo-se, durante a Guerra, obrigado a uma mais enérgica intervenção na vida económica, lançou por vezes mãos de organismos corporativos já existentes, incumbidos de missões estranhas à sua função natural [...]”¹⁹⁹. Partindo deste circunstancialismo económico e de modo a garantir a produção e comercialização dos produtos, a atuação da Junta Nacional das Frutas faz uma inversão no que fora o seu desígnio até então - a exportação - focando a sua atenção, de forma muito mais acentuada e intensiva, na regulação do mercado interno. Nesse sentido, com a publicação do decreto nº 31 521, de 23 de Setembro de 1941, foi determinado “que, enquanto durar o estado de guerra, o comércio de exportação de frutas e produtos hortícolas no Continente possa ser exercido por comerciantes inscritos num dos dois Grémios existentes, mediante simples autorização da Junta Nacional das Frutas”²⁰⁰, numa tentativa de centralizar e controlar a produção e o comércio. Mas de forma mais específica, a Junta Nacional das Frutas centrou-se, sobretudo, na gestão do comércio e abastecimento de batata, além da banana e da alfarroba.

a) A batata

Como os serviços da Campanha de Produção Agrícola frisavam, “raros são os produtos que oferecem, como a batata, tão largas possibilidades ao aproveitamento humano”, sendo uma cultura com grande adaptabilidade a diversos solos e constituindo “pela sua composição química, [...] um alimento rico em hidratos de carbono”²⁰¹, numa época em que a crise das subsistências foi uma das questões mais relevantes no impacto da II Guerra Mundial em Portugal. Além disso, “já durante a outra guerra ela [batata] teve entre nós um papel preponderante na alimentação humana e será também o produto que

¹⁹⁸ Em 1939 foram criadas a Comissão Reguladora das Oleaginosas e Óleos Vegetais; a Comissão Reguladora do Comércio de Carvões; a Comissão Reguladora do Comércio de Metais; a Junta Nacional da Marinha Mercante e a Junta Nacional dos Produtos Pecuários, e, em 1940, foi criada a Comissão Reguladora dos Produtos Químicos e Farmacêuticos.

¹⁹⁹ VITAL, Domingos Fezas, “Desvios do corporativismo português” in *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, nº 1, Janeiro-Março de 1950, p. 6.

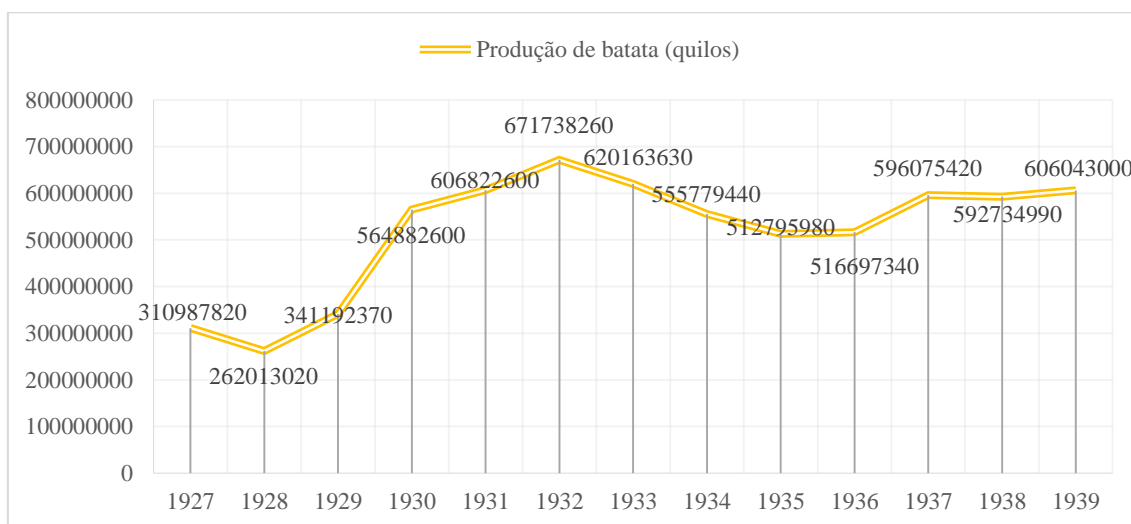
²⁰⁰ *Boletim da Associação Central de Agricultura Portuguesa*, ano XXXIV, vol. XXXIV, nº 3, Julho a Setembro de 1941, p. 70.

²⁰¹ *A batata: alimento para todos*, Lisboa, Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, 1942, pp. 1-2.

melhor substituirá o pão de cereais”²⁰². A conjugação destes fatores levou o governo e a JNF a dar grande relevo a este produto durante os anos do conflito.

Ainda nos anos anteriores à guerra generalizou-se o consumo de batata na alimentação dos portugueses. Tratava-se de uma cultura economicamente rentável para os produtores apesar, como aponta Fernando Oliveira Baptista, “mau grado uma grande variação nos preços médios anuais na produção”²⁰³. Apesar de algumas oscilações, o seu aumento traduziu-se nos números patentes no gráfico 4:

Gráfico 4 - Produção de batata (1927-1939)



Fonte: *Boletim da Junta Nacional das Frutas*, ano I, nº 2, Fevereiro de 1941, p. 30.

Mas apesar dos avanços assinalados, até à guerra, “as quantidades produzidas no País eram insuficientes para ocorrer às necessidades do consumo da população. Esta insuficiência era compensada pelo recurso à importação do produto, sendo os países do Norte da Europa os principais fornecedores do artigo”²⁰⁴.

Após o início da guerra, logo em 20 de Setembro de 1939, é determinada, através da portaria nº 9 320, é estabelecida a inscrição obrigatória dos comerciantes de batatas por grosso em Lisboa e em 1940 são tabelados os preços da batata nas estações de caminho-de-ferro de Santa Apolónia e Alcântara. Todavia, foi com a portaria nº 9 178,

²⁰² GALVÃO, J. Mira, *A cultura da batata no Baixo Alentejo*, Beja, Minerva Comercial, 1942, p. 3.

²⁰³ BAPTISTA, *A política agrária...*, p. 198.

²⁰⁴ *Boletim da Junta Nacional das Frutas*, ano I, nº 2, Fevereiro de 1941, p. 30.

de 3 de Janeiro de 1941, que foram atribuídas à JNF as funções de “regularizar o seu fornecimento ao comércio por grosso, acautelando devidamente os interesses das actividades ligadas à produção e comércio daquele produto e defendendo simultaneamente o consumidor da especulação”²⁰⁵, de modo a combater a alta de preços que já se fazia sentir. Mas como foi notado à época, “não fosse as restrições impostas na exportação de batatas, devido à necessidade do produto para o mercado interno, o seu quantitativo aumentaria consideravelmente, a avaliar pelo interesse manifestado pelos mercados do Norte de África e Gibraltar”²⁰⁶. A exportação de batata ficou limitada apenas às colónias por virtude das necessidades de abastecimento, assim como outros produtos como conservas alimentares, azeitonas, alhos ou cebolas. Também de modo a evitar a importação de batata estrangeira não certificada para venda e a consequente utilização pelos cultivadores como semente, recorrendo ao despacho ministerial de 10 de Fevereiro de 1938, a importação de batata destinada ao consumo público ficou condicionada à concessão de autorizações prévias por parte da Junta. Todavia, a exportação de produtos derivados de batata prosseguiu, como por exemplo, seguindo, mais uma vez o relato da imprensa oposicionista afeta ao PCP, na Companhia Portuguesa de Amidos, entre Fevereiro e Março de 1942, “foram moídos para cima de 700 vagões para extração de amidos, enviados quási na totalidade para a Alemanha”²⁰⁷, sinal do contrabando de uma parte da produção agrícola para os países do Eixo, situação recorrente durante o conflito.

Assim, a JNF criou mecanismos para a fixação dos preços e das margens de lucro da venda de batata, assegurando também a constituição de reservas e o escoamento do produto das respetivas regiões produtoras, tendo em conta a organização da rede de transportes. Em Abril de 1943, a batata passou a ser comercializada exclusivamente pela referida Junta, adotando um modelo de guias de trânsito que sobrevive ao fim da guerra e, a partir de 1944, é criado um plano para a constituição de reservas de batata. Contudo, tal plano não foi colocado em prática pois, em 1945, criou-se um regime de liberdade comercial da batata que inutilizava os intentos governamentais de controlo sobre a comercialização deste produto.

A Junta Nacional das Frutas recorreu ainda, para a conservação da batata, à utilização das câmaras frigoríficas alugadas pela Comissão Reguladora do Comércio de

²⁰⁵ *Boletim da Junta Nacional das Frutas*, ano I, nº 1, Janeiro de 1941, p. 15.

²⁰⁶ *Boletim da Junta Nacional das Frutas*, ano III, nº 6, Junho de 1943, p. 30.

²⁰⁷ *Avante!*, VI Série, nº 8, Março de 1942, p. 5.

Bacalhau (CRCB), pagando uma quantia mensal de 137 500\$00. Estas câmaras dispunham de uma capacidade de armazenamento superior às necessidades de gestão das reservas de abastecimento de bacalhau pelo que o Ministério da Economia planeou os armazéns para funções mais amplas de gestão dos abastecimentos, nomeadamente de batata e outros produtos. A sua utilização iniciou-se, em Agosto de 1942, em Alcântara a que seguiu a utilização dos frigoríficos sediados no Porto, em Massarelos, a partir de 1943 e no Matadouro, a partir de 1944, regime que vigorou até ao restabelecimento do regime de livre comércio.

Como é possível verificar nas tabelas 5, 6 e 7, apesar dos impactos da guerra, verifica-se que as quebras do armazenamento de batata em Lisboa e no Porto são residuais, com uma média de 3,91%, e 3,97%, respetivamente.

Tabela 4 – Armazenamento de batata nos armazéns da CRCB

<i>Campanhas</i>	<i>Batata entrada (kg)</i>	<i>Batata saída (kg)</i>	<i>Quebras</i>	
			<i>Kg</i>	<i>%</i>
1942-43	2 344 107	2 280 653	63 454	2,71
1943-44	2 298 266	2 186 801	111 465	4,99
1944-45	5 050 519	4 804 120	246 399	4,88
1945-46	3 929 099	3 807 901	121 198	3,08

Tabela 5 – Armazenamento de batata nos frigoríficos de Massarelos

<i>Campanhas</i>	<i>Batata entrada (kg)</i>	<i>Batata saída (kg)</i>	<i>Quebras</i>	
			<i>Kg</i>	<i>%</i>
1943-44	878 822	808 658	70 164	7,98
1944-45	1 470 064	1 426 965	43 099	2,93
1945-46	878 270	853 469	24 801	2,82

Tabela 6 – Armazenamento de batata nos frigoríficos do Matadouro

<i>Campanhas</i>	<i>Batata entrada (kg)</i>	<i>Batata saída (kg)</i>	<i>Quebras</i>	
			<i>Kg</i>	<i>%</i>
1945-46	1 166 502	1 141 230	25 272	2,17

Fonte: *Boletim da Junta Nacional das Frutas*, ano VII, nº 1, 1º Trimestre de 1947, p. 198.

Apesar dos impactos da guerra, verifica-se que as quebras do armazenamento de batata em Lisboa e no Porto são residuais, com uma média de 3,91%, e 3,97%, respetivamente. Também convém assinalar que entre 1941 e 1950, a produção média anual de 960 mil toneladas enquanto a produção de trigo atingiu as 414 mil toneladas²⁰⁸. Estes dados demonstram que o espartilho montado sobre a produção da batata levou ao seu aumento, não obstante “o descontentamento generalizado dos pequenos e médios agricultores do interior”²⁰⁹, as dificuldades no acesso a este género, devido às práticas de contrabando e açambarcamento, associadas à “kafkiana e tentacular máquina burocrática”²¹⁰ que rodeava o fornecimento alimentar aos centros urbanos.

b) A alfarroba

Ainda dentro das competências da Junta Nacional das Frutas durante o conflito mundial também se deve assinalar a regulação do comércio da alfarroba. Sobretudo proveniente da região do Algarve, a JNF impôs medidas restritivas à circulação e ao consumo. Deste modo, em 1941 foi determinada “a suspensão da exportação de alfarroba [...], medida julgada necessária para garantir o abastecimento do País até à próxima colheita”²¹¹. Já em Dezembro de 1942, por despacho da Secretaria de Estado da Agricultura foi estabelecido o condicionamento da exportação de caroços de alfarroba, estipulando um “fornecimento mensal de 323 000 quilogramas de alfarroba triturada à Manutenção Militar; 120 000 quilogramas, por semana, à Junta Nacional do Vinho e às quantidades necessárias à alimentação da pecuária nacional”²¹². Assim, a exportação de alfarroba triturada e corrente ficava muito limitada ao comércio externo, situação patente no acentuado decréscimo das exportações. Mas tal medida estabeleceu um diálogo privilegiado com a Junta Nacional dos Produtos Pecuários (JNPP), uma vez que esta medida visava, acima de tudo, as forragens do gado.

Em 25 de Setembro de 1943, por despacho do Subsecretaria de Estado da Agricultura foi ainda estabelecido que nesse ano a alfarroba produzida poderia ser igualmente destinada ao fabrico de álcool “no reforço da reserva que está sendo

²⁰⁸ *Boletim da Junta Nacional das Frutas*, ano XII, 1952, p. 57.

²⁰⁹ TELO, *Portugal na Segunda...*, vol. 1, p. 10.

²¹⁰ ROSAS, *Portugal entre a paz e a guerra...* p. 280.

²¹¹ *Boletim da Junta Nacional das Frutas*, ano II, nº 2, Fevereiro de 1942, p. 24.

²¹² *Boletim da Junta Nacional das Frutas*, ano III, nº 2, Fevereiro de 1943, p. 29.

constituída pela Junta Nacional do Vinho, no Instituto Português de Combustíveis”²¹³. Esta foi uma situação algo semelhante ao tratamento dado aos figos, onde se determinou, através da portaria de 6 de Janeiro de 1942, que fossem “reservadas para fabrico de álcool industrial todas as quantidades de figo e aguardente actualmente existentes nos concelhos de Torres Novas, Tomar, Alcanena e Barquinha”²¹⁴, de modo a evitar o desvio do produto para outras aplicações, reflexo do condicionamento do comércio do figo, ficando a fiscalização desta ação a cargo da Junta Nacional das Frutas e da Junta Nacional do Vinho. Também através do despacho de 9 de Dezembro de 1943, foi determinado que o contingente enviado do Algarve para a indústria do álcool de Torres Novas, uma parte pudesse ser fornecida à JNPP “para a distribuição entre as empresas que se dedicam à indústria da ceva de suínos, em virtude da insuficiência e irregularidade na distribuição de milho colonial”²¹⁵. Este controlo na distribuição da produção agrícola e a sua colocação nos circuitos de transformação industrial fazia-se, normalmente, “de acordo com quotas pré-estabelecidas em função da produção normal das fábricas, e o sistema de preços daí até ao consumidor estava frequentemente tabelado a partir de margens de lucro pré-estabelecidas para cada estágio da circulação do produtor”²¹⁶.

Do ponto de vista do comércio externo, as dificuldades impostas, pelo contexto bélico, à comercialização da alfarroba levaram a que fosse a grainha, o suporte para o movimento de exportação. Seriam os países do Norte da Europa que recorreriam à produção nacional. Em 1942, os três principais importadores de grainha eram a Suécia (49 800 kg), a Suíça (29 700 kg) e a Alemanha (10 000 kg), perfazendo um total de 89 500 kg. Já entre 1943 e 1945, a Suíça ocupará o primeiro lugar nos países compradores de grainha de alfarroba, logo a seguir à Alemanha, para em 1945, ser o único país a importar²¹⁷. Apesar da proibição da exportação da alfarroba, os seus derivados mantiveram assinaláveis níveis de exportação durante a guerra (ver tabela 6 dos anexos). Os constrangimentos da produção e venda da alfarroba são minoradas com a publicação do despacho ministerial de 28 de Junho de 1947, autorizando o comércio livre tanto para o mercado interno como para o mercado externo.

²¹³ *Boletim da Junta Nacional das Frutas*, ano III, nº 9, Setembro de 1943, p. 30.

²¹⁴ *Boletim da Junta Nacional das Frutas*, ano II, nº 1, Janeiro de 1942, p. 22.

²¹⁵ *Boletim da Junta Nacional das Frutas*, ano III, nº 11/12, Novembro/Dezembro de 1943, p. 32.

²¹⁶ ROSAS, Fernando, “A indústria portuguesa durante a Segunda Guerra Mundial” in *Portugal na Segunda Guerra Mundial: contributos para uma reavaliação*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1990, p. 61.

²¹⁷ *Boletim da Direcção-Geral dos Serviços Industriais*, ano II, Nº 54, 11 de Janeiro de 1950, pp. 14-15.

Do ponto de vista do mercado interno, o consumo interno de alfarroba aumentou consideravelmente nos anos da guerra. Em 1944, 1945 e 1946, o consumo em Portugal correspondeu a 19 112, 12 977 e 13 931 toneladas, respetivamente. Este facto não se deveu ao consumo humano, mas sim, devido à necessidade de alimentação do armentio português, algo que a legislação reforçou através de diversos despachos.

c) A banana

A banana foi ainda outro dos produtos nos quais a atuação da Junta Nacional das Frutas se concentrou nos anos da guerra. Como anteriormente, foi explanado, a cultura da banana sofreu grande atenção por parte deste organismo, com incidência no arquipélago da Madeira, traduzindo num aumento das exportações durante a década de 1930.

Em 1941, a produção de banana madeirense sofreu algumas quebras, levando a um sequente aumento dos preços. Com a publicação da portaria nº 9 893, de 9 de Novembro de 1941, a JNF ficou incumbida do tabelamento de preços desta fruta, ação que seria feita em coordenação simultânea com o Grémio dos Exportadores de Frutas e Produtos Hortícolas da Ilha da Madeira. Através deste sistema de controlo dos preços de venda, pretendia-se dirimir possíveis casos de açambarcamento ou especulação que grassaram no comércio de outros produtos. Com este tabelamento, verificou-se que o aumento dos preços da banana não acompanhou o das restantes frutas, contribuindo para que, durante a guerra, fosse considerada, pelos consumidores do Continente, como a fruta mais barata.

Tabela 7 – Preços de venda no Mercado Abastecedor de Lisboa

<i>Anos</i>	<i>Frutas continentais (preço médio por volume)</i>	<i>Banana (preço médio por quilograma)</i>
1937	29\$26	\$90
1938	27\$59	\$80
1944	53\$98	1\$70
1945	54\$24	1\$80
1946	85\$68	1\$90

Fonte: *Boletim da Junta Nacional das Frutas*, ano VII, nº 4, 4º trimestre de 1947, p. 499.

d) Outros produtos de origem frutícola

Convém ainda assinalar outros produtos que conhecerem mutações durante a II Guerra Mundial, quer a nível do mercado interno, quer a nível do mercado externo. As dificuldades alimentares sentidas nos diversos países suscitaram a procura de produtos portugueses, nomeadamente de frutas secas, como os figos, onde a Bélgica e a Suíça aparecem como os principais compradores, “ficando impossibilitados os mercados usuais de realizarem importações e os países exportadores concorrentes de colocarem os seus produtos”²¹⁸.

Também durante os anos da guerra, a exportação de castanhas conheceu um aumento significativo, sobretudo depois da entrada de Itália na guerra, em 1940, facto que “obrigou os comerciantes norte-americanos a realizar as suas compras quase exclusivamente em Portugal”²¹⁹, atingindo valores na ordem das 8000 toneladas, apesar das restrições dos contingentes com destino aos países importadores. Também os EUA revelaram-se compradores recorrentes de amêndoa, tal como a Suíça, o Brasil e os países nórdicos.

4.1.3. A JNF e a sua organização gremial face à economia de guerra

Para lá dos esforços entre as agências governamentais e os organismos corporativos, há que entender os diversos impactos da guerra a um nível mais circunscrito, a nível institucional e territorial. Desse modo, e dentro das intenções que presidem a esta análise, a compreensão da atividade da JNF e dos grémios obrigatórios que lhe estavam anexos torna-se fundamental. Partindo do Inquérito à Organização Corporativa, realizado em 1947, sob os auspícios da Assembleia Nacional²²⁰, façamos um périplo pelo comportamento da estrutura institucional e gremial face à guerra.

A organização corporativa precisou de responder e corresponder às exigências próprias de um período de confrontação bélica, nomeadamente no controlo do

²¹⁸ *Serviço Informativo da Junta Nacional das Frutas*, nº 6, 2ª quinzena de Novembro de 1946, p. 6.

²¹⁹ *Boletim da Junta Nacional das Frutas*, ano III, nº 7, Julho de 1943, p. 17.

²²⁰ Para uma visão detalhada sobre o surgimento e o contexto de produção do Inquérito à Organização Corporativa veja-se: ROLLO, Maria Fernanda, “Desmandos da organização corporativa e reencontros do corporativismo no rescaldo da II Guerra. O inquérito à organização corporativa em 1947” in ROSAS, Fernando e GARRIDO, Álvaro (coord.), *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*, Coimbra, Edições Almedina, 2012, pp. 189-225.

abastecimento alimentar e energético às diversas camadas da população coeva. Com o final da guerra, o governo declarava que “a organização económica corporativa defende a ordem contra a desordem, os que pouco possuem contra os gananciosos”²²¹. Deste modo, poder-se-á ver que, por parte do Governo, a organização corporativa era entendida como a melhor forma de assegurar a paz e a tranquilidade social. Apesar desta tomada de posição, ainda no decorrer da guerra, Marcello Caetano afirmava que era necessário esclarecer “como tem sido aplicada e executada [a doutrina corporativa], para louvar os seus bons servidores e punir os que a têm traído”²²². Todavia, a materialização destes apelos só se concretizaria já depois de 1945, com o Inquérito à Organização Corporativa, impulsionado no sentido de não colocar em causa o próprio princípio da organização corporativa, mas está-o a atuação concreta dos elementos que a formam”²²³, sendo o inquérito um elemento fundamental na superação dessas dificuldades.

Como já foi referido, o Grémio do Comércio de Exportação de Frutas era o mais relevante dentro da orgânica da JNF. Durante a II Guerra Mundial, a saúde financeira deste organismo revelou-se frágil, à semelhança de outros grémios. As taxas cobradas pelo GCEF diminuíram, passando de 297 052\$00 para 216 842\$10 e conseqüentemente, é possível verificar uma diminuição das receitas entre 1940 e 1941, passando de 327 317\$57 para 253 208\$53²²⁴. De forma a assegurar o equilíbrio financeiro e a preservação das prerrogativas dos grémios, através do despacho ministerial de 9 de Fevereiro de 1942, foi determinada a suspensão temporária das admissões de novos sócios para o GCEF, mas também para o GEFPHA, situação que durou até ao fim das hostilidades, em 1945. Entre 1943 e 1944, dá-se um aumento na receita arrecadada, com 311 828\$42 e 314 211\$32, respetivamente, mas deu-se uma quebra, em 1945, passando para 284 159\$00.

No decorrer da guerra, a documentação enuncia somente um conflito no seio da estrutura deste grémio. Este decorreu dos critérios estabelecidos pelo despacho ministerial de 26 de Setembro de 1945, sobre a exportação de 1500 toneladas de azeitona de conserva. Como o próprio inquérito refere, trata-se de um problema oriundo de “pontos de vista diferentes entre a direção e algumas firmas agremiadas” pelo que “não vale a

²²¹ PINTO, Clotário Luís Supico, *Organização corporativa*, Lisboa, Editorial Império, 1945, p. 21.

²²² CAETANO, Marcello, “Predições sem profecia sobre reformas sociais” in *Problemas do após-guerra: ciclo de conferências*, Lisboa, Câmara de Comércio, 1945, p. 179.

²²³ *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, IV legislatura, nº 25, 5 de Fevereiro de 1946, p. 391.

²²⁴ AHP, Assembleia Nacional, Inquérito à Organização Corporativa, cx. 24, nº 7.

pena averiguar o assunto porque ele não interessa nem ao público, nem à economia geral do País”²²⁵.

Quanto ao Grémio dos Exportadores de Frutas e Produtos Hortícolas do Algarve, já no rescaldo da guerra, em 1946, verificou-se uma reclamação contra o Grémio feita pela firma Araújo Ribeiro & Dias, Ltd.^a que possuía uma fábrica de trituração e farinação de alfarroba para a alimentação de gado, localizada em Tavira. Esta queixa partiu da inscrição da firma como exportadora, ao contrário do que era pretendido por esta. A tomar conhecimento desta situação, o presidente da comissão de inquérito questionou o presidente da JNF para averiguar qualquer inconveniente e procurar indícios de uma das queixas mais presentes na realização do dito inquérito, isto é, que “a orgânica corporativa é precisamente a de que ela tende a formar, em relação a cada atividade, círculos fechados que muito se assemelham aos *trusts* e cartéis da economia liberal”²²⁶. Apesar do levantamento da restrição para a inscrição de novos sócios para o GEFPHA, a firma não conseguiu mudar o seu estatuto, facto que suscitou a reclamação. Outra queixa presente à comissão de inquérito foi realizada pelo próprio GEFPHA contra uma autorização do Ministério da Economia para a exportação de 100 toneladas de figo para o Brasil, em Novembro de 1945. Os principais motivos para esta queixa baseavam-se no facto de que “a referida exportação, uma vez aconselhada pelos interesses do País, só deveria ser feita e executada pelo Grémio”, além de que “a operação comercial proporcionada por esta autorização ter beneficiado apenas alguns exportadores de frutas de Lisboa”²²⁷.

Sobre o Grémio dos Produtores de Frutas da Região de Vila Franca de Xira, a impossibilidade de exportação levou a que este grémio se centrasse no fornecimento de frutas e legumes aos mercados nacionais. Ainda antes do início da II Guerra Mundial, por intermédio do GCEF foi conseguida uma redução nos fretes para a Inglaterra e para fazer face à situação bélica, foi criado, em 1939, um fundo de reserva pois “a situação anormal em que se está trabalhando, em consequência da guerra, deixa prever a hipótese de uma receita reduzida, pela impossibilidade de uma larga saída de fruta”²²⁸.

²²⁵ ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, Correspondência Oficial/Presidência do Conselho, cx. 513, pasta 17-D.

²²⁶ AHP, Assembleia Nacional, Inquérito à Organização Corporativa, cx. 45, nº 7.

²²⁷ AHP, Assembleia Nacional, Inquérito à Organização Corporativa, cx. 45, nº 7.

²²⁸ GRÉMIO DE PRODUTORES DE FRUTA DA REGIÃO DE VILA FRANCA DE XIRA, *Relatório e contas da Direcção, em 31 de Dezembro de 1939 e Orçamento para o ano de 1940*, Vila Franca de Xira, Vida Ribatejana, 1940, p. 3.

Além das condições do comércio europeu, a agricultura ribatejana viu-se afetada, em 1941, pelo míldio que atacou a produção de uva, além do ciclone ocorrido em Fevereiro do mesmo ano que devastou parte das culturas da região de Vila Franca de Xira. Desta forma, além do Mercado Abastecedor de Lisboa, estendeu-se a venda de uva a outras zonas do país, como Porto, Braga, Figueira da Foz, para que não se desse uma baixa de preços. A própria afluência de adubos, nomeadamente de sulfato de cobre diminui consideravelmente, tendo sido solicitado a isenção de taxas alfandegárias na importação deste tipo de adubo. Por estes motivos, o ano de 1941 foi, durante toda a guerra, o mais crítico para o Grémio, com uma redução dos lucros obtidos pela cobrança de taxas da fruta vendida. Em termos dos vencimentos ilíquidos, em 1940, o valor era de 253 927\$45, passando em 1941, para 193 650\$85, chegando a 1942, ao valor de 177 801\$10, atestando as dificuldades financeiras do grémio. Os anos seguintes revelaram-se mais auspiciosos devido ao aumento da produção frutícola da região, até 1945, evoluindo os vencimentos ilíquidos de forma favorável: entre 1943 e 1944, os valores eram de 198 056\$70 e 242 400\$00, respetivamente, e em 1945, ascendia a 284 465\$50.

Esta situação é corroborada com os dados apresentados na tabela 8. Tal como foi referido anteriormente, o ano de 1941 constitui o mais grave no que concerne à venda de frutas pelo GPFRVFX, com os valores e as taxas cobradas nos seus valores mais baixos, seguindo-se anos mais proveitosos, com exceção de 1945.

Tabela 8 - Frutas vendidas pelo GPFRVFX no mercado interno

<i>Anos</i>	<i>Volumes</i>	<i>Quilos</i>	<i>Valores</i>	<i>Taxas</i>
1936	2 658	79 740	104 905\$00	1 594\$80
1937	4 508	135 240	150 325\$05	2 704\$80
1938	7 381	221 430	207 412\$50	6 642\$90
1939	16 160	441 310	421 749\$95	13 239\$30
1940	26 042	565 857	668 097\$00	16 975\$70
1941	16 750	415 230	656 415\$65	12 456\$90
1942	17 592	441 005	860 007\$20	13 230\$15
1943	26 600	691 589	1 216 545\$45	20 747\$65
1944	30 195	775 706	1 586 723\$60	23 271\$20
1945	25 043	581 995	1 388 849\$55	17 459\$85

Fonte: Arquivo Histórico-Parlamentar, Inquérito à Organização Corporativa, cx.34, nº 3.

Do ponto de vista da circulação das mercadorias durante a guerra, a única queixa regista partiu de um proprietário da margem sul do Tejo contra “o exagero do burocratismo”²²⁹ que, tendo mandado um dia a Lisboa um criado vender um pequeno cabaz de frutas, se viu na iminência de ser multado porque esse cabaz não vinha acompanhado de um certificado de origem.

No que toca às regiões insulares, sobre o Grémio dos Exportadores de Frutas e Produtos Hortícolas de São Miguel e sobre o Grémio dos Exportadores de Frutas e Produtos Hortícolas da Ilha da Madeira, nenhuma informação chegou à comissão de inquérito, o que indicava que não tivessem existido dificuldades financeiras e conflitos de interesses entre sócios ou firmas agremiadas.

No último grémio referido, nos anos da guerra, deu-se a assinatura de um acordo coletivo de trabalho, em 1941, entre os trabalhadores de ananases de acondicionamento de frutas do Funchal e Câmara de Lobos. Neste acordo foi regulado o horário de trabalho (das 8h00 às 16h00, com uma pausa das 12h às 16h00), além do estabelecimento das remunerações salariais: homens, 11\$; mulheres 5\$ e menores 6\$²³⁰. Este acordo seria revisto em 1945, passando os homens a receber 17\$, as mulheres 8\$50 e os menores 9\$50²³¹. Este aumento salarial poderá ser indicativo da necessidade de contenção e prevenção de agitação social e do conseqüente escape a política oficial de contenção salarial, “seja pela permissão da celebração de convenções colectivas de trabalho, pela fixação de salários mínimos, ou pela autorização de aumentos pontuais cedidos pelo patronato”²³².

Este olhar sobre o inquérito à organização corporativa salienta alguns aspetos. A conflituosidade entre agremiados e as estruturas dirigentes revelou-se pontual e mitigado, correspondendo a casos de importância residual. Todavia, este argumento pode não ser suficientemente sólido visto que, em condições globais de ausência documental, esta visão necessitaria de um aprofundamento, sobretudo para os grémios das regiões insulares. Frise-se ainda que as dificuldades financeiras dos grémios acima analisados foram influenciadas, não apenas, pela guerra e as suas conseqüências económicas, bem

²²⁹ Arquivo Histórico-Parlamentar, Assembleia Nacional, Inquérito à Organização Corporativa, cx.34, nº 3.

²³⁰ *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, ano VII, nº 2, 30 de Janeiro de 1941, pp. 31-37.

²³¹ *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, ano XII, nº 2, 30 de Janeiro de 1945, p. 66.

²³² ROSAS, *Portugal entre a paz e a guerra...*, p. 347.

como através de maus anos agrícolas e intempéries, como o ciclone de 1941 ou as secas de 1944 e 1945, acentuando quebras nos seus réditos. Tal quadro sofreu uma inversão, entre 1943 e 1944, contudo, o fim da guerra revela-se, uma vez mais, um fator desestabilizador no equilíbrio das contas dos grémios da JNF.

As oscilações na contabilidade dos grémios não foi um facto isolado. A conjuntura de guerra vivia teve, evidentemente, implicações na gestão interna da JNF, no que é referente às despesas administrativas e de fiscalização, passando de 1 667 135\$15, em 1939, atingindo o seu máximo valor, em 1945, com um valor de 7 816 534\$12, aumento esse explicável pela apertada malha montada em torno do controlo do mercado interno e da circulação da produção.

Em suma, os anos da II Guerra Mundial revelaram novas facetas da capacidade de intervenção da JNF. O agudizar da crise alimentar forçou-a a controlar a produção interna, esforço esse que o governo imprimou em diversos serviços públicos e organismos corporativos. A agricultura e, particularmente, o sector fruto-hortícola sofreu diversos revesses. Em primeiro lugar, a complicação a nível da circulação internacional de mercadorias traduziu-se na estagnação da exportação de frutas, atingindo o seu ponto mais baixo, em 1945. Em segundo lugar, internamente, a ação da JNF, à semelhança do que ocorreu com outros organismos de coordenação económica teve de enfrentar os problemas oriundos de uma produção nacional que era incapaz de satisfazer o consumo.

5. Novas linhas de rumo e os impasses da realidade: a Junta Nacional das Frutas e as dinâmicas económicas do pós-guerra (1945-1974)

5.1. O fim da guerra e o combate à “crise das subsistências”

Durante o desenrolar do conflito armado, e apesar da ausência de destruição material e perda de vidas humanas e como foi possível atestar nas páginas antecedentes, Portugal não passou incólume aos desafios económicos colocados pela guerra, assim como às tensões políticas, de que o descrédito na organização corporativa é exemplo²³³. Do ponto de vista estrutural, logo após 1945, e como observou Fernanda Rollo, “pretendia-se deixar intocável a velha estrutura económica, social e política do mundo rural e fazer avançar a modernização/industrialização do País, mesmo que de forma ponderada”²³⁴. Porém, a imobilidade e a preservação de uma realidade de difícil encaixe ao novo contexto nacional e internacional, revelou-se uma tarefa complexa, pondo à prova alguns dos principais postulados que orientaram o Estado Novo nos anos anteriores.

Primeiramente, o término das hostilidades não se traduziu na regularização da questão das subsistências, sendo o Ministério da Economia, tutelado por Luís Supico Pinto²³⁵, responsabilizado pela “grave crise vivida pelo situacionismo”²³⁶. Ao longo dos meses após o fim do conflito, foram recorrentes as notícias dos atrasos na distribuição de géneros e matérias-primas, da fome, do contrabando²³⁷ e do mercado paralelo. As

²³³ Em carta enviada a Oliveira Salazar, em 19 de Junho de 1942, Marcello Caetano afirmou que “a doutrina [corporativa] caminha para um descrédito irremediável [...] a gente nova já não crê na sua eficácia e repele-a” (ANTUNES, José Freire (ed.), *Salazar e Caetano: cartas secretas, 1932-1968*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 104). Mais tarde, em Fevereiro de 1944, as suas críticas são ainda mais contundentes, afirmando que “já tenho vergonha em falar em corporativismo” e que se tratava de “falhanço puro [...] por falta de acção contínua e oportuna. (ANTUNES, *Salazar e Caetano...*, p. 118).

²³⁴ ROLLO, *Portugal e a reconstrução económica...* p. 75.

²³⁵ Luís Supico Pinto (1909-1986). Licenciado em Direito, pela Universidade de Lisboa, a sua carreira foi feita na organização corporativa, tendo sido vice-presidente do Conselho Técnico Corporativo do Comércio e Indústria (1936-1940). Como membro do governo foi Subsecretário de Estado das Finanças (1940-1944) e Ministro da Economia (1944-1947), e mais tarde, foi Presidente da Câmara Corporativa (1957-1973) e membro vitalício do Conselho de Estado, sendo um dos conselheiros mais próximos de Oliveira Salazar.

²³⁶ ROSAS, *Salazarismo e fomento...*, p. 123.

²³⁷ Tendo em conta a questão do contrabando, parece-nos muito pertinente a conclusão de Paula Godinho, segundo a qual as populações raianas usaram “[...] continuamente a fronteira para maximizar as suas estratégias. O contrabando, como complemento económico que desempenhava diferentes funções e refletia o lugar social ocupado dentro de uma estrutura local [...] serviu a alguns para escapar à miséria que pautava os quotidianos dos grupos sociais com menor acesso à propriedade” (GODINHO, Paula, “«Desde a idade

condições de vida dos camponeses e dos operários sofreram as consequências da crise económica, com a desvalorização dos salários, originando focos de revoltas e motins nas zonas rurais e na cintura industrial de Lisboa. Os efeitos económicos da guerra eram retratados em tons pouco reconfortantes: “Por todo o país se ouve a mesma queixa: «a vida está impossível, não se sabe o que fazer, não há nada para comprar, o dinheiro não chega, para onde vamos nós»”²³⁸.

Tal contexto suscitou reformulações governativas, verificando-se cedências face à ala reformista, liderada por Marcello Caetano, onde pontuava Daniel Barbosa, nomeado Ministro da Economia, em Fevereiro de 1947. O novo ministro tinha como principais tarefas: “resolver o problema do abastecimento público de géneros de primeira necessidade, liquidar o mercado negro, baixar os preços”²³⁹. Este conjunto de iniciativas visou, essencialmente, alterar as bases em que assentava a contestação social que se vivia desde anos da guerra e de que se alimentava a oposição ao regime. Nas palavras do próprio ministro, “todos temos plena consciência que se impunha atuar, sem hesitações e com maior energia, para acabar com a especulação [...]”²⁴⁰ de modo a conseguir “sustar a alta dos preços; marcar uma tendência para a baixa; reduzir o mercado negro a proporções bem menores”²⁴¹.

No que concerne ao tema em estudo, a situação da produção e comércio da batata não era animadora pois apodrecera “muita batata antes de ser colhida e os batatais foram atacados por várias pragas. Mas porque aumentou muito a área cultivada, é natural que a produção total ainda não inteiramente registada seja satisfatória”²⁴². Para fazer face ao problema da degradação da cultura da batata, o Ministério da Economia nomeou, em Abril de 1947, uma comissão com o objetivo de estudar “a capacidade, localização, e forma de exploração de frigoríficos, silos e armazéns destinados à conservação das reservas alimentares, bem como o volume necessário dessas reservas”, perspetivando o normal afluxo na distribuição de géneros e bens alimentares. Dessa comissão foi

de seis anos, fui muito contrabandista» - o concelho de Chaves e a comarca de Verín, entre velhos quotidianos de fronteira e novas modalidades emblematizantes” in FREIRE, Dulce, ROVISCO, Eduarda, FONSECA, Inês (coord.) *Contrabando na fronteira luso-espanhola: práticas, memória e patrimónios*, Lisboa, Edições Nelson de Matos, 2009, p. 34.)

²³⁸ ULRICH, Ruy Ennes, “A alta de preços em Portugal e suas causas” in *Revista do Centro de Estudos Económicos*, nº 4, 1946, p. 9.

²³⁹ ROSAS, *Salazarismo...*, pp. 123-124.

²⁴⁰ BARBOSA, Daniel Maria Vieira, *Na pasta da Economia*, Lisboa, Portugália Editora, 1948, p. 91.

²⁴¹ BARBOSA, *Na pasta da Economia...*, p. 93.

²⁴² *Boletim da Direcção-Geral da Indústria*, ano X, nº 476, 23 de Outubro de 1946, p. 96.

produzido um relatório no qual, na parte correspondente à cultura da batata, se defendia o aproveitamento das condições climáticas das regiões da Beira Alta e Trás-os-Montes para a construção, junto dos caminhos-de-ferro, de “armazéns onde a circulação do ar se fizesse convenientemente e devidamente apetrechados”²⁴³, para facilitar a manutenção da batata entre Novembro e Abril, ou seja, no período do ano em que não se procedia à sua colheita.

Neste período, também as práticas da economia paralela, como o açambarcamento, o contrabando ou a especulação prosseguiram, verificando-se que a alta de preços era acentuada, destacando-se na venda de batatas, onde “não era decerto a produção quem beneficiava integralmente de tão elevado custo: os intermediários e os armazenistas tinham-se apossado do negócio, tão bom e tanto interesse”²⁴⁴. Assim, uma das situações mais notadas à época foi a tentativa de “vender à lavoura e aos armazenistas, batata de consumo ou rejeitada pela inspeção dos Serviços Fitopatológicos, pedindo preços elevadíssimos e afirmando que a qualidade da batata é idêntica à da batata selecionada e certificada pelos Serviços Oficiais”²⁴⁵ mas também “a venda a preços altos e descabidos de batata para consumo das regiões serranas onde se cultiva”²⁴⁶. Os prejuízos da lavoura e os interesses associados à venda de batata levaram a que se classificasse este produto como o *volfrâmio branco*.

Também no rescaldo da guerra, a situação alimentar em Portugal pautava-se por uma insuficiência calórica fornecida pelos alimentos racionados e uma percentagem de gorduras igualmente insuficiente²⁴⁷. Deste modo, surgia a necessidade de “irmos buscar, aos géneros em venda livre, as calorias restantes, e um corretivo à deficiente composição alimentar”²⁴⁸. Associado a uma maior atenção na correção das deficiências alimentares e no equilíbrio do consumo, o governo entendeu que deveria, simultaneamente, aumentar o número de importações dos produtos levando que paulatinamente, se assistisse a uma “diminuição acentuada do intervencionismo estatal nos casos do milho, centeio e

²⁴³ AMARAL, José Duarte, *Três anos de experiências de armazenamento de batata em Portugal*, Lisboa Junta Nacional das Frutas, 1952, p. 7.

²⁴⁴ BARBOSA, *Na pasta da Economia...*, p. 94.

²⁴⁵ *Serviço Informativo da Junta Nacional das Frutas*, nº 5, 1ª quinzena de Novembro de 1946, p. 4.

²⁴⁶ *Serviço Informativo da Junta Nacional das Frutas*, nº 6, 2ª quinzena de Novembro de 1946, p. 6.

²⁴⁷ De acordo com os dados da Food and Agriculture Organization, no período a seguir à guerra (1948-1950) a ingestão diária de calorias em Portugal era de 2270, o valor mais baixo da Europa mediterrânica: em Itália era de 2350; em França eram 2800 e na Grécia o valor era 2500, não existindo dados para Espanha. (*The state of food and agriculture 1971*, Roma, FAO, 1971, p. 186)

²⁴⁸ BARBOSA, *Na pasta da Economia...*, p. 215.

batata”²⁴⁹ e ainda a uma diminuição no crescimento anual dos preços da produção. De modo a assegurar os abastecimentos foi permitida, em 1947, a importação de batata oriunda dos EUA, importado um total de vinte e sete mil toneladas de batata para consumo²⁵⁰. O recurso à produção norte-americana para consumo deveu-se ao facto de que a exportação da produção inglesa estava fortemente condicionada em virtude das restrições promulgadas pelo Chanceler do Tesouro, reduzindo os encargos financeiros derivados da importação de produtos alimentares provenientes de países de moeda valorizada, como era o caso de Portugal. Além da importação norte-americana, foram firmados acordos comerciais com a Holanda, Noruega e Dinamarca que elevaram as capitações do consumo nacional. Como resultado, se em 1938, a importação de batatas foi de 2285 toneladas, correspondendo a 5759 contos, em 1946, a sua importação alcançou o valor de 48 845 toneladas, valendo 74 006 contos²⁵¹.

Para o cultivo, foram tomadas medidas relativas à batata-semente, através da publicação do Decreto-Lei nº 36 655, de 10 de Dezembro de 1947, onde os grémios da lavoura deveriam promover a constituição de cooperativas especializadas de produção ou criar secções privativas para esse efeito. Do ponto de vista financeiro, os grémios poderiam ainda conceder crédito direto aos produtores por conta do produto ensilado ou fornecer a batata-semente aos que carecessem desse auxílio. Contudo, só entre 1952 e 1953 é que surgiram as primeiras cooperativas de produtores de batata-semente, localizados na região do Nordeste Transmontano e da Beira Alta.

Já na produção frutícola, também se assinalava uma alta de preços no pós-guerra, justificando-se a situação como “corrente e resultante das naturais flutuações em face da maior ou menor abundância das espécies”²⁵². Na regularização no fornecimento de determinados géneros levou a que os “encarregados da inspeção técnica e comercial da fruta têm transigindo, deixando chegar até ao consumidor alguma que, em condições diversas das atuais, deveria ser inutilizada”²⁵³. Também para responder às necessidades dos consumidores, o Ministério da Economia criou, em Julho de 1947, 24 postos

²⁴⁹ BAPTISTA, *A política agrária...*, p. 359

²⁵⁰ *Serviço Informativo da Junta Nacional das Frutas*, nº 12, 2ª quinzena de Fevereiro de 1947, p. 3.

²⁵¹ CORREIA, Araújo, *Ensaio de economia aplicada*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1949, p. 165.

²⁵² *Serviço Informativo da Junta Nacional das Frutas*, nº 22, 2ª quinzena de Julho de 1947, p. 5.

²⁵³ *Serviço Informativo da Junta Nacional das Frutas*, nº 5, 1ª quinzena de Novembro de 1946, p. 7.

reguladores do preço de venda da fruta a retalho em Lisboa²⁵⁴, medida apodada de “revolucionária” e que merecia “o apoio dedicado e eficaz de toda a população de Lisboa que, com certeza, compreenderá nos seus autênticos termos, o sentido das medidas”²⁵⁵. O principal objetivo desta iniciativa sintetiza-se no lema que estava presente nos postos de venda: “A fruta deve entrar em todos os lares! Mais fruta, muita fruta! Fruta mais barata!”²⁵⁶.

O pragmatismo e a natureza reformista que Daniel Barbosa imprimiu na sua passagem pelo Ministério da Economia embateu diretamente com um dos princípios mais vinculados da política económico-financeira do salazarismo: o equilíbrio das contas públicas. Esta ortodoxia mostrava-se ser dificilmente articulável com as crescentes dificuldades sentidas, colocando em causa a função do Estado como gestor público dos abastecimentos. Assim, a política seguida foi “diametralmente oposta da que tinha sido seguida pelo seu antecessor, diferença da que tinha sido seguida pelo seu antecessor a que não era obviamente estranha a situação social e política a que se chegara”²⁵⁷. Essa diferença, traduzida na referida importação massiva de géneros, criando uma crise financeira “no decurso da qual acabou por ser «primeiro» sacrificado”²⁵⁸, cessando funções em Outubro de 1948.

Sob a perspetiva do comércio externo também se verificaram diagnósticos das carências da marinha mercante que dificultavam a circulação dos produtos portugueses nos mercados internacionais. Como mostrava o Ministro da Marinha, Américo Thomaz²⁵⁹, era preciso “possuir uma frota suficiente em tempo de guerra e económica em tempo de paz, e não é com navios velhos, que custam em reparações o preço dos navios novos”²⁶⁰. Fora da esfera governativa, constatava-se que “não possuímos uma frota expressamente construída para esse objetivo [comércio frutícola], ao contrário do que já

²⁵⁴ A criação de postos reguladores de venda já conhecia antecedentes em outros organismos de coordenação económica, nomeadamente, os postos criados em Lisboa e no Porto, pela Comissão Reguladora do Comércio de Arroz, em 1937.

²⁵⁵ *Jornal do Comércio*, ano 94, nº 28 184, 3 de Julho de 1947, p. 1.

²⁵⁶ *Diário de Lisboa*, ano 27, nº 8835, 3 de Julho de 1947, p. 4.

²⁵⁷ ROLLO, *Portugal e a reconstrução económica*, ... p. 109.

²⁵⁸ ROLLO, Maria Fernanda, “Daniel Maria Vieira Barbosa” in ROSAS, Fernando e BRITO, J.M. Brandão de (coord.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Bertrand Editora, 1996, vol. I, p. 91.

²⁵⁹ Américo Thomaz (1984-1987). Oficial da Marinha, foi Chefe de Gabinete do Ministro da Marinha Ortins de Bettencourt, entre 1936 e 1944, sendo nomeado Ministro da Marinha, em 1944, cargo em que se manteve até 1958, data em que alcança a Presidência da República. Ocupou a chefia do Estado até ser deposto pela revolução de 25 de Abril de 1974, adotando uma postura de fidelidade a Oliveira Salazar e mantendo-se como um dos membros da corrente ultramontana durante o período do Marcelismo.

²⁶⁰ *Boletim da Junta Nacional da Marinha Mercante*, n.º XIX, 1952, pp. 5-10.

se observa em outros países”, com navios fruteiros bem equipados, do ponto de vista tecnológico, bem como não existia, por parte do conhecimento público, “quaisquer preparativos feitos nesse sentido pelos exportadores portugueses”²⁶¹. A renovação da marinha mercante torna-se numa problemática consensual na opinião dos decisores públicos, traduzida no «Plano de Renovação da Frota da Marinha Mercante Nacional», lançado em 10 de Agosto de 1945.

Através da abundância de divisas e da política favorável ao investimento em bens de consumo e equipamento, a frota fruteira começou a ser construída, logo a seguir ao fim da guerra. À semelhança do que ocorreu na frota bacalhoeira neste período²⁶², a construção dos navios foi feita em estaleiros estrangeiros. Assim, em 1946, foi feita, pela Companhia de Navegação Carregadores Açorianos ao estaleiro holandês Vinyk D. Zonen, uma encomenda de dois barcos de 3800 toneladas. Mais tarde, em 1949, seria por intermédio da Empresa Insulana de Navegação, sediada na Madeira, que se construiria outro barco fruteiro, *Gorgulho*, a que se seguiria o *Madalena*, em 1950, dotados de câmaras frigoríficas para uma melhor acondicionamento dos frutos durante o seu transporte

5.2. A transição da economia de guerra para a economia da paz: hesitações internas e a abertura económica ao exterior

Com o fim da guerra e a necessária recuperação da normalidade económica e comercial, a alteração do quadro global em que a economia portuguesa se inseria era evidente. Denotava-se a abertura de um caminho, instituído sob “a liberalização das permutas internacionais [que] constituirá para a produção e o comércio desses produtos um *mundo novo* a que terão de adaptar-se com grandes precauções”²⁶³. O alargamento das fronteiras internas do capitalismo, trazido pela conjuntura bélica, criou o ambiente para discussão sobre a orientação e as medidas que deveriam ser tomadas para a inserção da economia portuguesa no mundo saído da guerra.

²⁶¹ *Jornal do Comércio*, ano 92, nº 27 488, 21 de Abril de 1945, p. 1.

²⁶² GARRIDO, *O Estado Novo...*, pp. 270-284.

²⁶³ AMORIM, Jaime Lopes, *Repercussões da evolução da política económica internacional do após-guerra na economia de alguns sectores da exportação portuguesa*, Lisboa, Sindicato Nacional dos Comercialistas, 1951, p. 32

No que concerne à agricultura, esta foi, naturalmente, inserida nos modelos de desenvolvimento que se encontravam em discussão e que se confrontam nos anos imediatos ao fim da guerra. Como mostra Alfredo Marques, “os elementos constituintes desta estratégia não deixam, porém, de revelar também contradições e ambiguidades em alguns dos seus aspetos, não refletindo, por isso, um processo linear de adoção de uma nova política”²⁶⁴. O setor primário não esteve arredado deste conjunto de ideias e os anos do pós-guerra demonstram como a aplicação de um modelo económico que conciliasse a visão que guiara o governo até à guerra com as novas realidades foi tudo menos simples e linear. Até 1950, várias cambiantes podem ser notadas nos percursos da política económica do Estado Novo, desde uma reação conservadora aos efeitos do conflito passando pela perceção da inevitabilidade da industrialização que, para figuras como Ferreira Dias, era, por antonomásia, o caminho da modernização.

Os circuitos do poder político encaravam este problema afirmando que “a ideia de autarcia económica, dos povos fechados nos seus recursos e vivendo exclusivamente deles, sabemos nós já que não pode sobreviver à guerra”²⁶⁵. A adaptação da economia nacional à conjuntura internacional revelava-se assim essencial. O ordenamento construído ao longo dos anos 30 demonstrava não corresponder aos desígnios da nova ordem económica. A adesão de Portugal ao Plano Marshall, que se revelou fundamental na superação das dificuldades na balança de pagamentos de 1947-1948, é o primeiro marco na viragem para um maior grau de internacionalização, não obstante algumas resistências e as gradações que tal mudança teve²⁶⁶. A política de estabilização seguida durante a década de 50, centrada nos problemas de abastecimento, a afirmação do fomento industrial e a liberalização económica possibilitada pela adesão de Portugal ao Fundo Monetário Internacional (FMI), ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), ao General Agreement on Tariffs and Trade (GATT) e, sobretudo, à European Free Trade Association (EFTA), são sintomas de uma “política de

²⁶⁴ MARQUES, Alfredo, *Política económica e desenvolvimento em Portugal (1926-1959): as duas estratégias do Estado Novo no período de isolamento nacional*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988, p. 111.

²⁶⁵ FONSECA, Joaquim Roque da, “O comércio português, a crise da guerra e os problemas da paz” in *Problemas do após-guerra: ciclo de conferências*, Lisboa, Associação Comercial de Lisboa, 1945, p. 49.

²⁶⁶ ROLLO, Maria Fernanda, *Portugal e o plano Marshall: da rejeição à solicitação da ajuda financeira norte-americana (1947-1952)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, pp. 167-175.

desenvolvimento sobranceira à ideologia rural do Estado Novo, cuja execução é consentida por Salazar a partir de cedências políticas”²⁶⁷.

É evidente que o peso que a agricultura tinha no conjunto da economia nacional, sobretudo em termos da população ativa, levou a que o debate sobre a sua reconversão fosse cada vez mais presente, quer no meio político, quer no meio científico. Ao longo do pós-guerra, o crescimento do rendimento disponível dos portugueses levou ao aumento do consumo privado, o que forçava a correspondência do sector primário às necessidades do consumo da população. Esta situação realçou a necessidade de uma política agrária que conciliasse o consumo com a industrialização e modernização tecnológica e a internacionalização comercial e a competitividade dos novos mercados agrícolas que iam surgindo, como por exemplo a Bélgica, a Jugoslávia ou Israel.

Esta situação tinha consequências no sector fruto-hortícola, dada a importância conferida à exportação nos anos anteriores, em que a atuação da JNF foi determinante. No período que se seguiu ao fim da II Guerra Mundial, a Junta percebeu que “a conquista ou reconquista de mercado para os nossos produtos tem de fazer-se na base de um comércio sério e inteligente que apresente mercadorias que em qualidade e preço possam acompanhar, senão bater, a concorrência”²⁶⁸. No tocante ao mercado interno, também a JNF entendeu que para uma melhor produção e melhores resultados económicos, além de uma estrutura de comercialização eficiente, também se deveria proceder à melhoria das “operações de técnica inerentes ao mesmo, como seja o tratamento sanitário dos pomares, a escolha, calibragem e acondicionamento dos frutos, o seu transporte”²⁶⁹. Ao longo do que alguns autores consideram como a primeira fase de “crescimento económico moderno”²⁷⁰ em Portugal, a JNF acompanhou os ritmos do desenvolvimento, sobretudo, na expansão da indústria, mas também as questões de resolução mais complexa e de âmbito estrutural, sobretudo ao nível do abastecimento alimentar e dos preços dos produtos, a crise da agricultura tradicional e a concorrência estrangeira.

²⁶⁷ GARRIDO, Álvaro, “Conjunturas políticas e economia” in LAINS, Pedro, SILVA, Álvaro Ferreira da (org.), *História Económica de Portugal (1700-2000)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005, vol. III, p. 464.

²⁶⁸ *Serviço Informativo da Junta Nacional das Frutas*, nº 33, 1ª quinzena de Janeiro de 1948, p. 1.

²⁶⁹ *Serviço Informativo da Junta Nacional das Frutas*, nº 33, 1ª quinzena de Janeiro de 1948, p. 1.

²⁷⁰ MATA, Maria Eugénia, VALÉRIO, Nuno, *História económica de Portugal: uma perspectiva global*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p. 214.

5.2.1. “Culpa do homem? Culpa da ladeira? Culpa do calhau?”²⁷¹: diagnósticos do atraso e anseios de inovação no debate em torno da modernização agrícola

A II Guerra Mundial, na dimensão disruptiva que qualquer conflito acarreta, teve ressonâncias na ideia de desenvolvimento económico que o Estado Novo havia defendido até então, gerando um debate em torno dos rumos a serem tomados futuramente. Especificamente no campo da agricultura, assistiu-se, ainda durante a guerra, à realização do I Congresso de Ciências Agrárias, em 1943, “iniciativa em larga medida aproveitada pelo afã ruralista na defesa das suas posições socavadas pela economia de guerra”²⁷². Entre as ideias pugnadas neste evento, destacou-se a defesa da modernização da agricultura, realçando a sua capacidade enquanto bem social que os impactos da guerra haviam colocado em causa. Sob esta fórmula, o sector primário constituía um meio de equilíbrio socioeconómico, baseado na ponderada correção da estrutura fundiária e na sua ligação com o processo de industrialização.

Entre o avanço das teses industrialistas e a defesa da conservação do *status quo*, começaram a surgir, no final dos anos 40 e inícios dos anos 50, algumas questões que pretendiam dar resposta à situação agrícola, atendendo ao facto de que “são diferentes os modos de expressão do discurso económico e que são igualmente diversificados os modos de apropriação desses discursos, através dos quais se procura compreender e comandar a realidade económica”²⁷³. Nas palavras de António Júlio Castro Fernandes²⁷⁴, os anos do pós-guerra mostravam que “fica larga margem para um esforço de industrialização, porque aquilo que interessa é criar elementos de uma indústria a valer, os técnicos e a técnica”²⁷⁵. Nesse esforço, a agricultura surgia como suporte a esse intento, através do fornecimento de matérias-primas de origem vegetal ou animal para as unidades fabris. As limitações económicas, as carências alimentares suscitadas pela guerra forçaram as elites governativas a um raciocínio mais apurado sobre como se deveria por cobro a tais

²⁷¹ NATIVIDADE, Joaquim Vieira, *A ciência agronómica e as realidades agrárias*, Alcobaça, Edição do Autor, 1959, p. 5.

²⁷² ROSAS, *Portugal entre a paz e a guerra...*, p. 186.

²⁷³ CARDOSO, José Luís, *Pensar a economia em Portugal*, Algés, Difel, 1997, p. 208.

²⁷⁴ António Júlio Castro Fernandes (1903-1975). Destacado membro das correntes da extrema-direita, foi fundador do Movimento Nacional Sindicalista. Adere ao Estado Novo, em 1934, tornando-se um dos colaboradores na construção do regime corporativo, tendo desempenhado funções em vários grémios, no Instituto Nacional do Trabalho e Previdência e na Federação Nacional para a Alegria no Trabalho. Foi Subsecretário de Estado da Corporações (1944-1948), Ministro da Economia (1948-1950) e presidente da Comissão Executiva da União Nacional.

²⁷⁵ *Boletim da Direcção-Geral dos Serviços Industriais*, ano I, nº 3, 19 de Janeiro de 1949, p. 39.

dificuldades, olhando-se mais atentamente para a problemática da industrialização dos produtos agrícolas. Esta é uma situação comum em outros países como a França, a Itália, a Bélgica ou a Holanda, surgindo em Portugal dois tipos de debate: o político e o científico que, ao longo das décadas de 50, 60 e 70, encontrou momentos nos quais os dois se entrecruzam e mesclam, não obstante algumas resistências.

Tornou-se notória a compreensão da complementaridade entre agricultura e indústria, quando assumidos numa perspetiva de desenvolvimento económico nacional integrado, na qual a agricultura servia de sustentáculo ao processo de modernização industrial, colocando-a numa posição subalterna. José Maria Brandão de Brito sugere que o que ocorre neste período dos anos 50 é o início da construção de um processo que culminou na auto-marginalização da agricultura, dado o entendimento segundo o qual “pretendia-se a modernização da agricultura de maneira que esta pudesse acompanhar e mesmo contribuir positivamente para o progresso industrial”²⁷⁶. Este ideal esbarrou na realidade estrutural em que se encontrava o sector primário, mitigando os impactos de certas políticas, suscitando resistências e dificultando a criação de uma linha de rumo e uma estratégia definida para a agricultura no seu conjunto. Partindo deste quadro, e através desta auto-marginalização, o que se pode verificar é a criação de um caminho próprio, feito através das condicionantes que a realidade económica agrícola tinha e que os ímpetus conservadores ligados ao *lobby* agrário exacerbavam. A indústria e a agricultura eram perspetivadas sob a ótica da complementaridade, em que o sector primário tinha fins de atavio, sendo a indústria o sector que arrastaria e traria o desenvolvimento ao restante conjunto da economia, sendo esta uma ideia cara ao *engenheirismo*.

Sendo a agricultura um dos sectores em que mais se fazia sentir o peso da estrutura corporativa, como é que esta foi analisada pelo governo no pós-guerra? A retórica política dos anos imediatos ao fim da guerra apontou no sentido do reforço do corporativismo, não obstante o confronto com a natureza contraditório entre o discurso governativo e o real funcionamento das instituições corporativas, muito notada aquando da realização do Inquérito à Organização Corporativa de 1947, a que já tivemos oportunidade de aludir no capítulo precedente. Neste campo, surge a questão das subsistências, na qual a JNF

²⁷⁶ BRITO, José Maria Brandão de, “Da ditadura financeira ao difícil triunfo da industrialização” in REIS, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, vol. IV, p. 160.

contribui para a sua gestão, à semelhança de outros organismos de coordenação económica. Mas vejamos quais os debates em presença nos anos do pós-guerra.

a) O olhar político

Evidentemente que o processo de industrialização iniciado em 1944 e 1945 visou a questão agrária. Diretamente relacionado com o tema em estudo e no que concerne ao debate teórico, na obra *Linha de Rumo*, Ferreira Dias²⁷⁷ advogava que a indústria conserveira dos produtos vegetais poderia ser uma indústria de base. Segundo este:

“num país principalmente agrícola industrializar os produtos da terra (frutícolas e hortícolas) de forma a torná-los aptos a concorrer na alimentação de outros países, e fazer isto num grau de qualidade e quantidade que pese na economia é, seguramente, uma boa e lógica base”²⁷⁸.

Porém, Ferreira Dias percebeu igualmente que, apesar de Portugal ser um país essencialmente agrícola, a conversão da indústria das conservas alimentares em indústria de base não poderia ser operacionalizado devido ao facto de que, por um lado, ser uma indústria muito enraizada em certos locais e convertê-la acarretaria custos; por outro, devido à impossibilidade de prever o comportamento quer da produção, quer dos mercados externos, o que colocaria em causa certos investimentos. Ainda assim, a modernização da agricultura era um princípio que não deveria ser abandonado e já enquanto Ministro da Economia (1958-1962) defendeu que era notória “a adaptação inexorável da agricultura a novas condições de trabalho e novas concepções de vida”²⁷⁹, constituindo uma das invariantes da economia portuguesa” ao lado do fomento do comércio e da renovação da política industrial.

É através da constatação da insuficiência da produção agrícola nacional que o governo reage, com medidas legislativas tendentes aos melhoramentos agrícolas, nomeadamente através da criação do Fundo de Melhoramentos Agrícolas, em 1946. A construção do desenvolvimento agrícola teve, necessariamente, de equacionar as questões do investimento financeiro. Contudo, na maioria dos pequenos produtores escasseavam

²⁷⁷ José Ferreira Dias Júnior (1900-1966). Licenciado em Engenharia Electrotécnica e Mecânica, pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa, onde foi professor, é considerado o grande protagonista no esforço de industrialização no pós-guerra, tendo sido Subsecretário de Estado do Comércio e Indústria (1940-1944) e Ministro da Economia (1958-1962), além de Procurador à Câmara Corporativa (1942-1966).

²⁷⁸ DIAS (JÚNIOR), José Ferreira, *Linha de rumo I e II e outros escritos económicos (1926-1962)* (ed. de J.M. Brandão de Brito), Lisboa, Banco de Portugal, 1998, tomo I, p. 213.

²⁷⁹ *Agricultura: revista da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas*, nº 5, Janeiro-Março de 1960, p. 51.

“as possibilidades de fazer a necessária poupança para a constituição do capital necessário ao apetrechamento”²⁸⁰. O impacto do crédito agrícola também foi, numa primeira fase, ténue, sendo essencialmente absorvido pelos latifundiários do Sul “mais preocupados em reproduzir práticas, manter posições e perpetuar um poder”²⁸¹. A percentagem de crédito solicitado entre 1947 e 1960 para a fruticultura foi apenas de 2,9% da estrutura global da procura de crédito. Esta situação foi revertida ao longo dos anos 60, sobretudo depois do início da aplicação do Plano de Fomento Frutícola. Se investimento solicitado para a fruticultura foi de 3,5% do total entre 1961 e 1967, o número aumentou para 11,7%, entre 1968 e 1973, correspondendo à “sua máxima expressão”²⁸². No campo do plantio de árvores de fruto, fulcral para o sucesso do sector, no seio dos produtores, o autofinanciamento foi constante pois as amortizações dos empréstimos concedidos apenas começavam quando o arvoredo entrasse em exploração. Veja-se o caso do fomento frutícola na Guarda, onde, entre 1963 e 1970, a média anual de crédito concedido para o plantio foi de 842 contos, para um total de 407 pomares. Por sua vez, os pomares plantados sem assistência e sem apoio perfaziam o total de 457²⁸³. Deste modo, restou ao Estado proporcionar outras ferramentas conducentes a uma renovação tecnológica das estruturas agrárias, consubstanciadas através da legislação e da economia planificada, como mais adiante será analisada para o caso específico da hortofruticultura.

Mais do que um mero artifício retórico, útil em tempos de consolidação do regime, o pós-guerra assistiu a uma transmutação a nível do pensamento governativo sobre as virtualidades do sector primário. Concomitantemente com uma lógica ideológica, segundo a qual, as virtudes identitárias residiam no mundo rural, a visão que se encontra neste período cronológico pautou-se, essencialmente, por um pragmatismo e o reconhecimento da capacidade geradora de riqueza que a interdependência entre agricultura e indústria poderiam ter. No início da década de 1960, já era possível concluir que “criou-se assim um sector industrial e comercial intimamente relacionado com a

²⁸⁰ *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, V legislatura, nº 226, 23 de Março de 1953, p. 1078.

²⁸¹ MADEIRA, João Martins, “Crédito Agrícola” in ROSAS, Fernando e BRITO, J.M. Brandão de (coord.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Bertrand Editora, 1996, vol. I, p. 240.

²⁸² MANSINHO, Maria Inês Abrunhosa, *Política de crédito agrícola: atribuição e recuperação de fundos – Melhoramentos Agrícolas, 1946-1979*, Lisboa, Instituto Superior de Agronomia, 1989 (tese de doutoramento em Agronomia – texto policopiado), p. 179.

²⁸³ LOURENÇO, Fernando, RODRIGO, Isabel, *Política agrária e reconversão da agricultura: a fruticultura no distrito da Guarda*, Fundão, Jornal do Fundão, 1985, pp. 30-31.

agricultura, estabelecendo-se entre eles, ao mesmo tempo e obviamente, uma estreita interdependência, que o progresso tende a acentuar”²⁸⁴.

Esta mudança foi, progressivamente, ganhando forma, não obstante a visão de Oliveira Salazar, em que a primazia económica conferida ao sector agrícola persistia, sem grandes alterações: “se tivesse de haver competição, continuaria a preferir a agricultura à indústria”²⁸⁵. Contudo, os rumos económicos internacionais contrapunham esta mundividência, mostrando a inexorabilidade da viragem para uma maior abertura e modernização.

b) A visão académica e científica

Além dos circuitos do poder, é importante vislumbrar o entendimento que a elite científica e académica tinha sobre o quadro económico dos anos 50 e 60 e como era potenciador de um novo olhar sobre a agricultura. Vejamos alguns dos contributos significativos no deslindar deste debate.

Ainda no final da II Guerra Mundial, Francisco Alberto Seabra defendeu um modelo de exploração agrícola de integração global, quer sectorial, quer regional. Partindo deste conceito e através de alguns casos internacionais, a argumentação deste autor baseou-se na defesa da “instalação ou desenvolvimento daquelas indústrias que, por razões de custos comparados, oferecem condições necessária para prosperar”. Estas indústrias deveriam partir dos fatores de produção mais abundantes e, conseqüentemente, mais baratos, seguindo a lógica da divisão internacional do trabalho. Seabra realçou ainda importância dos investimentos, quer internos, quer externos para que, desde modo, o processo de industrialização se revelasse “muito mais rápido e implica menos sacrifícios para o consumo”²⁸⁶.

J. Vieira Natividade, que já antes da Segunda Guerra Mundial se destacara neste domínio, continuou a ser uma das vozes mais recorrentes na problemática do desenvolvimento do sector fruto-hortícola. Nos primeiros anos do pós-guerra, defendeu

²⁸⁴ CARDOSO, António Lopes, *A concentração da actividade agrícola e a integração empresarial*, Lisboa, Centro de Estudos de Economia Agrária/Fundação Calouste Gulbenkian, 1962, p. 3.

²⁸⁵ SALAZAR, António de Oliveira, “Erros e fracassos da era política” in *Discursos e notas políticas*, Coimbra, Coimbra Editora, 1967, vol. VI, p. 372.

²⁸⁶ SEABRA, Fernando Maria Alberto, *A industrialização dos países agrícolas: introdução ao estudo do problema*, Coimbra, Atlântida Editora, 1945, p. 166.

uma política frutícola assente em quatro pressupostos: “mais técnica” na qual o conhecimento dos cultivares e do ambiente em que se inseriam resultaria no aproveitamento das potencialidades agroclimáticas; “mais ciência, por muito que esta palavra assuste o agricultor timorato; mais diligência, por muito que isto custe aos preguiçosos” e, por fim “mais ousadia por muito que isso pese aos chamados homens prudentes”²⁸⁷. Natividade advogou a ideia da criação de uma fruticultura nova em que as bases técnicas e as preocupações de eficiência e rentabilidade seriam fundamentais.

Eugénio Castro Caldas foi outras das figuras ligadas à reflexão sobre o desenvolvimento da agricultura, entendendo esta última como mecanismo da aceleração do processo de industrialização, fazendo as interdependências que os dois sectores tinham. Contudo, a sua perspectiva é de âmbito mais vasto, na medida em que o processo de industrialização desencadearia um êxodo rural para as cidades que motivaria um certo alívio da questão da empregabilidade dos trabalhadores rurais. Dentro desta lógica, e nas suas palavras, “[...] o crescimento da população industrial melhora a procura de produtos agrícolas, não só no aspeto quantitativo como qualificativo, uma vez que a população dedicada à indústria e aos serviços constrói um género de vida diferentes do tradicional e imprime novo ritmo à ascensão do nível de vida”²⁸⁸. Não é deste modo de estranhar o apelo que Castro Caldas fez a Marcello Caetano, em 1958: “E se lhe for possível tente salvar o seu Plano de Fomento que, pelo menos na Agricultura, está em vias de ficar neutralizado [...] Se ainda for possível tente salvar o Plano na Agricultura!”²⁸⁹. Este repto é, na nossa opinião, sintomático da consciencialização do inexorável fim da agricultura tradicional e a urgência da introdução de novos métodos de exploração da atividade agrícola. Este modelo tornou-se hegemónico na Europa e no resto do mundo, em que o modelo da *revolução verde*²⁹⁰ se converteu no paradigma de modernização agrícola nos países de Terceiro Mundo, mas também em países em vias de desenvolvimento, como era o caso de Portugal. Comungando igualmente de alguns dos postulados defendidos por Ferreira Dias, Castro Caldas defendeu que as unidades de produção agrícola “têm de estar em grande dependência do sector industrial da nação para constituírem centros

²⁸⁷ NATIVIDADE, Joaquim Vieira, *A técnica ao serviço da fruticultura*, Lisboa, Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas, 1949, pp. 8-9.

²⁸⁸ CALDAS, Eugénio Castro, *A integração da agricultura no desenvolvimento económico*, Gouveia, Gráfica de Gouveia, 1963, p. 15.

²⁸⁹ ANTT, Arquivo Marcello Caetano, cx. 19, Correspondência/CALDAS, Eugénio Castro, doc. n.º 1.

²⁹⁰ Expressão utilizada, desde os anos 1960, para definir as mudanças e inovações científico-tecnológicas introduzidas na agricultura no pós-guerra.

polarizadores do consumo de produtos industrializados”²⁹¹. Deste modo, mais uma vez, os interfaces entre os sectores primários e secundários surgiam, novamente, no reformismo agrário, entendidos numa dimensão de subalternidade. A competitividade nos mercados externos e o processo de urbanização, como Vicente Pinilla mostra para o resto da Europa, levou a que “the trends towards intensification and specialisation, the adoption of new technologies and, in general, the commercial orientation of production were all principally driven by economic change outside agriculture”²⁹².

Os confrontos surgidos em torno da questão agrária encontram em Domingos Vitória Pires um caso de como o atavismo do governo foi, em certas ocasiões, inibidor de mudanças estruturais no sector agrícola pois não obstante o seu esforço, enquanto membro do governo e na aplicação das ajudas do Plano Marshall, tais tentativas saíram goradas.

Dentro da questão científica, foi no período do pós-guerra que se assistiu à criação, em 1957, do Centro de Estudos de Economia Agrária da Fundação Calouste Gulbenkian que sob a iniciativa e proposta de Henrique de Barros, esta instituição congregava uma plêiade de engenheiros agrónomos, criando-se um *think-tank* no campo dos estudos da economia agrária portuguesa. Os membros deste centro “focused on production conditions of goods to satisfy the immediate needs of the growing urban population, which was increasing demand for livestock, fruits and vegetable products”²⁹³, não sendo estranha a colaboração feita com a JNF em algumas ocasiões. Esta atenção divergia do entendimento das políticas governativas pois colocava a tónica num modelo de rentabilização das explorações agrícolas tendente a suprir as necessidades de uma sociedade cada vez mais urbanizada. O intercâmbio com centros de investigação estrangeiros e a participação em encontros internacionais tornou este centro num disseminador de um modelo modernizador agrícola, muito influenciado pelas normativas que advinham da *revolução verde*.

²⁹¹ CALDAS, Eugénio Castro, “Industrialização e agricultura” in *Revista do Centro de Estudos Económicos*, nº 18, 1957, p. 165.

²⁹² PINILLA, Vicente, “The impacts of markets in the management of rural land” in PINILLA, Vicente (ed.), *Markets and agricultural change in Europe from the 13th to the 20th century*, Turnhout, Brepols, 2009, p. 29.

²⁹³ FREIRE, Dulce, “Modernizing ambitions: agronomists in action between dictatorship and democracy (Portugal 1957-1986)” in DELICADO, Ana (ed.), *Associations and other groups in science: an historical and contemporary perspective*, Newcastle, Cambridge Scholars Publishing, 2013, p. 100.

A ideia do enquadramento da agricultura enquanto caminho conducente à organização da atividade industrial percorreu todo o pós-guerra, permanecendo até à queda do Estado Novo. Já no final do regime ainda permanecia a ideia de que “cada vez mais se toma consciência da importância de uma agricultura que deve fornecer as possíveis subsistências à população e matérias-primas destinadas à indústria, ao mais baixo preço, mas com lucro”²⁹⁴. O impasse da agricultura devia-se, segundo Henrique de Barros, não só “pela insuficiência, a precariedade e a dispersão que as têm caracterizado e caracterizam, mas também pela referida ausência de dinamismo sectorial intrínseco, para não dizer pela tendência a um certo imobilismo saudosista”²⁹⁵, como ocorria com a ceralicultura ou a olivicultura.

Não obstante alguns avanços em determinados sectores, como o hortofrutícola, como sintetiza Dulce Freire, antes do 25 de Abril de 1974, “generalizara-se a convicção de que a agricultura portuguesa estava, irremediavelmente atrasada”²⁹⁶, facto atestado pelos números e estatísticas várias que demonstram as dificuldades do sector agrícola em acompanhar as mudanças suscitadas neste período, entre os anos 50 e 70. Entre os fatores que contribuía para este desempenho contam-se: “as desfavoráveis condições agro-climáticas; a incapacidade de resolver os problemas criados pela estrutura excessivamente fragmentada no Norte e no Centro e demasiado concentrada no Sul do país”²⁹⁷.

Estes elementos fundiários e ambientais enunciados previamente poderão constituir a evidência para as dificuldades que a aplicação do modelo da *revolução verde* encontrou no caso português. Temendo transformações que colocassem em causa o equilíbrio social e político, o regime português mostrou algum atraso na aplicação de uma política modernizadora para a agricultura devido ausência de uma política de expropriação de terras, acusando o peso do *lobby* agrário; uma dependência institucional²⁹⁸; ausência e ou pouco aproveitamento de recursos financeiros na assistência técnica, entre outros fatores. Como Eugénio Castro Caldas notou, à época, a agricultura portuguesa “apresenta enorme

²⁹⁴ *Agricultura: revista da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas*, II Série, nº 4, Outubro-Dezembro de 1973, p. 3.

²⁹⁵ BARROS, Henrique de, *A estrutura agrária portuguesa: problema ainda sem soluções à vista*, Lisboa, Editorial República, 1972, p. 9.

²⁹⁶ FREIRE, Dulce, “Agricultura” in REIS, António, REZOLA, Maria Inácia e SANTOS, Paula Borges (dir.), *Dicionário de História de Portugal: o 25 de Abril*, Porto, Livraria Figueirinhas, 2016, vol. I, p. 85.

²⁹⁷ LOPES, José da Silva, *A economia portuguesa desde 1960*, Lisboa, Gradiva, 1996, pp. 74-75.

²⁹⁸ Apesar de vários apelos em sentido inverso, sobretudo vindos de engenheiros-agrónomos, a agricultura não possuiu um ministério autónomo, contrariamente do que ocorreu em Espanha, permanecendo como uma Subsecretaria (1940-1958) e Secretaria de Estado (1958-1974) integrada no Ministério da Economia.

rigidez na adaptação aos novos enquadramentos, mantendo evidente apego a rotinas e anacronismos que se incrustam nas instituições e nas técnicas, criando poderosíssimos tabus difíceis de remover”²⁹⁹.

A transformação foi suscitada por fatores exogéneos à vontade política e governativa, sendo impulsionada por mudanças sociais, nomeadamente, os movimentos migratórios, mudanças nos padrões da alimentação, suscitadas pelo aumento do rendimento disponível das famílias. Assim, como pretendemos demonstrar, o debate económico do pós-guerra enfileirou-se no domínio das virtudes do processo de industrialização, relegando a agricultura para um plano secundário. A corrente neofisiocrática esbarrava num modelo de crescimento industrial mas em “aqueles que a defendiam continuavam activos, mas o poder já os esquecera para sempre. Para além da vontade política, a própria evolução da realidade assim o determinava”³⁰⁰.

Deste modo, o debate científico encontrou, através de diversas personalidades, espaço de afirmação política, como era o caso de Castro Caldas, o que demonstra que os antagonismos entre reformistas e conservadores tenderam a exacerbar-se quando se tornou premente a rutura entre o sector primário e o crescimento industrial. A agricultura viu-se, assim, destinada a “um papel subalterno e marginal do processo de crescimento [...] aliado à situação da debilidade estrutural em que se encontrava”³⁰¹.

Particularmente no que concerne ao sector fruto-hortícola, este foi dos mais visados na questão da ciência. Como teremos oportunidade de verificar mais adiante, a problemática da investigação científica na melhoria de determinadas culturas constituiu uma continuidade com o que vinha sendo desenvolvido pela JNF, além de outras instituições. Poderemos ver nesta atitude a criação de mecanismos assentes no conceito de *high modernism*³⁰², como James C. Scott referiu? Segundo este autor, tal conceito

²⁹⁹ CALDAS, Eugénio Castro, “Aspectos da resistência ao desenvolvimento na agricultura” in *Análise Social*, vol. II, nº 7-8, 1964, p. 464.

³⁰⁰ AMARAL, Luciano, “Portugal e o passado: grupos de interesses, política agrária e evolução da agricultura portuguesa durante o Estado Novo (1950-1974)” in *Análise Social*, vol. XXI, nº 128, 1994, p. 897.

³⁰¹ PINTO, Armando Sevinate, AVILLEZ, Francisco, ALBUQUERQUE, Luís e GOMES, Luís Frazão, *A agricultura portuguesa no período 1950-1980: de suporte do crescimento industrial a travão ao desenvolvimento económico*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p. 20.

³⁰² Segundo James C. Scott, *high modernism* assentava nas seguintes bases: “a supreme self-confidence about continued linear progress, the development of scientific and technical knowledge, the expansion of production, the rational design of social order, the growing satisfaction of human needs, and, not least, an increasing control over nature (including human nature) commensurate with scientific understanding of natural laws” (SCOTT, James C. *Seeing like a state: how certain schemes to improve the human conditions have failed*, New Haven, Yale University Press, 1998, pp. 89-90).

encontra eco na Europa e nos EUA entre a primeira metade do século XIX até à I Guerra Mundial, isto é, correspondendo ao momento em que a industrialização se converte na pedra de toque das políticas económicas. Deste modo, e visto que o movimento de industrialização em Portugal apenas conheceu a sua materialização após a II Guerra Mundial, parece-nos pertinente observar a atuação da JNF através deste prisma de análise.

Além disso, a JNF, não obstante as reservas mostradas pelo governo na implementação de políticas viabilizadoras de um projeto de modernização agrícola, mostrou uma clara disposição na valorização das culturas fruto-hortícolas, através da persecução de experiências e ensaios, privilegiando a aplicação prática de “uma combinação selectiva do conhecimento científico”³⁰³ num contexto em que as ideias trazidas pela *revolução verde* se encontravam em voga, procurando seguir ainda as recomendação de organizações internacionais, como a Food and Agriculture Organization, na qual Portugal era membro desde 1946.

5.2.2. O intervencionismo estatal no desenvolvimento fruto-hortícola

Como se referiu nas linhas anteriores, a modernização agrícola foi sendo percecionada sob o prisma da indústria, onde JNF acompanhou estas mudanças, sem que se verificasse qualquer tipo de entendimento contrário, colaborando e incentivando a industrialização do sector tutelado. Para a compreensão mais detalhada da materialização deste axioma, terá de se verificar em que medida a retórica conheceu uma aplicação prática. Para a concretização desse objetivo, e para lá da análise da JNF, é importante ver o lugar da intervenção do Estado nesta questão. Tal interpretação não invalida o facto de entendermos a JNF como um prolongamento do Estado no sector primário. Assim a estratégia de atuação desta Junta constituiu uma vertente do chamado corporativismo de Estado ou “corporativismo subordinado”³⁰⁴, ainda que a importância de agentes económicos privados não deva ser atenuada, sobretudo na questão da industrialização dos

³⁰³ FREIRE, Dulce, “Experiência e ciência, modernização da agricultura nas últimas décadas do Estado Novo” in PALACIOS CEREZALES, Diego, FERREIRA, Fátima Sá e Melo e NEVES, José (coord.), *Da economia moral da multidão à arte de não ser governado*, E.P. Thompson e James C. Scott na Ibéria, Castro Verde, 100 Luz, 2010, p. 93.

³⁰⁴ LOPES, José da Silva, “Organização corporativa” in BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal: 1926-1974*, Porto, Figueirinhas, 1999, vol. 8, pp. 670.

produtos agrícolas. Em síntese, a referida Junta foi um mecanismo de apoio mais do que um interveniente direto da definição de uma política agrária, fazendo valer os princípios que nortearam as suas práticas nos anos anteriores. Se olharmos à relação entre a JNF e os adeptos da modernização agrícola, a imagem que sobressai é a de uma continuidade com a sua função primordial, agora num contexto aparentemente mais favorável às dinâmicas centradas nos aspetos da modernização.

Logo, em 1949, pelo despacho de 5 de Julho, do Subsecretário de Estado da Agricultura, foram definidos os objetivos do Plano de Fomento Agrário, no qual se previu a elaboração de uma Carta Agrícola e Florestal de Portugal, além do Serviço de Inquérito Agrícola e Florestal, projetos nos quais se incluía o estudo das culturas arvenses de regadio (hortas) e dos pomares. Partindo do estudo pormenorizado do estado das culturas, poder-se-iam suprir as falhas, lançando políticas que as pudessem melhorar. Mais do que este plano, no qual o levantamento se cifrou mais num conhecimento agrológico do que propriamente económico, vejamos, de forma resumida, quais os aspetos da atuação dos Planos de Fomento, principal instrumento de investimento estatal, no sector que temos vindo a analisar.

a) Os Planos de Fomento (1953-1974)

Os Planos de Fomento constituem o elemento fulcral na definição da política económica do pós-guerra, sintoma das mudanças na economia política e cujos objetivos passavam pelo “crescimento do produto, a melhor repartição do rendimento, a correção dos desequilíbrios regionais”³⁰⁵. Além disso, na ausência de uma iniciativa privada mais participativa, o Estado facultou e sustentou estímulos que perpassavam os diversos sectores da atividade produtiva, racionalizando recursos e impondo modelos de planeamento e gestão de que estes planos são disso exemplo.

No quadro das linhas gerais de desenvolvimento da agricultura, o I Plano de Fomento (1953-1958) privilegiou três vertentes: a hidráulica agrícola, o povoamento florestal e a colonização interna, num investimento total de 1238 milhares de contos. Foi neste contexto que surgiu o Plano de Rega do Alentejo, cuja elaboração contou com a

³⁰⁵ MOURA, Francisco Pereira de, RIBEIRO, Sérgio, *A política económica portuguesa: diálogo entre dois economistas*, Lisboa, Seara Nova, 1969, p. 49.

participação da JNF, e onde as culturas fruto-hortícolas se destacaram³⁰⁶. Assim, o I Plano de Fomento circunscreveu-se a “um conjunto de grandes empreendimentos concretos, determinados de harmonia com as necessidades mais urgentes do desenvolvimento do País”³⁰⁷, assinalando a continuidade com a política agrária seguida até então. Além disso, a produção agrícola não se revelou auspiciosa neste sexénio, com a diminuição da produção de batata, feijão e fava, com exceção da cultura de grão-de-bico. Como já tivemos oportunidade de referir em outra ocasião, este Plano baseou-se na “conciliação entre a emergência de novas soluções económicas e a defesa das velhas estruturas autárquicas, onde a manutenção do *status quo* económico era fundamental”³⁰⁸. Nos planos seguintes, as questões adstritas à fruticultura e horticultura apareceram de forma mais concreta e nítida.

Já o II Plano de Fomento (1959-1964) marcou uma viragem no sector, pois preconizou mudanças a diversos níveis, “no sentido da europeização do pomar português”³⁰⁹ criando condições da melhoria da produção para o abastecimento do mercado interno, das possibilidades de exportação. Dentro deste enunciado, da responsabilidade de Vieira Natividade, a fruticultura e a horticultura ocuparam um lugar relevante, ao lado de produtos como as carnes, os lacticínios e os produtos florestais. Tal facto demonstrou “o interesse dispensado a este ramo agrícola e a patente esperança que nele se deposita de que contribua com a sua quota, que pode vir a ser vultuosa, para o desenvolvimento económico”, na senda de fazer “do pomar português um pomar europeu”³¹⁰. No que toca à produção de frutas, o Plano impôs a “substituição em larga escala das actuais plantações [...] por pomares tecnicamente orientados”; já na produção hortícola, o seu desenvolvimento estava associada “à técnica de utilização dos atuais e novos regadios”³¹¹. Em síntese, três áreas foram valorizadas para a execução do referido plano: a prossecução do investimento nos aproveitamentos hidroagrícolas, como o do

³⁰⁶ Segundo um estudo conduzido pelo engenheiro-agrónomo Alfredo Cluny, na área do plano de rega do Alentejo, que constava no II Plano de Fomento, 10.021 hectares tinham regular aptidão para o cultivo de batata; 11.349 hectares para horticultura não especificada; 10.201 hectares para a cultura do tomate, e 4.058 hectares para culturas individuais de citrinos, pessegueiros, damasqueiros e ameixeiras (*Agricultura: revista da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas*, nº 20, Outubro-Dezembro de 1963, p. 61.).

³⁰⁷ *Acção do Ministério da Economia: Agosto de 1950 a Dezembro de 1954*, Lisboa, Editorial Império, 1955, vol. 1, p. XXVI.

³⁰⁸ PIRES, Leonardo Aboim, “João Pinto da Costa Leite (Lumbrales) na construção do modelo económico do Estado Novo: pensamento e ação política” in *Revista de História da Sociedade e Cultura*, nº 16, 2016, p. 407.

³⁰⁹ *Serviço Informativo da Junta Nacional das Frutas*, nº 303, Agosto de 1967, p. 3.

³¹⁰ *Agricultura: revista da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas*, nº 3, Julho-Setembro de 1959, p. 9.

³¹¹ ASSEMBLEIA NACIONAL, *II Plano de Fomento: proposta de lei e projecto do II Plano*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1959, p. 34.

Vale do Sado; a melhoria biológica das culturas e o reforço da investigação nessa área; e, por fim, investimento da renovação tecnológica. O Plano Intercalar (1965-1967) revelou-se como transitório, preconizando algumas das principais medidas tomadas nos anos seguintes, nomeadamente “aumentar o ritmo da taxa de crescimento do Produto Agrícola Bruto”³¹².

No âmbito do III Plano de Fomento (1968-1973), já sob a vigência do Marcelismo, apontou-se algumas das dificuldades sentidas no sector primário: baixo nível de investimentos; uma procura interna deficitária ou desproporção na superfície agrícola utilizada, onde apenas se cultivava um terço da área total. Com este Plano deu-se uma ramificação dos caminhos seguidos, divergindo dos planos precedentes, embora a importância da iniciativa privada sempre fosse reconhecida. As ações que visavam o desenvolvimento da fruticultura e horticultura a que este Plano dava “relevo especial, dado tratar-se também de ramo do sector agrícola que se espera venha a desempenhar papel motor”³¹³. Se por um lado, o Plano incentivou e prosseguiu o esforço da construção de infraestruturas de armazenamento e preparação da comercialização das frutas e legumes, a cargo da JNF, o Estado reconheceu uma maior importância da iniciativa privada para a concretização desses objetivos. Esta questão é reveladora da realidade em que o corporativismo se entrecruza com as lógicas de mercado, proporcionadas pela conjuntura externa altamente favorável à expansão do empresariado, coadjuvada pela introdução de capital estrangeiro. Deste modo, “a adaptação estrutural das atuais empresas deve, portanto, orientar-se segundo critério de dimensão económica mínima e sistemas de exploração”³¹⁴. A organização estatal forneceu ainda mecanismos como participação nos gastos de investimento e a facilitação de crédito nas empresas interessadas. Encontra-se uma dualidade intervencionista, na qual a JNF preservou os objetivos que lhe estavam adstritos, mas também onde o empresariado ocupa um lugar cada vez mais central na dinamização económica da agricultura.

O IV Plano de Fomento (1974-1979), que apenas teve um ano de execução, por consequência da queda do regime, a 25 de Abril de 1974, preconizou, no âmbito dos seus domínios prioritários para o sector primário, além da aposta no crescimento do Produto

³¹² AMARAL, Luciano, “Agricultura nos Planos de Fomento” in BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal (1926-1974)*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, vol. 7, p. 78.

³¹³ *Actas da Câmara Corporativa*, IX legislatura, nº 56, 30 de Junho de 1967, p. 662.

³¹⁴ PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS, *III Plano de Fomento para 1968-1973: Agricultura, silvicultura e pecuária/pesca*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, 1968, p. 13.

Agrícola Bruto, com investimentos no sector pecuário. No que respeita à horto-fruticultura, era entendido que se tratava de um sector cujo crescimento poderia ser conseguido de forma muito significativa. Para a concretização de tal objetivo, era necessário o equilíbrio entre os preços, a organização e disciplina do mercado, mas também a reforma de algumas estruturas fundiárias. Este conjunto de reformas apontava no sentido de uma maior correlação entre produção e consumo, questão que adquiriu uma importância cada vez maior ao longo da década de 1960.

A aplicação de financiamentos dos Planos de Fomento no sector primário foi, entre 1953-58, de 17,4%; entre 1959 e 1964, de 17,3%; entre 1965 e 1967, de 8,2% e entre 1968 e 1973, de 13,5%, embora no III Plano de Fomento, as pescas tenham ficado incluídas nesta percentagem³¹⁵. De facto, a crescente importância conferida à indústria subalternizou o investimento estatal na agricultura, não obstante os progressos assinalados na tabela 9, no que respeita ao VAB. Especificamente na fruticultura e horto-fruticultura, a primazia conferida a estes subsectores residiu na capacidade que esta produção tinha de entrar nos países estrangeiros, num período em que era necessário que este sector “correspondesse e se ajustasse às transformações económicas e sociais que o último conflito desencadeou”³¹⁶. Esta situação levou a que o discurso governativo acentuasse que “nem se diga que têm faltado os incentivos indispensáveis”³¹⁷. Deste modo, dois fatores pesaram no investimento económico realizado: por um lado, corresponder a um crescente consumo, sobretudo nas cidades; por outro, competir com a emergência de novos mercados.

Tabela 9 - Taxas de crescimento do VAB por subsectores e ramos de produção

<i>Subsectores e ramos de produção</i>	<i>Taxas/Percentagens</i>	
	Objetivos para o período (1974-1979)	Do passado (1953-1979) medidas sobre a tendência
Leguminosas e tubérculos	- 1,0	+ 0,4
Frutas	+ 3,0	+ 2,8
Produtos hortícolas	+ 2,5	+ 0,9

Fonte: PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS, *IV Plano de Fomento (1974-1979)*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, 1974, tomo I, p. 335

³¹⁵ LAINS, Pedro, *Os progressos do atraso: uma nova história económica de Portugal, 1842-1992*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2003, p. 175.

³¹⁶ NATIVIDADE, Joaquim Vieira, *A fruticultura no II Plano de Fomento*, Lisboa, Secretaria de Estado da Agricultura, 1960, p. 250.

³¹⁷ LEÓNIDAS, Vasco, *Para uma fruticultura moderna*, Lisboa, Ramos, Afonso & Moita, Lda., 1970, p. 9.

As intenções de carácter global que estavam associadas à economia planificada, abarcando todas as valências da economia nacional metropolitana e ultramarina, poderiam obnubilar determinados sectores. Inscritos na programação da execução dos Planos de Fomento, assistiu-se, no início da década de 1960, ao surgimento de planos de revitalização sectorial em áreas consideradas como importantes, sob dois pontos de vista: o abastecimento e a introdução de métodos modernos para o seu total aproveitamento. É neste contexto que, em 1962, com o II Plano de Fomento, surge o Plano de Fomento Pecuário e o Plano de Fomento Frutícola, sucedendo a outra iniciativa do mesmo tipo, o Plano de Fomento Suberícola de 1956. No seguimento da nossa análise, vejamos como decorreu a implantação do último plano referido.

b) O Plano de Fomento Frutícola

Em carta enviada a Oliveira Salazar, em 1961, o Secretário de Estado da Agricultura, João Mota Campos demonstrou que “o atraso em que nos encontramos no sector frutícola é enorme, como enorme é o interesse de uma campanha à escala nacional, dirigida ao fomento frutícola”³¹⁸. Também num dos pareceres que a Câmara Corporativa fez da proposta do II Plano de Fomento assinalava-se que “faz pena ver uma terra que tem o nosso sol a fruta que nós comemos; faz inveja ver no Centro da Europa o esmero da fruta que se vende; faz tristeza ver no comércio internacional a ausência de fruta portuguesa”³¹⁹. Perante este quadro marcado pelo derrotismo seria necessário agir e é neste contexto que se começa a estruturar a ideia de realizar um plano apenas dirigido a este sector.

Em 13 de Março de 1962, em sessão da 11ª Secção do Conselho Superior de Agricultura é apresentado pelo Secretário de Estado da Agricultura, João Mota Campos, um projeto para um plano de incentivo à fruticultura portuguesa. Nessa reunião, será Joaquim Vieira Natividade a expor os principais objetivos deste Plano. Além da defesa da industrialização e do incentivo ao mercado interno e externo, o Plano previa, entre outros aspetos, a criação de um Centro Nacional de Fruticultura e de várias Brigadas Técnicas que tinham como objetivo a assistência aos produtores. Além disso, era ainda prenunciada a formação de um viveiro de «pés-mães», para serem fornecidos aos

³¹⁸ ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, Correspondência Oficial/Economia, pasta 25, pt. 3.

³¹⁹ *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, VII legislatura, nº 27, 25 de Setembro de 1958, p. 252.

viveiristas. Não obstante algumas observações por parte do Presidente da Corporação da Lavoura e dos representantes dos Grémios da Lavoura da Beira Baixa e do Algarve, o Conselho aprovou, por unanimidade, o Plano, tendo “manifestado o desejo de que não se perca tempo em lhe dar execução, em face das perspectivas que neste campo se abrem à Lavoura e à Economia do País”³²⁰. Dias mais tarde, em 27 de Março, o Plano de Fomento Frutícola foi aprovado em reunião do Conselho de Ministro para as Questões Económicas.

Uma vez aprovado o Plano, vejamos mais detalhadamente como este se estruturava. Mota Campos traça o seguinte quadro:

“no nosso panorama agrário, tão fértil em motivos para meditação melancólica, a cultura fruteira oferece-nos, sem dúvida, um quadro de atraso, desinteresse, apatia, da tal “assistência impassível ao trabalho da natureza” com que se tem ironicamente procurado definir a atitude do agricultor lusitano perante os problemas da terra”³²¹.

Desde logo, o Plano assentou em três perspectivas: a da agricultura; a da comercialização e a da industrialização, replicando as preocupações que já residiam na formulação do II Plano de Fomento, e tentando superar algumas dos principais problemas do sector como a concessão de crédito, com o apoio do Fundo dos Melhoramentos Agrícolas; a assistência técnica; o ensino agrícola ou a plantação de viveiros. Deste modo, na questão da propriedade, este Plano pretendeu a reorganização da repartição fundiária, conducente à transformação e realocização das plantações, sendo necessária a difusão de novos métodos de limpeza e de saneamento, além da investigação científica. Em termos da sua concretização, foram criados pomares-modelo, sobretudo de macieiras, pereiras e pessegueiros, nas regiões do Oeste, Ribatejo, Minho, Beira Alta e Trás-os-Montes, variando entre 500, 550 e 1000 árvores por hectare, diferenciação imposta pelas diferentes potencialidades dos solos. Em 1966, foram plantados 157 pomares-modelo, num total 101 000 árvores e em 1967, o número atingido chegou aos 421 pomares, com 267 600 árvores³²². Convém salientar que com este modelo, foram beneficiados as médias explorações, em detrimento das pequenas, criando um quadro no qual “só poderiam tirar partido do apoio do Estado as explorações sem apertos, em área e finanças”³²³.

³²⁰ *Agricultura: Revista da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas*, nº 13, Janeiro-Março de 1962, p. 54.

³²¹ CAMPOS, João Mota, *Fomento frutícola*, Lisboa, Ministério da Agricultura, 1962, p. 11.

³²² *Frutos: boletim anual de hortofruticultura*, 1969, p. 77

³²³ GRAÇA, Laura Larcher, “Agrícola, política” in BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal (1926-1974)*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, vol. 7, p. 71.

No campo da comercialização, foi com o Plano de Fomento Frutícola que se assistiu à reorganização das redes comerciais internas e externas mas também à criação das estações fruteiras, de carácter cooperativo e equipadas com armazéns frigoríficos. Até 1966, foram construídas estações fruteiras em Mangualde, Fundão, Guarda, Vila Real e Macedo de Cavaleiros. Mais tarde, até 1971, seria nos concelhos de Braga, Vila Franca de Xira, Alcobaça, Lamego e Covilhã que se edificariam estas estações.

No que se refere à indústria, foram seguidas as seguintes vertentes: “criação de indústria de conservação e transformação dos frutos. Promoção do aperfeiçoamento dos processos tecnológicos e realização de estudos económicos [...] valorização, pela transformação tecnológica, dos refugos do pomar e dos subprodutos da indústria transformadora”³²⁴. A atitude do Estado no controlo da fruticultura prolongou-se através de outras peças legislativas, como o Decreto-Lei n.º 44 592, de 22 de Setembro de 1962 que regulava a indústria de viveiristas de árvores de fruto. Partindo da situação coeva, onde a “grande maioria das empresas não tem capacidade técnica, nem económica” e “dada a extrema proliferação de pequenos estabelecimentos”³²⁵, o governo entende arregimentar e fornecer um conjunto de indicações para uma melhor produção e controlo da qualidade das árvores de fruto. Este diploma previa a inscrição dos industriais na Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas, devendo ser remetido a este organismo, até 15 de Abril de cada ano, a descrição dos viveiros, as espécies a instalar e cultivar, um levantamento topográfico dos terrenos abrangidos. Foram estabelecidas áreas mínimas para os viveiros destinados à propagação de uma ou duas variedades da mesma espécie e para os viveiros que pretendiam a multiplicação de um grande número de espécies.

Mais importante ainda foi a Portaria n.º 20 447, de 18 de Março de 1964 que criou, na Comissão Interministerial de Planeamento e Integração Económica, um grupo de trabalho para o desenvolvimento da fruticultura, no qual tinha assento o presidente da JNF, de modo a concitar esforços, até aí dispersos por diversas instituições, para o fomento da produção frutícola.

³²⁴ CAMPOS, *Fomento frutícola...*, p. 9.

³²⁵ *Agricultura: Revista da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas*, n.º 15 (Julho-Setembro de 1962), p. 74.

5.3. Os itinerários do aproveitamento industrial das frutas e legumes

Durante o segundo conflito global, foram criadas as condições propícias para uma viragem na política económica: a acumulação de capitais, o desenvolvimento de algumas técnicas de produção, o alargamento de unidades industriais, mas também a conquista de algumas posições dentro do mercado interno constituíram motivos que, uma vez conjugados, mostraram o “perigo da fraca industrialização”³²⁶ que se vivia. Conciliando uma nova visão política, através dos avanços da corrente industrialista e, mais tarde, os proventos oriundos do Plano Marshall, o pós-guerra lançou as bases para um processo de industrialização, no qual a relação entre agricultura e indústria foi essencial na fundamentação da política agrária do Estado Novo. “Tornava-se urgente reparar o desgaste do aparelho produtivo e recuperar o tempo perdido”³²⁷, referiu Ulisses Cortês³²⁸ aquando do início do I Plano de Fomento, em 1953.

Como já foi referido, no debate surgido na segunda metade da década de 40, o aparelho governativo abarcou a relação entre o crescimento das atividades industriais e a criação de condições para a fixação de uma política agrária que visava a competitividade dos seus produtos nos mercados externos. Além das mudanças no discurso político, diversas transformações sociais ocorreram nesses anos, nomeadamente o crescimento do consumo alimentar: “de 1,7% ao ano (1953-63) para 3,7% (1963-68) e 6,1% (1968-73)”³²⁹, onde a agricultura teria de corresponder as necessidades de uma população que se concentrava, cada vez mais, nos núcleos urbanos. Deste modo, a total compreensão da atuação da JNF nos anos do pós-guerra incluiu, de forma necessária, uma análise mais minuciosa sobre os caminhos e consequências da política industrial no sector que coordenava. Este foi a época em que nascia, “o palpitante problema de valorizar ainda mais os produtos [hortícolas e pomícolas] obtidos por meio de uma adequada industrialização” no qual “não deixando a organização corporativa, pela respectiva Junta,

³²⁶ MOURA, Francisco Pereira de, *Por onde vai a economia portuguesa?*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1969, p. 19.

³²⁷ *Boletim da Direcção-Geral dos Serviços Industriais*, ano V, nº 234, 24 de Junho de 1953, p. 381.

³²⁸ Ulisses Cortês (1900-1975). Licenciado em Direito, foi no Ministério da Justiça que fez carreira como Diretor-Geral da Justiça e Secretário-Geral do Ministério. Em 1950, é nomeado Ministro da Economia, cargo que ocupa até 1958, correspondendo o seu mandato a mudanças estruturais no desenvolvimento económico português. Posteriormente, será Ministro das Finanças, entre 1965 e 1968.

³²⁹ PORTAS, Carlos A., “Agricultura” in BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal (1926-1974)*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, vol. 7, p. 73.

de prestar a necessária assistência técnica e mais dedicada colaboração a todos os interessados”³³⁰.

Vejamos, de seguida e numa apreciação mais detalhada, três áreas com as quais a JNF se relacionou, do ponto de vista industrial: o concentrado de tomate; as conservas alimentares e os sumos e concentrados de fruta e refrigerantes, sem olvidar a aposta na utilização do frio industrial para a melhoria do acondicionamento dos produtos, que também será analisada. Para permitir uma leitura sobre a diversidade destes casos, elencam-se alguns casos de empresas dos diversos sectores que sugerem e demonstram as múltiplas dimensões do processo de industrialização da agricultura, numa época em que, citando João Ferreira do Amaral³³¹, “a mentalidade mudou e melhorou – direi: cresceu”³³².

5.3.1. A indústria do concentrado de tomate

O sector onde se denotou uma mais apurada atenção, no que concerne ao aproveitamento industrial de frutas e legumes, foi a indústria do concentrado de tomate. Embora, a JNF não tenha financiado, de forma direta, o investimento realizado neste sector industrial, impulsionou o seu desenvolvimento, de forma muito vincada.

Esta foi uma indústria que acompanhou quase toda a atividade da JNF, o controlo da Junta não se tenha feito sentir. Caberia à iniciativa privada o lançamento da primeira fábrica deste tipo, em 1938, através da Sociedade de Conservas Alimentares Luso-Italiana (SPALIL), na Chamusca. Entre 1943 e até 1946, assistir-se-ia à constituição de mais seis empresas dedicadas à transformação de tomate: Sociedade Industrial de Concentrados, na Azinhaga; Sociedade de Concentrados e Conservas de Frutas, em Almeirim; Sociedade Industrial Taveirense, em Coimbra; Indústrias de Alimentação IDAL (Vila Franca de

³³⁰ COSTA, Luiz Cincinnato da, *Alguns aspectos da tecnologia agrícola e as suas necessidades actuais*, Lisboa, Editorial Império, 1951, pp. 28-29.

³³¹ João Maria Ferreira do Amaral (1909-1995). Licenciado em Engenharia Eletrotécnica e em Ciências Físico-Químicas, foi uma figura próxima da corrente engenheirista do regime, tendo sido secretário particular do Subsecretário de Estado do Comércio e Indústria, Ferreira Dias (1940-1944) e chefe de gabinete do Ministro da Economia, Daniel Barbosa (1947-1948). Enquanto Diretor-Geral dos Serviços Industriais (1948-1969) foi um dos protagonistas no processo de industrialização encetado no pós-guerra.

³³² AMARAL, João Maria Ferreira do, *A industrialização em Portugal*, Lisboa, Associação Industrial Portuguesa, 1966, p. 47.

Xira); Sociedade Industrial e Comercial de Agricultura (Salvaterra de Magos) e Sociedade Corretora (Ponta Delgada).

À semelhança de outros sectores ligados à transformação de produtos alimentares, a conjuntura da guerra foi favorável à constituição de unidades industriais, localizando-se, sobretudo, na região da Estremadura, a que não foram alheias as condições agrológicas, bem como as obras de hidráulica agrícola fomentadas pelo regime. Contudo, quer a nível da maquinaria utilizada, quer a nível da matéria-prima, eram visíveis determinados problemas. As máquinas utilizadas nestas unidades eram feitas em cobre que, facilmente, oxidava e afetavam o processo de transformação. Também o próprio tomate utilizado era caracterizado pela “ausência de sementes selecionadas [...] baixo teor em matéria seca [e] conformação rugosa das bagas”³³³, o que levava à criação e propagação de fungos. Assim, a associação entre maquinaria imprópria e frutos altamente perecíveis levou a que, até depois do pós-guerra, o concentrado de tomate não reunisse grandes atenções da JNF.

Mas será, mais uma vez, com o fim da II Guerra Mundial que se estabeleceram mudanças com o quadro económico antecedente, quer a nível do investimento científico, quer a nível da indústria. A qualidade da maquinaria usada, bem como a da matéria-prima para a indústria converteram-se nas prioridades da modernização deste sector, tendo em vista o término do “excessivo atraso técnico em que se encontra e que a impede de concorrer afoitamente com a indústria de outros países”³³⁴. Essa reconversão dos maquinismos usados correspondeu a uma conjuntura na qual “uma parte dos lucros de guerra aplicou-se em obras e melhorias de estabelecimentos industriais que já existiam” mas também “uma parcela [...] foi usada em novas indústrias, novas no sentido de completa reconstituição pelo abandono de oficinas ou estabelecimentos antigos ou impróprios”³³⁵. Assim, do ponto de vista fabril e técnico, em 1953, foi instalada a primeira fábrica com maquinaria em aço inoxidável. Além disso, o ambiente do pós-guerra foi altamente favorável à circulação internacional de técnicos especialistas em diversas áreas económicas, sendo a indústria do tomate beneficiada nessas circunstâncias. Através do sistema de consultoria, entre 1957 e 1958, a H.J. Heinz & C^a. Ltd. enviou o seu chefe do departamento de pesquisa, o Eng^o. V. Jansen para auxiliar a construção de novas

³³³ *Revista Agronómica*, vol. 50, tomo III, 1967, p. 113.

³³⁴ *Boletim da Direcção-Geral dos Serviços Industriais*, ano V, nº 241, 12 de Agosto de 1953, p. 523.

³³⁵ CORREIA, Araújo, “Indústria” in *Revista do Centro de Estudos Económicos*, nº 5, 1947, p. 131.

instalações dedicadas à transformação do tomate, nascendo dessa colaboração as fábricas da FIT – Fomento da Indústria do Tomate, da SET - Sociedade Elvense de Tomate e da SUGAL - Sumos e Concentrados de Frutos de Portugal.

Neste crescente quadro de reorganização industrial, para uma melhoria da produção, a JNF começou a fomentar estudos bacteriológicos sobre o tomate, em 1946, mas também a Estação de Melhoramento de Plantas da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas começou a fazer divulgação técnica das propriedades e características biológicas do tomateiro através de folhetos distribuídos pelos cultivadores, de forma gratuita. No final da década de 40, o concentrado de tomate, “que até há pouco era quase desconhecido das cozinheiras portuguesas”, começou a ser consumido em maior escala e devido à “preferência que está sendo objecto e encontra-se à venda em todos os estabelecimentos de mercearia e produtos alimentícios”³³⁶, além dos postos reguladores da JNF, sintoma da atenção que a Junta começou a dispensar a este produto. Como se pode ver, a expansão do consumo, sobretudo nos meios urbanos, foi um catalisador para a criação de novas unidades fabris dedicadas à sua exploração, a que as obras de hidráulica agrícola não foram estranhas, sobretudo junto ao rio Sorraia e no vale do rio Sado, embora a cultura do arroz se destacasse nestas zonas. Em 1954, existiam apenas 7 fábricas de concentrado de tomate, cifra que aumenta para 10, em 1958, 13, em 1959 e 22 em 1967. Em meados de 1974, existiam 29 fábricas, das quais 12 funcionavam de forma autónoma.

De modo a criar condições para a prosperidade do sector, entre 1946 e 1948, assistiu-se ao desenvolvimento do binómio Lavoura-Indústria, sendo nesse período que a JNF criou campos de ensaio e procedeu a estudos comparativos entre diferentes espécies de tomate, visando a sua fixação em determinados territórios. Este quadro possibilitou a melhoria da plantação de tomate em algumas regiões como no Campo da Golegã, no Reguengo do Alviela ou em São Vicente do Paul. Partindo das condições de determinadas regiões, a instalação de fábricas em zonas rurais foi encarada como uma forma e “uma vantagem de fornecer trabalho, ou um rendimento mais elevado à população local, evitando a sua expatriação”³³⁷.

³³⁶ *Serviço Informativo da Junta Nacional das Frutas*, nº 36, 2ª quinzena de Fevereiro de 1948, p. 3.

³³⁷ KRIER, H., *Mão-de-obra rural e desenvolvimento industrial (adaptação e formação)*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Industrial, 1962, p. 114.

Em 1966, o Secretário de Estado da Indústria, Manuel Rafael Amaro da Costa³³⁸, acentuando a convicção “de que o melhor caminho para se conseguir ainda uma maior expansão da indústria de transformação de produtos horto-industriais, particularmente de tomate”³³⁹, emitiu o despacho orientador sobre a indústria do concentrado de tomate, de modo a fomentar a criação de unidades vocacionadas para esta indústria, ainda que dentro das normas do regime legal do condicionamento industrial, reformulado em 1965. Será sobretudo o empresariado, por contraponto ao Estado, a fomentar, de forma exponencial, a industrialização da produção de tomate. Ao abrigo da Lei dos Melhoramentos Agrícolas é de realçar o facto de que, entre Janeiro de 1947 e Outubro de 1960, a percentagem de capital fornecido a fábricas de concentrado de tomate era de 1,17%, o equivalente à concessão de um empréstimo de 1.500.000\$00, enquanto em adegas a cifra chega a 53,58% e nos lagares de azeite era de 24,93% e nas leitarias e queijarias o valor quedava-se nos 17,72%³⁴⁰. Apesar do reconhecimento estatal da importância deste sector industrial, o investimento correspondia a um esforço privado, proveniente de grupos económicos, nacionais e estrangeiros. Esta atitude só conhece uma reversão ao longo dos anos 60, sendo a fruticultura um dos sectores mais beneficiados pela política estabelecida nessa época, sendo a Lei dos Melhoramentos Agrícolas moldada face às prementes necessidades do sector primário. Tal facto é exemplificativo da reconversão que a agricultura sofreu face à crise do latifúndio e a procura de cultura mais rentáveis face à falta de mão-de-obra, como era o caso das frutas e do legumes, assistindo-se a propriedades no Alentejo, tradicionalmente vocacionadas para a cerealicultura, a criarem unidades de exploração fruto-hortícola e florestal³⁴¹. A atração exercida pela rentabilidade dos pomares, assentes numa base técnica, levou a que muitos pomares “tivesse ficado conhecidos como «pomares dos Engenheiros ou dos Doutores»”³⁴².

³³⁸ Manuel Rafael Amaro da Costa (1910-1998). Licenciado em Engenharia, foi Subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino, Subsecretário de Estado das Obras Públicas e Secretário de Estado da Indústria, tendo sido um dos principais impulsionadores do Plano de Rega do Alentejo.

³³⁹ *Despacho orientador sobre a indústria de concentrado de tomate*, Lisboa, Tipografia Jorge Fernandes Lda., 1966, p. 3.

³⁴⁰ ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, Correspondência Oficial/Economia, pasta 21, pt. 9.

³⁴¹ No distrito de Beja, foi equacionada a expansão da citricultura na região da Vidigueira, Cuba, Alvito e Moura, além da expansão de culturas horto-industriais como o tomate, a cebola ou o melão, situação intimamente ligada às obras de regadio (*Os problemas fundamentais da reconversão agrária da IV Zona Agrícola*, Beja, Federação dos Grémios da Lavoura do Baixo Alentejo, 1965).

³⁴² CALDAS, Eugénio Castro, “Melhoramentos agrícolas” in BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal (1926-1974)*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, vol. 8, p. 448.

A exportação era um dos principais destinos desta indústria, com aumentos exponenciais, atingindo, na segunda metade da década de 1960, níveis de importância quase semelhantes aos do vinho do Porto ou dos resinosos, tendo os países da European Free Trade Association eram o mercado preferencial para este comércio³⁴³. A questão da entrada na EFTA revelou-se crucial no desenvolvimento deste subsector, desde logo confirmada com a importância conferida durante o processo negocial e o posterior tratamento pautal industrial do concentrado de tomate³⁴⁴. Ao longo do processo de adesão de Portugal à EFTA, a definição do concentrado de tomate como produto industrial foi um dos elementos mais visados durante as negociações. Não obstante o apoio da Suécia, Noruega e Dinamarca a Portugal, o Reino Unido mostrava várias reservas a este tratamento devido a pressão de Itália, cuja produção abastecia o mercado britânico. Contudo a reivindicação do governo português acabou por vingar, beneficiando, além disso, de um estatuto especial, inscrito no anexo G da convenção que fundou a EFTA, facto que trouxe vantagens várias ao desenvolvimento económico.

A conjuntura externa foi altamente favorável ao desenvolvimento da indústria do concentrado de tomate, em que a redução das áreas cultivadas em Itália contribuiu para esta expansão, associada à atenção que países das regiões do norte do globo como o Reino Unido, Canadá, Noruega e Dinamarca votaram à produção portuguesa.

A importância o aproveitamento industrial do tomate começou a adquirir no conjunto do sector secundário levou à reconversão de algumas unidades ligadas a outros ramos da agroindústria. Tal fenómeno verificou-se em algumas moagens de pimentão do Alentejo que passaram a dedicar-se à produção de caldas, polpas e concentrado de tomate³⁴⁵. De referir ainda que algumas fábricas de dimensão mais reduzida eram criadas como complemento de certas explorações agrícolas³⁴⁶.

³⁴³ De acordo com os dados apresentados por José Silva Lopes, entre 1959 e 1966, as exportações dos produtos alimentares e bebidas para os países da EFTA aumentaram 110%, correspondendo a um total de 540 contos (LOPES, José Silva, “A EFTA e as exportações portuguesas” in *Colóquio ao serviço da exportação*, Lisboa, Fundo de Fomento de Exportação, 1966, 1º volume, pp. 227-228).

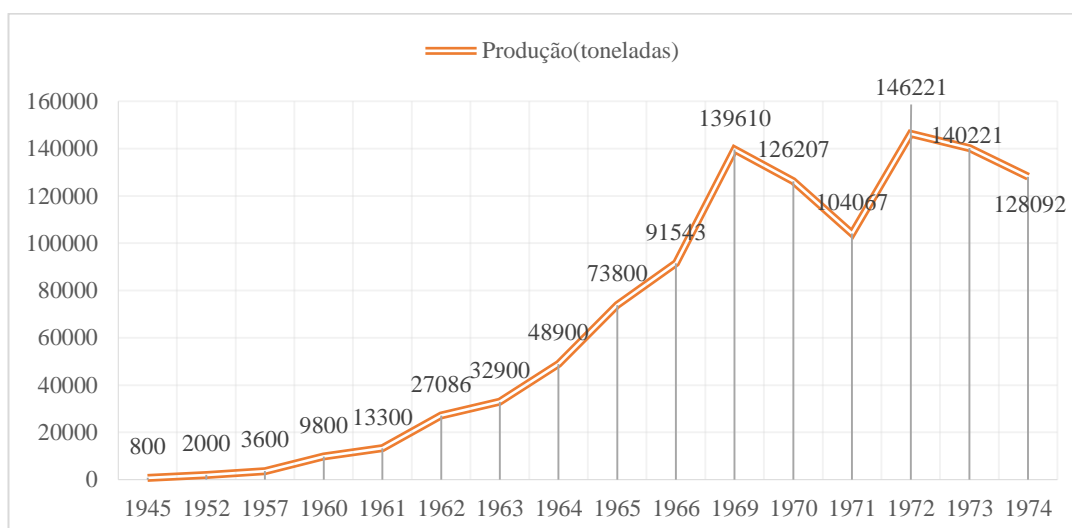
³⁴⁴ Para uma visão detalhada desta questão veja-se: ALÍPIO, Elsa Santos, *Salazar e a Europa: história da adesão à EFTA (1956-1960)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, pp. 89-94.

³⁴⁵ *Boletim da Direcção-Geral dos Serviços Industriais*, Ano VII, nº 339, 29 de Junho de 1955, p. 358; *Boletim da Direcção-Geral dos Serviços Industriais*, Ano XII, Nº 580, 10 de Fevereiro de 1960, p. 70; *Boletim da Direcção-Geral dos Serviços Industriais*, Ano XII, nº 629, 18 de Janeiro de 1961, p. 56.

³⁴⁶ *Boletim da Direcção-Geral dos Serviços Industriais*, Ano VII, Nº 320, 16 de Fevereiro de 1955, p. 89.

Considerado “uma ilha perdida na imensidade de um oceano de rotina e inércia”³⁴⁷, o concentrado de tomate conheceu um crescimento exponencial, como é visível no gráfico 5. Contudo, enfrentou alguns percalços entre 1969 e 1971, em que a forte concorrência que se fazia sentir do Norte de África, Leste Europeu e Médio Oriente, onde abundava a mão-de-obra e a concessão de subsídios para a exportação dificultava a posição de Portugal. Contudo, as dificuldades do início da década de 1970 foram suprimidas devido ao aumento mundial do consumo de concentrado de tomate e seus derivados, bem como o seu consumo exponencial no território português que rondava, em meados de 1973, as 150.000 toneladas anuais, mostrando o mercado interno “marcada preferência pela conserva de tomate pelado, pelo concentrado, *ketchup*, e polpas não fermentadas”³⁴⁸.

Gráfico 5 - Produção do concentrado de tomate em Portugal (1945-1974)



Fonte: *Frutos: boletim anual de hortofruticultura* (1972/1973; 1974/1976)

A JNF não foi isenta de protagonismo nos desenvolvimentos da indústria do tomate, no seu crescimento e importância, sobretudo a partir dos anos 60. A sua ação foi de tal modo intensa que, algumas vezes críticas a apelidavam como “o Clube do Tomate”³⁴⁹. Essa ação consubstanciou-se em diversas medidas que apontavam para a primazia que esta indústria ocupava no seio da estrutura da Junta, além de outros organismos como a

³⁴⁷ *Serviço Informativo da Junta Nacional das Frutas*, nº 298, Março de 1967, p. 1.

³⁴⁸ *Frutos: boletim anual de hortofruticultura*, 1972/1973, pp. 45-61.

³⁴⁹ *Revista Agronómica*, vol. 50, tomo III, 1967, p. 101.

Corporação da Lavoura³⁵⁰. A promulgação do Decreto-Lei 401/70, de 21 de Agosto de 1970, que pretendeu “favorecer e estimular a concentração de vendas, aumentando a resistência das empresas financeiramente mais débeis”³⁵¹, criou o Conselho Técnico da Produção, Transformação e Comércio de Tomate. Tal estrutura era presidida pelo próprio presidente da JNF, coadjuvado por um vice-presidente, contando com dois representantes de cada um dos sectores (lavoura, comércio e indústria), nomeados pelas respetivas corporações e um representante da Direção-Geral dos Serviços Agrícolas e um representante da Direção-Geral dos Serviços Industriais. De cariz consultivo, a este conselho competia estudar e propor regimes de comercialização e regras de classificação de tomate e seus derivados; normas para licenciamento de novas indústrias e medidas e incentivos para diversificação e reorganização das indústrias.

Em 5 de Março de 1971, no seguimento do referido decreto que igualmente concedia benefícios e ajudas financeiras às empresas que explorem a indústria de concentrado de tomate foi constituído o I Agrupamento de Exportadores de Tomate, englobando sete firmas³⁵². Ainda nesse ano, com a Portaria n.º 491/71, de 9 de Agosto, foi estabelecido que os exportadores de concentrado de tomate ficariam obrigados a inscreverem-se na JNF, sinal da importância que o sector ocupava no horizonte de atuação da Junta, dada a capacidade de rentabilização que esta indústria foi mostrando ao longo do pós-guerra.

5.3.2. A indústria de conservas alimentares, sumos de fruta e outros produtos de origem fruto-hortícola

Ao longo da *golden age* do crescimento económico português, novas formas de sociabilidade e de consumo alimentar foram surgindo. A desruralização e a paulatina concentração de grande parte da população no litoral urbano marcou uma rutura com as tendências socioprofissionais que haviam caracterizado os anos anteriores, bem alterações nos padrões de consumo da época, com a introdução de novos produtos. A capitação de frutas e legumes revelava-se idêntica à de outros países europeus, contudo,

³⁵⁰ *A Voz da Lavoura: órgão da Corporação da Lavoura*, ano II, nº 14, 15 de Fevereiro de 1960, p. 29.

³⁵¹ *Serviço Informativo da Junta Nacional das Frutas*, nº 348, Junho de 1971, p. 2.

³⁵² FIT, Fomento da Indústria de Tomate, Ld.^a; UNITAL, União Agro-Industrial de Concentrados, SARL; SUMATE, Concentrados e Sumos, SARL; SAIPOL, Sociedade Agro-Industrial de Produtos Alimentares SARL; SOPRAGOL, Sociedade de Industrialização de Produtos Agrícolas, SARL; Produtos Alimentares, António & Henriques Serrano, SARL e ROGA, Indústria Transformadora de Produtos Agrícolas, Ld.^a.

a nível da procura interna, o consumo era baixo, como se verá mais adiante, de forma detalhada.

Importa referir que a estrutura comercial era dispersa: entre 1964 e 1965, 90% dos postos de venda sedentários de frutas e legumes pertenciam a pequenos retalhistas e, em Lisboa, 50% da venda de fruta era feita por vendedores ambulantes³⁵³. O mercado interno não se revelava propriamente favorável a um grande investimento pois a inserção das frutas na dieta alimentar nacional ainda era tímida. Porém o consumo de frutas e legumes nos mercados internacionais aumentava pelo que, a nível económico-político, havia que galvanizar a questão do fomento da exportação. De forma resumida, a industrialização das frutas e dos produtos hortícolas foi um dos meios de assegurar o desempenho favorável do comércio externo pois era necessária uma “política de industrialização que já não pode ser a de produzir para o mercado interno [...] mas a de exportar para os mercados estrangeiros na preocupação de promover um eficaz desenvolvimento económico”³⁵⁴. Mas para lá disso, a estratégia de desenvolvimento económico deveria dar “preferência nos meios agrários à instalação de unidades que, utilizando os produtos agrícolas locais, criteriosamente devem ser localizadas junto da produção”³⁵⁵. Assim, o revigoramento das estruturas económicas regionais passaria por uma interceção entre a produção agrícola e as fábricas, tal como alguns autores defendiam, como Eugénio Castro Caldas, que já tivemos oportunidade de mencionar.

Até ao deflagrar da II Guerra Mundial, o principal aproveitamento de feição industrial dos produtos de origem hortofrutícola era a moagem de pimentão, existindo uma posição geográfica privilegiada, restrita à região do Algarve (Olhão, Portimão e Tavira) e do Alto Alentejo (Portalegre, Ponte de Sor, Gavião, Elvas). Esta especialização regional já ocorria em Espanha, desde a primeira metade do século XIX, na Extremadura, motivada, não apenas pelas condições climáticas, mas também pela penetração de relações de tipo capitalista nos campos. Assim, esta indústria concertou esforços de diversos empresários e firmas, atestando uma pujante iniciativa privada em contexto regional, embora “sem sacrificar nem o equilíbrio entre a produção e a capacidade dos mercados”³⁵⁶.

³⁵³ *Revista Agronómica*, vol. 50, tomos I e II, 1967, p. 15.

³⁵⁴ *Fundexport: boletim semanal de informações do Fundo de Fomento de Exportação*, ano 9, nº 446, 19 de Setembro de 1968, p. 4.

³⁵⁵ *Boletim da Direcção-Geral dos Serviços Industriais*, vol. 3, nº 133, 17 de Julho de 1968, p. 319

³⁵⁶ *Boletim da Direcção-Geral da Indústria*, ano XI, nº 567, 21 de Junho de 1948, pp. 679-680.

Um dos casos mais significativos da expansão empresarial é o da firma A Alentejana, Ltd^a, que estendeu os seus interesses económicos a diversos concelhos alentejanos, mas também ribatejanos, sobretudo em Torres Novas, ou a Sociedade Fabril de Pimentão que mimetizou o mesmo modelo de atuação. A escolha destes locais poder-se-á atribuir à centralidade que o abastecimento urbano ocupava nas preocupações da política alimentar, dada a proximidade com Lisboa e de uma rede de transportes. Tal como em Espanha, “el objetivo de las compañías comerciales y de las empresas distribuidoras ha sido la conquista de clientela en nuevos mercados y mantenerla en caso de una fuerte concurrencia”³⁵⁷. A concorrência revelou-se muito acentuada, entre os anos 30 e a primeira metade dos anos 40, que “devido à guerra de Espanha, a importação diminuiu”, além de que, “o nosso país consome toda a produção” e, conseqüentemente, “a exportação é nula”³⁵⁸. Deste modo, a transformação do pimento processado nas diversas moagens que surgiram visou, essencialmente, o consumo do mercado interno que rondava, no final da década de 1930, as 500 toneladas anuais.

Contudo, este foi um sector cuja importância foi decaindo, logo nos anos finais da II Guerra Mundial, eclipsando-se nos anos de estabilização do final dos anos 40, apesar de ser um dos mais relevantes durante os anos do conflito³⁵⁹ e verificando-se pontuais pedidos de instalação de moagens nos anos 70. A amplitude do mercado e a sua influência no tecido industrial poderá explicar algumas das questões em torno deste declinar. Contrariamente a indústrias cujo objetivo se trata do fornecimento a um pequeno mercado local e que a sua elasticidade é reduzida, em indústrias cuja expansão já assinalável, estas tornam-se mais influenciáveis pela conjuntura e, conseqüentemente mais suscetíveis a serem abaladas por ondas de choque supostamente distantes, o que nos parece razão explicativa para o progressivo definhamento do surgimento de novas moagens de pimentão.

Apesar da vitalidade deste sector da indústria transformadora durante a primeira metade da década de 1940³⁶⁰, a JNF pouco se imiscuiu no seu processo, penetrando, essencialmente, nas questões científicas, com experiências, ensaios e estudos assinalados

³⁵⁷ MARTÍNEZ CARRIÓN, José Miguel, “Agricultores e industriales en el negocio del pimentón, 1830-1935” in *Revista de Historia Económica*, ano XVII, nº 1, 1999, p. 154.

³⁵⁸ COUTINHO, D. João António de Souza, *Notas sobre a cultura do pimenteiro e a indústria do pimentão no Algarve*, Lisboa, Instituto Superior de Agronomia, 1938, p. 15.

³⁵⁹ *Lavoura Portuguesa*, ano 44, nº 46, Outubro de 1956, p. 16.

³⁶⁰ A produção de pimentão em Portugal, entre 1939 e 1944, traduziu-se da seguinte forma: em 1939, 1066 toneladas; em 1940, 1053 toneladas; em 1941, 1287 toneladas; em 1942, 1928 toneladas; em 1943, 1548 toneladas e em 1944, 1372 toneladas (CORREIA, Araújo, “Movimento industrial” in *Revista do Centro de Estudos Económicos*, nº 2, 1945, p. 149).

no capítulo 3. O que suscitaria este “abandono”, além do facto de que a estrutura gremial se concentrava, eminentemente, em zonas litorais e insulares? Tudo leva a crer que a leitura que a JNF fazia do sector privilegiava os produtos cuja absorção se fazia nos mercados externos. Tal facto não invalidou um olhar sobre o mercado interno mas, tal como era o seu objetivo inicial e principal, a preponderância da recuperação dos mercados tradicionais de exportação terá contribuído para este quadro de aparente secundarização por parte da JNF. Esta conclusão, de âmbito geral, não está isenta de escrutínio, mas os dados indicam que o interesse da JNF na moagem de pimentão era muito reduzido, situação que, além das hipóteses invocadas, poderá ser baseada na pouca racionalidade com que surgiam as moagens, patente na própria viabilidade do ramo que se esgotou no final do segundo conflito global. A única situação em que a JNF interveio, a que não foi estranha a conjuntura de guerra que se vivia, foi na regulação do colorau e pimentão moído que eram exportados, sendo com o decreto nº 31 131, de 7 de Fevereiro de 1941, que foram fixadas “as primeiras bases da padronização do produto”³⁶¹, estabelecendo os tipos e qualidades a exportar e os recipientes a adotar para esse efeito. Tal facto parece comprovar as palavras de Nuno Luís Madureira que, não existindo o controlo corporativo, “individuals can exploit the margins of business that remained unregulated, either because they are unspecified and/or because they are left open to the action of market forces”³⁶².

Outro subsector que terá de ser analisado é o das conservas alimentares, tradicionalmente, um dos mais importantes da indústria nacional. No ensejo industrializante do pós-guerra, o governo nomeou uma série de comissões de reorganização dos diversos sectores económicos. Estas eram “comissões mistas de representantes do Estado e industriais, que deveriam formular soluções exequíveis para o processo de reorganização sectorial a que diziam respeito”³⁶³. A importância que a indústria conserveira teve na economia portuguesa, justifica a nomeação, pela portaria de 5 de Março de 1948, de uma comissão para o estudo da reorganização da indústria de conservas e derivados de frutas e produtos hortícolas³⁶⁴. Porém, o principal objetivo desta

³⁶¹ *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, ano VIII, nº 3, 15 de Fevereiro de 1941, p. 76.

³⁶² MADUREIRA, Nuno Luís, “Cartelization and corporatism: bureaucratic rule in authoritarian Portugal, 1926-45” in *Journal of Contemporary History*, vol. 42, nº 1, 2007, p. 89.

³⁶³ ALVES, Jorge Fernandes, *COMPAL: cinquenta anos entre outras coisas*, Lisboa, Edições Inapa, 2001, p. 23.

³⁶⁴ A comissão era composta por António Manuel Pinto Barbosa (presidente); Ernesto Correia de Sousa (representante da Direcção-Geral da Indústria); João Le Cocq Abecassis (representante da Inspeção Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas); Manuel das Neves Barreto (representante da JNF); Ermíndio Augusto Alvarez, António Machado Pinto e Manuel da Costa Braga (representantes dos industriais do ramo); José Ferreira Soares de Mesquita (representante do Ministério da Guerra); José da Silva Nogueira

comissão não foi cumprido, isto é, a concentração de pequenas unidades que permitissem a viabilidade de várias empresas³⁶⁵, não se conhecendo resultados práticos da atuação desta comissão. Como demonstra Jorge Fernandes Alves, estas comissões “extremamente burocratizadas, revelaram-se ineficazes, viram os seus prazos de apresentação de propostas sucessivamente alargados e acabaram por ser dissolvidas alguns anos depois”³⁶⁶.

Não obstante estas dificuldades, ao longo do pós-guerra, a indústria conserveira apresentou um acentuado dinamismo, com o surgimento de várias firmas e fábricas, com preponderância para a exportação. Porém, existiriam algumas dificuldades na inserção em certos mercados, como foi o caso das conservas de tomate que, na Alemanha, sofriam a concorrências das conservas italianas, ou as conservas de azeitona que, no Reino Unido, sofriam a competição da produção espanhola de Sevilha. Este facto traduziu-se, entre outros, no já mencionado despacho orientador da indústria do tomate de 1966, que, nesta perspetiva tentou garantir escalas produtivas de maior eficiência. Além disso, a importância da iniciativa privada foi cada vez maior e o intervencionismo do Estado foi reduzido, onde, através do condicionamento industrial, o controlo sobre a renovação da maquinaria e ampliação das fábricas diminuiu.

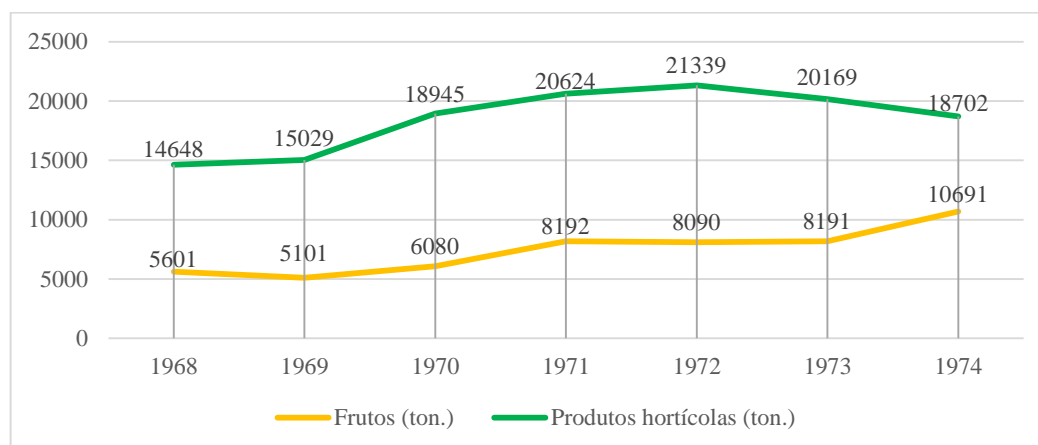
A importância das indústrias das conservas na transformação de bens alimentares e na absorção dos produtos agrícolas e na sua valorização, tópico muito debatido à época, encontra-se visível no gráfico 6 que, embora nesta contabilização se juntem as frutas e hortícolas desidratados ou usados para sumos, compotas, doces ou *pickles*, o que não invalida a imagem de um sector com uma utilização regular destes produtos.

(representante do Ministério da Marinha); José de Brito Guterres (representante do Ministério das Colónias) e Jorge Dias Pablo (representante da Subsecretaria de Estado das Corporações e Previdência Social).

³⁶⁵ O único caso do cumprimento dessa intenção foi com a criação da Cortadoria Nacional de Pêlo, em 1943, que concentrou os vários estabelecimentos industriais existentes, constituindo uma sociedade única.

³⁶⁶ ALVES, *COMPAL...*, p. 24.

Gráfico 6 – Matérias-primas consumidas pela indústria (1968-1974)



Fonte: *Frutos: boletim anual de hortofruticultura*, 1974/76, p. 15.

A indústria de refrigerantes, gasosas, sumos e concentrados de frutas é outros dos elementos ilustrativos do comportamento da economia resultante do cruzamento do esforço da industrialização e da atuação da JNF. A nível internacional, as empresas ligadas a este sector conheceram um incremento, correspondente ao aumento do consumo em França, Bélgica, Alemanha, Canadá e Marrocos. A criação da Federação Internacional de Produtores de Sumos de Frutas, em 1948, é reveladora do crescente interesse que o sector começou a ocupar na indústria de diversos países. Em termos globais, o consumo e a produção de sumos de frutas na Europa passou de 175 milhões de litros, em 1938, para 740 milhões de litros, em 1958³⁶⁷. Deste modo, países da Europa do Sul e do Magrebe, como a Espanha, a Grécia ou a Argélia desenvolveram a sua exportação, sobretudo, para os países do Norte europeu³⁶⁸.

Contudo, em Portugal, no início dos anos 50, a indústria dos refrigerantes era considerada como “muito atrasada e quase desconhecida; porém, sem culpas para os nossos industriais, que nunca foram devidamente orientados”³⁶⁹, ao contrário do que ocorria nos restantes países da Europa. As precárias condições de salubridade e higiene, bem como a ausência de maquinismos modernos e atualizados (máquinas de limpar caixas, de capsulagem, de rotulagem, etc.) limitavam o sucesso deste sector industrial, apesar do interesse da iniciativa privada no desenvolvimento das fábricas e oficinas de

³⁶⁷ *Serviço Informativo da Junta Nacional das Frutas*, nº 212, Dezembro de 1959, p. 2.

³⁶⁸ *Serviço Informativo da Junta Nacional das Frutas*, nº 119, Março de 1952, p. 1.

³⁶⁹ *Boletim da Direcção-Geral dos Serviços Industriais*, ano V, nº 225, 22 de Abril de 1953, p. 232.

sumos de frutas e refrigerantes e, inclusivamente, reivindicações de alguns grupos de interesses ligados à lavoura, ainda nos anos 30³⁷⁰.

Esse interesse da iniciativa privada na modernização levou ao surgimento de unidades industriais mais desenvoltas do ponto de vista técnico, como a COMPAL - Companhia Produtora de Conservas Alimentares, em 1953. Mais tarde, o surgimento da SUMOL, em 1954, resultado da reestruturação da REFRIGOR, Ltd^a, e a SUGAL, no mesmo ano, acentuou o processo de intensificação da introdução da produção agrícola nos mecanismos industriais. É neste sentido que, através do Decreto-Lei nº 42159, de 25 de Fevereiro de 1959, a indústria dos refrigerantes é devidamente regulamentada, numa altura em que “a produção anual de oitenta milhões de garrafas, com o valor de mais de 50.000 contos” e que urgia “rever o problema do fabrico dos refrigerantes engarrafados”³⁷¹. No início da década de 70, era possível concluir que “a situação não é pois a mesma da cerveja, mas um processo de concentração tem vindo a acelerar-se”³⁷², onde o domínio de certos grupos económicos se salientava no conjunto da indústria das bebidas.

Contudo, esta favorável conjuntura não invalidou alguns problemas, como a insuficiência da produção agrícola nacional para fornecimento às novas indústrias. Veja-se da SUMOL, onde os seus esquemas de atuação se bifurcam nos seguintes sentidos: de um lado, os fornecimentos à Manutenção Militar, “a quem semanalmente devemos fornecer entre 30.000/50.000 latas de sumos diversos, designadamente de pera e pêsego, para inclusão nas rações de combate das Forças Armadas”³⁷³; por outro lado, o crescente interesse no ingresso nos mercados internacionais. Na ausência de matéria-prima, o recurso à importação, nomeadamente de Espanha, era uma realidade. Além disso, é de frisar que, apesar dos esforços do governo e da JNF na industrialização das frutas e

³⁷⁰ Em 1935, a Liga Agrária do Norte, defendia “o aproveitamento do mosto de uvas e sumo de frutas portuguesas na preparação de refrigerantes”, como forma de se superar a crise do sector vinícola (*Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, I legislatura, nº 10, 6 de Fevereiro de 1935, p. 170). Esta opinião era partilhada por outras associações patronais, como o Sindicato Agrícola de Braga que fazia a defesa da “limitação do fabrico da cerveja e de refrigerantes que não tenham como base mostos de uva ou sumo de frutas portuguesas” pois “concorreria ainda para valorizar o vinho, aumentando-lhe o consumo” (*Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, I legislatura, nº 15, 20 de Fevereiro de 1935, p. 277). Contudo, o sector cervejeiro considerava que “aponta-se erradamente o fabrico de cervejas e refrigerantes como concorrente do consumo do vinho e, por mais de uma vez, têm os industriais de cerveja sido forçados a dirigir-se aos nossos Governos demonstrando a sem razão dos que assim pensam” (*Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, I legislatura, nº 15, 20 de Fevereiro de 1935, p. 278). Para um aprofundamento desta questão veja-se: FREIRE, *Produzir e beber...*, pp. 163-171.

³⁷¹ *Boletim da Direcção-Geral dos Serviços Industriais*, ano XI, nº 532, 11 de Março de 1959, p. 136.

³⁷² MARTINS, Maria Belmira, *Sociedades e grupos em Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 1973, p. 98.

³⁷³ AHME, Expediente Geral (1961-1973), Dossier N01207/025/084, processo 20.14/28.

legumes, permanecem, com grande relevância, os pomares familiares. Deste modo, a produção interna ainda se encontrava voltada para o autoconsumo das famílias dos agricultores, onde a inclusão das frutas nos processos industriais encontrava alguns entraves, a que a JNF tentou dar cobro.

Apesar dos percalços enumerados, extensíveis a outros casos para além dos enunciados, outros produtos que começaram a entrar nos processos da indústria da alimentação foi a batata, onde a sua transformação industrial era entendida como “uma das soluções possíveis para o problema da transformação dos excedentes da produção nacional”³⁷⁴, superando o panorama onde “não se olha para a industrialização da batata com olhos de ver, ou não se sabe olhar”³⁷⁵. É em 1970, que se assistiu à construção de um complexo industrial em Albarraque, nos arredores de Lisboa, com cerca de 2.000 m² de área coberta, pertença da BAFRI – Fábrica Nacional de Batata Frita, Ltd^a. Este empreendimento contou com a colaboração direta da JNF, além do recurso à importação de maquinaria norte-americana e aos serviços de investigação e consultoria da Potato Chip Institute International, dos EUA. Esta fábrica produziu batatas fritas em rodelas, palitos e tipo palha com sabor natural e sabores diversos, batata liofilizada e ainda batata em pó desidratada.

A breve análise dos subsectores do concentrado de tomate, conservas alimentares, refrigerantes e sumos de frutas mostra como as alterações nos padrões de consumo alimentar, sobretudo por parte da população urbana, moldaram a atuação, quer da agricultura, quer da indústria. Para alguns autores, nos anos do pós-guerra assistiu-se à criação de uma “estrutura distorcida do consumo alimentar”³⁷⁶, em que o aparelho produtivo teve de corresponder aos novos hábitos alimentares, onde o pão perdeu a primazia e o peixe, a carne e as bebidas adquirem maior peso.

Como Adérito Sedas Nunes mostrou, ao longo dos anos 60, Portugal constitui-se como uma sociedade dual, na qual se dava uma “vigorosa polarização do acesso à civilização moderna em áreas privilegiadas, escassez de focos de propagação de tal movimento em todo o resto do território”³⁷⁷. O crescimento urbano e a expansão do nível

³⁷⁴ AHME, Expediente Geral (1961-1973), Dossier NO1207/025/083, processo 20.14/13.

³⁷⁵ *A Voz da Lavoura: órgão da Corporação da Lavoura*, ano 1, nº 12, 15 de Dezembro de 1959, p. 15.

³⁷⁶ SANTOS, Américo Ramos dos, “Abertura e bloqueamento da economia portuguesa” in REIS, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, vol. V, p. 135.

³⁷⁷ NUNES, Adérito Sedas, “Portugal, sociedade dualista em evolução” in *Análise Social*, vol. II, nº 7-8, 1964, p. 417.

de rendimentos potenciou a criação de novos hábitos de consumo e, face a esta evolução, associada a uma política industrialista, a pressão sobre o sector primário aumentou, acabando por cimentar um quadro de estagnação, “acabando por sucumbir não exclusiva nem essencialmente por mérito da industrialização mas por incapacidade própria”³⁷⁸.

5.3.3. A utilização do frio industrial

O frio industrial e a congelação dos frutos e legumes foi um dos pontos-chave no que concerne ao aproveitamento industrial do sector fruto-hortícola devido ao facto deste ter como função “manter os produtos num estado tal que as transformações físico-químicas da matéria não provoquem a destruição das células e dos líquidos intersticiais, durante um tempo consideravelmente superior”³⁷⁹, facilitando a sua comercialização.

O desenvolvimento dos equipamentos frigoríficos, que se fazia sentir desde o fim da II Guerra Mundial, proporcionava à indústria alimentar novas potencialidades que visavam a comercialização dos mais diversos produtos. A frigorificação dos legumes e frutos era apenas um culminar de um processo que logo se iniciava aquando da colheita, e em que o transporte deveria ser feito de modo a minorar possíveis danos. Porém, em princípio, nem todos os frutos eram suscetíveis de congelação, algo que apenas se deveria fazer aos frutos vermelhos (morangos, framboesas, cerejas, ameixas de certas variedades, mirtilo, groselhas maduras), pêssegos de polpa branca e vermelha, a que se deveriam acrescentar os sumos de laranja, toranja e maçã.

No que toca ao panorama internacional, a utilização do frio industrial na conservação das frutas e legumes conheceu certos avanços. Nos anos subsequentes à guerra, os principais produtores de frutas eram, por ordem decrescente, EUA, URSS, Brasil, Itália, Espanha, Turquia e França³⁸⁰. Nestes países, ocorreu uma relação estreita entre produção e consumo, associados a uma melhoria dos padrões de vida e ao aumento do poder de compra. Como balanço, concluía-se que, para lá do consumo, “há no mundo, possibilidades consideráveis do aumento da produção, apesar de muitos obstáculos que actualmente se verificam”³⁸¹. A competitividade externa não se esgotou na mera elevação

³⁷⁸ ROLLO, *Portugal e a reconstrução económica...*, pp. 668-669.

³⁷⁹ *Frutos: boletim anual de hortofruticultura*, 1966, pp. 22.

³⁸⁰ FAURE, F., CADDILAT, R., “La production fruitière mondiale et aperçu sur son orientation” in *Fruits d’Outre-Mer*, vol. 3, n° 9, 1948, pp. 330-338.

³⁸¹ *Boletim da Direcção-Geral dos Serviços Industriais*, ano III, n° 140, 5 de Setembro de 1951, p. 525.

da produção agrícola e os mercados prosseguiram a simbiose entre ciência, tecnologia e desenvolvimento económico. Do ponto de vista tecnológico, diversos países fomentaram o uso de instalações frigoríficas, para uma racionalização de meios e para o controlo e melhoria da qualidade, sobretudo quando se tratava de produtos altamente perecíveis como é o caso das frutas e dos legumes. A Bélgica, um dos mercados agrícolas que mais se desenvolveu, sobretudo no campo da horto-fruticultura, destacou-se no uso de frigoríficos, criando um organismo estatal para o desenvolvimento desta tecnologia, a Régie de Services Frigorifiques de l'État Belge (REFRIBEL). Denotava-se, ainda, um grande uso nas cooperativas agrícolas, onde a sua capacidade passou de 740 toneladas, em 1953, para 2620 toneladas, em 1956³⁸². O investimento nesta área teria de ser relevante pois “a conservação pelo frio, em grandes câmaras frigoríficas, revela-se hoje como o meio mais apropriado para guardar em boas condições, mercadorias que facilmente se deterioreem”³⁸³.

Para a penetração portuguesa nestes mercados altamente competitivos, dever-se-ia retomar uma das questões matriciais da JNF – a melhoria das condições de apresentação e acondicionamento dos produtos. Assim, o frio industrial mostrava ser um meio muito favorável para a concretização desse objetivo. Porém, a situação nacional não era animadora porque “o nosso atraso é tão manifesto na faltando mentores que reduzem as indústrias alimentares à conserva e à conserva cara – quedamo-nos nas frutas secas, de Elvas e do Algarve, na conserva de azeitona e de tomate, nalgumas raras hortaliças e legumes”. Em suma, para além da questão da internacionalização, “impossível se torna [...] chegar a uma dieta nacional capaz, sem um mercado maciço de congelados”³⁸⁴ (ver imagem 9).

Inicialmente, a principal cultura agrícola visada na política de uso de instalações frigoríficas foi a batata, prosseguindo as normativas estabelecidas no imediato pós-guerra. A condução das políticas alimentares na segunda metade da década de 1950, correspondeu à tentativa de recuperação do equilíbrio precedente à guerra, onde a batata adquiriu protagonismo na praxis governativa. Durante a guerra, o controlo da produção teve de equacionar a questão da perecibilidade da batata, levando à utilização das câmaras

³⁸² *A fruticultura e o comércio de frutas na Bélgica*, Lisboa, Fundo de Fomento de Exportação, 1961, p. 72.

³⁸³ *Fundexport: boletim semanal de informações do Fundo de Fomento de Exportação*, ano 9, nº 430, 30 de Maio de 1968, p. 4.

³⁸⁴ OLIVEIRA, Artur Águedo de, “Rendimentos privados e consumos” in *Revista do Centro de Estudos Económicos*, nº 3, 1946, p. 91.

tuteladas pela CRCB, como já foi analisado anteriormente. Este facto que salientou a necessidade de construção de armazéns equipados com frigoríficos, de modo a preservar a produção por mais tempo.

As primeiras instalações que a JNF construiu para o armazenamento de batata, na Guarda e em Bragança, funcionavam através do frio natural, embora existisse uma pequena unidade frigorífica, em caso de necessidade. Importa destacar que para a efetivação deste empreendimento foi feito ao abrigo do Plano Marshall, tendo sido “consultado um técnico norte-americano, que propositadamente se deslocou ao local”³⁸⁵, durante o aproveitamento da ajuda direta do exercício de 1949/1950, contando com o apoio de 16 milhares de dólares, para a compra de equipamentos.

Na sequência da política económica dos anos 50, a criação das estações fruteiras (ver diagrama 2), que se encontravam sob a alçada da JNF são das infraestruturas mais relevantes do alargamento do frio para a conservação dos produtos, seguindo o exemplo de outros países como a França, a Itália, a Alemanha ou a Suíça. Partindo de uma conceção arquitetónica simples, compreendendo “uma ampla sala de escolha e calibragem, tanto quanto possível sem colunas interiores”³⁸⁶ tinham, no seu interior, equipamentos que possibilitavam a conservação da fruta em ambiente controlado: câmaras que extraíam o dióxido de carbono através da utilização de diversos métodos, como absorvedores a cal, a etanolamina, a água, a carbonato de potássio e ainda permutadores-difusores, tudo de modo a conseguir “o enfraquecimento da atividade respiratória dos frutos, modificando-se o seu catabolismo dada a acumulação de anidrido carbónico e a redução do oxigénio”³⁸⁷. Em 1966, a JNF inaugurou o primeiro Armazém Polivalente, em Alcafache, no concelho de Mangualde, onde se encontrava o equivalente a 8,1% do equipamento frigorífico do país. Já durante a década de 1970, começaram a surgir pedidos, dirigidos à Direcção-Geral dos Serviços Industriais, para a instalação de câmaras frigoríficas para conservação de fruta e produtos hortícolas, quer por particulares³⁸⁸, quer por cooperativas³⁸⁹, centradas na região entre Óbidos, Bombarral e Torres Vedras.

³⁸⁵ *Boletim da Direcção-Geral dos Serviços Industriais*, ano III, nº 142, 19 de Setembro de 1951, p. 559.

³⁸⁶ FERREIRA, Armando Oscar Cândido, “As estruturas de comercialização dos produtos agrícolas perecíveis. O caso especial do sector horto-frutícola” in *Colóquio sobre fruticultura*, Santarém, Federação dos Grémios da Lavoura do Ribatejo, 1970, p. 74.

³⁸⁷ *Frutos: boletim anual de hortofruticultura*, 1967/1968, pp. 25-37.

³⁸⁸ *Boletim da Direcção-Geral dos Serviços Industriais*, vol. 6, nº 265, 27 de Janeiro de 1971, p. 55.

³⁸⁹ *Boletim da Direcção-Geral dos Serviços Industriais*, vol. 5, nº 261, 30 de Dezembro de 1970, p. 567.

A JNF utilizou ainda outros métodos na conservação dos frutos e legumes como a liofilização. Esta técnica, desenvolvida durante a II Guerra Mundial no campo farmacêutico, foi sendo aplicada ao campo da indústria alimentar. Esta tendência acelerou-se na década de 70, data em que é instalada a primeira unidade fabril de produção de alimentos liofilizados, em Portugal, tendo sido criadas unidades também em Angola e Moçambique, além das indústrias de conservas alimentares que recorriam à liofilização.

A divulgação das propriedades do frio industrial neste sector levou a um intercâmbio tecnológico, patente em algumas atividades promovidas pela JNF. Em Julho de 1964, a convite da direção da Junta, o Diretor-Geral da Compagnie des Entrepôts et Gares Frigorifiques de França visitou Portugal e, entre 1966 e 1967, deu-se a realização dum curso de frio industrial, no Instituto Superior de Agronomia, dirigido por Charles Salles, técnico da OCDE e vice-presidente do Syndicat General de l'Industrie Frigorifique de France et de l'Union Française³⁹⁰. Já do lado português, vários técnicos da JNF realizaram estágios ou visitaram outros países para melhor conhecerem outras realidades da indústria do frio, como se verá nas próximas páginas.

A questão do transporte das frutas e dos legumes e do seu acondicionamento frigorífico também foi levantada. A JNF mostrou estar atenta às normativas oriundas da CEE, em conjugação com o Instituto Internacional do Frio, “pelo interesse que na verdade pode apresentar para os produtores e sobretudo para o nosso comércio exportador”³⁹¹. Os transportes mais utilizados para esse efeito eram barcos, caminhos-de-ferro, camiões e, de forma mais esporádica, aviões, devidamente apetrechados com instalações ou vagões frigoríficos. Todavia, ainda se denotava carências de infraestruturas, “nomeadamente portuárias (metropolitanas e ultramarinas), tanto nos locais de expedição como nos de descarga”³⁹².

Neste sentido, em 1969 foi criado um grupo de trabalho constituído pelo presidente e vice-presidente da JNF e representantes do Ministério do Ultramar, da AGPL e dos Armadores, tendo como principal objetivo o estudo para a criação de um entreposto fruteiro no Porto de Lisboa³⁹³, para a receção de fruta oriunda das províncias ultramarinas,

³⁹⁰ *Serviço Informativo da Junta Nacional das Frutas*, nº 294, Novembro de 1966, p. 7; *Serviço Informativo da Junta Nacional das Frutas*, nº 295, Dezembro de 1966, pp. 3-5.

³⁹¹ *Serviço Informativo da Junta Nacional das Frutas*, nº 217, Maio de 1960, p. 1.

³⁹² *Serviço Informativo da Junta Nacional das Frutas*, nº 319, Dezembro de 1968, p. 7.

³⁹³ *Boletim da Junta Nacional da Marinha Mercante*, nº 75, Setembro de 1970, pp. 19-25.

situação que se arrastava desde 1959, sem uma solução definitiva. Já antes, em 1966, fora autorizada a construção de um entreposto bananeiro no porto de Lisboa, mas é com o governo de Marcello Caetano que foi dado um novo impulso ao projeto, sintomático da nova política industrial encetada neste período. Nesse projeto, uma das vertentes contempladas era “oferecer aos géneros perecíveis aguardando distribuição ou embalagem, atmosfera frigorífica que assegure a continuidade da cadeia de frio indispensável à conservação dos mesmos géneros”³⁹⁴.

Mas importa constatar que o apetrechamento de certas unidades de produção agrícola com equipamentos frigoríficos partia de outros organismos ligados à agricultura. Por exemplo, a Junta de Colonização Interna financiou a construção de dez dependências frigoríficas no Grémio da Lavoura de Sintra, destinadas ao armazenamento das frutas da região³⁹⁵. Mais do que um intento da JNF, a introdução e construção de uma rede de frio era um objetivo que perpassava diversas estruturas, sectores e organismos.

Apesar de várias mudanças, fruto da concertação das iniciativas de diversos organismos, na primeira metade da década de 1970, notavam-se algumas carências na distribuição territorial de equipamentos frigoríficos. Em 1973, notava-se que as disponibilidades de frio no País atendem apenas a 50% dos quantitativos de fruta (maçã e pera)”, além de que era considerado “manifestamente insuficiente a capacidade de armazenagem em algumas das principais regiões frutícolas, como se verifica nos distritos da Guarda, Santarém, Viseu e Porto”³⁹⁶ (ver tabelas 17,18 e 19).

5.3.4. O regime do condicionamento industrial e as novas unidades fabris

Como foi analisado anteriormente, a subordinação da agricultura face à indústria foi um dos fatores determinantes na construção do processo de industrialização, iniciado na década de 1950, inaugurando uma nova fase da agroindústria em Portugal que já conhecia alguma importância desde o século XIX. Mas analisar a indústria no Estado Novo terá de ter em conta certas condicionantes e mecanismos de intervenção estatal, ou seja, estudar o sector secundário terá de comportar, necessariamente, o estudo do condicionamento industrial. Este regime visava “o equilíbrio e o progresso da economia

³⁹⁴ *Serviço Informativo da Junta Nacional das Frutas*, n° 334, Março de 1970, p. 3.

³⁹⁵ *Agricultura: revista da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas*, n° 27, Julho-Setembro de 1965, p. 63.

³⁹⁶ AHME, Expediente Geral (1974-1978), Dossier N01207/087/065, Processo 20.14/2.

industrial limitando o exercício da iniciativa privada quando ela for imprópria, demasiada ou deficiente”³⁹⁷. Assim, com a promulgação do Decreto 19 409, de 4 de Março de 1931, e, mais tarde, com a Lei nº 1956, de 1937, as instituições estatais fixavam as regras de funcionamento das indústrias, baseadas numa estrutura jurídica, além de uma regulamentação geral, mas também específica, moldando o comportamento dos agentes económicos e a sua relação com o Estado, através de um incrementado e ambicioso mecanismo burocrático. O condicionamento industrial pretendia o equilíbrio da relação de forças envolvidas no jogo económico e, na eventualidade de esta ser determinada e influenciada por variadas condicionantes, como grupos económicos, o Estado surge como agente regulador, largamente interventor. Esta situação não era exclusiva da indústria ocorrendo algo de semelhante no sistema bancário, em que “a abertura de novos bancos como até a abertura de novas agências necessitava de autorização governamental”³⁹⁸. Além disso, como frisa José Maria Brandão de Brito, o condicionamento industrial constituiu o mecanismo preferencial para a corporativização da indústria³⁹⁹ o que demonstra o cariz interventivo que o Estado Novo tinha, limitando a concorrência em diversas áreas da economia nacional.

Através dos vários produtos indexados ao controlo da JNF, será necessário compreender como é que o regime do condicionamento industrial determinou o surgimento de indústrias, bem quais os seus impactos no sector primário. Partindo dos pressupostos previamente expostos, é possível dividir este processo em três fases e a preponderância de determinados produtos dita a seguinte compartimentação: uma primeira fase, correspondente à década de 30 até meados da década de 40, na qual é a moagem de pimentão que se salienta; uma segunda fase entre a II Guerra Mundial e os primeiros anos do pós-guerra, onde as conservas vegetais protagonizam a industrialização da horto-fruticultura; e uma terceira fase, onde será o concentrado de tomate a principal indústria associada ao sector em estudo, não obstante o desenvolvimento da indústria de sumos de frutas, refrigerantes, entre outros. Vejamos brevemente cada um destes períodos, cujo conjunto de todos os dados se encontra em anexo, na tabela 23.

³⁹⁷ AMARAL, João Maria Ferreira do, *Viabilidade industrial*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1956, p. 48.

³⁹⁸ AMARAL, Luciano, “O processo económico” in PINTO, António Costa (coord.), *A busca da democracia: 1960-2000*, Lisboa, Objectiva, 2014, p. 84.

³⁹⁹ BRITO, José Maria Brandão de, “Corporativismo e industrialização: elementos para o estudo do condicionamento industrial”, *Ler História*, nº 6, 1985, pp. 51-60.

Muito dependente de períodos de escassez motivados por conjunturas bélicas, a moagem de pimentão despontou com a Guerra Civil de Espanha para se eclipsar nos primeiros anos subsequentes ao fim da II Guerra Mundial. O esforço da iniciativa privada na constituição de algumas sociedades e empresas na exploração do pimentão suscitou a concorrência entre estas. Num período onde a competição se expandiu e estando, sobretudo, voltada para o mercado interno, estas empresas fizeram uso dos mecanismos previstos no regime do condicionamento industrial, reclamando, junto da Direcção-Geral da Indústria contra os pedidos de instalação de novas unidades de transformação de pimentão. O caso mais pragmático é o da Sociedade Fabril de Pimentão que, em Dezembro de 1942, reclama contra Gabriel Vital Machado, Jacinto Joaquim, João Francisco, António Pais Branco, Emiliano Camoesas e Fiel Pina Lobo⁴⁰⁰; em Março de 1943, contra José Maria Martins, Joaquim Maria Lino Neto, Manuel Faustino Fernandes e Alexandre Dias⁴⁰¹ e, em Julho de 1943 contra a Companhia Alentejana de Cereais⁴⁰². É de notar que se contam casos de investimento estrangeiro neste período, aprovados, de acordo com as normativas legais, e precedendo a promulgação da Lei da Nacionalização de Capitais de 1943⁴⁰³.

Outros casos demonstram ainda a contestação face a determinantes geográficos, ou seja, processos contra firmas ou sociedades que pretendiam instalar-se em zonas onde certas empresas retinham uma parte da produção agrícola para transformação industrial. A esse respeito, saliente-se a oposição da IDAL contra o pedido de Francisco Gonçalves⁴⁰⁴, que envolvia a área dos concelhos de Loures, Vila Franca de Xira, Alenquer ou Azambuja, uma zona onde a empresa citada laborava. A proximidade com a capital, fulcral no escoamento da produção fabril, poderá ter sido um dos motivos para que esta empresa apresentasse a sua reclamação.

O desenvolvimento da indústria de concentrado de tomate levou à oposição de empresas já estabelecidas no sector contra, quer entidades singulares, quer contra investidores estrangeiros, como o caso da SUGAL que, em 1961, mostrou a sua oposição

⁴⁰⁰ *Boletim da Direcção-Geral da Indústria*, ano VI, n.º 276, 23 de Dezembro de 1942, p. 187.

⁴⁰¹ *Boletim da Direcção-Geral da Indústria*, ano VI, n.º 287, 10 de Março de 1943, pp. 360-361.

⁴⁰² *Boletim da Direcção-Geral da Indústria*, ano VI, n.º 304, 7 de Julho de 1943, p. 623.

⁴⁰³ A lei n.º 1994, de 14 de Março de 1943, determinava, entre outras questões, que apenas empresas em que pelo menos 60% do capital fosse português poderiam dedicar-se à exploração de serviços públicos e a atividades em regime de exclusivo.

⁴⁰⁴ *Boletim da Direcção-Geral dos Serviços Industriais*, ano IX, n.º 428, 13 de Março de 1957, p. 141.

contra os pedidos de Giuseppe Rolli⁴⁰⁵ e a Knorr⁴⁰⁶; ou ainda a COMPAL, em 1962, contra o pedido da firma Sepulchre⁴⁰⁷ e, em 1964, em conjunto, com a FIT, contra o pedido de Quintino Ribeiro Duarte⁴⁰⁸. Por vezes, eram várias as empresas que protestavam, em separado, contra um só pedido, como ocorreu, em 1965, em que a Sociedade Industrial de Concentrados, a FIT, a Compal e a António & Henriques Serrano se mostraram contra o pedido da IRPAL – Indústrias Reunidas de Produtos para a Agricultura⁴⁰⁹. Já na indústria de desidratação de legumes e feitura de sopas e caldos, foi a própria Knorr, ao lado da firma Stabilimento Alimentare Portuguesa, a estar contra o pedido de João Maria Vilhena Rocha e Melo⁴¹⁰. A COMPAL intercederá, várias vezes, no sentido de mostrar a sua oposição a variados pedidos e, só em 1965, apresentou 10 oposições⁴¹¹, esquema mimetizado pela FIT – Fomento da Indústria de Tomate que, no mesmo ano, apresentou 11 oposições⁴¹². Como resultado, no primeiro exemplo, cinco pedidos foram negados, e no segundo, foram sete.

Os casos destacados, a que se poderiam juntar muitos outros surgidos ao longo do período cronológico em análise, concitam uma imagem da crescente importância dos grupos económicos no desenvolvimento industrial português e, especificamente, no sector da alimentação e bebidas. Como bem observou João Adolfo Loureiro, “o condicionamento representava também uma protecção para a expansão de muitas empresas instaladas. O indeferimento de um pedido representa normalmente a defesa de um interesse já constituído”⁴¹³. Como foi possível atestar, com o condicionamento industrial, o mercado institui-se através de uma moldura decisional na qual a concorrência era limitada e a estrutura de poder subjacente determinava o surgimento das fábricas e unidades, existindo quase uma bifurcação entre empresas dominantes e empresas

⁴⁰⁵ *Boletim da Direcção-Geral dos Serviços Industriais*, ano XIII, nº 642, 19 de Abril de 1961, p. 249.

⁴⁰⁶ *Boletim da Direcção-Geral dos Serviços Industriais*, ano XIII, nº 661, 19 de Julho de 1961, p. 524.

⁴⁰⁷ *Boletim da Direcção-Geral dos Serviços Industriais*, ano XIV, nº 726, 28 de Novembro de 1962, p. 664.

⁴⁰⁸ *Boletim da Direcção-Geral dos Serviços Industriais*, ano XVI, nº 806, 10 de Junho de 1964, p. 323.

⁴⁰⁹ *Boletim da Direcção-Geral dos Serviços Industriais*, ano XVII, nº 854, 12 de Maio de 1965, p. 258.

⁴¹⁰ *Boletim da Direcção-Geral dos Serviços Industriais*, ano XIV, nº 706, 11 de Julho de 1962, p. 405.

⁴¹¹ Os pedidos foram contra a IRPAL, o Grémio da Lavoura de Odemira, a Federação dos Grémios da Lavoura de Nordeste Transmontano, João Pereira Duarte, Francisco José Magalhães Coutinho Nobre Guedes, Manuel Pereira & Filhos, Indagro – Indústrias Agro-Pecuárias, Samuel Rodrigues Sanches e Manfredo Lemos de Figueiredo.

⁴¹² Os pedidos foram contra Joaquim Trigueiros Coelho de Aragão, Joaquim de Sousa Marques, José Núncio Cecílio, José Augusto Ferreira, IRPAL, António Maria Carneirinho, Mário Bernardino Pinto, Luís Filipe Pina Manso, Francisco de Almeida Caiado, António Martins da Cruz e Empresa Conserveira Maribel, Ltdª.

⁴¹³ LOUREIRO, João Adolfo, *Economia e sociedade: a indústria no após guerra, anos 50 e 60*, Lisboa, Edições Cosmos, 1991, p. 194.

desafiantes. O condicionamento industrial era, inclusivamente, como “abstrusa por se prestar a ser demolidora de iniciativas e vontades, e por símbolo que é duma intervenção extremamente burocrática dos Serviços e dos poderes discricionários”⁴¹⁴.

Como refere Niel Fligstein, as estruturas da governança pretendem “to create and maintain stables worlds within and cross firms that allow firms to survive”⁴¹⁵. No caso do condicionamento industrial, o Estado era a entidade que regulava a ação dos vários agentes e que, através dos seus mecanismos protegia interesses dominantes. No pós-guerra, o condicionamento construiu-se sobre uma centralidade arbitrária, na qual determinados grupos emergiriam com base nesta proteção outorgada pelo Estado.

Mas em que medida o condicionamento industrial se relaciona com a JNF? Naturalmente que, como vimos, o facto de a Junta acompanhar o processo de expansão industrial, sem qualquer tipo de resistências. Porém, por vezes, os dois mecanismos de intervenção económica (condicionamento e corporativismo) cruzavam-se. Na documentação analisada e respeitante aos pedidos de instalação de fábricas ligadas ao sector fruto-hortícola, conta-se um caso, onde a aprovação do pedido de José António Lobato para a instalação de uma fábrica de preparação e conservas de frutas, tomate e pimento, em Ponte de Sor, foi feita “na condição de submeter o projecto completo e pormenorizado à Direcção-Geral dos Serviços Industriais e à Junta Nacional das Frutas”⁴¹⁶, sinal de que o processo de criação de novas fábricas não era realizado, tal como a legislação previa, sem o consentimento dos respetivos organismos de coordenação económica⁴¹⁷.

De qualquer modo, organismos corporativos como os grémios da lavoura eram convocados neste processo, como o que ocorreu com Alexandre Leite de Vasconcelos, em 1967. Ao ser autorizado o seu pedido para a construção de uma unidade fabril dedicada à produção de compota da laranja, concentrado de tomate, conservas de produtos hortícolas, em Barcelos, após o recurso surgido com uma primeira recusa, o despacho ministerial referia que “deverá cumprir o acordo feito com a Federação dos

⁴¹⁴ BARBOSA, Daniel Maria Vieira, *Novos rumos da política económica*, Lisboa, Editorial Império, 1966, p. 21.

⁴¹⁵ FLIGSTEIN, Neil, “Markets as politics: a political-cultural approach to market institutions” in *American Sociological Review*, vol. 61, nº. 4, 1996, p. 658.

⁴¹⁶ *Boletim da Direcção-Geral dos Serviços Industriais*, ano XI, nº 543, 25 de Março de 1959, p. 269.

⁴¹⁷ BRITO, *Industrialização portuguesa no pós-guerra...*, pp. 211-214.

Grémios da Lavoura, sem prejuízo de uma maior participação dos agricultores e proprietários”⁴¹⁸.

5.4. O potencial de inovação agrícola e o investimento científico

Dado o perfil económico português, predominantemente rural e virado para a agricultura, é de salientar que as primeiras iniciativas de apoio do Estado à investigação se tenham virado para as ciências agronómicas, ainda no século XIX, facto que foi continuado durante a I República e o Estado Novo. No contexto de redefinição da política agrícola dos anos 50 e 60, o governo compreendeu a necessidade de desenvolvimento tecnológico e científico de todo o sector primário.

Tal facto não poderá ser desligado do contexto internacional e da abertura económica do pós-guerra. Esta mesma abertura, não foi um fator de crescimento por si só, mas sim “um elemento de intensificação dos factores de produção, obrigando as empresas a melhorarem em termos de organização, de modo a competirem, tanto no país como fora dele, com as suas rivais estrangeiras”⁴¹⁹. No caso da agricultura e, especificamente no sector das frutas e dos legumes, a competitividade e a manutenção dos níveis de exportação sempre fora uma prioridade e face à abertura económica essa questão adquire contornos diferentes, embora o seu principal objetivo se mantenha. Como Mota Campos apontou, nos anos do pós-guerra, verificava-se “a falta de preparação eficiente de operários rurais qualificados numa época em que a agricultura é forçada a enveredar cada vez mais pelo caminho da especialização e em que, por isso, tenderá a reduzir-se o emprego do trabalho braçal desqualificado [...]”⁴²⁰.

Tendo como objetivo primordial a internacionalização da economia, verificou-se uma aposta na investigação científica, como apoio e um importante fator na criação de riqueza, oferecendo, aos elementos envolvidos no processo produtivo, o conhecimento essencial para melhores resultados. Em síntese, “toda a força moderna reside na capacidade de inventar, quer dizer na investigação; e na capacidade de inserir as invenções nos produtos, quer dizer, na tecnologia”⁴²¹. Como já mencionámos, o modelo

⁴¹⁸ *Boletim da Direcção-Geral dos Serviços Industriais*, vol. 2, nº 58, 8 de Fevereiro de 1967, p. 75.

⁴¹⁹ AMARAL, Luciano, “Convergência e crescimento económico em Portugal no pós-guerra” in *Análise Social*, vol. XXXIII, nº 148, 1998, p. 769.

⁴²⁰ CAMPOS, *Fomento frutícola...*, p. 11.

⁴²¹ *Fundexport: boletim semanal de informações do Fundo de Fomento de Exportação*, ano 9, nº 452, 31 de Outubro de 1968, p. 4.

da *revolução verde* converteu-se no paradigma do desenvolvimento agrícola no pós-guerra e, como veremos em seguida, a JNF exerceu uma influência significativa na aplicação de postulados muito próximos desse modelo em Portugal.

Neste período, a investigação agrária assentou sobre três perspetivas, elencadas pelos engenheiros-agrónomos Augusto José de Oliveira e A. Alberto Monteiro Alves:

“a) a necessidade de enquadramento da actividade de investigação nas metas do desenvolvimento económico global e, em particular, e directamente, nas do desenvolvimento rural;

b) a vantagem de estabelecer uma cooperação técnica entre diversos ramos de investigação para programas comuns;

c) a necessidade de estimar a rendabilidade da investigação em termos de relação entre os investimentos a atribuir-lhe e os resultados esperados”⁴²².

A citação, propositadamente longa, sintetiza qual o entendimento que, à época, se fazia sobre a relação entre investigação e desenvolvimento, onde o acréscimo da taxa de produtividade era estabelecido a partir de contribuições materiais e intelectuais. Urgia, assim, a redefinição dos postulados agrários seguidos até então, com certas instituições, além da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas, a fornecer o seu contributo, como a Estação Agronómica Nacional, criada em 1936, ou a Junta de Investigações Agronómicas, fundada em 1957, assistindo-se neste período à criação de ligações com as Províncias Ultramarinas. Fora da alçada governativa, outras instituições foram criadas durante o pós-guerra, com os mesmos propósitos de estudo e divulgação da produção científica, com especial destaque para o já referido Centro de Estudos de Economia Agrária que conseguiu realizar estudos sobre os diversos aspetos que caracterizavam as vivências socioeconómicas do meio rural.

Importa ainda salientar que divulgação científica também se fez através dos modernos métodos de propaganda. A criação do programa radiofónico *Rádio Rural* e o do programa televisivo, transmitido semanalmente pela RTP, *TV Rural*, apresentado pelo engenheiro-agrónomo José de Sousa Veloso⁴²³ - na qual a intensificação da horticultura

⁴²² *Agricultura: revista da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas*, nº 29, Janeiro-Março de 1966, p. 36.

⁴²³ José Carlos de Sousa Veloso (1926-2014). Licenciou-se em Engenharia Agronómica no Instituto Superior de Agronomia, em 1954. Trabalhou em diversos departamentos governativos ligados à área da agricultura: Junta de Colonização Interna, Comissão Reguladora do Comércio de Arroz, Junta Nacional das Frutas, Instituto Superior Agrário e Cadastral e Serviço de Informação Agrícola. Em Dezembro de 1960, começou a apresentar o programa televisivo *TV Rural* que seria emitido, na RTP, até Setembro de 1990.

estimulada pela JNF e a produção e comercialização da fruta foi tópicos mais debatidos⁴²⁴ - são sintomáticas da nova atitude governativa face à agricultura.

a) A formação científica

Dentro do espectro de atuação e as novas diretrizes emanadas pelo Estado Novo sobre o desenvolvimento da ciência agronómica, também as instituições corporativas foram convocadas a agir como agentes de inovação e fomento da ciência. Tal como já tinha ocorrido nos anos anteriores, a JNF respondeu e correspondeu ao repto lançado pelas instituições governativas, contribuindo, de forma acentuada, para o investimento na formação académica na área da agronomia. Como reconheceu o presidente da Junta, Mário de Brito Soares, “a fruticultura mundial atingiu nas últimas décadas notável desenvolvimento e expansão merce de cada vez maior e melhor conhecimento das funções vegetativas das fruteiras, resultantes das investigações a que se têm dedicado, em quase todos os países”⁴²⁵.

No afã de modernização técnico-científica, o subsector das frutas e legumes era um dos “cujo desenvolvimento exige maiores transformações”⁴²⁶ e em que as diversas facetas das mudanças socioeconómicas deste período estavam contempladas. Durante o período do pós-guerra, várias experiências mas também estudos foram realizados sob o patrocínio da JNF, nos diversos sectores que a sua estrutura integrava. Desde logo, a questão do cultivo de árvores fruteiras sofreu a sua atenção. Apesar do esforço que, desde os anos 30, se encontrava patente na atuação da JNF, era considerado, à época, que “a escolha das variedades é feita na mais completa ignorância das exigências do mercado [...] que se continua ainda plantar mais árvores de fruta isoladas do que em pomar”⁴²⁷. Nesse sentido e através da Estação de Ensaio de Sementes da ENA, localizada na Tapada da Ajuda e reorganizada pelo Decreto-Lei n.º 43423, de 22 de Dezembro de 1960, vários ensaios e testes foram realizados em diversas variedades e cultivares de origem fruto-hortícola, no sentido conferir maior uniformidade e adaptabilidade das espécies cultivadas pelo país para uma melhor comercialização. Uma das medidas primordiais do governo, a que se

⁴²⁴ *Agricultura: Revista da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas*, II Série, nº 1, Janeiro-Março de 1973, p. 115.

⁴²⁵ *Boletim da Junta Nacional das Frutas*, ano XIII, 1953, p. 19.

⁴²⁶ *Frutos: boletim anual de hortofruticultura*, 1964, pp. 3-4.

⁴²⁷ *Boletim da Junta Nacional das Frutas*, ano XVIII, 1958, p. 26.

associou, a JNF, no que toca à investigação e experiências técnicas foi a criação, ao longo das décadas de 1950 e 1970 e por todo o país, de organismos de assistência técnica à lavoura, existindo ainda Delegações das Brigadas e Núcleos de Assistência à Lavoura.

Dada a importância conferida ao desenvolvimento da indústria do tomate, a investigação tecnológica e científica revelou-se como um fator no aumento da rentabilidade e produtividade física do sector. Os primeiros trabalhos verificaram-se entre 1946-1947, testando-se a introdução de outras variedades culturais, como a *Marg-Lobe*, muito utilizada nos EUA. Mas foi entre os anos 50 e os anos 60, que foram realizados vários trabalhos de investigação sobre a cultura do tomate, conduzidos sob a alçada dos laboratórios da JNF, sobretudo resultado de relatórios finais de curso do ISA.

Noutra área, uma das experiências realizadas foi feita através do Grémio dos Produtores de Frutas da Região de Vila Franca de Xira, em 1957. Tratou-se da introdução do *plastic mulch* nos campos de melão da zona do Ribatejo, mas também, na mesma região, da criação de unidades de autofecundação com tendas de isolamento individuais que conseguiu aumentar os níveis de produção de forma considerável⁴²⁸. Também no domínio da fruticultura, nos terrenos do Centro Nacional de Estudos e de Fomento da Fruticultura (CNEFF), foram realizadas experiências, entre 1969 e 1973, sobre retardadores de crescimento de frutas, sendo usado como exemplo a pera-rocha⁴²⁹.

No que toca à batata, entre Abril e Agosto de 1952, foram feitas culturas com sete variedades diferentes para comparar a produtividade entre elas, na Quinta da França, em Belmonte. Concluiu-se que as variedades que tinham maior taxa de produção média eram a *Alma* e a *Erdgold*, com 26,8 toneladas por hectare, ao contrário da *Ackersegen*, *Wekaragis*, *Arran Consul* e *Bronderslev*, com uma produção média de 17,5 toneladas e a *Arran Banner* com 14,3 toneladas⁴³⁰. Já na zona do Oeste (Cadaval, Bombarral, Lourinhã e Torres Vedras), entre 1959 e 1962, foram realizadas ensaios comparativos com batata amilácea para a valorização industrial dos tubérculos, tendo esta zona sido escolhida pela proximidade com as instalações da Companhia Portuguesa de Amidos. Estas experiências demonstraram que a produção de fécula para a indústria se mostrava viável, através do incremento da adubação das plantações com potássio, fósforo e azoto⁴³¹.

⁴²⁸ *Frutos: boletim anual de hortofruticultura*, 1964, pp. 93-96.

⁴²⁹ *Frutos: boletim anual de hortofruticultura*, 1972/1973, pp. 5-23.

⁴³⁰ *Boletim da Junta Nacional das Frutas*, ano XII, 1952, pp. 116-123.

⁴³¹ *Frutos: boletim anual de hortofruticultura*, 1964, pp. 103-113.

De modo a cimentar o investimento na investigação científica agronómica, a JNF inaugurou e sustentou financeiramente o Departamento de Pomologia da Estação Agronómica Nacional, dirigido por Joaquim Vieira Natividade, que mais tarde daria origem, em 1962, ao já referido CNEFF, situado na Quinta do Olival Fechado, em Alcobaça. Este centro encontrava-se dividido nas seguintes secções: departamento de histologia e citologia; departamento de solos e nutrição; departamento de fitopatologia e departamento de pomologia, onde a divulgação dos resultados dos estudos levados a cabo seriam da responsabilidade dos núcleos de assistência técnica espalhados pelo país, mas este centro vocacionava, igualmente, a sua atividade na criação de cursos sobre a preparação de pomares, de modo a divulgar, da forma mais sustentada possível o seu trabalho. Também em Alcobaça, foi criado, em 1959, o Centro de Estudos do Castanheiro, com uma delegação na região de Bragança.

É importante frisar que a ação da JNF não se esgotou nos trâmites laboratoriais. No sentido de corresponder aos novos desafios da emergente sociedade de consumo que despontava em Portugal, a questão dos mercados era também relevante. Neste sentido, a JNF, coadjuvada pela Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas e a Fundação Calouste Gulbenkian, lançou, em 1964, um inquérito sobre comercialização e consumo de frutas frescas, o primeiro do género a ser realizado em Portugal.

O elencar destas experiências científicas são exemplificativas e demonstram a continuidade e a predisposição mostrada pela JNF em aliar a ciência e a investigação para, não apenas um melhor conhecimento sobre os produtos, mas também como forma de sustentar a sua introdução nos mercados.

b) Transferência(s) de conhecimento(s): bolsas, missões de estudo e técnicos estrangeiros em Portugal

Procurando o máximo proveito económico na conciliação entre ciência e agricultura, foi necessária a criação de fórmulas que promovessem a superação da dependência tecnológica nos domínios da fruticultura e horticultura. A investigação agronómica do pós-guerra procurou colocar em evidência três vertentes que funcionariam em cadeia: a *normalização biológica*, “selecção e criação de cultivares ou raças que reúnam, simultaneamente e em bases estáveis, altas produções e determinadas características desejadas pelo consumidor”; a *normalização técnica*, que se munia de

“todos os ensinamentos técnicos e científicos conducentes à obtenção da máxima eficiência da empresa agrícola” e, por fim, a *normalização comercial*, “complemento necessário da normalização dos meios de produção”⁴³².

Em articulação com estes enunciados, a retórica governativa galvanizava a necessidade do melhoramento técnico do sector primário. Mas, não existindo ainda meios suficientes para o alargamento das perspectivas tecnológicas no espaço nacional, procurou-se, através do contacto com os laboratórios universitários e os meios de investigação internacionais, fornecer os elementos necessários para uma organização de um sistema científico ao serviço do desenvolvimento económico-social. Para a concretização desse desígnio, não apenas a JNF, mas outras instituições a esta associadas, reproduziram o modelo de bolsas e missões de estudo que já se encontrava implantado em Portugal (ver tabela 25), mas também recorreram ao auxílio de técnicos estrangeiros, algo já iniciado com a ajuda norte-americana do Plano Marshall e com os contactos com a Agência Europeia de Produtividade (AEP).

Não foram apenas os elementos administrativos da JNF a participar nessas missões ao estrangeiro, contando-se a intervenção de outras figuras. Além das diversas instituições envolvidas neste processo, é de constar a polivalência dos eventos abrangidos nestas missões, que tanto poderiam ser visitas a zonas de produção agrícola, como a representação em encontros científicos, atestando a crescente internacionalização pretendida para o sector primário, como é possível atestar na tabela 13, em anexo.

Tal facto demonstra que, inevitavelmente, a circulação e transferência de conhecimentos era uma realidade atingível nos percursos de atuação da JNF no subsector que coordenava. Complementando esta faceta, surge outra: a possibilidade de realização de estágios, com bolsas concedida por vários organismos (ver tabela 26). Através de subsídios conferidos pela OCDE, alguns técnicos da JNF realizaram as suas investigações científicas em países estrangeiros, como José Manuel Soares e António José Costa Pires que, em Julho de 1963, estudaram a especialização na gestão e exploração de estações fruteiras e mercados-gare, em França e Itália. Nesse mesmo ano, Dinis José Moutinho Guita fez um estágio sobre a aplicação do “Regime OCDE”⁴³³ a normalização

⁴³² *Agricultura: revista da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas*, II série, nº 3, Julho-Setembro de 1973, p. 8.

⁴³³ Este regime OCDE foi criado em 1962, tendo como fim a aplicação de normas internacionais às seguintes frutas e legumes: peras, maçãs, tomates, couve-flor, cebolas, saladas (alface, chicória frisada,

internacional de maçãs, em França, durante o mês de Setembro. Mais uma vez, outras organizações atenderam às questões envolvendo a fruticultura e a horticultura como a Estação Agronómica Nacional, que enviou, com auxílio financeiro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), José Carlos da Silva Dias a França, Suíça, Holanda e Áustria, entre 11 de Junho a 1 de Agosto de 1960, para o estudo do aperfeiçoamento de técnicas de previsão e tratamento contra insetos e fungos em árvores de fruto, vinhas, batatais. Também a OCDE financiou algumas deslocações como a que foi realizada em 1964, a Valência, em Espanha, de alguns funcionários da JNF e representantes das cooperativas fruto-hortícolas.

Neste quadro de internacionalismo científico, não poderá ser olvidado o contributo de consultores estrangeiros, oferecendo apoio técnico no sentido de melhoria na produção. Nesta situação e dentro da atuação da JNF, conta-se, entre 1959 e 1960, o aproveitamento de estufas para a produção de ananás, que nos Açores foi coordenado por um engenheiro agrónomo britânico⁴³⁴.

c) A importância das feiras e exposições agrícolas em Portugal e no estrangeiro

Ferreira Dias assinalou que “as feiras de amostras nunca interessaram ao nosso País; daí é forçoso concluir que ele não tem nada que mostrar ou não tem necessidade de vender” e quando Portugal estava representado apenas se circunscrevia à “velha tríade do vinho, da cortiça e das conservas”⁴³⁵. De modo a contrariar esta inércia participativa e tendo em vista a melhoria de alguns aspetos, fomentou-se a participação portuguesa neste tipo de certames. Se existiam eventos nos quais as novidades comerciais e tecnológicas do desenvolvimento agrícola poderiam ser expostas eram as diversas feiras que pululavam na Europa desde a década de 1950, sendo esta modalidade de penetração comercial fortemente incentivada, não apenas por organismos de coordenação económica, bem como pelo próprio governo português, destacando-se a ação do Fundo de Fomento de Exportação nesta questão.

Afastando-se do quadro crítico apontado por Ferreira Dias, ao longo do pós-guerra, o comércio exportador compreendeu, de forma clara, que as feiras e exposições

escarola), pêssegos, damascos, ameixas, citrinos, alcachofras, cerejas, morangos, endívias, espinafres, uvas de mesa, ervilhas (em vagem) e feijão-verde.

⁴³⁴ ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, Correspondência Oficial, Economia, pasta 21, capilha 4.

⁴³⁵ DIAS, *Linha de rumo...*, tomo I, p. 127-128.

internacionais, eram um “lugar de troca, intercâmbio de mercadorias e também de ideias, ponto de cruzamento de métodos e objectivos, estes certames constituem periodicamente uma janela aberta para a expansão comercial”⁴³⁶. A participação portuguesa nestes eventos foi periódica, focando-se nos países da Europa Ocidental, além de participações nos EUA e no Canadá. Como foi possível referir a JNF financiou a deslocação de vários engenheiros-agrónomos aos certames agrícolas.

Mas não foi apenas nos países estrangeiros que estes eventos tinham lugar, somando-se a realização, em território português, de feiras nas quais, quer o governo, quer os produtores construía as bases para a criação da imagem de um desenvolvimento económico-tecnológico concertado, recorrendo à exposição das diversas produções agrícolas, mas também instrumentos e maquinaria associados à lavoura. A I Feira Internacional de Lisboa, realizada entre 9 e 23 de Junho de 1960, contou com a participação da JNF em dois *stands*, um dedicado ao Grémio de Exportação e Comércio de Fruta e outros às várias indústrias com base em frutos e produtos hortícolas⁴³⁷. Entre 7 e 21 de Junho de 1963 decorreu, pela primeira vez, a Feira Nacional de Agricultura, produto da reformulação da Feira do Ribatejo e da colaboração de diversos serviços e organismos, desde a Secretaria de Estado da Agricultura, passando pelos organismos de coordenação económica. Este evento é digno de nota, não só pela dimensão e abrangência de sectores agrícolas exibidos pelo Ministério da Economia (olivicultura, pecuária, silvicultura, orizicultura e viticultura), mas pela importância conferida à fruticultura, horticultura e floricultura, áreas de regulação da JNF. Mas mais do que uma montra da produção nacional, esta feira comportou um sentido apologético da obra de modernização empreendida pelo Estado Novo no pós-guerra.

No que é referente ao tema aqui analisado, a parte da feira dedicada à horto-fruticultura e à floricultura foi “uma das mais expressivas da representação do Ministério, chamando a atenção para a importância sempre crescente que podem ter”⁴³⁸, sendo algo bastante significativo, uma vez que esta feira albergou representação internacionais, como em 1965, onde a Alemanha, o Brasil, a França e a Itália tiveram pavilhões próprios. Já na sétima edição da Feira Nacional de Agricultura, em 8 e 9 de Junho de 1970, teve lugar

⁴³⁶ *Serviço Informativo da Junta Nacional das Frutas*, nº 297, Fevereiro de 1967, p. 5.

⁴³⁷ *Serviço Informativo da Junta Nacional das Frutas*, nº 215, Março de 1960, p. 3.

⁴³⁸ *Agricultura: revista da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas*, nº 22, Abril-Junho de 1964, p. 45.

um colóquio somente dedicado às questões da fruticultura, no qual participaram, com comunicações, o presidente e o vice-presidente da JNF⁴³⁹.

Outras feiras agrícolas contaram com a colaboração da JNF, através de *stands* dedicados ao sector hortofrutícola. Disso são exemplo a participação na Feira de São João, em Évora, em Junho e Julho e de 1966⁴⁴⁰; a Exposição-Feira de Abrantes, em Agosto de 1966⁴⁴¹; a Feira da Primavera, em Beja, em Maio de 1968⁴⁴²; no Mercado de Primavera, em Belém, em Abril e Maio de 1970⁴⁴³ ou a Exposição-Feira Agro-Pecuária de São Miguel, nos Açores, em Junho e Julho de 1972⁴⁴⁴.

A articulação entre ciência e economia não foi algo novo no que toca às funções e à atividade da JNF. Mas, especificamente, entre os anos 50 e os anos 70, o investimento nesta área tornou-se cada vez mais premente, não apenas na Junta, mas também a nível da política governativa. Deste modo, o desenvolvimento da agricultura deveria corresponder a uma racionalidade na qual a investigação científica era um dos seus pilares.

Poderemos entender que neste período, e de forma mais vincada que na década de 30, deu-se a consolidação de uma visão tecnocrática⁴⁴⁵, relacionada com a *revolução verde*, segundo a qual o crescimento económico do sector agrícola dependia, de forma vital, do desenvolvimento dos mecanismos tecnológicos e científicos. A cúpula dirigente da JNF, composta por engenheiros-agrónomos e técnicos ligados à administração da lavoura, acusaram uma visão deste tipo, acompanhando, de forma compassada, as políticas governativas que iam nesse sentido, da modernização da agricultura.

⁴³⁹ *Colóquio sobre fruticultura*, Santarém, Federação dos Grémios da Lavoura do Ribatejo, 1970.

⁴⁴⁰ *Serviço Informativo da Junta Nacional das Frutas*, nº 288, Maio de 1966, p. 6.

⁴⁴¹ *Serviço Informativo da Junta Nacional das Frutas*, nº 292, Setembro de 1966, p. 7.

⁴⁴² *Serviço Informativo da Junta Nacional das Frutas*, nº 313, Junho de 1968, p. 7.

⁴⁴³ *Serviço Informativo da Junta Nacional das Frutas*, nº 338, Julho de 1970, p. 7.

⁴⁴⁴ *Serviço Informativo da Junta Nacional das Frutas*, nº 365, Novembro de 1972, p. 5.

⁴⁴⁵ Seguindo a proposta conceptual de Ángeles González-Fernández, tecnocracia pode ser entendida da seguinte forma: “Expresión de una manera profesional, técnica y situada supuestamente al margen de toda ideología, se sustentaba en una concepción de la acción política como administración del patrimonio común y, en consecuencia, imputable por excelencia a gestores profesionales (GONZÁLEZ-FERNANDÉZ, Ángeles, “La otra modernización: tecnocracia y «mentalidad de desarrollo» en la Península Ibérica (1959-1974)” in *Historia y política: ideas, procesos y movimientos sociales*, nº 35, 2016, p. 317.

5.5. A insustentável leveza do mercado: a regulação da produção e comércio da batata e das frutas

Para um melhor entendimento sobre a intrincada questão dos abastecimentos, os dirigentes governativos fomentaram a criação de estudos sobre “custo de vida”, de modo a melhor compreender as implicações das suas políticas, em termos de distribuição e fixação de preços. Partindo dessa vertente inquiridora, vejamos como se estruturavam os padrões sociais de consumo. As despesas de consumo privado com alimentação e bebidas em meio urbano eram muito significativas: em Lisboa, em 1948-1949, 52,6% dos orçamentos domésticos destinavam-se para alimentar os elementos do agregado familiar; na cidade do Porto, em 1950-1951, o valor aumentava para 62,7%. Já em cidades de menor dimensão, o peso destas despesas era igualmente elevado: em Coimbra, em 1953-1954, as despesas correspondiam a 54,7%; em Évora, em 1955-1956, a cifra correspondia a 51,9% dos orçamentos familiares e, em Viseu, em 1955-1956, o valor descia para 47,6%.

De que modo estes valores se traduzem na elasticidade dos bens alimentares e, especificamente, nos produtos de origem fruto-hortícola? Para os recortes cronológicos acima referidos, em Lisboa, o aumento do consumo de fruta fresca e produtos hortícolas rondou os 0,5%, enquanto no Porto o valor foi de 2,6%. Já em Coimbra, esse aumento chegou a 1,2%; em Évora, foi de 2% e, em Viseu, 1,3%. É de realçar que as frutas frescas e os legumes tornaram-se mais assíduos nas mesas da classe média urbana, tendência idêntica noutros países: se em Portugal, entre 1950-1960, o aumento do consumo de frutas frescas e hortícolas foi de 1,2%, já em Espanha, foi de 0,6%⁴⁴⁶.

Em síntese, estes produtos viram o seu contributo nas dietas alimentares a aumentar, assinalando-se os maiores acréscimos no consumo de fruta, sobretudo nas cidades. Esta situação colocava a agricultura numa situação em que “although many of difficulties that agriculture is experiencing at present are the same as those of the past, the actual nature of the problem is without precedent”⁴⁴⁷. Como é que a JNF se comportou perante as mudanças sociais que despontavam neste período?

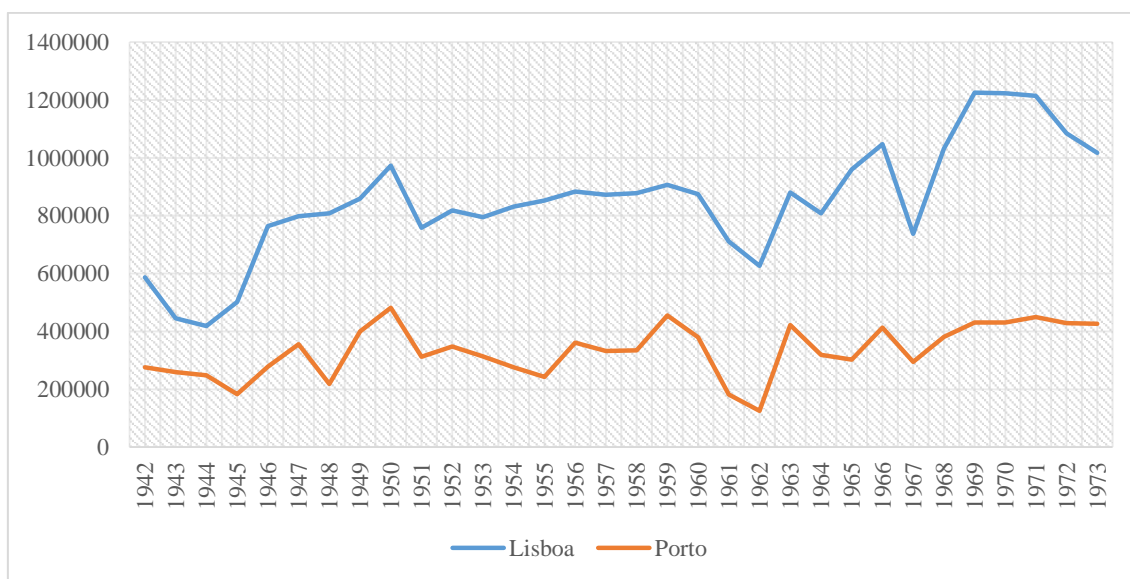
⁴⁴⁶ *Planeamento e Integração Económica: boletim do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho*, nº X-XI, Janeiro-Abril de 1966, p. 21-25.

⁴⁴⁷ PINTADO, Valentim Xavier, *Structure and growth of the Portuguese economy*, Genebra, European Free Trade Association, 1964, p. 98.

a) A batata

Na sequência das políticas económicas de abastecimento, a cultura da batata foi, progressivamente, ganhando importância dentro das competências reguladoras do mercado interno que a JNF dispunha. No pós-guerra, duas linhas de intervenção confluíram na resposta a esta questão: “a preocupação com o consumo”, além da “regularização anual do mercado”⁴⁴⁸. Castro Fernandes afirmou, em 1949, que “bastamos a nós próprios. Uma vez solucionado o problema da armazenagem da batata – o que não tardará - regularizar-se-á o abastecimento às cidades de Lisboa e Porto no período de Novembro a Março”⁴⁴⁹. Contudo, o regular abastecimento de batata não se revelou uma questão de fácil solução, com variadas oscilações, a continuação de importações e que nem a construção dos armazéns se revelou suficiente, algo que se manteve constante até ao fim do regime, como se vê no gráfico 7.

Gráfico 7 - Abastecimento de batata a Lisboa e Porto (1942-1973)



Fonte: *Estatísticas Agrícolas* (1945-1973).

Muitas das vezes, a ausência de condições para a conservação de parte das colheitas tinha como óbvia consequência a sua deterioração, o que agravava a situação. Artur Castilho considerava que “em anos anormais serão insuficientes e não evitam prejuízos a que ficam sujeitas as reservas dos agricultores destinadas ao consumo próprio”⁴⁵⁰. A

⁴⁴⁸ BAPTISTA, *A política agrária...*, p. 203.

⁴⁴⁹ *Boletim da Direcção-Geral dos Serviços Industriais*, ano I, nº 15, 13 de Abril de 1949, p. 259.

⁴⁵⁰ CASTILHO, Artur, *O aproveitamento do refugo e das sobras da batata*, Porto, Tipografia J.R. Gonçalves, 1951, p. 4.

sazonalidade da produção originava situações quer de escassez, quer de excesso, criando preços de mercado e perturbações no abastecimento, ou seja, criava um leque de problemas que o governo pretendeu dar cobro. Ainda no período da guerra, surgiram alguns apelos segundo os quais o uso da batata pela indústria transformadora, seria uma meio que “manteria em equilíbrio a produção e o consumo, escoando a preço justo a batata produzida”, além de que atenuaria “a crise de trabalho durante o Inverno”⁴⁵¹ que se fazia sentir em regiões produtoras, como a de Trás-os-Montes.

A partir de 1948, a principal preocupação na política de regulação da batata-consumo prendeu-se com o abastecimento dos centros urbanos, em detrimento do benefício financeiro dos pequenos produtores das várias regiões do País. Pela portaria nº 12 439, de 14 de Junho de 1948, foram duas comissões destinadas a regular o abastecimento de batata às cidades de Lisboa e Porto, cujas funções passavam por:

“elaborar o plano de distribuição pelos Grémios da Lavoura das quantidades de batata necessárias ao abastecimento, por forma a permitir um normal escoamento do produto das regiões de origem e o seu fornecimento regular ao comércio por grosso, promovendo a distribuição, por este, das referidas quantidades; b) estabelecer, para cada caso, a forma de pagamento do produto, de maneira a que sejam devidamente ressalvados os //interesses das actividades; c) propor à JNF, para aprovação do ministro da Economia, os preços a vigorar em cada mês; d) estudar e propor a forma de criar receita necessária para ocorrer aos encargos resultantes do seu funcionamento”⁴⁵².

Estas comissões, além da que foi criada em Coimbra, em 1950, sofreram alterações na sua composição, embora a sua missão se mantivesse a mesma: regular o abastecimento às principais cidades numa altura em que a produção era superior às necessidades de consumo e em que “não era possível obter nos mercados externos colocação para os excedentes”⁴⁵³. Se atendermos à tabela 10, denota-se um grande aumento no consumo de batata em Portugal, superando o consumo de milho e trigo, o que exacerbava a necessidade de criar mecanismos para um regular abastecimento.

⁴⁵¹ FERNANDES, José Clemente, *A cultura da batata em regime corporativo*, Chaves, Tipografia Mesquita, 1942, pp. 26-27.

⁴⁵² *Serviço Informativo da Junta Nacional das Frutas*, nº 43, 1ª quinzena de Junho de 1948, pp. 5-6.

⁴⁵³ *Boletim da Junta Nacional das Frutas*, ano XI, 1951, p. 189.

Tabela 10 - Consumo de cereais e leguminosas em Portugal

<i>Capitações anuais (kg)</i>	<i>1938</i>	<i>1967/71 (média)</i>
Batata	74,940	121,490
Milho	51,680	106,400
Trigo	49,880	96,970
Arroz	11,250	21,980
Centeio	11,410	18,200
Feijão	*	5,900
Grão-de-bico	*	1,720

Fonte: *Agricultura: revista da Direcção Geral dos Serviços Agrícolas*, II série, nº 1, 1973, p. 79

Através dos dados transcritos, a política de abastecimento fomentada pelo governo e executada pela JNF durante a guerra obteve resultados duradouros, em termos do consumo. Contudo, tal aumento criou contrariedades a nível do escoamento e absorção da produção de batata pela população. Como concluiu Luciano Amaral, “o êxito da produção acabaria por trazer efeitos perversos”⁴⁵⁴.

Entre 1945 e 1948, foi estabelecido um regime de livre compra e venda mas, na primeira metade da década de 50, o recurso à importação de batata estrangeira tornou-se num facto recorrente, prologando-se nos anos seguintes, mas de forma menos acentuada até ao final dos anos 60. Durante várias campanhas, quando se entendia que a produção não era suficiente e se optava pela importação, esta fazia-se em regime de contingentes estabelecidos no início de cada campanha, podendo ser corrigidos no seu decurso da mesma devido a possíveis variações. No período em estudo, verificavam-se três modalidades de importação: a) regime de contingente bilateral; b) regime de importação por três fases (importação livre; fixação de um contingente global que se adapte ao desenvolvimento local; interdição da importação); c) contingente global, sendo este o tipo de importação mais utilizado pois concedia mais liberdades aos países exportadores, permitindo uma maior concorrência que, por vezes, era mais vantajosa para os países importadores.

A criação do Fundo de Abastecimento⁴⁵⁵, pelo Decreto-Lei n.º 36 501, 9 de Setembro de 1946 é outra das provas de como a questão da regularização dos

⁴⁵⁴ AMARAL, *O país dos caminhos que se bifurcam...*, p. 89.

⁴⁵⁵ Sobre a ação do Fundo de Abastecimento veja-se AMARAL, Luciano, “Fundo de Abastecimento” in BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal (1926-1974)*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, vol. 8, p.74.

abastecimentos alimentares se tornou cada vez mais importante. No que diz é respeitante à ação da JNF, o fundo de compensação da batata, criado no contexto da guerra, em 1944, é incorporado no Fundo de Abastecimento, permanecendo um fundo para a regularização de preços de batata estrangeira, cujas despesas que foram possíveis recolher, se encontram na tabela 11.

Tabela 11 - Evolução das despesas da JNF com o fundo para a regularização de preços de batata estrangeira

<i>Ano</i>	<i>Valor</i>	<i>Produção em Portugal continental (ton.)</i>
1955	1 271 194\$60	1 058 512
1956	1 375 978\$40	1 302 500
1957	800 530\$70	11 969 481
1958	98 620\$40	10 570 200
1959	179 969\$50	923 622
1960	6 591 109\$35	1 041 641
1961	50 978\$05	1 097 096
1962	17 000\$05	930 988
1963	2 797 628\$35	1 157 526
1964	240 529\$85	1 170 610
1965	456 298\$75	932 708
1966	456 298\$70	951 031
1967	676 222\$90	1 196 041

Fontes: Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, Processos de Contas (1959-1967) e *Estatísticas Agrícolas* (1959-1967).

A elevada capitação do consumo de batata em Portugal, embora pequena em comparação com alguns países da Europa⁴⁵⁶, poderá ser explicativa para o facto de que, em anos de elevada produção, os valores para a regularização de preços permanecesse elevado. Também a preferência de compra entre batata de consumo e a batata-semente poderia suscitar oscilações nos preços. Num relatório da Secretaria de Estado do Comércio, foi notado que se exigia “que a intervenção tende necessariamente a substituir-se ao livre jogo das forças do mercado, um complicado e dispendioso sistema de

⁴⁵⁶ Em 1967, a capitação do consumo de batata em Portugal rondava os 112 kg/habitante, enquanto na Polónia, observava-se um valor de 221 kg/habitante; na Bélgica e no Luxemburgo, 146 kg/habitante; na Irlanda, a cifra era de 138 kg/habitante e em Espanha, era 129 kg/habitante (*Serviço Informativo da Junta Nacional das Frutas*, nº 300, Maio de 1967, p. 3).

compensações e de subvenção, procurando adaptar, sob formas as mais diversas, as forças opostas em presença”⁴⁵⁷. Este intrincado jogo económico em que a intervenção estatista deveria imiscuir-se nas lógicas mercantis suscitou algumas queixas de produtores, mas também das Federações dos Grémios da Lavoura, sintomáticas da primazia da preocupação com abastecimento às cidades.

Deste modo, o caminho da atuação da JNF bifurcava-se: se por um lado, o governo entendia que a sua intervenção se deveria sobrepor à concorrência entre produtores; do outro lado, em termos práticos, tal situação não se verificava e quando tal ocorria, as queixas dos produtores emergiam. Este quadro aponta para o que o presidente da JNF afirmava: “o problema da batata é um problema multifacetado, em permanente evolução e em que estão envolvidos interesses de actividades diversas, muitos deles contraditórios”⁴⁵⁸.

Um dos dilemas surgidos era o que fazer com a produção nacional quando o escoamento da batata de consumo se revelava com problemas, como apontava no relatório final preparatório do II Plano de Fomento: “a intervenção adoptada [pela JNF] tem-se revelado ineficaz”⁴⁵⁹. Exemplos desses problemas surgiram no concelho de Chaves, mas também em Boticas, Valpaços e Vinhais, que na campanha agrícola de 1957/1958, encontraram sérias dificuldades no escoamento da produção, por falta de compradores, situação que afetou cerca de 100.000 pessoas, “na sua esmagadora maioria pequenos proprietários, modestíssimos arrendatários de terras ou pobres jornaleiros”⁴⁶⁰. Esta foi uma situação que se prolongou até aos inícios da década de 1960, acabando por ganhar contornos políticos, sobretudo, nas eleições presidenciais de 1958, nas quais “o caso da batata desempenhou papel de relevo”⁴⁶¹, em Chaves. A intervenção na JNF na produção de batata “começou a produzir nesta região efeitos contraproducentes e até de descrédito para a legislação tomada” e movimentações e inquietações por parte “[d]os chamados da oposição e até muitos da situação”⁴⁶². Como é possível constatar, a questão da batata revelava-se como um tópico com sérias implicações na base social de apoio à ditadura

⁴⁵⁷ ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, Correspondência Oficial/Economia, pasta 25, pt. 1.

⁴⁵⁸ *Serviço Informativo da Junta Nacional das Frutas*, nº 322, Março de 1969, p. 3.

⁴⁵⁹ *A Voz da Lavoura: órgão da Corporação da Lavoura*, ano II, nº 15, 15 de Março de 1960, p. 6.

⁴⁶⁰ ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, Correspondência Oficial/Economia, pasta 19, pt. 26.

⁴⁶¹ ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, Correspondência Oficial/Economia, pasta 22, pt. 14.

⁴⁶² AHDGTF, Comissão de Coordenação Económica, Pasta 1, Capilha “Batata”, Doc. 2.

nas regiões produtoras do tubérculo, em “que o horizonte possível da grande maioria dos camponeses [era] resistir nos territórios onde se localizam as suas aldeias”⁴⁶³.

É, ainda nesta época, em 29 de Janeiro de 1960, que se assistiu à criação de duas novas estruturas relativas à questão da batata: o Grémio dos Importadores e Armazenistas de Batata do Norte (Aveiro, Braga, Braganças, Coimbra, Guarda, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu) e o Grémio dos Importadores e Armazenistas de Batata do Sul (Beja, Castelo Branco, Évora, Faro, Leiria, Lisboa, Portalegre, Santarém, Setúbal e distritos autónomos de Angra do Heroísmo, Funchal e Ponta Delgada) e que, com a revisão dos seus estatutos, em 1973, é estabelecido o seu objetivo principal: agregar “pessoas singulares e colectivas que nele se inscrevam e que exerçam comércio importador e armazenista de batatas, frutas e produtos hortícolas”⁴⁶⁴.

Em anos de grande produção, cabia à JNF a compra de batata de consumo aos produtores, de modo a evitar o aviltamento dos preços e prejuízos à produção. É importante salientar que a JNF apenas intervinha no mercado neste tipo de ocasiões, assegurando receitas superiores “às que se poderia obter se o mercado funcionasse consoante o livre jogo da oferta e da procura”⁴⁶⁵. Como solução, alguns excedentes eram vendidos como forragens, sobretudo batata da variedade *Arran-Banner*, situação que se iniciou na campanha de 1958/59, mimetizando uma prática comum em outros países em anos de superprodução.

Além das propostas para aproveitamento da batata na indústria alimentar, que já tivemos oportunidade de mencionar, surgiram outras sugestões no sentido da racionalização da produção, estando estas estruturadas nos seguintes tópicos: “defesa dos preços na produção; defesa das regiões excêntricas e agricolamente menos favorecidas; desencorajamento do fomento da cultura da batata em regiões onde ela não se pratica”⁴⁶⁶. Além disso, também se defendia a “produção de variedades de polpa amarela e de ciclo curto com o objectivo de fomentar a exportação de batata nova – a que obtém melhores cotações nos mercados externos”⁴⁶⁷. Do ponto de vista científico, surgiram ainda propostas para a criação de Instituto ou Estação de Melhoramento de Batata⁴⁶⁸.

⁴⁶³ BAPTISTA, Fernando Oliveira, *O destino camponês*, Castro Verde, 100 Luz, 2013, p. 7.

⁴⁶⁴ *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, Ano XL, Março de 1973, nº 8, p. 453.

⁴⁶⁵ *Serviço Informativo da Junta Nacional das Frutas*, nº 310, Março de 1968, p. 3.

⁴⁶⁶ ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, Correspondência Oficial/Economia, pasta 19, pt. 26.

⁴⁶⁷ AHME, Expediente Geral (1960-1963), Dossier N01207/088/059, Processo 30.04/26.

⁴⁶⁸ *Lavoura Portuguesa*, ano 41, nº 15, Março de 1954, p. 3.

Mas não era apenas a circulação de batata-consumo que se revelava com alguns problemas, existindo ainda, por vezes, dificuldades com a batata de semente. Em 1960, é promulgada a liberdade de importação de batata de semente estrangeira, esperando-se que não se repetissem “casos lamentáveis de nítida especulação”⁴⁶⁹. Todavia tal não se verificou. Em Julho de 1970, produtores de batata de semente na região da Margem Sul apelavam ao Secretário de Estado do Comércio por uma mudança na política de tabelamento de preços de venda da batata, pois a “manobra especulativa dos importadores”, além do “erro do organismo coordenador” na gestão da situação poderia levar à “ruína de alguns milhares de pequenos agricultores daquela zona”⁴⁷⁰. Já, em Trás-os-Montes, em 1972, a importação de dois milhões de quilos de batata *Arran-Consul*, levou a União das Cooperativas de Batata de Semente de Chaves a afirmar que “tal autorização significaria a paragem completa das vendas das batatas nacionais com conseqüente ruína de inúmeros pequenos produtores cuja economia só dela”⁴⁷¹. Esta situação levava, por parte dos produtores, às seguintes questões: “porque se importa tanta batata, até relaxar o mercado nacional?”⁴⁷² e “então há algum direito que a Junta faça importações de batata de consumo quando a nossa não está ainda vendida?”⁴⁷³.

As situações atrás mencionadas ilustram um panorama de crescente tensão no sector agrícola, no sentido da sua conversão a diversas exigências sociais e económicas coevas. O êxodo rural – “o divórcio da terra com os braços que a fecundam”⁴⁷⁴, segundo Vieira Natividade - e a conseqüente diminuição da mão-de-obra levou a um aumento dos salários nominais na agricultura, que entre 1965 e 1972, cresceram numa média anual de 10,5 %. De modo a manter as taxas de produtividade e sendo “necessário valorizar os produtos agrícolas”⁴⁷⁵, assiste-se à adaptação das explorações através da promoção de mecanismos substitutivos do trabalho por capital. Todavia, tal mudança revelou-se difícil no caso da produção de batata, com dificuldades a diversos níveis, nomeadamente o decréscimo da produtividade média por hectare “que era de 13,2 toneladas no início dos anos 50, baixa para cerca de 10,1 toneladas 20 anos mais tarde, um decréscimo de 23,5%”⁴⁷⁶. A expansão

⁴⁶⁹ *A Voz da Lavoura: órgão da Corporação da Lavoura*, ano II, nº 22, 15 de Outubro de 1960, p. 20.

⁴⁷⁰ AHME, Expediente Geral (1959-1973), Dossier N01207/025/080, Processo 20.14/13

⁴⁷¹ AHME, Expediente Geral (1959-1973), Dossier N01207/025/086, Processo 20.14/7.

⁴⁷² *O Comércio de Viveres*, ano XLI, nº 1158, 15 de Junho de 1970, p. 7.

⁴⁷³ *A Terra: órgão de unidade dos camponeses do Norte*, 2ª série, nº 27, Dezembro de 1972, p. 2.

⁴⁷⁴ *A Voz da Lavoura: órgão da Corporação da Lavoura*, ano II, nº 21, 15 de Setembro de 1960, p. 17

⁴⁷⁵ *Boletim da Direcção-Geral dos Serviços Industriais*, vol. 3, nº 105, 3 de Janeiro de 1968, p. 2.

⁴⁷⁶ GIRÃO, José António, *Natureza do problema agrícola em Portugal (1950-73): uma perspectiva*, Lisboa, Centro de Estudos de Economia Agrária/Instituto Gulbenkian de Ciência, 1980, p. 39.

do mercado interno somada ao aumento de custos de produção no sector⁴⁷⁷, conduziu a uma alta de preços.

b) A fruta

A comercialização das frutas também não se revelou isenta de alguns entraves, alternando entre período de abundância e escassez, quer em Lisboa, quer na cidade do Porto, visíveis nos gráficos em anexo. Do ponto de vista do mercado externo, a persecução de uma política de fomento da exportação continuou a ser a pedra de toque da JNF e, para isso, contribuía, igualmente, a intenção do governo em internacionalizar a produção frutícola. Assim, “a normalização é, sem dúvida, uma das bases essenciais e tem por finalidade a apresentação de produtos homogéneos, que correspondem a características simplificadas e unificadas de classificação e acondicionamento”⁴⁷⁸.

Vários problemas afetaram a produção frutícola. Em primeiro lugar, a questão sanitária era determinante para um correto e total aproveitamento das frutas, onde o ataque de algumas pragas agrícolas agravava o cenário. Tendo em linha de conta estas condicionantes, a JNF continuou a sua ação fitossanitária, em colaboração com a Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas. Outro tópico na questão do abastecimento de frutas é o da sua comercialização. Em anos de excessiva afluência, o comércio não obedecia a normas rigorosas, não conseguindo o Mercado Abastecedor suprir essas falhas, além de que “o lavrador produz sem resultado para si próprio pois os lucros são para os vendedores”⁴⁷⁹. Como a própria elite fundiária acusava, “as frutas primorosas vendem-se em pequeníssima quantidade, com lucros às vezes bárbaros do comércio intermediário, por sujeitas mais ao caprichismo de uma reduzida clientela rica do que a um consumo firme e extenso”⁴⁸⁰. Esta descrição demonstra uma certa incapacidade das instituições corporativas para evitar a preferência de alguns produtores em negociar com indivíduos fora da rede comercial, existindo lamentos de que os esforços da JNF “não são coadjuvados pelos fruticultores, alguns dos quais ignoram mesmo a existência desse

⁴⁷⁷ Partindo dos dados compilados por Daniel Bessa, as taxas de aumento dos preços de produção na agricultura, silvicultura, caça e pesca correspondem aos seguintes valores: 1948-1964, 1,07; 1965-1968, 6,19 e 1969-1973, 8,26 (BESSA, Daniel, *O processo inflacionário português, 1945-1980*, Porto, Edições Afrontamento, 1988, p. 672).

⁴⁷⁸ *Agricultura: revista da Direcção Geral dos Serviços Agrícolas*, nº 18, Abril-Junho de 1963, p. 33.

⁴⁷⁹ *A Terra: órgão de unidade dos camponeses do Norte*, 2ª série, nº 3, Setembro de 1963, p. 3.

⁴⁸⁰ *A Voz da Lavoura: órgão da Corporação da Lavoura*, ano I, nº 1, 31 de Janeiro de 1959, p. 27.

organismo”⁴⁸¹. A persistência dos intermediários mostra como a análise económica é condicionada por relações sociais – o problema da “incrustação”, como notou Mark Granovetter⁴⁸² - as quais se constroem, por vezes, numa relação de confiança, impeditiva de total penetração das instituições nestes meandros.

Para lá dos circuitos do comércio, em anos de escassez, e seguindo o relato dos engenheiros-agrónomos Mendes de Abreu e Manuel Vassalo e Silva, o abastecimento da cidade de Lisboa poder-se-ia dividir em três fases: a primeira, a “das novidades”, onde existiam pequenas quantidades de fruta, a preços elevados; a segunda, “a fartura”, na qual os preços eram aviltados, conduzindo a desperdícios; a terceira e última fase era a “minguante”, em que se dava a escassez da oferta frutícola nos mercados, levando a aumento de preços⁴⁸³. Também na cidade do Porto, a situação pouco se distanciava da de Lisboa. Numa carta de um grupo de populares portuenses enviada ao Grémio dos Armazenistas de Mercearia e à JNF, em 1953, a situação era descrita do seguinte modo: “Aos estômagos que não tem pão ou que sofrem as mais duras privações – não se lhes pode dizer que “tenham paciência”, pois eles não se podem acomodar, por natureza! Tomem medidas imediatas, prontas, eficientes!”⁴⁸⁴. Em síntese, e além da referida desorganização na sua venda, no cômputo geral, o que caracterizava o fornecimento de frutas às principais cidades era oferta reduzida e preços altos, questão que se agravou, sobretudo, depois da liberalização dos preços a partir do Decreto-Lei nº 38 061, de 11 de Novembro de 1950.

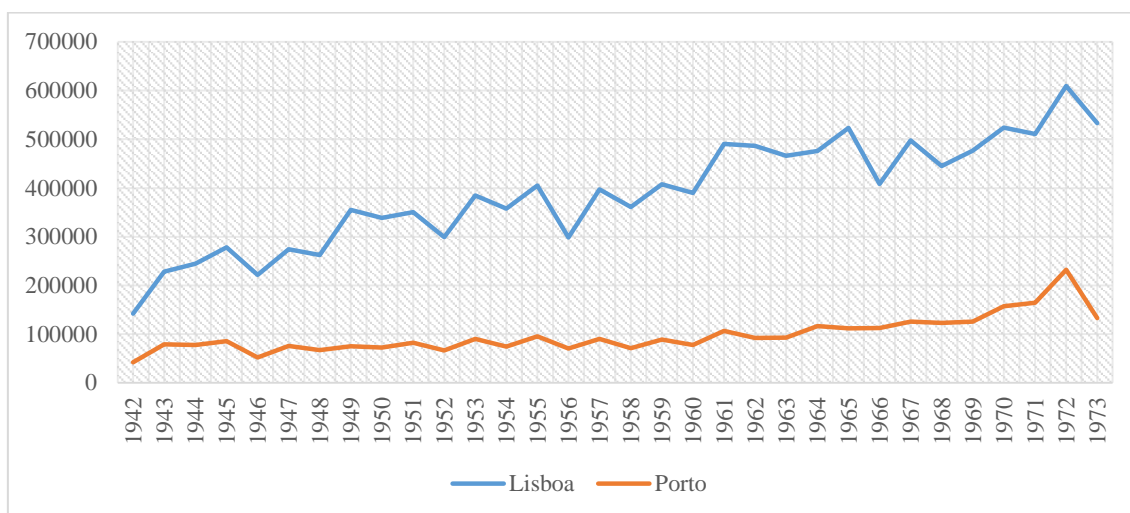
⁴⁸¹ *Lavoura Portuguesa*, ano 43, nº 30, Junho de 1955, p. 9.

⁴⁸² GRANOVETTER, Mark, “Economic action and social structure: the problem of embeddedness” in *American Journal of Sociology*, vol. 91, nº 3, Novembro de 1985, pp. 481-510.

⁴⁸³ ABREU, João Leal Mendes de, SILVA, Manuel António Vassalo e, *A aplicação do frio no aprovisionamento alimentar da cidade de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal, 1950, p. 11.

⁴⁸⁴ AHDGTF, Comissão de Coordenação Económica, Pasta 1, Capilha “Confidenciais Gabinete Ministro da Economia”, doc. 2.

Gráfico 8 - Abastecimento de fruta a Lisboa e ao Porto (1942-1973)



Fonte: *Estatísticas Agrícolas (1945-1973)*.

A construção de infraestruturas foi uma das formas de colmatar esses problemas, sendo por vezes construídas a pedido dos Grémios da Lavoura. Em diversas regiões assistiu-se à edificação de espaços de armazenamento, como o Algarve que, no final da década de 1960, viu serem construídos quatro armazéns para expurgação e armazenamento de cerca de 8000 toneladas de figo, obra subsidiada pelo Fundo de Fomento de Exportação e pelo Grémio dos Exportadores de Frutos e Produtos Hortícolas do Algarve. Já na capital, em 1973, foram adquiridos, pela JNF, terrenos para a construção do Mercado Abastecedor de Lisboa⁴⁸⁵.

As variações da produção que chegava às cidades levava, conseqüentemente, ao aumento de preços sendo, para a direção da JNF, “evidente que, constituindo a lei da oferta e da procura, uma realidade económica que não se consegue iludir”⁴⁸⁶, chegando ser referido, na própria Assembleia Nacional, que “num país de fruta, as frutarias constituem casas de luxo!”⁴⁸⁷. Entre 1965 e 1966, essa questão atingiu contornos muito particulares, levando à criação de uma série de medidas para travar a escassez de fruta e a alta de preços, numa cooperação entre o Ministério do Ultramar, as Câmaras Municipais de Lisboa e Porto e organizações da lavoura e comércio. No seguimento da política iniciada por Daniel Barbosa, com a criação dos postos de venda, a JNF, com o auxílio da

⁴⁸⁵ ACMF, Secretaria de Estado do Orçamento, Gabinete do Secretário de Estado, Série 90, Processo 0081.

⁴⁸⁶ *Serviço Informativo da Junta Nacional das Frutas*, nº 290, Julho de 1966, p. 1.

⁴⁸⁷ *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, VII legislatura, nº 62, 31 de Outubro de 1958, p. 1288.

Inspeção-Geral de Atividades Económicas, criou outras formas de sustentar o consumo regular e ordenado de fruta nas cidades, como, por exemplo, a possibilidade dos postos de venda de leite da União das Cooperativas Abastecedoras de Leite de Lisboa (UCAL) venderem fruta. Esta estratégia foi entendida como positiva pois “o facto de algumas espécies de frutas se esgotarem nos postos logo às primeiras horas da manhã prova que que a fruta aí vendida, a preços inteiramente razoáveis, é sobretudo, adquirida pelas classes de menor poder de compra”⁴⁸⁸. Além disso, foram colocadas, nos circuitos comerciais, frutas oriundas das províncias ultramarinas (banana de Angola e citrinos de Moçambique⁴⁸⁹); intensificou-se a vigilância nos preços e entregou-se, de forma direta, quantidades de fruta para consumo que não tivessem sido vendidas, em tempo útil, através dos mercados abastecedores. Todavia, de acordo com o discurso oposicionista ao regime, “os camponeses recebem [da JNF] mais uns tostões no preço; mas no conjunto da produção, quer haja muita ou pouca quantidade, «não tiram os pés da lama»”⁴⁹⁰, situação que, como vimos, era sentida pelos produtores de batata de consumo.

Neste contexto, a legislação tentou responder igualmente a estes problemas. Em 1965, com a portaria 20 921, procedeu-se à reorganização do comércio das frutas e dos produtos hortícolas e florícolas e, no ano seguinte, em Junho de 1966, operou-se a regularização do comércio frutícola.

Prosseguindo na tentativa de melhorias no fornecimento de fruta às principais cidades, em Dezembro de 1972, a JNF reformulou os postos de venda direta em Lisboa, Porto e os concelhos limítrofes, ganhando o epíteto de «barracas verdes». Estes postos, 22 no total, foram criados com o intuito de comercializar grandes quantidades de fruta, compradas diretamente à produção, de modo a conseguir a baixa de preços no mercado e diminuir a especulação dos intermediários, facto que levou à contratação de cerca de três centenas de vendedoras. Num inquérito conduzido pela JNF, segundo uma das entrevistadas, Nos postos, “dá mais a conta comprar aqui do que lá fora onde há dias que não se pode chegar às coisas”⁴⁹¹. Esta experiência conseguiu servir os seus propósitos, salientando-se que, já durante o processo revolucionário, durante o ano de 1975, muitas

⁴⁸⁸ *Serviço Informativo da Junta Nacional das Frutas*, nº 290, Julho de 1966, p. 1.

⁴⁸⁹ ROQUE, F. de Castro, *A problemática do mercado de frutas ultramarinas*, Lisboa, Comissão para os Inquéritos Agrícolas no Ultramar, 1972, pp. 2-14.

⁴⁹⁰ *A Terra: órgão de unidade dos camponeses do Norte*, 2ª série, nº 14, Setembro de 1966, p. 1.

⁴⁹¹ *Serviço Informativo da Junta Nacional das Frutas*, nº 368, Fevereiro de 1973, p. 6.

comissões de moradores incluíam, no seu conjunto de reivindicações, a extensão das «barracas verdes» a determinados locais do país.

Em nossa opinião, a primazia dada ao abastecimento urbano mostra como a JNF foi, lentamente, construindo assimetrias entre a produção e o consumo, entre litoral e interior. As taxas de crescimento, entre 1963 e 1973, atestam a importância de certos produtos vegetais começaram a ter na dieta alimentar: enquanto os cereais obtiveram uma taxa de crescimento de 1,8% ao ano, a batata teve 8,7%, os frutos 7,2% e os produtos hortícolas, 11,7%⁴⁹². Assim, a produção agrícola tinha de corresponder a estas mudanças, apesar de uma progressiva perda de peso no conjunto do PIB. Se em 1950, a participação do PAB no PIB era de 31%, em 1960, desceu para 20%, e em 1970, já ocupava apenas 12%, tendência que se manteve até ao fim do século XX⁴⁹³.

Pelo que foi explanado, e com os dados acima referidos, é possível verificar que enquanto as opiniões dos habitantes das cidades se revelavam positivas face a política de abastecimento, as queixas dos produtores de batata e de fruta eram recorrentes, havendo apelos para que se exigisse “da Junta Nacional das Frutas e do Governo que tomem desde já providências para o armazenamento de toda a fruta produzida ou a sua comercialização a preços compensadores”⁴⁹⁴. O que tal facto demonstra é, para além de ilustrar os paradoxos da sociedade dual em que Portugal se converteu no pós-guerra, a nível do abastecimento alimentar⁴⁹⁵, a estagnação a que a agricultura foi votada. A este respeito, parece-nos pertinente, a opinião professada por Marcello Caetano, nas suas memórias:

“Havia cada vez mais bocas a sustentar e o incremento da população a partir de uma base que era já de insuficiência, mal conseguia acompanhar esse aumento demográfico, quando necessitava de recuperar a distância entre as existências e as necessidades. O sector mais responsável por este

⁴⁹² AVILLEZ, Francisco, *A agricultura portuguesa: as últimas décadas e perspectivas para o futuro*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2015, p. 21.

⁴⁹³ SOARES, Fernando Brito, “A agricultura” in LAINS, Pedro, SILVA, Álvaro Ferreira da (org.), *História Económica de Portugal (1700-2000)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005, vol. III, p. 162.

⁴⁹⁴ *A Terra: órgão de unidade dos camponeses do Norte*, nº 27, 2ª série, Dezembro de 1972, p. 3.

⁴⁹⁵ Sobre esta questão veja-se ainda: AMARAL, Luciano, “Alimentação” in BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal (1926-1974)*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, vol. 7, pp. 87-88; FREIRE, Dulce, “Produzir mais e melhor: Estado, agricultura y consumo alimentario en Portugal (1926-1974)” in Ayer, nº 83, 2011, pp. 101-126; GARRIDO, Álvaro, “Políticas de abastecimento no segundo pós-guerra: a “Organização das Pescas” in *Análise Social*, vol. XXXV, nº 156, 2000, pp. 651-694 e PIRES, Leonardo Aboim, “As mudanças económicas do pós-guerra e a questão alimentar em Portugal: padrões de consumo, tendências sociais e assimetrias regionais” in *Revista de História da Sociedade e Cultura*, nº 18, 2018 (no prelo).

desacerto era o primário, especialmente a agricultura. O seu produto não dava para proporcionar uma vida melhor aos que viviam na terra”⁴⁹⁶.

Apesar do esforço denotado pela JNF na melhoria da circulação dos produtos alimentares e da construção de infraestruturas, tal intenção revelou-se de difícil resolução pois a produção agrícola estava cada vez mais incapaz de responder ao aumento do consumo. Deste modo, as soluções apresentadas não respondiam, de forma estrutural, aos problemas que percorriam a sociedade da época.

5.6. A promoção do cooperativismo agrícola

Uma das preocupações iminentes da estrutura corporativa portuguesa foi a supressão matizada dos mecanismos de cooperativismo oriundos das décadas anteriores. A desmontagem deste sistema de economia social implicava o controlo do Estado sobre as relações laborais, um dos princípios doutrinários do corporativismo.

A formação de uma cooperativa implicava, segundo a JNF, “a preparação e criação duma consciência colectiva sobre os problemas a resolver, a discussão construtiva, a aceitação das regras e do rumo de actuação, a participação nos desastres involuntários ou no êxito”⁴⁹⁷. A lógica de autonomia do cooperativismo face ao Estado conseguiu ser subvertida pelo regime salazarista, onde as cooperativas agrícolas nasciam da iniciativa estatal. Como nos diz Álvaro Garrido, “nas produções hortofrutícolas, o fomento do cooperativismo também foi de monta”⁴⁹⁸, onde determinada cooperativas surgia sob o beneplácito da JNF. O Decreto-Lei n.º 36 665, de 10 de Dezembro de 1947, lançou as bases da construção de uma rede cooperativa fruto-hortícola, primeiramente, criando cooperativas de batata de semente, existindo, à data, apenas uma em Mangualde, criada em 1939, existindo ainda outras em que a produção agrícola das regiões englobava as frutas e outros legumes, como o caso de Alcobaça, criada em 1932.

A partir da década de 1950, e seguindo o que ocorria em França e Itália⁴⁹⁹, o recurso ao cooperativismo agrícola mostrava ser a forma mais viável de criar relações e mecanismos para incrementar a ligação dos agricultores e produtores ao mercado e ao

⁴⁹⁶ CAETANO, Marcello, *Minhas Memórias de Salazar*, Lisboa, Verbo, 1977, p. 511.

⁴⁹⁷ *Serviço Informativo da Junta Nacional das Frutas*, nº 304, Setembro de 1967, p. 3.

⁴⁹⁸ GARRIDO, Álvaro, *Cooperação e solidariedade: uma história da economia social*, Lisboa, Tinta-da-China, 2016, p. 260

⁴⁹⁹ *A Voz da Lavoura: órgão da Corporação da Lavoura*, ano II, nº 16, 15 de Abril de 1960, p. 21.

comércio, mas também para arregimentar e assegurar a estandardização das normas de qualidades (ver diagrama 1). É nesta altura que o apelo feito por J. Vieira Natividade nos anos 30 - “Se são tão grandes as vantagens da organização associativa, como se explica o atraso de alguns países, como o nosso, a sua marcha lenta em tantos outros, os fracassos e as desilusões?”⁵⁰⁰ – parece ter sido ouvido de forma mais perentória.

Para o caso da produção frutícola, “só a associação dos pequenos fruticultores em cooperativas, sem que aos restantes não deixasse de apresentar vantagens, poderá modificar o processo actual de comerciar a fruta”⁵⁰¹. Já no que toca à comercialização da produção hortícola, as cooperativas revelavam-se como uma forma de retomar “o contacto entre produtor e consumidor pela supressão, no todo ou em parte, do obstáculo que a presença do comerciante constitui”⁵⁰². Comum aos dois sectores, salientava-se a facilidade numa melhor colocação dos produtos em países estrangeiros, uma vez que “a exportação não só se torna mais simples e expedita, como também os produtos exportados compensam melhor aqueles que os produzem”⁵⁰³. Congregando estas ideias, a JNF, através de vários empréstimos, desenvolveu uma importante ação na criação de cooperativas.

Todavia, o sistema corporativo mostrava ser hesitante quanto à eficácia do cooperativismo, onde a lógica política de dirimir possíveis conflitos e da constituição de possíveis focos de resistência ao regime se sobrepunha à noção de desenvolvimento económico nacional. Desse ponto de vista, a opinião de Lopes Cardoso⁵⁰⁴ enunciam alguns princípios que poderiam ser considerados, aos olhos do regime, como potenciadores de desequilíbrios da base social:

“O cooperativismo agrícola serve a consolidar o lucro do pequeno empresário, ao passo que o cooperativismo de consumo pretende abolir todo o lucro e substituir a produção

⁵⁰⁰ NATIVIDADE, Joaquim Vieira, *Associações agrícolas*, Alcobaça, Sindicato Agrícola de Alcobaça, 1931, p. 16.

⁵⁰¹ *Serviço Informativo da Junta Nacional das Frutas*, nº 80, 2ª quinzena de Dezembro de 1949, p. 1.

⁵⁰² *Serviço Informativo da Junta Nacional das Frutas*, nº 95, 1ª quinzena de Agosto de 1950, p. 1.

⁵⁰³ *Fundexport: boletim semanal de informações do Fundo de Fomento de Exportação*, nº 86, 22 de Outubro de 1961, p. 1.

⁵⁰⁴ António Lopes Cardoso (1933-2000). Engenheiro-agrónomo, foi um destacado membro da resistência antifascista, sendo fundador do Partido Socialista. Já no regime democrático, foi deputado à Assembleia Constituinte (1975-1976) e à Assembleia da República (1976-1995), Ministro da Agricultura e Pescas no VI Governo Provisório (1975-1976) e no I Governo Constitucional (1976-1977).

comandada pelo ganho por uma economia tendo em vista a realização integral do homem”⁵⁰⁵.

Assim, duas perspetivas emergem sobre a utilidade e a função do cooperativismo: de acordo com o discurso oficial, as cooperativas deveriam funcionar de acordo com a criação de uma consciência coletiva, de modo a “vencer a árdua batalha da comercialização”⁵⁰⁶, ou seja, numa lógica económica em que “a cooperativa deve visar a máxima eficiência económica, combinando da melhor maneira os recursos disponíveis”⁵⁰⁷; por outro lado, o discurso difundido por canais identificados com o oposicionismo ao regime defendia que “o cooperativismo não visa a luta, procura antes na ajuda mútua, a forma de melhor valorizar a pessoa humana”⁵⁰⁸ ou ainda que, no futuro, as cooperativas “emancipar-se-ão da estrutura económica que devem substituir”⁵⁰⁹.

A visão defendida pelo regime foi a que, naturalmente, vingou e segundo a qual o cooperativismo, apesar das hesitações apontadas, seria um veículo de desenvolvimento económico em diversos contextos regionais. Assim, o despacho 23/62 de 23 de Fevereiro de 1962, que pretendia dar uma roupagem jurídica a este movimento associativo, mostrava que “revigorar a estruturara cooperativa do sector agrícolas corresponde, hoje, a proporcionar à Lavoura acrescidas possibilidades de defesa económica”⁵¹⁰. O engenheiro agrónomo Gamelas Júnior demonstrava que “não restam dúvidas que se reconhece dever nacional acelerar o passo e tomar medidas sérias e claras, que dinamizem o sector primário, projectando-o numa integração vertical”. Alertava ainda “que a agricultura não é só produção: pretende-se, porque é fundamental, que vá cada vez mais para a industrialização e comercialização em termos competitivos”⁵¹¹. De modo, a que cooperativismo agrícola fosse uma forma para o fomento da economia era necessário atualizar a legislação, criar uma estrutura unificada (uniões adstritas a federações) e fazer uma planificação, de âmbito regional, construindo um quadro cooperativo a nível nacional.

⁵⁰⁵ *Boletim Cooperativista*, nº 120, Outubro de 1963, p. 8.

⁵⁰⁶ *Serviço Informativo da Junta Nacional das Frutas*, nº 304, Setembro de 1967, p. 3.

⁵⁰⁷ *Serviço Informativo da Junta Nacional das Frutas*, nº 313, Junho de 1968, p. 4.

⁵⁰⁸ ZENHAS, Joaquim Abrantes, *O cooperativismo na sua relação produção-consumo*, Porto, Rotary Clube do Porto, 1964, p. 18.

⁵⁰⁹ *Boletim Cooperativista*, nº 6, Novembro de 1951, p. 3.

⁵¹⁰ *Agricultura: revista da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas*, nº 13, Janeiro-Março de 1962, p. 62.

⁵¹¹ JÚNIOR, José Gamelas, *Aspectos fundamentais de uma política agrária: cooperativismo agrícola*, Aveiro, Comissão Distrital da Acção Nacional Popular, 1973, p. 33

Contudo, o comportamento do Estado preservou o autoritarismo que lhe estava subjacente pois, apesar do incremento dado ao cooperativismo, criou formas de o controlar. Em 1946, com a promulgação do Decreto-Lei nº 43 856, foi criada a figura do delegado do governo junto das cooperativas que, a partir de 1961, passou a ter voto suspensivo sobre as deliberações tomadas. Este esquema tornou o funcionamento destas estruturas muito semelhante ao que ocorria nos Grémios da Lavoura, onde também se encontrava presente um representante do governo. Vejamos o exemplo da Cooperativa Agrícola dos Fruticultores da Cova da Beira, criada em 1966. Nos seus estatutos, no artigo 1º, parágrafo primeiro, enuncia-se a presença de “um delegado da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas, com poderes para assistir às reuniões da assembleia geral, da direcção e do conselho fiscal, visitar todas as instalações e dependências [...] e suspender até resolução superior as deliberações da assembleia geral ou da direcção que reputar contrárias à lei”⁵¹². A amplitude de funções que eram conferidas ao delegado demonstra como o modelo de cooperativismo fomentado neste período era coartado pelo controlo estabelecido pelo governo, de modo a que as cooperativas não se tornassem em polos de resistência ao regime.

Entre 1963 e 1974, são criadas treze cooperativas de fruticultores e sete de produtores de batata de semente, sobretudo nas regiões da Estremadura, Trás-os-Montes, Algarve, Açores e Madeira (ver tabelas 26 e 27). Além das cooperativas, a JNF fomentou e patrocinou, a criação de outros mecanismos igualmente potenciadores de dinamizar certas economias regionais, como as estações fruteiras e armazéns para a comercialização das frutas e legumes, a que já aludimos. Igualmente, assistiu-se a movimentos de concentração de cooperativas, como ocorreu, em Maio de 1963, com a criação da União de Cooperativas dos Produtores de Batata-Semente do Norte, englobando as cooperativas de Moimenta da Beira, Bragança, Vinhais, Chaves, Boticas, Montalegre e Monção⁵¹³. Esta união demonstrou interesse pela importação, numa concorrência direta com a iniciativa privada e os importadores tradicionais, embora esta atitude não fosse suficiente para suprir as falhas da produção interna, como é possível ver na tabela 12.

⁵¹² *Estatutos*, Fundão, Cooperativa Agrícola dos Fruticultores da Cova de Beira, 1966, p. 8.

⁵¹³ *Agricultura: revista da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas*, nº 18, Abril-Junho de 1963, p. 60.

Tabela 12 - Importação de Batata de Semente

Campanhas	Toneladas
1951-52	25626,5
1960-61	32030,2
1969-70	26829,3
1970-71	151779,9
1971-72	32808,7
1972-73	30125,1
1973-74	41181,6

Fonte: AHS-ICS/UL, Arquivo Manuel de Lucena, Cx. 29, Mç. 2, Pasta 1.

Todavia, nas vésperas da queda do Estado Novo, o associativismo agrário hortofrutícola, era ainda diminuto, quando comparado com outros sectores, apesar dos intentos governamentais. Nos dados coligados por Eugénio Castro Caldas, destacavam-se adegas e as cooperativas leiteiras e de lacticínios, com 119 e 107 cooperativas respetivamente⁵¹⁴.

Também o surgimento das cooperativas e a sua relação com as estruturas já existentes nem sempre se revelou pacífico. A Cooperativa Agrícola dos Produtores de Frutas da Madeira, criada em 1951, mostrou, seis anos mais tarde, que enfrentava uma “poderosa coligação plutocrática” identificada com a direção do GEFPHIM, acusando-a de servir-se de “todos os meios para aniquilar a nossa cooperativa e prosseguir a sua obra de favoritismo”⁵¹⁵, solicitando a intervenção do Presidente do Conselho de Ministros. O dissídio surgira após a assinatura de um contrato para a exportação de bananas para Inglaterra que, segundo o GEFPHIM, “a Cooperativa não cumpriu o contrato em virtude do comprador estrangeiro [...] não ter fornecido, nas datas próprias, navios para o transporte de banana”⁵¹⁶. Para o cabal esclarecimento deste caso, foi instaurado um inquérito pela Comissão de Coordenação Económica, que acabou por corroborar as acusações feitas pela Cooperativa. Além das irregularidades nos relatórios de contras, foi referido que a direção do GEFPHIM “está em exercício há 22 anos eleita e apoiada por

⁵¹⁴ CALDAS, Eugénio Castro, *A agricultura portuguesa no limiar da reforma agrária*, Lisboa, Centro de Estudos de Economia Agrária da Fundação Calouste Gulbenkian, 1978, p. 184.

⁵¹⁵ ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, Correspondência Oficial/Economia, pasta 19, pt. 14, 1ª sub.

⁵¹⁶ ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, Correspondência Oficial/Economia, pasta 19, pt. 14, 2ª sub.

uma coligação plutocrata de constituição ilegal – Unifrutas Lda., que em seu benefício tem monopolizado as exportações para o estrangeiro”⁵¹⁷.

Este caso é ilustrativo das dificuldades que a implantação das cooperativas sofreu neste período, esbarrando por vezes no claro domínio de produção de certas empresas, sobretudo quando pretendiam competir com a iniciativa privada. A acusação de plutocracia que mencionámos mostra como a tentativa das cooperativas conseguirem competir com outras unidades de produção revela as fragilidades com que este sistema foi implementado. Na nossa opinião, este caso demonstra ainda como o cooperativismo no sector fruto-hortícola foi, de facto, “menos subordinado e menos corporativo do que se viu no vinho, no leite ou no azeite”⁵¹⁸, de tal modo que levantava oposições de algumas indústrias cuja matéria-prima era de origem hortícola ou frutícola.

⁵¹⁷ ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, Correspondência Oficial/Economia, pasta 19, pt. 18.

⁵¹⁸ GARRIDO, *Cooperação e solidariedade...*, p. 241.

Conclusões

À guisa de conclusão, a realização desta dissertação sobre a Junta Nacional das Frutas ajudou a uma melhor interpretação sobre as dinâmicas económicas do Estado Novo, numa perspetiva institucional, sendo necessário elencar algumas das questões respondidas com esta investigação.

Este organismo de coordenação económica revelou-se como um caso de estudo na medida em que o seu comportamento e atuação mostrou as idiosincrasias e os matizes que caracterizaram a implantação do corporativismo na realidade económica portuguesa. Desde logo, a sua criação é indicativa como a doutrina corporativa foi apropriada mais como a expediente de controlo e regulação de diversos sectores económicos do que, propriamente, a criação de uma verdadeira estrutura. Mas ao contrário da corporativização de outros subsectores agrícolas, como o cerealífero, o vinícola ou o orizícola, no caso frutohortícola, esta não foi usada como forma de dirimir conflitos intrasectoriais. A nosso ver, a convergência entre consciencialização para as condições agroclimáticas do território nacional para a produção de frutas, os anseios da autarcia económica e a superação dos sinais de crise internacional da década de 1930 propiciou a criação da JNEF. Convém assinalar que, dentro do panorama dos organismos de coordenação económica, a JNEF/JNF empreendeu ações que visavam, não só a melhoria das condições de produção das frutas e legumes, mas igualmente, acentuar a competitividade do sector fruto-hortícola nos mercados internacionais. Desse ponto de vista, tal facto radica no pendor técnico subjacente ao nascimento desta junta, e que a própria estrutura interna deste organismo atesta, sendo esta instituição voltada para aspetos mais técnicos do que propriamente para a moldagem do mercado no sentido de um controlo restrito e apertado.

Já durante a II Guerra Mundial, a semelhança de outros organismos de coordenação económica, foram atribuídas à JNF diversas funções e incumbências, no sentido de regular o abastecimento alimentar à população portuguesa durante a II Guerra Mundial. Partindo do desiderato governativo de “Produzir e Poupar”, esta Junta empreendeu uma ação concertada com outras instituições, para uma produção agrícola que correspondesse às necessidades alimentares coevas. Deste modo, desbravou-se um caminho que desembocou na criação de um novo campo de intervenção económica: a regulação do mercado interno, marcando um contraponto com o que fora o desígnio da JNF até 1939,

isto é, o fomento da exportação e a melhoria técnica e científica das frutas e legumes portugueses.

Através do controlo da produção e comercialização da batata, da banana, da alfarroba, das conservas alimentares, entre outros produtos, a JNF conseguiu cumprir os objetivos de aumento da produção agrícola, como no caso da batata, não obstante as dificuldades que os produtos mais dependentes dos mercados externos sofreram nos anos da guerra. Ainda assim, no cômputo geral, a crise das subsistências percorreu o país, não só entre 1939 e 1945, bem como nos anos seguintes ao fim das hostilidades. É neste sentido que surgem as políticas de estabilização económica e onde a JNF continuou a sua ação na regularização dos abastecimentos e no combate ao mercado negro e contrabando. Mas as dificuldades na (re)conquista dos mercados estrangeiros para a exportação dos produtos fruto-hortícolas seriam de difícil superação nos anos posteriores a 1945, despontando os diagnósticos dos atrasos e emergindo as primeiras soluções.

Será com o fim da II Guerra Mundial e as transformações ocorridas, quer a nível da reflexão e teorização sobre a economia, quer a nível da execução das propostas da facção industrializante do regime, que se consegue compreender como é que o sistema corporativo lidou com o crescente interesse na internacionalização do tecido económico português. No campo das mudanças sofridas no pós-guerra, o sector agrícola teve de responder a um dos maiores desafios: as alterações nos padrões de consumo. Numa sociedade cada vez mais estruturada nos centros urbanos, a produção nacional teria de satisfazer os anseios de uma população que mostrava sinais de alterações nos padrões de rendimentos que, em última instância, se manifestavam nas despesas feitas em relação à alimentação. Este foi o principal desígnio a que o sector agrícola teve de mostrar a sua força e vitalidade. Porém, ao longo dos anos 60, é impossível olhar a este quadro sem ter em linha de conta que os próprios padrões demográficos dos meios rurais se alteravam. Os movimentos migratórios para o litoral e estrangeiro modificaram a mão-de-obra disponível para o trabalho agrícola. Através desta situação, e como demonstrámos, a agricultura encontrou-se num impasse, a que os próprios engenheiros agrónomos não foram indiferentes argumentando a necessidade de criar condições para um processo de industrialização que servisse como pilar para a fixação de pessoas e o revigoreamento das economias agrícolas regionais. Assim, não é estranho verificar que a JNF se mostrou disponível em colaborar no processo de industrialização, fomentando o crescimento de certas estruturas fabris, onde a indústria do concentrado de tomate se converteu num

protagonista, mas também a indústria de refrigerantes, sumos de frutas, e continuando o fomento das conservas alimentares.

Mas, se na indústria, o saldo da atuação da JNF se mostrou positivo, verificando-se um exponencial contributo destes subsectores para a exportação nacional, a nível da produção e do trabalho agrícola, esta Junta teve dificuldades em lidar com um processo de bifurcação da política agrícola. Dito de outra forma, construiu-se um caminho bicéfalo onde, por um lado, o consumo urbano era fundamental, e por outro, a continuação da exportação. Como foi possível ver, a regularização da produção e abastecimento de batata e fruta não foi fácil. É neste contexto que começam a surgir queixas e lamentos em torno de como a JNF atuava nas regiões produtoras destes produtos hortícolas e frutícolas, onde os pequenos produtores se viam enredados numa teia burocrática pouco compensatória, a nível dos seus rendimentos.

De modo a criar respostas aos novos desafios nacionais e internacionais, a JNF empreendeu ações que visavam, não só a melhoria das condições de produção das frutas e legumes, mas igualmente, acentuar a competitividade do sector fruto-hortícola nos mercados internacionais, onde a criação de polos industriais se revelava fundamental. Para tal, a JNF desenvolveu um forte investimento em *know-how*, lançando ações de formação, financiado missões de estudo em países estrangeiros e percorrendo os circuitos internacionais de exposições e feiras agrícolas, tendência que se acentuou em meados da década de 1960. Esta foi uma atitude que encontrava eco em outros sectores, contudo, em nossa opinião, a JNF conjugou um substrato corporativo, com o processo de industrialização e com um novo entendimento das práticas científicas, onde estes três vértices do que se poderia denominar como “o triângulo da praxis” económica da JNF mostram as mutações socioeconómicas surgidas a partir dos anos 50.

Através deste estudo, foi possível verificar a evolução da política económica do Estado Novo e as estratégias realizadas para o acompanhamento das mudanças que surgiram ao longo do período em estudo. Começando na arregaçada de defesa do modelo autárquico e valorização da agricultura, alicerçado na doutrina corporativa, passando pelos desafios impostos por uma conjuntura bélica, que expôs a fragilidades desse modelo até ao processo de industrialização e as mudanças socioeconómicas do segundo pós-guerra. A tudo isto a agricultura não passou incólume e a JNF foi um caso, entre tantos outros, da construção da resiliência de um sector que, cada vez mais, se encontrava atravessado por contradições e impasses, embora mostrando algum sucesso em determinados tópicos.

Fontes e bibliografia

Fontes primárias

Arquivos

Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Arquivo Oliveira Salazar.

Arquivo Marcello Caetano.

Arquivo do Ministério da Agricultura.

Arquivo do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria.

Arquivo Histórico Social do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças.

Arquivo da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças.

Arquivo Histórico do Tribunal de Contas.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Bibliotecas

Biblioteca do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural.

Biblioteca do Instituto da Vinha e do Vinho.

Biblioteca do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Biblioteca do Instituto Superior de Agronomia.

Biblioteca Mário Sottomayor Cardia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Biblioteca Nacional de Portugal.

Fontes secundárias

Boletins e publicações de organismos oficiais e associações

Agricultura: revista da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas, 1959-1974.

Arquivo Rural, 1896-1902

A Voz da Lavoura: órgão da Corporação da Lavoura, 1959-1974.

Boletim Cooperativista, 1960-1974.

Boletim da Associação Central de Agricultura Portuguesa, 1899-1951.

Boletim da Direcção-Geral da Indústria, 1937-1949.

Boletim da Direcção-Geral dos Serviços Industriais, 1949-1974

Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, 1933-1974.

Boletim da Junta Nacional das Frutas, 1941-1966.

Boletim da Junta Nacional da Marinha Mercante, 1945-1974.

Boletim do Ministério da Agricultura, 1919-1932.

Boletim dos Organismos Corporativos e de Coordenação Económica e Indústria, 1936-1939.

Boletim dos Organismos Corporativos Patronais, 1936.

Boletim da Previdência Social, 1916-1932.

Boletim da Sociedade Nacional de Horticultura, 1899.

Boletim do Trabalho Industrial, 1914-1918.

Diário das Sessões da Assembleia Nacional, 1934-1974.

Diário do Governo, 1930-1974.

Estatísticas Agrícolas, 1943-1974.

Estatística da Organização Corporativa, 1938-1947.

Frutos: boletim anual de hortifuricultura, 1966-1975.

Jornal de Horticultura Prática, 1870-1892.

Lavoura Portuguesa, 1951-1974.

Portugal Agrícola, 1889-1911.

Relatório e contas dos exercícios do Grémio do Comércio e Exportação de Frutas, 1935-1939.

Relatório e contas dos exercícios do Grémio dos Produtores de Frutas da Região de Vila Franca de Xira, 1935-1940.

Revista Agronómica, 1930-1974.

Revista do Centro de Estudos Económicos, 1945-1958.

Revista do Gabinete de Estudos Corporativos, 1950-1961.

Serviço Informativo da Junta Nacional das Frutas, 1947-1974.

The state of food and agriculture, 1947-1974.

Imprensa periódica

Diário de Lisboa, 1930-1974.

Jornal do Comércio, 1939-1947.

Imprensa clandestina

Avante!, 1941-1945.

A Terra: órgão de unidade dos camponeses do Norte, 1949-1974.

Artigos, coletâneas, estudos e opúsculos

A batata: alimento para todos, Lisboa, Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, 1942.

A fruticultura e o comércio de frutas na Bélgica, Lisboa, Fundo de Fomento de Exportação, 1961.

ABRANTES, António Maria, *A questão das subsistências*, Lisboa, Tipografia Leiria, 1917.

ABREU, João Leal Mendes de, SILVA, Manuel António Vassalo e, *A aplicação do frio no aprovisionamento alimentar da cidade de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal, 1950.

Acção do Ministério da Economia: Agosto de 1950 a Dezembro de 1954, 2 vols., Lisboa, Editorial Império, 1955.

ALMEIDA, C. R. Marques de, *Um novo método para o estudo da produtividade das fruteiras*, Lisboa, Gráfica Lisbonense, 1942.

AMARAL, João Maria Ferreira do, *Viabilidade industrial*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1956.

AMARAL, João Maria Ferreira do, *A industrialização em Portugal*, Lisboa, Associação Industrial Portuguesa, 1966.

AMORIM, Jaime Lopes, *Repercussões da evolução da política económica internacional do após-guerra na economia de alguns sectores da exportação portuguesa*, Lisboa, Sindicato Nacional dos Comercialistas, 1951.

ANDRADE, José Luís, *As frutas portuguesas na Grã-Bretanha durante o ano de 1935*, Lisboa, Imprensa Moderna, 1936.

ASSEMBLEIA NACIONAL, *II Plano de Fomento: proposta de lei e projecto do II Plano*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1959.

BARBOSA, António Manuel Pinto, *Sobre a indústria das conservas em Portugal*. Lisboa, Editorial Império, 1941.

BARBOSA, Daniel Maria Vieira, *Novos rumos da política económica*, Lisboa, Editorial Império, 1966.

BARROS, Henrique de e GRAÇA, Luís Quartin, *Árvores de fruto*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1936.

BARROS, Henrique de, *A estrutura agrária portuguesa: problema ainda sem soluções à vista*, Lisboa, Editorial República, 1972.

BASTO, Eduardo Lima, *Inquérito económico-agrícola: alguns aspectos económicos da agricultura em Portugal*, Lisboa, Universidade Técnica, 1936.

BOBONE, Conde de, *Frutas verdes, exportação e conservação*, Lisboa, Typographia La Bécarre, 1910.

CALDAS, Eugénio Castro, *Modernização da agricultura, conferências, palestras e artigos (1952-59)*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1960.

CALDAS, Eugénio Castro, *A integração da agricultura no desenvolvimento económico*, Gouveia, Gráfica de Gouveia, 1963.

CALDAS, Eugénio Castro, “Aspectos da resistência ao desenvolvimento na agricultura” in *Análise Social*, vol. II, nº 7-8, 1964, pp. 463-471.

CÂMARA, António Sousa da, “Os objectivos da «Campanha do Trigo»” in *Evocando a Campanha do Trigo: comemorações do XXV aniversário (1929-1954)*, Lisboa, Federação Nacional dos Produtores de Trigo, 1955, pp. 17-59.

CAMPOS, João Mota, *Fomento frutícola*, Lisboa, Ministério da Agricultura, 1962.

CARDOSO, António Lopes, *A concentração da actividade agrícola e a integração empresarial*, Lisboa, Centro de Estudos de Economia Agrária/Fundação Calouste Gulbenkian, 1962.

CASTILHO, Artur Saraiva, *A amendoeira e a sua exploração económica*. Porto, Sociedade Vegetariana, 1917.

CASTILHO, Artur, *O aproveitamento do refugo e das sobras da batata*, Porto, Tipografia J.R. Gonçalves, 1951.

CASTRO, Armando, *Alguns aspectos da agricultura nacional*, Coimbra, Coimbra Editora, 1945.

Colóquio ao serviço da exportação, Lisboa, Fundo de Fomento de Exportação, 1966, 3 vols.

Colóquio sobre fruticultura, Santarém, Federação dos Grémios da Lavoura do Ribatejo, 1970.

CORRÊA, Francisco António, *A cartelização e o comércio exportador*, Lisboa, Associação Comercial de Lisboa, 1931.

CORREIA, A. A. Mendes, *A alimentação do povo português*. Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1951.

CORREIA, Araújo, *Ensaio de economia aplicada*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1949.

CORUCHE, Visconde de, *A agricultura e o país*, Lisboa, Tipografia do Jornal do Comércio, 1886.

COSTA, Luiz Cincinnato da, *O problema do azeite em Portugal*, Lisboa, Tipografia da Seara Nova, 1937.

COSTA, Luiz Cincinnato da, *Alguns aspectos da tecnologia agrícola e as suas necessidades actuais*, Lisboa, Editorial Império, 1951.

COUTINHO, D. João António de Souza, *Notas sobre a cultura do pimenteiro e a indústria do pimentão no Algarve*, Lisboa, Instituto Superior de Agronomia, 1938.

Despacho orientador sobre a indústria de concentrado de tomate, Lisboa, Tipografia Jorge Fernandes Lda., 1966.

DIAS (JÚNIOR), José Ferreira, *Linha de rumo I e II e outros escritos económicos (1926-1962)* (ed. de J.M. Brandão de Brito), 3 vols., Lisboa, Banco de Portugal, 1998.

DUQUE, Rafael, *O problema das frutas, relatórios e decretos*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1935.

DUQUE, Rafael, *As subsistências e a população*, Lisboa, Editorial Império, 1940.

Estatísticas relativas ao esforço de guerra no Reino Unido, Lisboa, Serviços de Imprensa e Informação da Embaixada Britânica, 1944.

Estatutos, Fundão, Cooperativa Agrícola dos Fruticultores da Cova de Beira, 1966.

FARIA, Fernando Rocha, *O problema alimentar português: subsídios para a sua resolução*, Lisboa, Ministério da Economia, 1950.

FAURE, F., CADDILAT, R., “La production fruitière mondiale et aperçu sur son orientation” in *Fruits d’Outre-Mer*, vol. 3, nº 9, 1948, pp. 330-338.

FERNANDES, José Clemente, *A cultura da batata em regime corporativo*, Chaves, Tipografia Mesquita, 1942.

GALVÃO, J. Mira, *A cultura da batata no Baixo Alentejo*, Beja, Minerva Comercial, 1942.

GOMES, Mário de Azevedo, *A situação económica da agricultura portuguesa*, Lisboa, Instituto Superior de Comércio de Lisboa, 1920.

GOMES, Mário de Azevedo, BARROS, Henrique de e CALDAS, Eugénio Castro, “Traços principais da evolução da agricultura portuguesa entre as duas guerras mundiais” in *Revista do Centro de Estudos Económicos*, nº 1, 1945, pp. 22-203.

JÚNIOR, José Gamelas, *Aspectos fundamentais de uma política agrária: cooperativismo agrícola*, Aveiro, Comissão Distrital da Acção Nacional Popular, 1973.

KRIER, H., *Mão-de-obra rural e desenvolvimento industrial (adaptação e formação)*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Industrial, 1962.

Le Portugal et son activité économique, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1932.

LEITE (LUMBRALES), João Pinto da Costa, *Economia de guerra*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1943.

LEÓNIDAS, Vasco, *Para uma fruticultura moderna*, Lisboa, Ramos, Afonso & Moita, Lda., 1970.

LEOTTE, Francisco de Mello, *Arboricultura algarvia, figueira, amendoeira e alfarrobeira*, Lisboa, Tipographia de Adolpho de Mendonça, 1900.

LIGA AGRÁRIA DO NORTE, *Bases para a organização da lavoura*, Porto, Liga Agrária do Norte, 1935.

M., J.J., *Bibliografia agrícola portuguesa*, 2 vols., Lisboa, Edição do autor, 1942.

MARTINS, J.P. Oliveira, *Política e economia nacional*, Lisboa, Guimarães Editores, 1992.

MELO, Albano Homem de, *Assistência técnica e o corporativismo*, Lisboa, Ministério da Agricultura, 1943.

MOURA, Francisco Pereira de e RIBEIRO, Sérgio, *A política económica portuguesa: diálogo entre dois economistas*, Lisboa, Seara Nova, 1969.

MOURA, Francisco Pereira de, *Por onde vai a economia portuguesa?*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1969.

NATIVIDADE, Joaquim Vieira, *Os frutos, colheita, acondicionamento, comércio, transporte*, Alcobaça, Sindicato Agrícola de Alcobaça, 1930.

NATIVIDADE, Joaquim Vieira, *Associações agrícolas*, Alcobaça, Sindicato Agrícola de Alcobaça, 1931.

NATIVIDADE, Joaquim Vieira, *Fruticultura e comércio fruteiro*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, 1936.

NATIVIDADE, Joaquim Vieira, *O comando científico da produção fruteira*, Lisboa, Revista Agronómica, 1941.

NATIVIDADE, Joaquim Vieira, *Mais e melhor fruta*, Lisboa, Ministério da Agricultura, 1943.

NATIVIDADE, Joaquim Vieira, *Fomento da fruticultura na Madeira*, Lisboa, Junta Nacional das Frutas/Grémio dos Exportadores de Frutas e Produtos Hortícolas da Ilha da Madeira, 1947.

NATIVIDADE, Joaquim Vieira, *A técnica ao serviço da fruticultura*, Lisboa, Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas, 1949.

NATIVIDADE, Joaquim Vieira, *A fruticultura no II Plano de Fomento*, Lisboa, Secretaria de Estado da Agricultura, 1960.

NAVARRO, André, *Novas perspectivas da exportação de frutas*, Lisboa, Associação Comercial de Lisboa, 1934.

NAVARRO, André, *O mercado interno de frutas frescas nas suas relações com o problema do turismo*, Lisboa, Ministério da Agricultura, 1934.

Os problemas fundamentais da reconversão agrária da IV Zona Agrícola, Beja, Federação dos Grémios da Lavoura do Baixo Alentejo, 1965.

PEREIRA, Maria de Lourdes Santos, *Abastecimento de produtos hortícolas a Lisboa*. Lisboa, Junta Nacional das Frutas, 1949.

Portugal et son activité économique, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1932.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS, *III Plano de Fomento para 1968-1973: Agricultura, silvicultura e pecuária/pesca*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, 1968.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS, *IV Plano de Fomento (1974-1979)*, 10 vols., Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, 1974.

RASTEIRO, Joaquim, “Terminologia portuguesa geral das diversas operações culturais da árvore de fruto e sua definição” in *Arquivo dos trabalhos do 2º Congresso Nacional de Pomologia*, Lisboa, Ministério da Agricultura, 1932, pp. 171-225.

ROQUE, F. de Castro, *A problemática do mercado de frutas ultramarinas*, Lisboa, Comissão para os Inquéritos Agrícolas no Ultramar, 1972.

SALAZAR, António de Oliveira, *A questão cerealífera: o trigo*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1917.

SALAZAR, António de Oliveira, *Alguns aspectos da crise das subsistências*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1917.

SEABRA, Fernanda Maria Alberto, *A industrialização dos países agrícolas, introdução ao estudo do problema*, Lisboa, Livraria Atlântida, 1945.

WEINHOLTZ, Manuel Bívar Gomes da Costa, *A cultura da figueira no Algarve*. Lisboa, Instituto Superior de Agronomia, 1883 (dissertação inaugural – texto policopiado).

ZENHAS, Joaquim Abrantes, *O cooperativismo na sua relação produção-consumo*, Porto, Rotary Clube do Porto, 1964.

Memórias, correspondência e epistolografia

ANTUNES, José Freire (ed.), *Salazar e Caetano: cartas secretas, 1932-1968*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

CAETANO, Marcello, *Minhas Memórias de Salazar*, Lisboa, Verbo, 1977.

Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar, 4 vols., Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros/Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1987.

GOMES, Mário de Azevedo, *Dois meses no Ministério da Agricultura*, Lisboa, Seara Nova, 1924.

ROSAS, Fernando, CARVALHO, Rita Almeida de, OLIVEIRA, Pedro Aires (ed.), *Daniel Barbosa, Salazar e Caetano: correspondência política (1945-1966)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002.

ROSAS, Fernando, CARVALHO, Rita Almeida de, OLIVEIRA, Pedro Aires (ed.), *Daniel Barbosa, Salazar e Caetano: correspondência política (1967-1974)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002.

Textos doutrinários e discursos políticos

AFONSO, A. Martins, *Princípios fundamentais de organização política e administrativa da Nação*, Lisboa, Papelaria Fernandes, 1959.

BARBOSA, Daniel Maria Vieira, *Na pasta da Economia*, Lisboa, Portugália Editora, 1948.

CAETANO, Marcello, *O sistema corporativo*, Lisboa, O Jornal do Comércio, 1938.

CAETANO, Marcello, “Predições sem profecia sobre reformas sociais” in *Problemas do após-guerra: ciclo de conferências*, Lisboa, Câmara de Comércio, 1945, pp. 165-232.

Constituição Política da República Portuguesa/Acto Colonial, Lisboa, Secretariado da Propaganda Nacional, 1942.

CORREIA, Araújo, “Directrizes económicas do Estado Novo” in *I Congresso da União Nacional*, Lisboa, Editorial Império, 1934, vol. I, pp. 30-44.

FONSECA, Joaquim Roque da, “O comércio português, a crise da guerra e os problemas da paz” in *Problemas do após-guerra: ciclo de conferências*, Lisboa, Associação Comercial de Lisboa, 1945, pp. 21-69.

GARCIA, José Penha, *Organismos e fórmulas de coordenação económica*, Lisboa, Editorial Império, 1941.

GRAÇA, Luís Quartin, *O Estado Novo e a agricultura*, Lisboa, Edições SPN, 1938.

GUIMARÃES, Antunes, “A política rural na situação do 28 de Maio” in *I Congresso da União Nacional*, Lisboa, Editorial Império, 1934, vol. IV, pp. 77-109.

JÚNIOR, M. M. Abrantes, *O Estado Novo e a organização corporativa*, Lisboa, Papelaria Fernandes, 1934.

PEREIRA, Pedro Teotónio, *A batalha do futuro*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1937.

PEREIRA, Pedro Teotónio, *Memórias*, Lisboa, Verbo, 1972, 2 vols.

PINTO, Clotário Luís Supico, *Organização corporativa*, Lisboa, Editorial Império, 1945.

SALAZAR, António de Oliveira, *Discursos e notas políticas*, Coimbra, Coimbra Editora.

Bibliografia

Obras de enquadramento teórico-metodológico e historiográfico

BONIFÁCIO, Maria de Fátima, “Historiografia do Estado Novo” in BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal (1926-1974)*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, vol. 8, pp. 187-198.

BOURDIEU, Pierre, “Rethinking the State: Genesis and Structure of the Bureaucratic Field” in *Sociological Theory*, vol. 12, nº 1, 1994, pp. 1-18.

BOURDIEU, Pierre, *As estruturas sociais da economia*, Porto, Campo das Letras, 2001.

BOLDIZONNI, Francesco, *The poverty of Clio: ressurecting Economic History*, Londres, Routledge, 2011.

HOBBSAWM, Eric, *Escritos sobre a História*, Lisboa, Relógio D’Água, 2010.

MATTOSO, José, *A escrita da História: teoria e métodos*, Lisboa, Editorial Presença, 1988.

NORTH, Douglass C., *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*, Cambridge, Cambridge University Press, 1990.

REIS, António, “O jornalista e o historiador: aproximações e diferenças” in *Penélope: fazer e desfazer a História*, nº 12, 1993, pp. 135-142.

TORGAL, Luís Reis, “Historiografia do Estado Novo” in ROSAS, Fernando e BRITO, J.M. Brandão de (coord.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Bertrand Editora, 1996, vol. I, pp. 425-431.

VILAR, Pierre, *Desenvolvimento económico e análise histórica*, Lisboa, Editorial Presença, 1982.

Estudos

ALÍPIO, Elsa Santos, *Salazar e a Europa: história da adesão à EFTA (1956-1960)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006.

ALVES, António e SILVA, Fernando Gomes da, *A contribuição do sector agrícola para o desenvolvimento económico de Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1965.

ALVES, Jorge Fernandes, *COMPAL: cinquenta anos entre outras coisas*, Lisboa, Edições Inapa, 2001.

AMARAL, Luciano, *O país dos caminhos que se bifurcam, política agrária e evolução da agricultura durante o Estado Novo (1930-1954)*, Lisboa, FCSH/UNL, 1993 (dissertação de mestrado em História dos Séculos XIX e XX – texto policopiado).

AMARAL, Luciano, “Portugal e o passado, política agrária, grupos de pressão e evolução da agricultura portuguesa durante o Estado Novo (1950 – 1973)” in *Análise Social*, vol. XXIX, n° 128, 1994, pp. 889-906.

AMARAL, Luciano, “Agricultura nos Planos de Fomento” in BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal (1926-1974)*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, vol. 7, pp.77-79.

AMARAL, Luciano, “Alimentação” in BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal (1926-1974)*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, vol. 7, pp. 87-88.

AMARAL, Luciano, “Fundo de Abastecimento” in BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal (1926-1974)*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, vol. 8, p. 74.

AMARAL, Luciano, “Convergência e crescimento económico em Portugal no pós-guerra” in *Análise Social*, vol. XXXIII, n° 148, 1998, pp. 741-776.

AMARAL, Luciano, “O processo económico” in PINTO, António Costa (coord.), *A busca da democracia: 1960-2000*, Lisboa, Objectiva, 2014, pp. 81-110.

AMARO, Rogério Roque, “A economia nos primórdios do Estado Novo – estagnação ou crescimento?” in *O Estado Novo: das origens ao fim da autarcia (1926-1959)*, Lisboa, Fragmentos, 1987, vol. 1, pp. 233-248.

AVILLEZ, Francisco, *A agricultura portuguesa: as últimas décadas e perspectivas para o futuro*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2015.

AZEVEDO, Cândido de, *A crise da bolsa que mudou Portugal, a Grande Depressão, Salazar e a formação de Portugal contemporâneo*, Mem-Martins, Publicações Europa-América, 1988.

BAPTISTA, Fernando Oliveira, *A política agrária do Estado Novo*, Porto, Edições Afrontamento, 1993.

BAPTISTA, Fernando Oliveira, *Agricultura, espaço e sociedade rural*, Coimbra, Fora do Texto, 1993.

BAPTISTA, Fernando Oliveira, “Declínio de um tempo longo” in BRITO, Joaquim Pais de (coord.), *O voo do arado*, Lisboa, Museu Nacional de Etnologia/Instituto Português de Museus, 1996, pp. 35-75.

BAPTISTA, Fernando Oliveira, “Espanha e Portugal: um século de questão agrária” in FREIRE, Dulce, FONSECA, Inês e GODINHO, Paula, *Mundo rural: transformação e resistência na Península Ibérica (século XX)*, Lisboa, Edições Colibri, 2004, pp. 15-54.

BAPTISTA, Fernando Oliveira, *O destino camponês*, Castro Verde, 100 Luz, 2013.

BARROS, Henrique de, *Economia agrária*, Lisboa, Sá da Costa, 1948.

BARROS, Henrique de, *Os grandes sistemas de organização da economia agrícola*, Lisboa, Sá da Costa, 1982.

BASTIEN, Carlos, *Para a história das ideias económicas no Portugal contemporâneo: a crise dos anos 1945-1954*, Lisboa, ISEG, 1989 (Tese de doutoramento em Economia – texto policopiado).

BESSA, Daniel, *O processo inflacionário português, 1945-1980*, Porto, Edições Afrontamento, 1988.

BRANCO, Amélia, *O impacto das florestas no crescimento económico moderno durante o Estado Novo (1930-1974)*, Lisboa, ISEG, 2005 (tese de doutoramento em História Económica e Social – texto policopiado);

BRANCO, Amélia; PAREJO, Francisco M., “Incentives or obstacles? Institutional aspects of the cork business in the Iberian peninsula (1930-1975)” in *Journal of Iberian and Latin American Studies*, nº1, 2008, pp. 17-44.

BRITO, José Maria Brandão de, “Concorrência e corporativismo” in *O Estado Novo: das origens ao fim da autarcia (1926-1959)*, Lisboa, Fragmentos, 1987, vol. 1. pp. 311-321.

BRITO, José Maria Brandão de, “Corporativismo e industrialização: elementos para o estudo do condicionamento industrial” in *Ler História*, nº 6, 1985, pp. 51-60.

BRITO, José Maria Brandão de, “Os engenheiros e o pensamento económico do Estado Novo” in CARDOSO, José Luís (coord.), *Contribuições para a História do Pensamento Económico em Portugal*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1988, pp. 209-234.

BRITO, José Maria Brandão de, *A industrialização portuguesa do pós-guerra: o condicionamento industrial (1948-1965)*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989.

BRITO, José Maria Brandão de, “Sobre as ideias económicas de Salazar” in *Salazar e o Salazarismo*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989, pp. 33-58.

BRITO, José Maria Brandão de, “Da ditadura financeira ao difícil triunfo da industrialização” in REIS, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, vol. IV, pp. 125-162.

BRITO, José Maria Brandão de e ROLLO, Maria Fernanda, “Indústria/Industrialização” in ROSAS, Fernando e BRITO, J.M. Brandão de (coord.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Bertrand Editora, 1996, vol. I, pp. 460-480.

BRITO, José Maria Brandão de, “Uma escola corporativa portuguesa?” in ABREU, Luciano Aronne de e SANTOS, Paula Borges (org.), *A era do corporativismo: regimes, representações e debates no Brasil e em Portugal*, Porto Alegre, EDIPUCRS, 2017, pp. 59-70.

CALDAS, Eugénio de Castro, *A agricultura portuguesa no limiar da reforma agrária*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1978.

- CALDAS, Eugénio Castro, *A agricultura portuguesa através dos tempos*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1991.
- CALDAS, Eugénio Castro, “Melhoramentos agrícolas, política de” in BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal (1926-1974)*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, vol. 8, pp. 447-448.
- CARDOSO, José Luís, *Pensar a economia em Portugal*, Algés, Difel, 1997.
- COLOTTI, Enzo, *Fascismo, fascismos*, Lisboa, Editorial Caminho, 1991.
- CRITZ, José Morilla, OLMSTEAD, Alan L., RHODE, Paul W., ““Horn of Plenty”: the globalization of Mediterranean horticulture and the economic development of Southern Europe, 1880-1930” in *The Journal of Economic History*, vol. 59, nº 2, 1999, pp. 316–352.
- DIAS, Fátima Sequeira, *Uma estratégia de sucesso numa economia periférica, a casa Bensaúde e os Açores (1800-1873)*. Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1996.
- DIAS, Fátima Sequeira, *Os Açores na História de Portugal: séculos XIX-XX*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008.
- ENES, Carlos, *A economia açoriana entre as duas guerras mundiais*, Lisboa, FCSH, 1992 (Dissertação de mestrado em História dos séculos XIX e XX – texto policopiado).
- FERREIRA, Diogo, *Setúbal e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918)*, Setúbal, Estuário, 2017.
- FITZGERALD, Deborah, *Every farm a factory, the industrial ideal in American agriculture*. New Haven, Yale University Press, 2010.
- FERNANDÉZ PRIETO, Lourenzo, PAN-MONTOJO, Juan e CABO, Miguel (ed.), *Agriculture in the age of fascism, authoritarian technocracy and rural modernization, 1922-1945*. Turnhout, Brepols Publishers, 2014.
- FERREIRA, Nuno Estevão, *A Câmara Corporativa no Estado Novo: composição, funcionamento e influência*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2009 (tese de doutoramento em Ciências Sociais – texto policopiado).

FREIRE, Dulce, “Greves rurais e agitação camponesa” in ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de (coord.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Bertrand Editora, 1996, vol. I, pp. 404-406.

FREIRE, Dulce, *Produzir e beber: a vinha e o vinho no Oeste (1929-1939)*, Lisboa, FCSH, 1997 (dissertação de mestrado em História dos Séculos XIX e XX – texto policopiado).

FREIRE, Dulce, *Portugal e a terra: itinerários de modernização da agricultura na segunda metade do século XX*, Lisboa, FCSH, 2007 (tese de doutoramento em História Contemporânea – texto policopiado).

FREIRE, Dulce, “No país de sol e uvas de ouro: produção e consumo de vinho em Portugal no século XX” in NEVES, José (coord.), *Como se faz um povo. Ensaio de História Contemporânea em Portugal*, Lisboa, Tinta-da-China, 2010, pp. 311-323

FREIRE, Dulce, “Experiência e ciência, modernização da agricultura nas últimas décadas do Estado Novo” in PALACIOS CEREALES, Diego, FERREIRA, Fátima Sá e Melo e NEVES, José (coord.), *Da economia moral da multidão à arte de não ser governado, E.P. Thompson e James C. Scott na Ibéria*, Castro Verde, 100 Luz, 2010, pp. 91-108.

FREIRE, Dulce, LANERO TABOAS, Daniel (coord.), *Agriculturas e innovación tecnológica en la Península Ibérica (1946-1975)*, Madrid, Ministerio de Medio Ambiente y Medio Rural y Marino, 2011.

FREIRE, Dulce, “Modernizing ambitions, agronomists in action between dictatorship and democracy (Portugal 1957-1986)” in DELICADO, Ana, *Associations and other groups in science, an historical and contemporary perspective*. Newcastle, Cambridge Scholars Publishing, 2013, pp. 92-107.

FREIRE, Dulce, FERREIRA, Nuno Estêvão, RODRIGUES, Ana Maria, *Corporativismo e Estado Novo, contributo para um roteiro de arquivos das instituições corporativas (1933-1974)*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2014.

FLIGSTEIN, Neil, “Markets as politics: a political-cultural approach to market institutions” in *American Sociological Review*, vol. 61, nº. 4, 1996, pp. 656-673.

GARCÍA PEREDA, Ignacio, *Junta Nacional de Cortiça (1936-1972)*, Lisboa, Euronatura, 2008.

GARRIDO, Álvaro, “Políticas de abastecimento no segundo pós-guerra: a “Organização das Pescas” in *Análise Social*, vol. XXXV, nº 156, 2000, pp. 651-694.

GARRIDO, Álvaro, “Conjunturas políticas e economia” in LAINS, Pedro, SILVA, Álvaro Ferreira da (org.), *História Económica de Portugal (1700-2000)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005, vol. III, pp. 451-473.

GARRIDO, Álvaro, *O Estado Novo e a Campanha do Bacalhau*, Lisboa, Círculo de Leitores/Temas & Debates, 2010.

GARRIDO, Álvaro, “O Estado Novo português e a institucionalização da «economia nacional corporativa»” in *Estudos do Século XX*, nº 10, 2010, pp. 297-316.

GARRIDO, Álvaro, *Cooperação e solidariedade: uma história da economia social*, Lisboa, Tinta-da-China, 2016.

GARRIDO, Álvaro, *Queremos uma economia nova!: Estado Novo e corporativismo*, Lisboa, Círculo de Leitores/Temas & Debates, 2016.

GIRÃO, José António, *Natureza do problema agrícola em Portugal (1950-73): uma perspectiva*, Lisboa, Centro de Estudos de Economia Agrária/Instituto Gulbenkian de Ciência, 1980.

GODINHO, Paula, “«Desde a idade de seis anos, fui muito contrabandista» - o concelho de Chaves e a comarca de Verín, entre velhos quotidianos de fronteira e novas modalidades emblemáticas” in FREIRE, Dulce, ROVISCO, Eduarda, FONSECA, Inês (coord.) *Contrabando na fronteira luso-espanhola: práticas, memória e patrimónios*, Lisboa, Edições Nelson de Matos, 2009, pp. 29-57.

GOMES, Joaquim Ferreira, *Estudos para a História da Educação no século XIX*, Coimbra, Livraria Almedina, 1980.

GONZÁLEZ-FERNANDÉZ, Ángeles, “La otra modernización: tecnocracia y «mentalidad de desarrollo» en la Península Ibérica (1959-1974)” in *Historia y política: ideas, procesos y movimientos sociales*, nº 35, 2016, pp. 313-339.

GRAÇA, Laura Larcher, “Agrícola, política” in BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal (1926-1974)*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, vol. 7, pp. 63-73.

GRANOVETTER, Mark, “Economic action and social structure: the problem of embeddedness” in *American Journal of Sociology*, vol. 91, nº 3, Novembro de 1985, pp. 481-510.

HENRIQUES, Francisco Maia Pereira Bruno, *A baleação e o Estado Novo: industrialização e organização corporativa (1937-1958)*, Ponta Delgada, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 2016.

JUSTINO, David, *A formação do espaço económico nacional, 1810-1913*, Lisboa, Vega, 1989, 2 vols.

LAINS, Pedro, *A economia portuguesa no século XIX: crescimento económico e comércio externo, 1851-1913*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995.

LAINS, Pedro, *Os progressos do atraso, uma nova história económica de Portugal*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

LAINS, Pedro, “O Futuro da História Económica de Portugal” in VILLAVERDE, Manuel, WALL, Karin, ABOIM, Sofia e SILVA, Filipe Carreira da (ed.), *Itinerários: a investigação nos 25 anos do ICS*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2008, pp. 155-169.

LANERO TÁBOAS, Daniel, “The Portuguese Estado Novo: programmes and obstacles to the modernization of agriculture (1933 – 1950)” in FERNANDÉZ PRIETO, Lourenzo, PAN-MONTOJO, Juan e CABO, Miguel (ed.), *Agriculture in the age of fascism, authoritarian technocracy and rural modernization, 1922-1945*, Turnhout, Brepols Publishers, 2014, pp. 85-111

LANERO TÁBOAS, Daniel, “Technology Policies in Dictatorial Contexts: Spain and Portugal” in MARTIIN, Carin, PAN-MONTOJO, Juan e BRASSLEY, Paul (ed.), *Agriculture in Capitalist Europe, 1945 - 1960*, Oxford, Routledge, 2016, pp. 165-184.

LANERO TÁBOAS, Daniel, “Del fascismo agrario a los Planos de Fomento: una aproximación a la política agraria del Estado Novo português (1933 - 1974)” in GIRBAL-BLACHA, Noemí, LÓPEZ ORTIZ, María Immaculada e MENDONÇA, Sonia Regina de (ed.), *Agro y política a uno y otro lado del Atlántico: Franquismo, salazarismo, varguismo y peronismo*, Buenos Aires, Imago Mundi, 2016, pp. 55-76.

- LOPES, José da Silva, *A economia portuguesa desde 1960*, Lisboa, Gradiva, 1996.
- LOPES, José da Silva, “Organização corporativa” in BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal: 1926-1974*, Porto, Figueirinhas, 1999, vol. 8, pp. 669-672.
- LOUREIRO, João Adolfo, *Economia e sociedade: a indústria no após guerra, anos 50 e 60*, Lisboa, Edições Cosmos, 1991.
- LOURENÇO, Fernando e RODRIGO, Isabel, *Política agrária e reconversão da agricultura: a fruticultura no distrito da Guarda*, Fundão, Jornal do Fundão, 1985.
- LUCENA, Manuel de, *A evolução do sistema corporativo português: o salazarismo*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1976.
- LUCENA, Manuel de, *A evolução do sistema corporativo português: o marcelismo*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1976.
- LUCENA, Manuel de, “Sobre a evolução dos organismos de coordenação económica ligados à Lavoura (I)” in *Análise Social*, vol. XIV, nº 56, 1978, pp. 817-862.
- LUCENA, Manuel de, “Sobre a evolução dos organismos de coordenação económica ligados à Lavoura (II)” in *Análise Social*, vol. XV, nº 57, 1979, pp. 287-355.
- LUCENA, Manuel de, “Sobre a evolução dos organismos de coordenação económica ligados à lavoura (III)” in *Análise Social*, vol. XV, nº 58, 1979, pp. 117-167.
- LUCENA, Manuel de, *Revolução e instituições, a extinção dos Grémios da Lavoura alentejanos*, Mem-Martins, Publicações Europa-América, 1984.
- LUCENA, Manuel de, “Salazar, a «fórmula» da agricultura portuguesa e a intervenção estatal no sector primário” in *Análise Social*, vol. XXVI, nº 110, 1991, pp. 97-206.
- LUCENA, Manuel de, “Junta Nacional das Frutas” in BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal: 1926-1974*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, vol. 7, pp. 327-331.
- LUCENA, Manuel de, “Organismos de coordenação económica” in BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal: 1926-1974*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, vol. 8, pp. 654-665.

- MACEDO, Jorge Borges de, “A problemática tecnológica no processo da continuidade República-Ditadura Militar-Estado Novo” in *Economia*, vol. III, nº 3, 1979, pp. 427-453.
- MADEIRA, João Martins, “Crédito Agrícola” in ROSAS, Fernando e BRITO, J.M. Brandão de (coord.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Bertrand Editora, 1996, vol. I, pp. 240-241.
- MADEIRA, João, “«Nas nossas terras o partido somos nós»: a rede do Partido Comunista Português nos campos” in FREIRE, Dulce, FONSECA, Inês e GODINHO, Paula, *Mundo rural: transformação e resistência na Península Ibérica (século XX)*, Lisboa, Edições Colibri, 2004, pp. 119-132.
- MADUREIRA, Nuno Luís, *A economia dos interesses: Portugal entre guerras*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002.
- MADUREIRA, Nuno Luís, “Cartelization and corporatism: bureaucratic rule in authoritarian Portugal, 1926-45” in *Journal of Contemporary History*, vol. 42, nº 1, 2007, pp. 79–96.
- MANSINHO, Maria Inês Abrunhosa, *Política de crédito agrícola: atribuição e recuperação de fundos – Melhoramentos Agrícolas, 1946-1979*, Lisboa, Instituto Superior de Agronomia, 1989 (tese de doutoramento em Agronomia – texto policopiado).
- MARQUES, A.H. de Oliveira e ROLLO, Maria Fernanda, “Agricultura, pecuárias e pescas” in SERRÃO, Joel e MARQUES, A.H. de Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1991, vol. XI – *da Monarquia à República*, pp. 65-114.
- MARQUES, Alfredo, *Política económica e desenvolvimento em Portugal (1926-1959): as duas estratégias do Estado Novo no período de isolamento nacional*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988.
- MARTIN, Carin, PAN-MONTOJO, Juan e BRASSLEY, Paul (ed.), *Agriculture in capitalist Europe, 1945–1960, from food shortages to food surpluses*. New York, Routledge, 2016.
- MARTÍNEZ CARRIÓN, José Miguel, “Agricultores e industriales en el negocio del pimentón, 1830-1935” in *Revista de Historia Económica*, ano XVII, nº 1, 1999, pp. 149-186.

MARTINHO, Francisco Palomanes e PINTO, António Costa (coord.), *A vaga corporativa: corporativismo e ditaduras na Europa e na América Latina*, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, 2016.

MARTINHO, Francisco Palomanes e PINTO, António Costa (coord.), *O corporativismo em português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, 2008.

MARTINS, Maria Belmira, *Sociedades e grupos em Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 1973.

MATA, Maria Eugénia, VALÉRIO, Nuno, *História económica de Portugal: uma perspectiva global*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

MIRANDA, Sacuntala de, “Crise económica, industrialização e autarcia na década de trinta” in *O Estado Novo: das origens ao fim da autarcia (1926-1959)*, Lisboa, Fragmentos, 1987, vol. 1, pp. 249-257.

MIRANDA, Sacuntala de, *O ciclo da laranja e os "gentlemen farmers" da Ilha de S. Miguel: 1780-1880*, Ponta Delgada, Instituto Cultural, 1989.

MIRANDA, Sacuntala de, *Portugal: o círculo vicioso da dependência (1890-1939)*, Lisboa, Teorema, 1990.

MOREIRA, Vital, *Auto-regulação profissional e administração pública*, Coimbra, Coimbra Editora, 1997.

NUNES, Adérito Sedas, “Portugal, sociedade dualista em evolução” in *Análise Social*, vol. II, nº 7-8, 1964, pp. 407-462.

NUNES, Ana Bela Ferreira Macias, *População activa e actividade económica em Portugal*, Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, 1990 (tese de doutoramento em Economia – texto policopiado).

PAIS, José João Marques, *Rafael Duque, 1893-1969*, Alpiarça, Edição do Autor, 2007.

PEREIRA, Miriam Halpern, *Livre-câmbio e desenvolvimento económico: Portugal na segunda metade do século XIX*, Lisboa, Edições Cosmos, 1971.

PEREIRA, Miriam Halpern, *Política e economia: Portugal nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Livros Horizonte, 1979.

PEREIRA, Miriam Halpern, “Decadência ou subdesenvolvimento, uma reinterpretação das suas origens no caso português” in *Análise Social*, vol. XIV, nº 53, 1978, pp. 7-20.

PEREIRA, Miriam Halpern, “Entre a agromania e agronomia” in *Ernesto do Canto, retratos do homem e do tempo: actas do colóquio*, Ponta Delgada, Centro de Estudos Gaspar Frutuoso, 2003, pp. 135-147.

PINILLA, Vicente, “The impacts of markets in the management of rural land” in PINILLA, Vicente (ed.), *Markets and agricultural change in Europe from the 13th to the 20th century*, Turnhout, Brepols, 2009, pp. 11-36.

PINTADO, Valentim Xavier, *Structure and growth of the Portuguese economy*, Genebra, European Free Trade Association, 1964.

PINTO, Armando Sevinate, AVILLENZ, Francisco, ALBUQUERQUE, Luís e GOMES, Luís Frazão, *A agricultura portuguesa no período 1950-1980: de suporte do crescimento industrial a travão ao desenvolvimento económico*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

PIRES, Ana Paula, *Portugal e a I Guerra Mundial: a República e a economia de guerra*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2011.

PIRES, Leonardo Aboim, "João Pinto da Costa Leite (Lumbrales) na construção do modelo económico do Estado Novo: pensamento e ação política" in *Revista de História da Sociedade e Cultura*, nº 16, 2016, pp. 393-412.

PIRES, Leonardo Aboim, “As mudanças económicas do pós-guerra e a questão alimentar em Portugal: padrões de consumo, tendências sociais e assimetrias regionais” in *Revista de História da Sociedade e Cultura*, nº 18, 2018 (no prelo).

PORTAS, Carlos A., “Agricultura” in BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal (1926-1974)*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, vol. 7, pp. 73-77.

RADICH, Maria Carlos, *Agronomia no Portugal oitocentista: uma discreta desordem*, Lisboa, Celta, 1996.

RADICH, Maria Carlos, “Agrónomos: profissão e identidade” in PEREIRA, Miriam Halpern, CARVALHO, José Murilo de, VAZ, Maria João e RIBEIRO, Gladys Sabina

(org.), *Linguagens e fronteiras do poder*, Lisboa, Centro de Estudos de História Contemporânea/Instituto Universitário de Lisboa, 2012, pp. 343-362.

RADICH, Maria Carlos, BAPTISTA, Fernando Oliveira, “Agricultura” in ROLLO, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Lisboa, Assembleia da República, 2013, volume I, pp. 41-57.

REIS, Jaime, “A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913” in *Análise Social*, vol. XXIII, nº 96, 1987, pp. 207-227.

REIS, Jaime, *O atraso económico português em perspectiva histórica: estudos sobre a economia portuguesa na segunda metade do século XIX, 1850-1930*, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993.

RIBEIRO, Orlando, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Sá da Costa, 1987, 5ª edição (1ª edição, Coimbra Editora, 1945).

RODRIGUES, Ana Duarte, *Horticultura para todos*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2016.

ROLLO, Maria Fernanda, *Portugal e o Plano Marshall: da rejeição à solicitação da ajuda financeira norte-americana (1947-1952)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

ROLLO, Maria Fernanda, “A industrialização e os seus impasses” in ROSAS, Fernando (coord.), *O Estado Novo (1926-1974)* in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, vol. 7, pp. 450-471.

ROLLO, Maria Fernanda, “Heranças da guerra, o reforço da autarcia e os ‘novos rumos’ da política económica” in *Ler História*, nº 50, 2006, pp. 131-172.

ROLLO, Maria Fernanda, *Portugal e a reconstrução económica do pós-guerra: o Plano Marshall e a economia portuguesa dos anos 50*, Lisboa, Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007.

ROLLO, Maria Fernanda, “Marcelo Caetano: política económica e modernização” in *Espacio, Tiempo y Forma*, série V, nº 19, 2007, pp. 115-144.

ROLLO, Maria Fernanda, “Desmandos da organização corporativa e reencontros do corporativismo no rescaldo da II Guerra. O inquérito à organização corporativa em 1947” in ROSAS, Fernando e GARRIDO, Álvaro (coord.), *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*, Coimbra, Edições Almedina, 2012, pp. 189-225.

ROLLO, Maria Fernanda, “Ideias sobre política agrária na I República” in REZOLA, Maria Inácia, OLIVEIRA, Pedro Aires (coord.), *O eterno retorno, estudos em homenagem a António Reis*, Lisboa, Campo da Comunicação, 2013, pp. 321-342.

ROSAS, Fernando, *O Estado Novo nos anos trinta: elementos para o estudo da natureza económica e social do salazarismo (1928-1938)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1986.

ROSAS, Fernando, *Portugal entre a Paz e a Guerra: estudo do impacto da II Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesas (1939-1945)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1990.

ROSAS, Fernando, “A indústria portuguesa durante a Segunda Guerra Mundial” in *Portugal na Segunda Guerra Mundial: contributos para uma reavaliação*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1990, pp. 49-90.

ROSAS, Fernando, “Rafael Duque e a política agrária do Estado Novo (1934-44)” in *Análise Social*, vol. XXVI, nº 112-113, 1991, pp. 771-790.

ROSAS, Fernando, *Salazarismo e fomento económico (1928-1948)*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000.

ROSAS, Fernando, *Salazar e o poder: a arte de saber durar*, Lisboa, Tinta-da-China, 2013.

ROSAS, Fernando, GARRIDO, Álvaro (coord.), *Corporativismo, fascismos, Estado Novo*, Lisboa, Almedina, 2012.

SALGUEIRO, Ângela, *Ciência e Universidade na I República*, Lisboa, FCSH, 2015 (tese de doutoramento em História Contemporânea – texto policopiado).

SANTOS, Américo Ramos dos, “Abertura e bloqueamento da economia portuguesa” in REIS, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, vol. V, pp. 109-150.

SANTOS, José Reis, *Salazar e as eleições: um estudo sobre as eleições gerais de 1942*, Lisboa, Assembleia da República, 2011.

SANTOS, Paula Borges, “O modelo político do estado autoritário português: a ideia corporativa na constitucionalização do regime (1931-1933)” in *Espacio, Tiempo y Forma*, série V, nº 27, 2015, pp. 59-84.

SANTOS, Paula Borges, “Caminhos para a estabilidade autoritária em Portugal (1933-1974)” in *Aportes*, ano XXXII, nº 93, 2017, pp. 141-181.

SARAIVA, Tiago, “Fascist labscapes: genetics, wheat and the landscapes of fascism in Italy and Portugal” in *Historical Studies in the Natural Sciences*, vol. 40, nº 4, 2010, pp. 457-498.

SARAIVA, Tiago, *Fascist pigs: technoscientific organisms and the history of fascism*, Cambridge, MIT Press, 2016.

SARDICA, José Miguel, *Terminar a Revolução: a política portuguesa de Napoleão a Salazar*, Lisboa, Temas & Debates/Círculo de Leitores, 2016.

SCHIMTTER, Philippe, “Still the century of corporatism?” in *Review of Politics*, vol. 36, nº 1, 1974, 85-131.

SCHIMTTER, Philippe, *Corporatism and public policy in authoritarian Portugal*, Beverly Hills, Sage, 1975.

SCOTT, James C. *Seing like a state: how certain schemes to improve the human conditions have failed*, New Haven, Yale University Press, 1998.

SILVA, Álvaro Ferreira da, “O processo económico” in TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.), *A crise do liberalismo: 1890-1930*, Lisboa, Objectiva, 2014, pp. 117-157.

SILVA, Ana Isabel Patrício Dâmaso, *A Primeira Guerra Mundial na cidade e distrito de Lisboa: vivências e percepções*, Lisboa, FCSH, 2013 (dissertação de mestrado em História Contemporânea – texto policopiado).

SOARES, Fernando Brito, “A agricultura” in LAINS, Pedro, SILVA, Álvaro Ferreira da (org.), *História Económica de Portugal (1700-2000)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005, vol. III, pp. 157-183.

TELO, António José, *Decadência e queda da I República portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980, 2 vols.

TELO, António José, *Portugal na Segunda Guerra (1941-1945)*, Lisboa, Vega, 1991, 2 vols..

TORRES, Jorge Filipe Mano da Silva, *Os comerciantes e o Grémio do Comércio de Guimarães: dinâmicas associativas, corporativas e comerciais (1939-1969)*, Braga, Universidade do Minho, 2013 (dissertação de mestrado em História – texto policopiado).

WIARDA, Howard, *Corporatism and development: the portuguese experience*, Amherst, University of Massachusetts, 1977.

WALLERSTEIN, Immanuel, *O sistema mundial moderno*, Porto, Edições Afrontamento, 1990, 2 vols.

Anexos

Tabela 13 – Estabelecimentos industriais ligados ao sector fruto-hortícola, em 1917

Indústrias	Distritos	Concelhos	Número de estabelecimentos	Número de operários
Fábricas de Conservas de frutas	Aveiro	Castelo de Paiva	1	3
		Oliveira de Azeméis	1	5
	Évora	Estremoz	1	***
	Leiria	Alcobaça	2	22
	Porto	Porto	1	3
Fábricas de conservas de carne, peixe e fruta	Faro	Olhão	1	98
	Lisboa	Almada	1	21
		Lisboa	2	170
	Porto	Matosinhos	3	103
Fábricas de conservas de peixe, fruta e hortaliça	Aveiro	Aveiro	1	277
		Ovar	1	53
	Faro	Tavira	1	122
Fabricação de licores e xaropes	Lisboa	Lisboa	1	30

Fonte: *Boletim do Trabalho Industrial*, nº 116, 1917, pp. 43-50.

Tabela 14 - Presidentes da JNEF (1931-1936) e da JNF (1936-1974)

Nome	Mandato
Eng.º António Alves Bastos Botelho da Costa	1931 – 1942
Eng.º Paulo dos Santos Silveira da Cunha	1943 – 1946
Eng.º. Luís Quartin Graça	1946 – 1948
Eng.º Mário de Brito Soares	1948 - 1961
Eng.º. Fernando Regalo Correia	1961 – 1963
Eng.º José Duarte Amaral	1963 - 1974

Fonte: *Serviço Informativo da Junta Nacional das Frutas*, nº 289, Junho de 1966, p. 8

Tabela 15 - Ensaio acadêmicos produzidos com financiamento da JNF

Ano	Título	Autor
1938	<i>Subsídios para o estudo da conservação de azeitonas verdes na região de Elvas</i>	José Barbas Guerra
1940	<i>A conservação frigorífica das frutas e produtos hortícolas: subsídios para o estudo da sua aplicação em Portugal</i>	Manuel Neves Barreto
	<i>Esboço de inquérito às possibilidades económico-agrícola-industriais da cultura do tomate no campo da Golegã</i>	Manuel Nogueira Paulo
1941	<i>Contribuição para o conhecimento da composição do figo de Torres Novas em vista à sua utilização na indústria de destilação</i>	Rodrigues Arnaut Pombeiro
1943	<i>Conservação da batata: subsídios para o seu estudo</i>	Herminio Galhardo Rodrigues
	<i>Subsídios para o estudo do aproveitamento dos sub-produtos da maçã: utilização da maçã da monda e da bichosa no fabrico</i>	Alberto Ladislau Correia Vargues
	<i>Contribuição para o estudo químico-analítico das hortaliças portuguesas</i>	Alberto Rio Nunes Salvador
	<i>Para um melhor aproveitamento da castanha*</i>	Maria da Conceição Nobre
1944	<i>O ácido ascórbico (vitamina C) em marmelos e marmeladas*</i>	Maria Germana Ribeiro
	<i>Contribuição para o conhecimento de doses eficazes do ácido benzoico e do benzoato de sódio na conservação de alguns produtos de frutos*</i>	Maria Rosa de Matos Santiago
	<i>Secagem da banana: contribuição para o seu estudo</i>	Jaime Alberto Azevedo Pereira
1945	<i>Bases para a caracterização dos ananases da Ilha de São Miguel: estudo físico e químico-analítico</i>	José Emídio de Sommer Ribeiro
	<i>Acerca da maturação e coloração artificial do tomate</i>	Lisete Marília Gamboa Chaves

Fonte: *Boletim da Junta Nacional das Frutas*, ano VII, Nº 4, 4º trimestre de 1947, pp. 543-544.

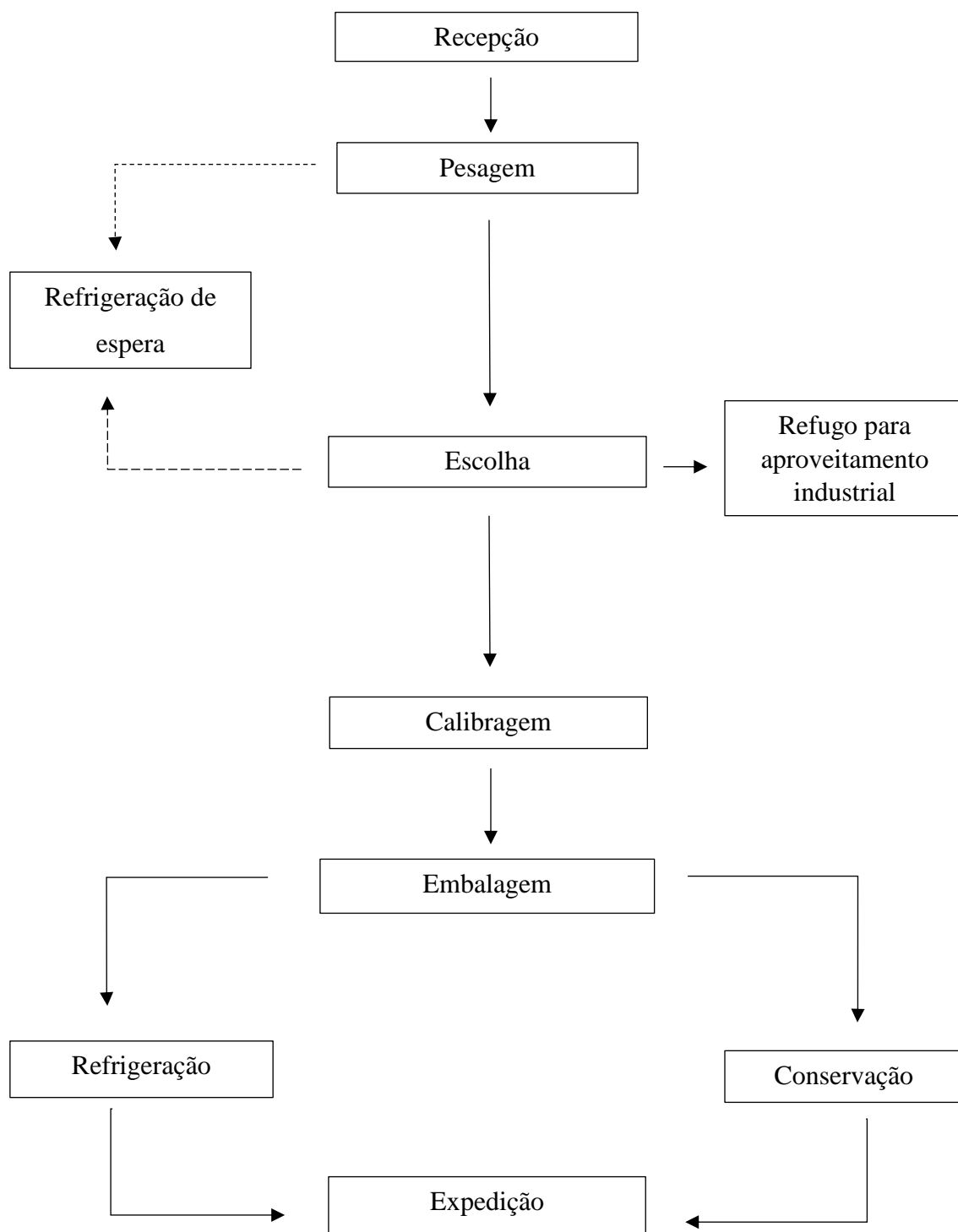
* Estes trabalhos foram publicados no *Boletim da Junta Nacional das Frutas*.

Tabela 16 - Exportação de grainha de alfarroba por destino (1942-1948)

Anos	Países	Quantidades (kg)	Valores (escudos)
1942	Suécia	49.800	597.600\$
	Suíça	29.700	356.400\$
	Alemanha	10.000	120.000\$
	<i>Totais</i>	<i>89.500</i>	<i>1.074.000\$</i>
1943	Suíça	219.334	1.270.194\$
	Alemanha	177.500	938.253\$
	Suécia	10.000	50.000\$
	<i>Totais</i>	<i>406.834</i>	<i>2.258.447\$</i>
1944	Suíça	200.000	930.500\$
	Alemanha	10.000	28.000\$
	<i>Totais</i>	<i>210.00</i>	<i>958.500\$</i>
1945	Suíça	701.765	2.055.800\$
1946	Suíça	1.678.550	4.835.935\$
	Espanha	1.323.650	5.367.290\$
	Checoslováquia	297.500	1.487.500\$
	Bélgica	60.000	300.000\$
	EUA	50	150\$
	Angola	100	320\$
	<i>Totais</i>	<i>3.359.850</i>	<i>11.991.195\$</i>
1947	Inglaterra	407.660	1.304.512\$
	Checoslováquia	346.566	1.178.324\$
	Itália	297.000	935.550\$
	Bélgica	239.699	791.006\$
	Alemanha	139.066	417.985\$
	Suíça	99.600	488.040\$
	<i>Totais</i>	<i>1.529.591</i>	<i>5.115.417\$</i>
1948	Checoslováquia	1.245.918	4.288.638\$
	Inglaterra	758.470	2.755.521\$
	Bélgica	347.400	1.233.270\$
	Espanha	150.000	825.000\$
	Alemanha	8.955	25.074\$
	Angola	100	350\$
	<i>Totais</i>	<i>2.510.843</i>	<i>9.127.853\$</i>

Fonte: *Boletim da Direcção-Geral dos Serviços Industriais*, ano II, nº 54, 11 de Janeiro de 1950, p. 14

Diagrama 1 - Funcionamento de uma estação fruteira



Fonte: *Frutos: boletim anual de horto-fruticultura*, 1966, p. 97

Tabela 17 - Estimativa da capacidade frigorífica de armazenagem para a produção de maçã e pera para 1973 e 1980

DISTRITOS	Produção em 1973 (t)			Capacidade frigorífica em 1973 (t)	Relação de 4/3 expressa em percentagem
	Maçã	Pera	60% de maçã + 25 de pera		
	1	2	3	4	5
Aveiro	3.905	1 370	2.685	395	14,7
Beja	915	295	625	(a)	-
Braga	6.715	2 200	4.580	3.365	73,5
Bragança	3.540	2 145	2.660	365	13,7
C. Branco	11.250	2 380	7.345	4.475	60,9
Coimbra	3.780	1 430	2.625	345	13,1
Évora	850	1 370	850	(a)	-
Faro	1.245	2 145	1.280	(a)	-
Guarda	15.920	1 965	10.040	1.900	18,9
Leiria	29.885	16 130	21.960	16.400	74,7
Lisboa	18.555	13.805	14.585	14.460	99,1
Portalegre	1.250	890	970	(a)	-
Porto	9.305	2.855	6.300	810	12,9
Santarém	10.805	6.250	8.045	3.100	38,5
Setúbal	5.315	1.845	3.650	1.050	27,7
V. Castelo	1.920	475	1.270	(a)	-
Vila Real	4.925	595	3.105	2.235	72,0
Viseu	12.545	1.370	7.865	3.935	50,0
Total	142.625	59.515	100.440	52.835	52,6

Fonte: Arquivo Histórico do Ministério da Economia, Secretaria-Geral, Expediente Geral (1974-1978), Dossier N01207/087/065, Processo 20.14/2 – Armazenagem de fruta

Tabela 18 - Relação entre produção e capacidade frigorífica de armazenagem de maçã e pera

Distritos	Áreas plantadas até 1972 (ha)		Produções estimadas para 1980 (t)		Capacidade frigorífica (t) necessária para 60% de maçã + 25% de pera
	<i>Macieira</i>	<i>Pereiras</i>	<i>Maçã</i>	<i>Pera</i>	
					Produzidas em 1980
Aveiro	363	107	7.260	2.680	5.030
Beja	76	23	1.520	580	1.050
Braga	1074	124	21.480	3.100	13.600
Bragança	622	132	12.440	3.300	8.280
C. Branco	1420	210	28.400	5.250	18.350
Coimbra	487	116	9.740	2.900	6.560
Évora	148	111	2.960	2.780	2.480
Faro	195	171	1.900	4.280	2.210
Guarda	2821	124	56.420	3.100	34.630
Leiria	5169	1379	103.380	34.480	70.650
Lisboa	2775	1179	55.500	29.480	40.670
Portalegre	145	46	2.900	1.150	2.030
Porto	911	278	18.220	6.950	12.670
Santarém	1570	436	31.400	10.900	21.560
Setúbal	322	143	6.440	3.580	4.760
V. Castelo	221	39	4.320	980	2.890
Vila Real	666	54	13.320	1.350	8.330
Viseu	2855	161	57.100	4.030	35.270
Total	21.740	4833	434.870	120.870	291.020

Fonte: Arquivo Histórico do Ministério da Economia, Secretaria-Geral, Expediente Geral (1974-1978), Dossier N01207/087/065, Processo 20.14/2 – Armazenagem de fruta

Tabela 19 - Carência de capacidade frigorífica para a produção de pera e maçã, a nível distrital

Distritos	Carência de capacidade frigorífica (toneladas)	
	<i>Em 1973</i>	<i>Em 1980</i>
Aveiro	2.290	4.635
Beja	625	2.050
Braga	1.215	10.235
Bragança	2.295	7.915
Castelo Branco	2.870	13.875
Coimbra	2.280	6.125
Évora	850	2.480
Faro	1.280	2.210
Guarda	8.140	32.730
Leiria	5.560	54.250
Lisboa	125	26.210
Portalegre	970	2.030
Porto	5.490	11.860
Santarém	4.945	18.460
Setúbal	2.600	3.710
Viana do Castelo	1.270	2.890
Vila Real	870	6.095
Viseu	3.930	31.335
Total	37.605	238.185

Fonte: Arquivo Histórico do Ministério da Economia, Secretaria-Geral, Expediente Geral (1974-1978), Dossier N01207/087/065, Processo 20.14/2 – Armazenagem de fruta

Tabela 20- O condicionamento industrial e o sector fruto-hortícola

Empresa	Motivo	Informações e natureza do pedido/despacho	Boletim
Jorge da Fonseca Bastos	PI	Constituição de uma sociedade para exploração de fábrica de moagem de pimentão, em Chança, Alter do Chão	13.04.1938
Raimundo José Soares Mendes	PI	Fábrica de moagem de pimentão, em São Facundo, Abrantes	25.05.1938
Brandão & C ^a . Ld. ^a .	PT	Mudança da sede social de Ovar para Matosinhos, bem como toda a maquinaria destinada ao fabrico de conservas de azeitonas e outras	29.06.1938
António Lopes Sabino (Viúva)	PI	Fábrica de moagem de pimentão, em São Pedro, Elvas	08.06.1938
Mariano Lopes (mais tarde Sociedade Produtos-Alimentares Luso-Italiana)	PI	Fábrica de preparação de tomate, concentrado e em polpa, na Chamusca	18.07.1938
Jorge da Fonseca Bastos	PI	Fábrica de moagem de pimentão, em Chança, Alter do Chão	27.07.1938
A Alentejana, Ld. ^a	PI	Fábrica de moagem de pimentão, em Vila Viçosa	03.08.1938
Álvaro do Rego Cascais	PI	Fábrica de conservação de frutas, em especial de ananás, em Ponta Delgada	21.08.1938
A Alentejana, Ld. ^a .	PI	Fábrica de moagem de pimentão, em São Pedro, Elvas	24.08.1938
José Bernardo de Miranda	PI	Moinho para moagem de pimentão, no Entroncamento	10.08.1938
Manuel Joaquim Louro	PI	Fábrica de moagem de pimentão, em Arraiolos	05.10.1938
António Lopes Sabino (Viúva)	DM	Substituição de maquinaria em fábrica de pimentão, em São Pedro, Elvas	02.11.1938
Delegação da JNF no Algarve	DM	Posto de desinfestação de frutas na zona portuária de Portimão	02.11.1938
José Augusto Ferreira Júnior	DM	Instalação de maquinaria em fábrica de moagem de pimentão, em Riachos Torres Novas	09.11.1938
A Alentejana, Ld. ^a .	DM	Fábrica de moagem de pimentão, em São Pedro, Elvas	09.11.1938
A Alentejana, Ld. ^a .	DM	Transferência de moinho para fábrica de pimentão de Vila Viçosa para Elvas	09.11.1938
A Alentejana, Ld. ^a .	DM	Substituição de maquinaria em Fábrica de moagem de pimentão, em Vila Viçosa	09.11.1938
José Bernardo de Miranda	DM	Moagem de pimentão, no Entroncamento	09.11.1938
José Bernardo de Miranda	PI	Moagem de pimentão para uso próprio, em Vila Nova da Barquinha	16.11.1938
Jorge da Fonseca Bastos	DM	Constituição de uma sociedade para exploração de fábrica de moagem de pimentão, em Chança, Alter do Chão	19.10.1938
Alexandre Duarte Silva	PI	Estufas de secagem de colorau, em São Bartolomeu, Borba	23.11.1938
Jorge da Fonseca Bastos	DM	Fábrica de moagem de pimentão, em Chança, Alter do Chão	30.11.1938
Sociedade Produtoras Alimentares Luso-Italiana, Ld. ^a	DM	Fábrica de preparação de tomate, na Chamusca	25.01.1939

Raimundo José Soares Mendes	DM	Moagem de pimentão, em São Facundo, Abrantes	25.01.1939
Alexandre Duarte Silva	DM	Três estufas de secagem de pimentão, em São Bartolomeu, Borba	25.01.1939
Manuel Joaquim Louro	DM	Fábrica de moagem de pimentão, em Arraiolos	25.01.1939
Filipe Reynolds de Sousa	PI	Instalação de maquinaria em fábrica de moagem de pimentão, na Herdade das Aldeias, Estremoz	08.02.1939
Sociedade de Produtos Alimentares Luso-Italiana, Ld. ^a	PI	Instalação de maquinaria na sua fábrica de concentrado de tomate, na Chamusca	08.02.1939
Joaquim Francisco Macieira	PI	Fábrica de moagem de pimentão, em Abrantes	01.03.1939
Sociedade Colocadora de Produtos Portugueses, Ld. ^a .	PI	Fábrica de moagem de pimentão, em Vila Franca de Xira	15.03.1939
João Nunes Sequeira	PI	Instalação de maquinaria em fábrica de moagem de pimentão e especiarias, Santo António das Areias, em Marvão	22.03.1939
José Rosa	PI	Moagem de pimentão, em Ponte de Sor	22.03.1939
António Trigueiros Coelho de Aragão	PI	Instalação de maquinaria destinada à moagem de pimentão, em Alcains, Castelo Branco	05.04.1939
A.Briz Garcia & C ^a :	PI	Fábrica de moagem de pimentão, em Vila Franca de Xira	12.04.1939
João Maria Duarte	PI	Instalação de fábrica de moagem de pimentão, em Santa Maria, Setúbal	03.05.1939
Morais Irmãos Ld. ^a .	PI	Instalação de estufas mecânicas para secagem de legumes, hortaliças, pimentão e outros frutos em oficina de serralharia, em Arronches	17.05.1939
João Nunes Sequeira	DM	Instalação de maquinaria em fábrica de moagem e especiarias, em Santo António das Areias, Marvão	14.06.1939
Filipe Reynolds de Sousa	DM	Instalação de maquinaria em fábrica de moagem de pimentão, na Herdade das Aldeias, Estremoz	05.07.1939
A Alentejana, Ld. ^a .	PI	Compra da fábrica de moagem de pimentão pertencente à firma António Lopes Sabino (Viúva), em Elvas	12.07.1939
A Alentejana, Ld. ^a	DM	Transferência de fábrica de moagem de Borba para Vila Viçosa	19.07.1939
João Maria Duarte	DM	Fábrica de pimentão, em Santa Maria, Setúbal	19.07.1939
Sociedade Colocadora de Produtos Portugueses, Ld. ^a	DM	Fábrica de moagem de pimentão, em Vila Franca de Xira	19.07.1939
Sociedade Fabril de Pimentão, Ld. ^a .	PI	Fábrica de pimentão, em Chança, Alter do Chão	02.08.1939
Joaquim Antunes Calado	PI	Instalação de maquinaria destinada à moagem de pimentão, na Golegã	23.08.1939
A Alentejana, Ld. ^a	PI	Instalação de maquinaria na sua fábrica de moagem de pimentão, em Riachos, Torres Novas	23.08.1939
Raul Moreira Courrége	DM	Prorrogação do prazo, por 180 dias	25.10.1939

Sociedade Corretora, Ld. ^a .	DM	Oficinas para o fabrico de conservas de ananases, em Ponta Delgada e Vila Franca do Campo	08.11.1939
Sociedade Fabril de Pimentão, Ld. ^a .	DM	Fábrica de pimentão, em Chança, Alter do Chão	08.11.1939
Joaquim Francisco Macieira	DM	Fábrica de moagem de pimentão, em Abrantes	08.11.1939
José Rosa	DM	Moagem de pimentão, em Ponte de Sor	08.11.1939
A.Briz & C ^a .	DM	Fábrica de pimentão, em Vila Franca de Xira	08.11.1939
A Alentejana, Ld. ^a	DM	Compra da fábrica de moagem de pimentão pertencente à firma António Lopes Sabino (Viúva), em Elvas	29.11.1939
A Alentejana, Ld. ^a .	DM	Instalação de maquinaria na sua fábrica ca de moagem de pimentão, em Riachos, Torres Novas	06.12.1939
Ezequiel Moreira da Silva	DM	Anexação de oficina de extração e preparação de sucos de laranja e ananás, na Ribeira Grande, Açores	27.12.1939
Joaquim Antunes Calado	DM	Instalação de maquinaria destinada à moagem de pimentão, na Golegã	27.12.1939
Eugénio Gonzalez & Filho	PI	Fábrica de moagem de pimentão, em Alhandra	10.01.1940
Rui Henriques Silveira	PI	Moagem de pimentão, em Soure	24.01.1940
Manuel José Cachatra	PI	Moagem de pimentão, em Pisões, Marvão	24.01.1940
Moagem Algarvia de Pimentão	PI	Fábrica de moagem de pimentão e especiarias, em Portimão	01.02.1940
José Bernardo de Miranda	DM	Fábrica de moagem, em Vila Nova da Barquinha	14.02.1940
António Trigueiros Coelho de Aragão	DM	Instalação de maquinaria destinada à moagem de pimentão, em Alcains, Castelo Branco	14.02.1940
Dominguez & Domiguez, Ld. ^a	PI	Fábrica de moagem de pimentão, em Lisboa	28.02.1940
Lobato & Henriques	PI	Fábrica de moagem de pimentão, em Ponte de Sor	28.02.1940
Manuel Joaquim Louro	PI	Instalação de maquinaria em Fábrica de moagem de pimentão, em Arraiolos	28.02.1940
Morais & C ^a .	PI	Câmara de expurgo de frutas, especialmente de castanhas, em Carrzedo do Montenegro, Valpaços	13.03.1940
Manuel Francisco Fernandes	PI	Fábrica de moagem de pimentão, em Ponte de Sor	20.03.1940
Sociedade de Produtos Alimentares Luso-Italiana, Ld. ^a	PI	Fábrica de concentrado de tomate, na Golegã	27.03.1940
José Augusto Ferreira	PI	Fábrica de preparação de frutas (tomate, laranja, marmelo, pêssago, ervilha, etc), na Golegã	17.04.1940
Vasco de Bettencourt Furtado	PI	Fábrica de preparação de concentrado e polpa de tomate, na Golegã	17.04.1940
Brandão & C ^a .	DM	Prorrogação do prazo da transferência da fábrica, em Ovar	17.04.1940
Joaquim Augusto Martins	PI	Instalação de secção de moagem de pimentão em fábrica manual de preparação de tomate e ervilhas, em Setúbal	17.04.1940
Manuel Gomes	PI	Fábrica de preparação de frutas, em Santarém	24.04.1940

Sociedade Colocadora de Produtos Portugueses, Ld. ^a .	PI	Instalação de moinhos para moagem de pimentão, em Vila Franca de Xira	24.04.1940
Manuel Rosa Eusébio	PI	Moagem de pimentão, em Ponte de Sor	24.04.1940
José Augusto	PI	Moagem de pimentão, em Abrantes	24.04.1940
Artur Garcia	PI	Fábrica de moagem de pimentão, em São Miguel, Abrantes	01.05.1940
Vasco & Ferreira, Ld. ^a	PI	Instalação de maquinaria em fábrica de massas de tomate, em Riachos, Torres Novas	08.05.1940
Manuel Joaquim Louro	DM	Prorrogação do prazo, por seis meses	08.05.1940
Manuel Joaquim Louro	DM	Instalação de maquinaria em fábrica de moagem de pimentão, em Arraiolos	08.05.1940
Rui Henriques Silveirinha	DM	Moagem de pimentão, em Soure	08.05.1940
Carlos Nunes Carrapo Júnior	PI	Fábrica de moagem de pimentão, em Coruche	15.05.1940
Vasco & Ferreira, Ld. ^a .	PI	Fábrica-filial de produtos de tomate, na Golegã	22.05.1940
Dias & Dias	PI	Anexação de fábrica de preparação de frutas a fábrica de conservas de peixe, em Vila Franca do Campo	15.05.1940
Lobato & Henriques	DM	Fábrica de moagem de pimentão, em Ponte de Sor	29.05.1940
Manuel Rosa Eusébio	DM	Moagem de pimentão, em Ponte de Sor	07.08.1940
José Augusto	DM	Moagem de pimentão, em Abrantes	07.08.1940
João Nunes Sequeira	DM	Prorrogação do prazo, por doze meses	21.08.1940
Moagem Algarvia de Pimentão, Ld. ^a .	DM	Fábrica de moagem de especiarias e pimentão, em Portimão	21.08.1940
Emiliano da Conceição Camoesas	PI	Fábrica de moagem de pimentão, em Abrantes	28.08.1940
José Augusto Ferreira	DM	Fábrica de preparação de frutas (tomate, laranja, marmelo, pêssago, ervilha, etc), na Golegã	04.09.1940
Vasco de Bettencourt Furtado	DM	Fábrica de preparação de concentrado e polpa de tomate, na Golegã	04.09.1940
Sociedade de Produtos Alimentares Luso-Italiana, Ld. ^a .	DM	Fábrica de preparação de tomate, na Golegã	11.09.1940
Vasco & Ferreira, Ld. ^a	DM	Fábrica-filial de produtos de tomate, na Golegã	11.09.1940
A Alentejana, Ld. ^a .	PI	Transferência de moinho da fábrica de Elvas para a de Riachos	09.10.1940
Manuel Gomes	DM	Fábrica de preparação de frutas, na Chamusca	23.10.1940
Joaquim Antunes Calado	PI	Substituição de maquinaria em moagem de pimentão, na Golegã	30.10.1940
Manuel Gomes	PI	Moagem de pimentão e piretro, na Chamusca	30.10.1940
Vasco & Ferreira, Ld. ^a	DM	Fábrica de massas de tomate, em Riachos, Torres Novas	30.10.1940
Dominguez & Dominguez, Ld. ^a	DM	Fábrica de moagem de pimentão, em Lisboa	06.11.1940
A Alentejana, Ld. ^a	PI	Manutenção da laboração de estufas em moagem de pimentão, em Riachos, Torres Novas	13.11.1940

A Alentejana, Ld. ^a	PI	Instalação de maquinaria em fábrica de moagem de pimentão, em Elvas	13.11.1940
Manuel José Louro	PI	Transferência de moagem de Arraiolos para zonas irrigadas do Sado ou Ribatejo	20.11.1940
António Jorge de Sousa	DM	Instalação de maquinaria para fabrico de massa de tomate, na Golegã	20.11.1940
Lobato & Henriques	DM	Admissão de dois sócios e constituição de nova sociedade	20.11.1940
Álvaro do Rego Cascais	PI	Instalação de maquinaria em fábrica de conservas de frutas, em Ponte Delgada	27.11.1940
Casa dos Presuntos, Ld. ^a	PI	Fábrica de sumos de tomate, no Estoril, Cascais	18.12.1940
A Alentejana, Ld. ^a	PI	Estufas na sua fábrica, em Riachos, Torres Novas	25.12.1940
Sociedade Colocadora de Produtos Portugueses, Ld. ^a	DM	Instalação de moinhos em fábrica de moagem de pimentão, em Vila Franca de Xira	01.01.1941
A. Briz & Garcia	DM	Prorrogação do prazo por doze meses (moagem de alfarroba, em Silves)	08.01.1941
A. Briz & Garcia	DM	Prorrogação do prazo, por doze meses	08.01.1941
Elísio da Graça Pereira	PI	Moagem de pimentão para confeção de especiarias condimentares, em Bragança	22.01.1941
A Alentejana, Ld. ^a	PI	Estufas para secagem de pimentão, em Borba	29.01.1941
A Alentejana, Ld. ^a	PI	Estufas para secagem de pimentão, em Elvas	29.01.1941
Celestino Augusto Portela	PI	Moagem de pimentão, na Vila da Feira, Aveiro	19.02.1941
A. Briz Garcia & C ^ª .	PI	Instalação de estufas em moagem de pimentão, em Vila Franca de Xira	19.02.1941
José Pereira Sabino	DM	Fábrica de extratos e essências de frutos e plantas, em Ponta Delgada	19.02.1941
A Alentejana, Ld. ^a	PI	Transferência de fábrica de Elvas para Alhandra	12.03.1941
João de Almeida Bastos Ribeiro	PI	Estufas mecânicas para secagem de pimentão, em Sousel	19.03.1941
Álvaro do Rego Cascais	DM	Instalação de maquinaria em fábrica de conservas de frutas, em Ponta Delgada	19.03.1941
António de Paiva Tavares	PI	Estufas manuais para secagem de pimentos, em Urra, Portalegre	02.04.1941
Machado & Santos, Ld. ^a	PI	Indústria de fabricação de polpa de tomate, em Setúbal	09.04.1941
João de Andrade Bastos Ribeiro	PI	Estufas mecânicas para secagem de pimentão, em Sousel	16.04.1941
Casa dos Presuntos, Ld. ^a	DM	Fábrica de sumos de tomate, no Estoril, Cascais	16.04.1941
João José Gil	PI	Secador de pimentão, em Ponte de Sor	23.04.1941
Manuel Celestino Escarduça	PI	Instalação de moinho em fábrica de moagem de pimentão, em Elvas	30.04.1941
Joaquim Francisco Macieira	PI	Aumento do equipamento na fábrica de moagem de pimentão, em Abrantes	30.04.1941

José da Rosa	PI	Estufas para secagem de pimentão, em Ponte de Sor	07.05.1941
José Espadinha	PI	Estufas para secagem de pimentão, em Ponte de Sor	07.05.1941
Joaquim Afonso	PI	Estufas para secagem de pimentão, em Ponte de Sor	07.05.1941
Manuel Rodrigues Pais Mouzinho	PI	Estufas para secagem de pimentão, em Ponte de Sor	07.05.1941
José Nunes Inácio	PI	Estufas para secagem de pimentão, em Ponte de Sor	07.05.1941
Moagem Algarvia de Pimentão, Ld. ^a	PI	Instalação de maquinara em moagem de pimentão, em Olhão	14.05.1941
Raimundo António Ferreira	PI	Fábrica de conservas de tomate, na Trafaria, Almada	21.05.1941
Garcia & Granja	PI	Estufas para secagem de pimentão, em Abrantes	21.05.1941
João Ministro Pais	PI	Secadores de pimentão, em Ponte de Sor	04.06.1941
João Nunes Sequeira	PI	Secadores de pimentão, em Fronteira	04.06.1941
Jorge da Fonseca Bastos	PI	Estufas para secagem de pimentão, no Crato	18.06.1941
Lobato & Henriques	DM	Instalação de maquinismos, em Ponte de Sor	18.06.1941
Manuel Rosa Eusébio	PI	Secadores de pimentão, em Ponte de Sor	25.06.1941
A. Briz Garcia & C ^a .	PI	Estufas para secagem de pimentão, em Salvaterra de Magos	25.06.1941
A Alentejana, Ld. ^a	PI	Estufas para secagem de pimentão, em Borba	25.06.1941
Sociedade Fabril de Pimentão	PI	Substituição de maquinaria em fábrica de moagem de pimentão, em Alter do Chão	25.06.1941
Sociedade Produtos Alimentares, Ld. ^a	PI	Instalação de maquinaria em fábrica de concentrado de tomate, na Chamusca	09.07.1941
Bastos Fernandes & Magalhães	PI	Oficina de preparação e conserva de frutas, no Porto	09.07.1941
Lopes Sabino, Ld. ^a	PI	Moagem de pimentão, em Portalegre	09.07.1941
Manuel Albino Domingues	PI	Estufa para secagem de pimentão, em Ponte de Sor	23.07.1941
António Lobato DA Silva	PI	Estufas para secagem de pimentão, em Ponte de Sor	23.07.1941
José António Lobato	PI	Secadores de pimentão, em Ponte de Sor	23.07.1941
José António Lobato	PI	Secadores de pimentão, em Ponte de Sor	23.07.1941
Raúl da Silva Lobato	PI	Secadores de pimentão, em Ponte de Sor	23.07.1941
Emiliano da Conceição Camoesas	PI	Estufas para secagem de pimentão, em Ponte de Sor	23.07.1941
Machado & Santos, Ld.^a.	DM	Indústria de fabricação de polpa de tomate, em Setúbal	28.07.1941
A Alentejana	PI	Estufas para secagem de pimentão, em Tavira	30.07.1941
José da Rosa	PI	Instalação de maquinaria em fábrica de moagem de pimentão, em Ponte de Sor	13.08.1941
Manuel Malheiros da Costa	PI	Moagem de pimentão, em Abrantes	13.08.1941
José Miguel Sequeira	PI	Indústria de conservas de polpa de tomate, em Almoçageme, Sintra	20.08.1941
Sociedade Produtos Alimentares (antiga Sociedade de Produtos Alimentares Luso-Italiana)	PI	Transferência para o nome de Mariano Lopes [Golegã]	27.08.1941
Morais & Irmãos, Ld. ^a	PI	Estufas para secagem de pimentão, frutas, legumes e hortaliças, em Arronches	27.08.1941

Lobato & Henriques, Ld. ^a	PI	Instalação de maquinaria na fábrica de moagem de pimentão, em Ponte de Sor	24.09.1941
Dominguez & Dominguez, Ld. ^a	PI	Estufas para secagem de pimentão, na Golegã	24.09.1941
Dominguez & Dominguez	PI	Estufas para secagem de pimentão, em Alcáçovas	24.09.1941
Dominguez & Dominguez	PI	Estufas para secagem de pimentão, em Ferreira do Alentejo	24.09.1941
Emiliano da Conceição Camoesas	PI	Fábrica de massa de pimentão para tempero de carnes, de massa de tomate e tomate enlatado, em Ponte de Sor	24.09.1941
José Augusto Ferreira	PI	Moagem de pimentão, em Ponta Delgada	15.10.1941
A Alentejana, Ld. ^a	PI	Estufas para secagem de pimentão, em Évora	29.10.1941
A Alentejana, Ld. ^a	PI	Instalação de maquinaria, em Riachos, Torres Novas	05.11.1941
Artur Ferreira	PI	Estufas para secagem de pimentão, em Ponte de Sor	05.11.1941
Conserveira Íris, Ld. ^a	PI	Instalação de maquinaria na fábrica de conservas de frutas, em Vila Franca de Xira	16.11.1941
A Alentejana, Ld. ^a	PI	Moinho para moagem de pimentão, em Elvas	03.12.1941
Raimundo António Ferreira	DM	Fábrica de conservas de tomate, em Almada	17.12.1941
João Alexandre Marques Pais	PI	Estufa para secagem de pimentão, em Avis	07.01.1942
Machado & Santos, Ld. ^a	PI	Fábrica de moagem de pimentão, no Seixal	07.01.1942
João Lopes Cabedal Vicente	PI	Fábrica de moagem de pimentão, em Ponte de Sor	07.01.1942
Sociedade de Produtos Alimentares, Ld. ^a	DM	Instalação de maquinaria em fábrica de concentrado de tomate, na Chamusca	07.01.1942
Sociedade de Produtos Alimentares, Ld. ^a	PI	Instalação de maquinaria em fábrica de preparação de tomate, na Chamusca	28.01.1942
Bastos Fernandes & Magalhães, Ld. ^a	DM	Oficina de preparação e conservação de frutas, no Porto	18.02.1942
Joaquim Antunes Calado	DM	Substituição de maquinaria em moagem de pimentão, na Golegã	18.02.1942
Moagem Algarvia de Pimentão	DM	Instalação de maquinaria, em Olhão	18.02.1942
Moagem Algarvia de Pimentão	DM	Instalação de maquinaria, em Portimão	18.02.1942
Lobato & Henriques	DM	Instalação de maquinaria, em Ponte de Sor	18.02.1942
A Alentejana, Ld. ^a	DM	Transferência de moinho	18.02.1942
A Alentejana, Ld. ^a	DM	Estufas para secagem de pimentão, em Riachos, Torres Novas	18.02.1942
A Alentejana, Ld. ^a	DM	Instalação de maquinaria, em Elvas	18.02.1942
A Alentejana, Ld. ^a	DM	Transferência da secção de moagem de Riachos para Alhandra	18.02.1942
Manuel Celestino Escarudça	DM	Fábrica de pimentão, em Elvas	18.02.1942
António Maria Alvega	PI	Estufas para secagem de pimentão, em Ponte de Sor	11.03.1942
Manuel Celestino Escarudça	PI	Estufas para secagem de pimentão, em Elvas	11.03.1942
João Baptista Brito	PI	Fábrica de massa e polpa de tomate e azeitona verde em conserva, em Vila Real de Santo António	25.03.1942
Vasco Bettencourt Ferreira	DM	Prorrogação do prazo, por mais 12 meses	25.03.1942
Manuel Gomes	DM	Prorrogação do prazo, por mais 12 meses	25.03.1942

Dominguez & Dominguez	PI	Transferência da Fábrica de moagem de pimentão de Santarém para a Golegã	01.04.1942
João Manuel Falca	PI	Estufas para secagem de pimentão, em Ponte de Sor	01.04.1942
Fernando Rosa de Almeida	PI	Fábrica de moagem de pimentão, em Abrantes	01.04.1942
Fernando Rosa de Almeida	PI	Secadores de pimentão, em Abrantes	01.04.1942
António de Paiva Tavares	PI	Instalação de maquinaria em fábrica de moagem de pimentão, em Portalegre	08.04.1942
João Nunes Sequeira	PI	Instalação de maquinaria em fábrica de moagem de pimentão, em Marvão	15.04.1942
Dominguez & Dominguez	PI	Transferência de fábrica para Golegã para fusão com a fábrica de Joaquim Nunes Calado	22.04.1942
Bastos, Fernandes & Magalhães, Ld. ^a	PI	Transferência de maquinaria do Porto para Portimão	06.05.1942
José Pereira Sabino	DM	Prorrogação do prazo, por mais 12 meses	06.05.1942
Sociedade Produtos Alimentares, Ld. ^a	DM	Transferência para o nome de Mariano Lopes	06.05.1942
José Federico de Sousa	PI	Fábrica de moagem de pimentão, na Fajã de Baixo, Ponta Delgada	13.05.1942
Filipe Reynolds de Sousa	PI	Estufas para secagem de pimentão, em Estremoz	20.05.1942
António de Paiva Tavares	PI	Estufas para secagem de pimentão, em Portalegre	3.6.1942
Filipe Reynolds de Sousa	PI	Transferência de estufas de Borba para Estremoz	3.6.1942
Vasco & Ferreira, Ld. ^a	PI	Instalação de maquinaria em fábrica de massas de tomate, em Riachos, Torres Novas	10.06.1942
Artur António do Amaral Frazão	PI	Fábrica de preparação de calda e polpa de tomate, no Monte da Caparica, Almada	10.06.1942
José Miguel Sequeira	DM	Indústria de conservas de polpa de tomate, em Almoçageme, Sintra	10.06.1942
João Nunes Sequeira	PI	Secadores de pimentão, em Marvão	17.06.1942
Joaquim Antunes Calado	PI	Trespasse da fábrica de pimentão, na Golegã	17.06.1942
Francisco Vieira Morgado Figueira	PI	Secadores de pimentão, em Castelo de Vide	01.07.1942
A Alentejana	PI	Posto de secagem de pimentão, em Borba	01.07.1942
Georgina de Avelar Machado Soares	PI	Instalação de maquinaria em moagem de pimentão, em Abrantes	01.07.1942
Lobato & Henriques	PI	Substituição de maquinaria em fábrica de moagem de pimentão, em Ponte de Sor	01.07.1942
Concentradora do Algarve, SARL	PI	Instalação de maquinaria em fábrica de xaropes concentrados para fabrico de extração e concentração de sucos de frutos, em Albufeira	08.07.1942
João Fernandes	PI	Secadores de pimentão, em Abrantes	15.7.1942
João Nunes Sequeira	PI	Secadores de pimentão, em Abrantes	15.07.1942
Simões & Ventura	PI	Fábrica de trituração e moagem de alfarroba, em Olhão	22.07.1942

José da Rosa	PI	Estufas, em Ponte de Sor	22.07.1942
Manuel C. Pais	PI	Fábrica de farinhas, xaropes essências de frutos, na Vila da Feira	05.08.1942
União dos Exportadores do Sul	PI	Fábrica de trituração e farinação de alfarroba, em Faro	05.08.1942
União dos Exportadores do Sul	PI	Fábrica de trituração e farinação de alfarroba, em Albufeira	05.08.1942
União dos Exportadores do Sul	PI	Fábrica de trituração e farinação de alfarroba, em Tavira	05.08.1942
Nunes Irmãos, Ld. ^a	PI	Fábrica de trituração e farinação de alfarroba, em Loulé	05.08.42
João Josino Costa	PI	Fábrica de trituração e farinação de alfarroba, em Portimão	05.08.42
Sociedade Fabril Pimentão	DM	Substituição de maquinaria, em Alter do Chão	05.08.1942
Joaquim Francisco Macieira	DM	Prorrogação do prazo, pelo período de 12 meses	05.08.1942
Emiliano Camoesas	DM	Estufas para secagem de pimentão, em Abrantes	05.08.1942
Artur Garcia	DM	Fábrica de moagem de pimentão, em Abrantes	05.8.1942
Manuel Gomes	DM	Moagem de pimentão, na Chamusca	05.08.1942
A Alentejana, Ld. ^a	DM	Estufas para secagem de pimentão, em Riachos, Torres Novas	05.08.1942
A Alentejana, Ld. ^a	DM	Estufas para secagem de pimentão, em Elvas	05.08.1942
A Alentejana, Ld. ^a	DM	Estufas para secagem de pimentão, em Borba	05.08.1942
João de Andrade Bastos Ribeiro	DM	Estufas para secagem de pimentão, em Sousel	05.08.1942.
António de Paiva Tavares	DM	Secção de secagem, em Portalegre	05.08.1942
João José Gil	DM	Secador de pimentão, em Ponte de Sor	05.08.1942
Manuel Cesletino Escarduça	DM	Ampliação da fábrica, em Elvas	05.08.1942
Manuel celestino Escarduça	DM	Ampliação de fábrica, em Elvas	05.08.1942
José da Rosa	DM	Estufas para secagem de pimentão, em Ponte de Sor	05.08.1942
Garcia & Granja	DM	Estufas para secagem de pimentão, em Abrantes	05.08.1942
João Nunes Sequeira	DM	Secadores de pimentão, em Fronteira	05.08.1942
Jorge da Fonseca Bastos	DM	Estufas para secagem de pimentão, no Crato	05.08.1942
A. Briz Garcia & C ^a	DM	Estufas para secagem de pimentão, em Salvaterra de Magos	05.08.1942
Joaquim Francisco Macieira	DM	Ampliação da fábrica de pimentão, em Abrantes	05.08.1942
José da Rosa	DM	Ampliação da fábrica, em Ponte de Sor	05.08.1942
A. Briz Garcia & C ^a	DM	Estufas para secagem de pimentão, em Ponte de Sor	05.08.1942
A Alentejana, Ld. ^a	DM	Estufas para secagem de pimentão, em Riachos, Torres Novas	05.08.1942
A Alentejana, Ld. ^a	DM	Posto de receção, em Torres Novas	05.08.1942
Rui Silveira	DM	Prorrogação do prazo, pelo período de seis meses	05.08.1942
A Alentejana, Ld. ^a	DM	Estufas para secagem de pimentão, em Borba	05.08.1942
A Alentejana, Ld. ^a	DM	Estufas para secagem de pimentão, em Borba	05.08.1942
José Grilo	DM	Secador de pimentão, em Avis	05.08.1942
A Alentejana, Ld. ^a	DM	Estufas para secagem de pimentão, em Tavira	05.08.1942
A Alentejana, Ld. ^a	DM	Posto de receção, em Tavira	05.08.1942
Dominguez & Dominguez, Ld. ^a	DM	Estufas para secagem de pimentão, na Golegã	05.08.1942
Dominguez & Dominguez, Ld. ^a	DM	Estufas para secagem de pimentão, em Ferreira do Alentejo	05.08.1942

Dominguez & Dominguez, Ld. ^a	DM	Estufas para secagem de pimentão, em Alcáçovas	05.08.1942
Artur Amaral Razão	PI	Fábrica de conservas de frutos e legumes, na Caparica, Almada	12.08.1942
Maria Gomes Bernardes	PI	Salga de peixe e conservas de legumes, no Funchal	12.08.1942
F.C. Modesto Júnior	PI	Indústria de trituração, moagem e seleção de caroços de alfarroba, em Albufeira	19.08.1942
Sociedade de Produtos Alimentares	DM	Fábrica de tomate, na Chamusca	19.08.1942
Bastos Fernandes & Magalhães	DM	Transferência de fábrica do Porto para Portimão	19.08.1942
Vasco & Ferreira, Ld. ^a	DM	Fábrica de massas de tomate, em Riachos, Torres Novas	26.08.1942
Vasco & Ferreira, Ld. ^a	DM	Instalação de maquinismos	26.08.1942
Guerreiro & C ^a , Ld. ^a	PI	Fábrica de moagem de pimentão, em Olhão	02.09.1942
Manuel Romão	PI	Secadores de pimentão, em Ponte de Sor	02.09.1942
António José Eusébio	PI	Secadores de pimentão em Ponte de Sor	16.09.1942
Manuel Rodrigues Galveia	PI	Secador de pimentão, em Ponte de Sor	16.09.1942
Joaquim Nascimento Tapadas	PI	Estufas e fornalhas para seca de pimentão, em Ponte de Sor	23.09.1942
Sociedade de Produtos, Alimentares, Ld. ^a	PI	Instalação de maquinaria em fábrica de concentrado de tomate, na Chamusca	30.09.1942
Silvério Francisco Sim Sim	PI	Estufas para secagem de pimentão, em Alcáçovas, Viana do Alentejo	07.10.1942
António Maria Alvega	PI	Secador de pimentão, em Ponte de Sor	14.10.1942
Manuel Gaspar Patrocínio e Reinaldo Pereira da Assunção	PI	Instalação de frio em câmaras, destinada à congelação e conservação de carne, peixe e frutas, em Portimão	21.10.1942
José do Nascimento Pereira	PI	Trituração e moagem de alfarroba, em local a designar, no Algarve	21.10.1942
Moagem Algarvia de Pimentão	PI	Trituração e moenda de alfarroba e respetivo caroço, em Portimão	21.10.1942
João Mascarenhas de Mendonça	PI	Trituração e moagem de alfarroba, em Olhão	21.10.1942
Francisco Guerra	PI	Estufas para secagem de pimentão, em Ponte de Sor	21.10.1942
Francisco Sebastião Tapadas	PI	Secador de pimentão, em Ponte de Sor	21.10.1942
Manuel Esteves	PI	Secador de pimentão, em Ponte de Sor	21.10.1942
Jacinto Godinho	PI	Secador de pimentão, em Alter do Chão	21.10.1942
José de Matos	PI	Secadores e moagem de pimentão, em Ponte de Sor	11.11.1942
Jacinto Joaquim	PI	Manutenção da laboração de um secador, em Ponte de Sor	11.11.1942
João Francisco	PI	Secadores de pimentão, em Ponte de Sor	11.11.1942
António Pais Branco	PI	Estufas para secagem de pimentão, em Ponte de Sor	11.11.1942
Gabriel Vital Machado	PI	Secadores de pimentão, em Ponte de Sor	11.11.1942
Emiliano da Conceição Camoesas	PI	Estufas para secagem de pimentão, em Ponte de Sor	11.11.1942
Lucílio Pires Banond	PI	Moagem de pimentão, em Alcáçovas, Viana do Alentejo	11.11.1942

Conserveira Íris, Ld. ^a	DM	Instalação de maquinaria na fábrica de conservas de frutas, em Vila Franca de Xira	18.11.1942
Francisco Albano Ferreira Tavares	PI	Instalação de maquinismos em fábrica de conserva de frutas, na Chamusca	02.12.1942
Bacelar & C ^a ., Ld. ^a	PI	Fábrica de moagem de crueira, no Porto	02.12.1942
José Joaquim Cabaço	PI	Secador de pimentão, em Gavião	02.12.1942
Concentradora do Algarve, SARL	PI	Ampliação da fábrica de concentrados e xaropes de figo e alfarroba, e alimentos para gado, em Albufeira	09.12.1942
Dominguez & Dominguez	PI	Estufas para secagem de pimentão, na Chamusca	30.12.1942
A. Briz Garcia & C ^a .	PI	Estufas para secagem de pimentão, na Golegã	30.12.1942
António Cunha	PI	Estufas para secagem de pimentão, em Ponte de Sor	20.01.1943
Vítor Pais	PI	Câmaras de conservação frigorífica para peixe e frutas, em Coimbra	20.01.1943
Sociedade Colocadora de Produtos Portugueses, Ld. ^a	PI	Instalação de maquinismo em fábrica de moagem de pimentão, na Chamusca	10.02.1943
José Maria Martins	PI	Estufas para secagem de pimentão, em Ponte de Sor	10.02.1943
Manuel Faustino Fernandes	PI	Indústria de moagem de pimentão, em Ponte de Sor	17.02.1943
Alexandre Dias	PI	Estufas para secagem de pimentão, em Ponte de Sor	17.02.1943
Joaquim Maria Mendonça Lino Neto	PI	Estufas para secagem de pimentão, em Gavião	17.02.1943
Artur António do Amaral Frazão	DM	Fábrica de conservas de frutas e legumes, em Almada	24.02.1943
João Baptista Brito	DM	Fábrica de massa e polpa de tomate e azeitona verde em conservas, em Vila Real de Santo António	10.03.1943
Cruz Irmãos, Ld. ^a	PI	Indústria de seca e moagem de frutas, no Funchal	17.03.1943
António Martins Ferreira	PI	Indústria de seca e moagem de pimentão, em Coimbra	17.03.1943
António Palácio Perez	PI	Fábrica de moagem de pimentão, em Almeirim	14.04.1943
António Nunes da Silva, Herdeiros	PI	Estufas para secagem de pimentão, em Coruche	14.04.1943
José Augusto Martins	PI	Manutenção da laboração da fábrica de frutas reduzidas a pó e fabricação de xaropes naturais, na Maia	21.04.1943
Manuel Gomes	PI	Fábrica de conservas de frutas, na Chamusca	21.04.1943
Vasco Bettencourt Furtado	PI	Fábrica de preparação de tomate concentrado e em polpa, na Golegã	21.04.1943
Sociedade de Iniciativa Mercantil, Ld. ^a	PI	Fábrica para industrialização da alfarroba e sua semente, no Algarve	19.05.1943
Sociedade de Produtos Alimentares	DM	Instalação de maquinaria em fábrica de preparação de tomate, na Chamusca	19.05.1943
Artur António do Amaral Frazão	DM	Fábrica de preparação de calda e polpa de tomate, em Almada	02.06.1943
Bacelar & C ^a ., Ld. ^a	DM	Fábrica de moagem de crueira, no Porto	02.06.1943
Sociedade de Produtos Alimentares	PI	Instalação de maquinismo na fábrica de preparação de tomate, na Chamusca	09.06.1943

Concentradora do Algarve, SARL	DM	Instalação de maquinaria em fábrica de xaropes concentrados para fabrico de extração e concentração de sucos de frutos, em Albufeira	09.06.1943
Companhia Alentejana de Cereais	PI	Fábrica de moagem de pimentão, em Serpa, Beja	23.06.1943
Mariano Lopes	DM	Prorrogação do prazo, pelo período de doze meses	14.07.1943
Francisco Albano Ferreira Tavares	DM	Instalação de maquinismos em fábrica de conserva de frutas, na Chamusca	14.07.1943
Vasco Bettencourt Furtado	DM	Fábrica de preparação de tomate concentrado e em polpa, na Golegã	04.08.1943
Manuel Gomes	DM	Fábrica de conservas de frutas, na Chamusca	04.08.1943
J. J. Celorico Palma	PI	Secção de conservas de legumes, frutas, caça e aves domésticas em fábrica de conservas de peixe, em Tavira	11.08.1943
Carlos A. Martins	PI	Fábrica de farinação de bananas, no Funchal	06.10.1943
Lopes Sabino, Ld. ^a	PI	Fábrica de conservação e preparação de tomate, em Elvas	03.11.1943
Frutália, Ld. ^a	PI	Fábrica de marmeladas, compotas, conservas de frutas e legumes e preparação e concentração de tomate em calda e polpa, na Golegã	10.11.1943
Vasco & Ferreira, Ld. ^a	PI	Instalação de maquinismo, em fábrica de conservas de massa de tomate, em Torres Novas	17.11.1943
Sociedade Congeladora, Ld. ^a	PI	Fábrica de sumos naturais, sumos concentrados e pastas de frutos, em Lisboa	01.12.1943
Conserveira Íris, Ld. ^a	PI	Renovação da autorização para instalação de maquinismos	22.12.1943
Sociedade de Produtos Alimentares	DM	Instalação de maquinismo na fábrica de preparação de tomate, na Chamusca	05.01.1944
Concentradora do Algarve, SARL	DM	Prorrogação do prazo, por doze meses	05.01.1944
António José Martins Galvão	PI	Estabelecimento industrial para desidratação, concentração, cristalização e aglomeração de produtos alimentares e vegetais, em Lisboa	12.01.1944
Conservas Íris	PI	Instalação de estufas para secagem de fruta, na sua fábrica, em Vila Franca de Xira	12.01.1944
Vasco & Ferreira, Ld. ^a	DM	Instalação de maquinismo, em fábrica de conservas de massa de tomate, em Torres Novas	19.01.1944
José Augusto Martins	DM	Manutenção da laboração da fábrica de frutas reduzidas a pó e fabricação de xaropes naturais, na Maia	19.01.1944
Cruz Irmãos	DM	Indústria de seca e moagem de frutas, no Funchal	19.01.1944
José Augusto Ferreira	PI	Fábrica de derivados de tomate e todos os vegetais, em São Miguel	09.02.1944
Sociedade Portuguesa e Africana, Ld. ^a	PI	Indústria de farinha de pectine, extraída da semente de alfarroba	16.02.1944

Luís Vieira	PI	Oficina para moagem de crueira, carolo de milho, batata-doce, frutas e leguminosas, em Vale de Cambra	23.02.1944
Manuel da Costa Azevedo Júnior	PI	Fábrica de preparação e farinhação de leguminosas e frutos secos, em Santo Tirso	01.03.1944
Mário dos Santos Alves (representante de sociedade)	PI	Fábrica de preparação de tomate, em Coimbra	01.03.1944
Sociedade Araque Líbano, Ld. ^a	PI	Preparação de massa de tomate, na sua fábrica, em Coimbra	15.03.1944
Vasco Amaral Ferreira da Costa e Francisco Ferreira	PI	Indústria de moagem de mandioca e similares, para extração de farinhas alimentares e amidos industriais, em Lisboa	15.03.1944
Manuel C. Pais	DM	Fábrica de farinhas, xaropes essências de frutos, na Vila da Feira	22.03.1944
Sociedade de Concentrados e Conservas de Frutas, Ld. ^a	PI	Fábrica de concentrados, extratos e conservas de tomate e seus derivados, essências de frutas e conservas de hortaliças, em Almeirim ou Nazaré	05.04.1944
Sociedade de Produtos Alimentares, Ld. ^a	PI	Instalação de maquinismo, na sua fábrica na Chamusca	05.04.1944
Sociedade de Minas Reunidas, Ld. ^a	PI	Indústria de conservas de frutas e legumes, em Coimbra	26.04.1944
Albino Filipe Barbosa	PI	Oficina dedicada à preparação de sementes de alfarroba, no Porto ou em Faro	03.05.1944
Melo & Irmão, Ld. ^a	PI	Secagem e moagem de pimentão, em Coimbra	17.05.1944
João Gomes da Silva	PI	Fábrica de conservas e extratos de frutas, em Colares, Sintra	24.05.1944
Mário Lameiras de Figueiredo (representante duma sociedade)	PI	Fábrica de conservas, compotas, doces, extratos concentrados e de frutas e frutas cristalizadas, nas Caldas da Rainha	24.05.1944
António dos Santos Pereira	PI	Fábrica de concentrados de sumos de frutos, em Almeirim	07.06.1944
José Pereira Sabino	PI	Transferência da fábrica de extratos e essências de frutas de Envendos para Vila Franca de Xira	07.06.1944
Conservas Íris	DM	Instalação de estufas para secagem de fruta, na sua fábrica, em Vila Franca de Xira	07.06.1944
Sociedade Congeladora	DM	Fábrica de sumos naturais, sumos concentrados e pastas de frutos, em Lisboa	07.06.1944
Frutália, Ld. ^a	DM	Fábrica de marmeladas, compotas, conservas de frutas e legumes e preparação e concentração de tomate em calda e polpa, na Golegã	28.06.1944
José da Rosa	DM	Prorrogação do prazo, por doze meses	28.06.1944
Evaristo Nunes	PI	Fábrica de conservas de frutas em caldas, em Almada	05.07.1944
Dominguez & Dominguez	DM	Fábrica de preparação e conservação de produtos vegetais, na Golegã	05.07.1944
Sociedade Colocadora de Produtos Portugueses, Ld. ^a	DM	Fábrica de preparação e conservação de produtos vegetais, em Vila Franca de Xira	05.07.1944

Vasco & Ferreira, Ltda. ^a	DM	Instalação de maquinismos, na sua fábrica de conservas de massa de tomate, em Torres Novas	10.05.1944
Lopes Sabino, Ld. ^a	DM	Fábrica de conservação e preparação de tomate, em Elvas	10.05.1944
António Maria da Silva	PI	Fábrica de preparação e conservação de produtos vegetais, em Castelo Branco	26.07.1944
Sociedade de Produtos Alimentares	PI	Instalação de maquinismos em fábrica de concentrado de tomate, na Chamusca	02.08.1944
Carvalho & Sobrinho	PI	Manutenção da laboração da secção de fabrico de conservas de tomates, em Elvas	02.08.1944
Sousa, Valente & C ^a . Ld. ^a	PI	Fábrica de conservas de azeitona, em local a designar (Maia, Gondomar ou Maia)	09.08.1944
Luís Vieira	DM	Oficina para moagem de crueira, carolo de milho, batata-doce, frutas e leguminosas, em Vale de Cambra	16.08.1944
Conservas Íris	DM	Instalação de estufas na sua fábrica, em Vila Franca de Xira	13.09.1944
Albert William Janson	PI	Laboratório industrial para preparação e conservação de produtos destinados à alimentação e indústria, no Porto	20.09.1944
Sociedade de Produtos Alimentares, Ld. ^a	DM	Instalação de maquinismos na sua fábrica de tomate, na Chamusca	20.09.1944
Vasco Amaral Ferreira da Costa e Francisco Ferreira	DM	Indústria de moagem de mandioca e similares, para extração de farinhas alimentares e amidos industriais, em Lisboa	20.09.1944
Sociedade de Concentrados e Conservas de Frutas, Ld. ^a	DM	Fábrica de concentrados, extratos e conservas de tomate e seus derivados, essências de frutas e conservas de hortaliças, em Almeirim ou Nazaré	27.09.1944
Albino da Conceição Jardim	PI	Moinho para moagem de crueira, em Lisboa	11.10.1944
Luís de Sá	DM	Prorrogação do prazo, por doze meses	25.10.1944
Sociedade Colocadora de Produtos Portugueses, Ld. ^a	DM	Prorrogação do prazo, por noventa dias	08.11.1944
Humberto José Lopes de Madureira	PI	Fábrica de preparação e conservação de produtos vegetais, em Oeiras ou Lisboa	15.11.1944
Leonardo Rodrigues Lopes Sabino	PI	Moagem de pimentão, em Elvas	20.12.1944
António Mário Ribeiro da Costa (em nome de uma sociedade)	PI	Fábrica de moagem de crueira e beterraba, no Porto	20.12.1944
Acácio da Cruz Bento	PI	Moagem de pimentão, em Moncorvo	27.12.1944
José de Almeida Coelho	PI	Fábrica de preparação de concentrado de tomate, em Coimbra	03.01.1945
Francisco Albano Ferreira Tavares	DM	Prorrogação do prazo, por doze meses	17.01.1945
Sociedade de Minas Reunidas, Ld. ^a	DM	Indústria de conservas de frutas e legumes, em Coimbra	17.01.1945
Francisco Albano Ferreira Tavares	DM	Prorrogação do prazo, por doze meses	07.02.1945
José Pereira Sabino	DM	Transferência da fábrica de extratos e essências de frutas de Envendos para Vila Franca de Xira	07.02.1945

Sociedade de Produtos Alimentares	DM	Instalação de maquinismos, na sua fábrica de tomate, na Chamusca	07.02.1945
António Alves de Carvalho & C ^a , Ld. ^a	PI	Substituição de maquinaria em fábrica de farinha de pau, no Porto	14.02.1945
Fernando Sequeira	PI	Fábrica de massas de pimentão, em Mora	07.03.1945
Sociedade de Iniciativa Mercantil, Ld. ^a	DM	Fábrica para industrialização da alfarroba e sua semente, no Algarve	14.03.1945
António Maria da Silva	DM	Fábrica de preparação e conservação de produtos vegetais, em Castelo Branco	28.03.1945
Manuel da Costa Azevedo Júnior	DM	Fábrica de preparação e farinhação de leguminosas e frutos secos, em Santo Tirso	04.04.1945
Sociedade Colocadora dos Produtos Portugueses, Ld. ^a	AA	Anulação por não ter prestado a caução imposta	04.04.1945
Sociedade Araque Libano, Ld. ^a	DM	Preparação de massa de tomate, na sua fábrica, em Coimbra	11.04.1945
Octávio José Silva Gouveia Durão	PI	Fábrica de conservas de produtos vegetais, em Moncorvo	25.04.1945
Horácio Gomes	PI	Fábrica de polpa e calda de tomate, no Montijo	02.05.1945
António dos Santos Pereira	DM	Fábrica de concentrados de sumos de frutos, em Almeirim	02.05.1945
Luís Vieira	DM	Fábrica de moagem de mandioca, batata-doce, frutas e leguminosas, na Maia	16.05.1945
Mário dos Santos Alves (representante de uma sociedade)	DM	Fábrica de preparação de tomate, em Coimbra	30.05.1945
Mário Lameiras de Figueiredo (representante de uma sociedade)	DM	Fábrica de conservas, compotas, doces, extratos concentrados e de frutas e frutas cristalizadas, nas Caldas da Rainha	30.05.1945
João Gomes da Silva	DM	Fábrica de conservas e extratos de frutas, em Colares, Sintra	30.05.1945
Carvalho & Sobrinho	DM	Manutenção da laboração da secção de fabrico de conservas de tomates, em Elvas	30.05.1945
Humberto José Lopes de Madureira	DM	Fábrica de preparação e conservação de produtos vegetais, em Oeiras ou Lisboa	30.05.1945
Albino Filipe Barbosa	DM	Oficina dedicada à preparação de sementes de alfarroba, no Porto ou em Faro	30.05.1945
Sociedade Industrial e Comercial de Agricultura, Ld. ^a	PI	Fábrica de preparação e conservação de tomate e conservação de frutas, em polpa e em caldas, em Salvaterra de Magos	13.06.1945
Artur Pereira Barrô (em nome de uma sociedade)	PI	Fábrica de preparação e conservação de produtos vegetais, nas Caldas da Rainha	13.06.1945
José Augusto Ferreira	DM	Fábrica de derivados de tomate e todos os vegetais, em São Miguel	13.06.1945
Frutália, Ld. ^a	DM	Prorrogação do prazo, por doze meses	27.06.1945
Evaristo Nunes	DM	Fábrica de conservas de frutas em caldas, em Almada	11.07.1945

Albert William Janson	DM	Laboratório industrial para preparação e conservação de produtos destinados à alimentação e indústria, no Porto	11.07.1945
Sociedade Industrial de Concentrados, Ld. ^a	PI	Ampliação da sua fábrica de preparação de tomate, na Golegã	25.07.1945
João Valadares Vieira Barbosa	PI	Manutenção da laboração da fábrica de conservas de frutas, em Borba	08.08.1945
Albino da Conceição Jardim	DM	Moinho para moagem de crueira, em Lisboa	08.08.1945
António Mário Ribeiro da Costa (em nome de uma sociedade)	DM	Fábrica de moagem de crueira e beterraba, no Porto	22.08.1945
Manuel Gomes	DM	Prorrogação do prazo, por dezoito meses	22.08.1945
Vasco de Bettencourt Furtado	DM	Prorrogação do prazo, por dezoito meses	22.08.1945
José de Almeida Coelho	DM	Fábrica de preparação de concentrado de tomate, em Coimbra	29.08.1945
António Filipe Neves	PI	Indústria de preparação de concentrado de tomate e de conservas de frutas e legumes, em Góis	12.09.1945
José Pedro Picoito	PI	Fábrica de preparação e conservação de tomates e pimentos, em Setúbal	19.08.1945
Acácio Augusto Costa e Celestino Rodrigues Pereira da Silva	PI	Fábrica de preparação e conservação de tomate e conservas de frutos, em Setúbal	17.10.1945
Jorge Rafael de Oliveira Neves Duque (representante de uma sociedade)	PI	Fábrica de preparação de conservas de tomate, sumos de frutas não fermentadas, secagem e moenda de pimentão, secagem de uva e aproveitamento de frutas e hortaliças, na Chamusca	24.10.1945
Conservas Íris, Ld. ^a	DM	Prorrogação do prazo, por doze meses	14.11.1945
Carlos A. Martins	DM	Fábrica de farinhação de bananas, no Funchal	14.11.1945
António Alves de Carvalho & C ^a , Ld. ^a	DM	Substituição de maquinaria em fábrica de farinha de pau, no Porto	21.11.1945
Sociedade Industrial e Comercial de Agricultura, Ld. ^a	DM	Fábrica de preparação e conservação de tomate e conservação de frutas, em polpa e em caldas, em Salvaterra de Magos	21.11.1945
António Alves de Carvalho & C ^a , Ld. ^a	DM	Prorrogação do prazo, por doze meses	21.11.1945
José Maria da Fonseca, Ld. ^a	PI	Fábrica de concentração de mostos de uvas, no Ribatejo (Azambuja, Salvaterra ou Santarém)	28.11.1945
Horácio Gomes	DM	Fábrica de polpa e calda de tomate, no Montijo	12.12.1945
António Augusto da Cruz	PI	Fábrica de preparação de polpa e calda de tomate, massa de marmelo e de pimentão, em Setúbal	19.12.1945
Manuel da Costa Azevedo Júnior	PI	Fábrica de preparação e farinhação de leguminosas e frutos secos, Santo Tirso	19.12.1945
Sociedade Industrial de Azambuja, Ld. ^a	PI	Fábrica de aproveitamento de frutos, em extratos, conservas e molhos, na Azambuja	09.01.1946

António Gabriel Ferreira Lourenço (representante de uma sociedade)	PI	Fábrica de concentrados, extratos, conservas de tomate e seus derivados, essências e conservas de frutos e hortaliças, em Benavente	30.01.1946
Joaquim Augusto Martins	DM	Moagem de pimentão, em Setúbal	06.02.1946
Carlos Nunes Carrapo Júnior	DM	Moagem de pimentão, em Coruche	06.02.1946
Celestino Augusto Portela	DM	Moagem de pimentão, na Vila da Feira	06.02.1946
Manuel Malheiros da Costa	DM	Moagem de pimentão, em Abrantes	06.02.1946
Manuel José Cachatra	DM	Moagem de pimentão, em Marvão	06.02.1946
Machado & Santos, Ld. ^a	DM	Moagem de pimentão, no Seixal ou em Setúbal	06.02.1946
João Lopes Cabedal Vicente	DM	Moagem de pimentão, em Ponte de Sor	06.02.1946
Fernando Rosa de Almeida	DM	Moagem de pimentão, em Abrantes	06.02.1946
José Augusto	DM	Moagem de pimentão, em Abrantes	06.02.1946
Artur Garcia	DM	Moagem de pimentão, em Abrantes	06.02.1946
Manuel Gomes	DM	Moagem de pimentão, na Chamusca	06.02.1946
Lopes Sabino, Ld. ^a	DM	Moagem de pimentão, em Portalegre	06.02.1946
José Augusto Ferreira	DM	Moagem de pimentão, em Ponta Delgada	06.02.1946
José Frederico de Sousa	DM	Moagem de pimentão, em Ponta Delgada	06.02.1946
António de Paiva Tavares	DM	Ampliação de fábrica de moagem de pimentão, em Portalegre	06.02.1946
João Nunes Sequeira	DM	Ampliação de fábrica de moagem de pimentão, em Marvão	06.02.1946
Manuel Celestino Escarduça	DM	Ampliação de fábrica de moagem de pimentão, em Elvas	06.02.1946
Georgina Mendes	DM	Ampliação de fábrica de moagem de pimentão, em Abrantes	06.02.1946
José da Rosa	DM	Ampliação de fábrica de moagem de pimentão, em Ponte de Sor	06.02.1946
Joaquim Francisco Macieira	DM	Ampliação de fábrica de moagem de pimentão, em Elvas	06.02.1946
Manuel Joaquim Louro	DM	Transferência da fábrica de moagem de pimentão de Arraiolos para Estremoz	06.02.1946
Joaquim Antunes Calado	DM	Trespasse à firma Dominguez & Dominguez, Ld. ^a	06.02.1946
Dominguez & Dominguez, Ld. ^a	DM	Transferência da fábrica de Santarém para Golegã	06.02.1946
João Maria Duarte	DM	Prorrogação do prazo, por dezoito meses	06.02.1946
João Nunes Sequeira	DM	Prorrogação do prazo, por dezoito meses	06.02.1946
Emiliano da Conceição Camoesas	DM	Fábrica de massa de pimentão para tempero de carnes fumadas e massa de tomate	06.02.1946
A Alentejana. Ld. ^a	DM	Instalação de maquinismos no posto de receção para secagem de pimentão em Borba	06.02.1946
Octávio José Silva Gouveia Durão	DM	Fábrica de conservas de produtos vegetais, em Moncorvo	06.02.1946
António Maria da Silva	DM	Prorrogação do prazo (não refere o período)	20.02.1946
Manuel da Costa Azevedo Júnior	PI	Secção de moagem de mandioca na fábrica de moagem de leguminosas e frutos secos, em Santo Tirso	27.02.1946
Concentradora do Algarve, SARL	DM	Prorrogação do prazo, por doze meses	20.03.1946

Joaquim Homem Ferreira	PI	Fábrica para preparação de vegetais, frutos e respetivos sumos, em Coimbra	27.03.1946
Sociedade Colocadora de Produtos Portugueses, Ld. ^a	PI	Instalação de maquinismo na moagem de pimentão, em Vila Franca de Xira	27.03.1946
Melo & Irmão, Ld. ^a	DM	Secagem e moagem de pimentão, em Coimbra	27.03.1946
Leonardo Rodrigues Lopes Sabino	DM	Moagem de pimentão, em Elvas	27.03.1946
Carlos José Cachatra e Augusto Godinho Correia	DM	Fábrica de moagem de pimentão, em Elvas	27.03.1946
Guerreiro & C ^a , Ld. ^a	DM	Fábrica de moagem de pimentão, em Olhão	27.03.1946
José de Matos	DM	Secadores e moagem de pimentão, em Ponte de Sor	27.03.1946
Lucílio Pires Banond	DM	Moagem de pimentão, em Alcáçovas, Viana do Alentejo	27.03.1946
Manuel Celestino Escadurça	DM	Instalação de maquinaria em fábrica de moagem de pimentão, em Elvas	27.03.1946
António Palácio Perez	DM	Fábrica de moagem de pimentão, em Almeirim	27.03.1946
Fernando Sequeira	DM	Fábrica de massas de pimentão, em Mora	27.03.1946
Augusto dos Santos Carvalho	DM	Fábrica de moagem de pimentão, em Viana do Alentejo	27.03.1946
Elísio da Graça Pereira	DM	Moagem de pimentão para confeção de especiarias condimentares, em Bragança	27.03.1946
José de Sousa Rosado Fernandes	DM	Fábrica de moagem de pimentão, em Reguengos de Monsaraz	27.03.1946
Manuel Faustino Fernandes	DM	Moagem de pimentão, em Ponte de Sor	27.03.1946
António Martins Ferreira	DM	Moagem de pimentão, em Coimbra	27.03.1946
Companhia Alentejana de Cereais	DM	Fábrica de moagem de pimentão, em Serpa, Beja	27.03.1946
Empresa Industrial de Pimentão, Ld. ^a	DM	Substituição de maquinaria na sua fábrica de pimentão, em Ponte de Sor	27.03.1946
Sociedade Colocadora de Produtos Portugueses, Ld. ^a	DM	Instalação de maquinismos na sua fábrica de moagem de pimentão, em Vila Franca de Xira	27.03.1946
Sociedade Industrial de Concentrados	DM	Fábrica de preparação de tomate, na Golegã	27.03.1946
Jorge Rafael de Oliveira Neves Duque (representante de uma sociedade)	DM	Fábrica de preparação de conservas de tomate, sumos de frutas não fermentadas, secagem e moenda de pimentão, secagem de uva e aproveitamento de frutas e hortaliças, na Chamusca	27.03.1946
Carlos dos Santos Costa Freire	PI	Indústria de concentrados de tomate e conservas de frutas, em Coruche	10.04.1946
Amélia da Silva Braga	PI	Fábrica de moagem de leguminosas e tubérculos, no Porto	10.04.1946
A. Braga & C ^a	PI	Fábrica de corantes vegetais, farinhas de beterraba, batata-doce, cenoura, mandioca e frutos, em Matosinhos	10.04.1946
Manuel Joaquim Louro	PI	Instalação de maquinismos, na fábrica de moagem de pimentão, em Estremoz	17.04.1946
António Maria da Silva	AA	Anulação por não ter prestado a caução imposta	24.04.1946

Sociedade Corretora, Ld. ^a	PI	Secção de conservas de frutos e legumes na fábrica de conservas de ananás, em Ponta Delgada	01.05.1946
Manuel da Costa Azevedo Júnior	PI	Introdução de maquinaria em fábrica de preparação e farinação de leguminosas e frutos secos, em Santo Tirso	01.05.1946
Sociedade Industrial Taveirense	PI	Instalação de maquinismos, na sua fábrica de preparação e concentrado de tomate, em Coimbra	01.05.1946
Armando Simões Cascas	PI	Fábrica de conservas de tomate e frutas, em Setúbal	08.05.1946
João de Valadares Vieira Lacerda	DM	Manutenção da laboração da fábrica de conservas de frutas, em Borba	08.05.1946
José Pereira Sabino	DM	Prorrogação do prazo, por doze meses	08.05.1946
Albino Filipe Barbosa	DM	Prorrogação do prazo, por doze meses	08.05.1946
Sociedade de Minas Reunidas, Ld. ^a	DM	Prorrogação do prazo, por doze meses	08.05.1946
António Filipe Neves	DM	Indústria de preparação de concentrado de tomate e conservas de frutas e legumes, em Góis	08.05.1946
José Pedro Picoito	DM	Fábrica de preparação e conservação de tomates e pimentos, em Setúbal	08.05.1946
Acácio Augusto Costa e Celestino Rodrigues Pereira da Silva	DM	Moagem de pimentão, em Moncorvo	08.05.1946
José Rodrigo Dias Sanches	PI	Contratação de operários e instalação de maquinaria em indústria caseira de destilação de plantas e frutos, xaropes, licores e frutas cristalizadas, em Queluz, Sintra	15.05.1946
Sociedade Corretora, Ld. ^a	PI	Fabrico de conservas de frutas, legumes, tomate e concentrado de tomate na sua fábrica de conservas de ananás, em Ponta Delgada	15.05.1946
J.J. Celorico Palma	DM	Secção de conservas de legumes, frutas, caça e aves domésticas em fábrica de conservas de peixe, em Tavira	22.05.1946
Supersumos, Ld. ^a	PI	Instalação de maquinaria na sua fábrica de sumo de tomate, doce, calda, compota de frutas, frutas cristalizadas e refrigerantes, em Cascais	26.06.1946
Concentradora do Algarve, SARL	AA	Anulação por não ter prestado a caução imposta	10.07.1946
Frutália, Ld. ^a	DM	Prorrogação do prazo, por doze e vinte e quatro meses	31.07.1946
Empresa de Refrigerantes Stadium, Ld. ^a	PI	Fábrica de conservas de frutos, sumos (em especial de tomate e seus derivados) e pastas de frutas, em Chaves	07.08.1946
Manuel Joaquim Candeias	PI	Instalação de indústria de massas de tomate, pimentão e marmelo na sua fábrica de conservas de frutas doces e preparação de azeitonas, em Elvas	07.08.1946
António Pires Monteiro & C ^a , Ld. ^a	PI	Fábrica de preparação de conservas de frutas e legumes em caldas e molhos, massas de tomate, em Loures	21.08.1946

Carlos Delgado Pinto	PI	Fábrica de conservas de frutas e concentrados vegetais, em Abrantes	21.08.1946
Sociedade Industrial Refinadora de Azeites	PI	Ampliação da sua fábrica para albergar uma secção de concentração de mostos de uvas, em Lisboa	21.08.1946
António Augusto da Cruz	DM	Fábrica de preparação de polpa e calda de tomate, massa de marmelo e de pimentão, em Setúbal	21.08.1946
João Gomes da Silva	DM	Prorrogação do prazo, por doze meses	21.08.1946
Manuel C. Pais	DM	Prorrogação do prazo, por doze e vinte e quatro meses	21.08.1946
António Diogo Andrade (representante de uma sociedade)	PI	Fábrica de preparação e conservação de tomate, conservas de frutos e legumes, em Silves	25.08.1946
Álvaro António da Costa Piano	PI	Fábrica de conservas de frutas, legumes e produtos hortícolas, em Almada	25.08.1946
Empresa Industrial de Pimentão, Ld. ^a	PI	Fábrica de preparação de polpa e calda de tomate, massa de marmelo e pimentão, em Ponte de Sor	25.08.1946
Sociedade Industrial de Azambuja, Ld. ^a	DM	Fábrica de aproveitamento de frutos, em extratos, conservas e molhos, na Azambuja	18.09.1946
António Gabriel Ferreira Lourenço	DM	Fábrica de concentrados, extratos, conservas de tomate e seus derivados, essências e conservas de frutos e hortaliças, em Benavente	18.09.1946
Joaquim Homem Ferreira	DM	Fábrica para preparação de vegetais, frutos e respetivos sumos, em Coimbra	18.09.1946
António do Nascimento Rocha	PI	Oficina de calda de tomate e massa de marmelo, em Setúbal	23.10.1946
Júlio Montez	PI	Fábrica de caldas de tomate e pimento e redução de pimento em pó, em Rio Maior	30.10.1946
António Filipe Neves	PT	Transferência de Indústria de preparação de concentrado de tomate e de conservas de frutas e legumes, de Góis para Montemor-o-Novo	30.10.1946
Henrique Godinho	PI	Fábrica de conservas alimentares de frutos e legumes, em Setúbal	06.11.1946
Supersumos, Ld. ^a	PI	Fábrica de sumo de tomate, doce, calda, compota de frutos, frutos esterilizados e refrigerantes, em Cascais	06.11.1946
Manuel Monteiro Miranda	PI	Fábrica de concentrados de tomate, frutos e legumes, em Coimbra	20.11.1946
Mário dos Santos Alves	PI	Fábrica de preparação de tomate, de frutos e mosto de uva, em Coimbra	04.12.1946
Manuel da Costa Azevedo Júnior	DM	Fábrica de preparação e farinação de leguminosas e frutos secos, em Santo Tirso	04.12.1946
Manuel da Costa Azevedo Júnior	DM	Secção de moagem de mandioca na fábrica de moagem de leguminosas e frutos secos, em Santo Tirso	04.12.1946

Manuel da Costa Azevedo Júnior	DM	Introdução de maquinaria em fábrica de preparação e farinação de leguminosas e frutos secos, em Santo Tirso	04.12.1946
José Pereira Sabino	DM	Transferência da fábrica de extratos e essências de frutas de Envendos para Vila Franca de Xira	11.12.1946
Sociedade Corretora, Ld. ^a	DM	Secção de conservas de frutos e legumes na fábrica de conservas de ananás, em Ponta Delgada	15.01.1947
Carlos Santos da Costa Freire	DM	Indústria de concentrados de tomate e conservas de frutas, em Coruche	15.01.1947
Sociedade Industrial Taveirense	PI	Instalação de maquinaria, na sua fábrica de preparação de concentrados de tomate, em Coimbra	22.01.1947
Sociedade de Concentrados e Conservas de Frutas, Ld. ^a	PI	Instalação de maquinaria na sua fábrica de preparação e conservação de produtos vegetais, em Almeirim	22.01.1947
António Wagner Ribeiro	PI	Fábrica de preparação e conservação de sumos de frutos e vegetais, em Lisboa	29.01.1947
Supersumos, Ld. ^a	DM	Fábrica de sumo de tomate, doce, calda, compota de frutos, frutos esterilizados e refrigerantes, em Cascais	26.02.1947
Sociedade Industrial Taveirense	DM	Instalação de maquinaria, na sua fábrica de preparação de concentrados de tomate, em Coimbra	26.02.1947
Artur Basílio	PI	Moagem de pimentão, em Coruche	09.04.1947
Manuel Joaquim Louro	PI	Instalação de maquinaria na sua moagem de pimentão, em Estremoz	23.04.1947
Sociedade Industrial de Produtos Sintéticos Aromáticos, Ld. ^a	PI	Fábrica de produtos aromáticos e éteres de frutos frescos, em Lisboa	14.05.1947
Conservas Íris, Ld. ^a	DM	Segunda prorrogação do prazo, por doze meses	14.05.1947
Armando Simões Cascas	DM	Fábrica de conservas de tomate e frutas, em Setúbal	15.05.1947
Guerreiro & C ^a , Ld. ^a	PI	Instalação de maquinaria na sua oficina de moagem de pimentão, em Olhão	28.05.1947
Canelas & Figueiredo, Ld. ^a	PI	Fábrica de conservação de frutos e legumes, em Faro	28.05.1947
Vasco dos Reis Gonçalves	PI	Fábrica de preparação de massas de tomate, em Câmara de Lobos	18.06.1947
Carlos Delgado Pinto	DM	Fábrica de conservas de frutas e concentrados vegetais, em Abrantes	16.07.1947
Supersumos, Ld. ^a	DM	Instalação de maquinaria na sua fábrica de sumo de tomate, em Cascais	16.07.1947
Empresa de Refrigerantes Stadium, Ld. ^a	DM	Fábrica de conservas de frutos, sumos (em especial de tomate e seus derivados) e pastas de frutas, em Chaves	16.07.1947
Manuel Joaquim Candeias	DM	Instalação de indústria de massas de tomate, pimentão e marmelo na sua fábrica de conservas de frutas doces e preparação de azeitonas, em Elvas	16.07.1947

António Pires Monteiro & C ^a , Ld. ^a	DM	Fábrica de preparação de conservas de frutas e legumes em caldas e molhos, massas de tomate, em Loures	16.07.1947
Álvaro António da Costa Piano	DM	Fábrica de conservas de frutas, legumes e produtos hortícolas, em Almada	16.07.1947
Júlio Montez	DM	Fábrica de caldas de tomate e pimento e redução de pimento em pó, em Rio Maior	16.07.1947
Empresa Industrial de Pimentão, Ld. ^a	DM	Fábrica de preparação de polpa e calda de tomate, massa de marmelo e pimentão, em Ponte de Sor	16.07.1947
António Diogo Andrade	DM	Fábrica de preparação e conservação de tomate, conservas de frutos e legumes, em Silves	16.07.1947
A. Braga & C ^a	DM	Fábrica de corantes vegetais, farinhas de beterraba, batata-doce, cenoura, mandioca e frutos, em Matosinhos	16.07.1947
António Filipe Neves	DM	Transferência de fábrica de Góis para Montemor-o-Novo	23.07.1947
Manuel Monteiro Miranda	DM	Fábrica de concentrados de tomate, frutos e legumes, em Coimbra	23.07.1947
António Filipe Neves	DM	Prorrogação do prazo, por dezoito meses	23.07.1947
Henrique Godinho	DM	Fábrica de conservas alimentares de frutos e legumes, em Setúbal	30.07.1947
Mário dos Santos Alves	DM	Fábrica de preparação de tomate, de frutos e mosto de uva, em Coimbra	30.07.1947
Henrique Godinho	PI	Trespasse da autorização para a Sociedade Lusitana de Agricultura	13.08.1947
António do Nascimento Rocha	DM	Oficina de calda de tomate e massa de marmelo, em Setúbal	06.08.1947
António Francisco Resendes	PI	Oficina de conservas de frutas, em Angra do Heroísmo	20.08.1947
Amélia da Silva Braga	DM	Fábrica de moagem de leguminosas e tubérculos, no Porto	20.08.1947
Domingos António Pardana	PI	Oficina de conservação de frutas, em Estremoz	10.09.1947
António Mário Ribeiro da Costa	DM	Prorrogação do prazo, por doze meses	10.09.1947
Albert William Janson	DM	Prorrogação do prazo, por doze meses	10.09.1947
Luís Vieira	DM	Prorrogação do prazo, por doze meses	10.09.1947
Gumersindo Félix	PI	Instalação de maquinaria em fábrica de pasta de laranja e compotas de frutas, em Cascais	22.10.1947
Albino Filipe Barbosa	PI	Instalação de maquinaria em oficina dedicada à preparação de sementes de alfarroba, no Porto ou em Faro	21.01.1948
Albino Filipe Barbosa	DM	Oficina dedicada à preparação de sementes de alfarroba, no Porto ou em Faro	05.05.1948
Abílio da Silva Pereira	PI	Reavaliação da autorização conferida para a instalação de uma fábrica de conservas de azeitonas, em Abrantes	25.08.1948
Pedro João de Sousa	PI	Secção de preparação de frutos cristalizados, em Vila Real de Santo António	27.10.1948

Domingos António Pardana	PI	Secção de conservas de azeitonas, em Estremoz	27.10.1948
Aníbal Peixoto	PI	Indústria de preparação de sumos de laranja, tangerina e limão, em Tondela	03.11.1948
Carvalho & Sobrinho	PI	Laboraço de secções de preparação e conservação de azeitonas verdes, em fábrica de conservas, em Elvas	17.11.1948
João de Sousa e Silva	PI	Fábrica de conservas vegetais, polpa e calda de tomate, massa de pimentão e legumes, em Olhão	17.11.1948
Alberto do Espírito Santo	PI	Oficina de preparação de azeitonas, em Mirandela	24.11.1948
José da Fonseca Vidigal	PI	Oficina de preparação de sumos de uvas, em Lisboa	24.11.1948
Gaeiras & Quental, Ld. ^a	PI	Indústria de conservas de azeitona em salmoura, em Lisboa	01.12.1948
Manuel José Aleixo	PI	Indústria de conservas de azeitonas, em Loulé	15.12.1948
Madeira, Ld. ^a	PI	Oficina de extração de sumo e polpa de tomate, em Olhão	15.12.1948
Madeira, Ld. ^a	PA	Arquivado por desistência do requerente	05.01.1949
João Gomes da Silva	DM	Prorrogação do prazo inadiável, por dois anos	02.02.1949
Jaime Machado Aires Lopes	PI	Fábrica de sumos (laranjas e uvas) e conservas de frutos, em Covelinhas, Peso da Régua	16.02.1949
José Fernandes dos Santos; Augusto Sidónio Santana e Tomás Aquino Leonardo	PI	Fábrica de conservas de produtos vegetais, em Quelfes, Olhão	16.02.1949
João Baptista Brito	DM	Transferência da fábrica de conservas de azeitonas de Vila Real de Santo António para o Cadafais, Carregado	16.02.1949
Francisco Duarte	PI	Fábrica de sumos naturais, puros de toda a qualidade de frutas, em local a designar entre Caldas da Rainha, Lourinhã e Carregado	20.04.1949
João Baptista Brito	PT	Transferência da fábrica de polpa e massa de tomate de Vila Real de Santo António para o Carregado	20.04.1949
Firma Gaeiras & Quental, Ld. ^a	DM	Fábrica de conservas em azeitona em salmoura, na Calçada da Boa Hora, Lisboa	27.04.1949
João Afonso Castanheira	PI	Fábrica de conservas de azeitona, em local a designar em Castelo Branco	25.05.1949
Conservas S. Pedro, Ld. ^a	PI	Fábrica de conservas de frutas e vegetais, em local a designar em Setúbal	25.05.1949
Gabriel de Matos Valente	PI	Fábrica de conservas de azeitona, em Alcains, Castelo Branco	01.06.1949
União Exportadora do Chelo, Ld. ^a	PI	Fábrica de curtimenta de azeitonas, em São Mamede de Infesta, Matosinhos	08.06.1949
Sociedade Corretora, Ld. ^a	PI	Fábrica de conservas de peixe em azeite, legumes e cereais, em Vila Franca do Campo	22.06.1949
Manuel Monteiro de Miranda	DM	Pedido de prorrogação do prazo, por doze meses	28.12.1949
António Diogo de Andrade	DM	Pedido de prorrogação do prazo, por doze meses	28.12.1949

Vasco dos Reis Gonçalves	DM	Prorrogação do prazo, por 12 meses	28.12.1949
Supersumos, Ld. ^a	DM	Prorrogação do prazo, por 24 meses	28.12.1949
União Exportadora do Chelo, Ld. ^a	DM	Fábrica de curtimenta de azeitonas, em São Mamede de Infesta, Matosinhos	28.12.1949
Francisco Duarte	DM	Fábrica de sumos naturais, puros de toda a qualidade de frutas, em local a designar entre Caldas da Rainha, Lourinhã e Carregado	28.12.1949
João Afonso Castanheira	DM	Fábrica de conservas de azeitona, em local a designar em Castelo Branco	28.12.1949
João Baptista Brito	DM	Transferência da fábrica de polpa e massa de tomate de Vila Real de Santo António para o Carregado	28.12.1949
Maria Arlete Carvalho Dias	PI	Fábrica de extração de sumos e polpas de frutos e ervas destinados a alimentação de fabrico de refrigerantes, em Massarelos, Porto	11.01.1950
Sociedade Refrigor, Ld. ^a	PI	Fabrico de extratos concentrados de frutos e óleos essenciais, na fábrica de refrigerantes, licores, xaropes e gelo, em Algés, Oeiras	01.02.1950
Gabriel de Matos Valente	DM	Fábrica de conserva de azeitonas, em Alcains, Castelo Branco	29.03.1950
Conservas S. Pedro, Ld. ^a	DM	Fábrica de conservas de frutos e de vegetais, em Setúbal	05.04.1950
Sociedade Produtora de Fruta Líquida	PI	Instalação de maquinaria em fábrica de sumos de frutos e concentrados de tomate, no Entroncamento	19.04.1950
Sociedade «Sumos e Frutos, SARL»	DM	Elevado de sete para nove o número de anos	19.04.1950
Augusto da Guerra Junqueiro e Manuel Maria Sarmiento Rodrigues	PI	Fábrica de conservas de azeitonas, em Freixo-de-Espada-à-Cinta	03.05.1950
Abílio da Silva Pereira	PA	Arquivado por desinteresse do requerente	03.05.1950
António Wagner Ribeiro	DM	Prorrogação do prazo, pelo período de 24 meses	03.05.1950
João Baptista Brito	DM	Prorrogação do prazo, pelo período de 12 meses	03.05.1950
Sociedade Fabril, Ld. ^a	PI	Fábrica de conservas de azeitona, em Setúbal	10.05.1950
Sociedade de Conservas da Beira Baixa, Ld. ^a	PI	Fábrica de preparação e conservação de azeitonas, em Alpedrinha, Fundão	17.05.1950
José da Fonseca & C ^a , Ld. ^a	PI	Fábrica de conservas de azeitonas, em Taveiro, Coimbra	24.05.1950
Manuel José Aleixo	PA	Arquivado por desinteresse do requerente	24.05.1950
Alberto do Espírito Santo Gouveia	PA	Arquivado por desinteresse do requerente	24.05.1950
Carvalho & Sobrinho	DM	Manutenção da laboração das secções de fabrico de conserva de azeitonas verdes e produtos hortícolas, em Elvas	07.06.1950
João de Sousa e Silva	DM	Fábrica de conservas vegetais, em Olhão	07.06.1950
José da Fonseca Vidigal	DM	Fábrica de sumos de uvas, em Lisboa	07.06.1950
Francisco Benito & C. ^a	DM	Fábrica de curtimenta e preparação de azeitonas, no Montijo	07.06.1950

Pedro João de Sousa	DM	Secção de conserva de tomate em massa concentrada, em Vila Real de Santo António	07.06.1950
Pedro João de Sousa	DM	Secção de preparação de frutos cristalizados, em Vila Real de Santo António	07.06.1950
Domingos António Pardana	DM	Secção de conservas de azeitonas, em Estremoz	07.06.1950
Aníbal Peixoto	DM	Fábrica de preparação de sumos de laranja, tangerina e limão, em Castelões de Besteiros, Tondela	07.06.1950
SICA - Sociedade Industrial e Comercial de Azeites, Ld. ^a	DM	Prorrogação do prazo, pelo período de 12 meses.	07.06.1950
Maria Arlete Carvalho Dias	DM	Fábrica de sumos e polpas de frutas e ervas, em Massarelos, Porto	07.06.1950
Jaime Machado Aires Lopes (representante de uma sociedade)	DM	Fábrica de sumos de laranja e uva, em Covelinhas, Peso da Régua	07.06.1950
Jaime Machado Aires Lopes (representante de uma sociedade)	DM	Fábrica de conservas de frutos, em Covelinhas, Peso da Régua	07.06.1950
Domingos António Pardana	PI	Secção de preparação de massa de tomate, em Estremoz	21.06.1950
Sociedade Produtora de Fruta Líquida	DM	Instalação de maquinaria em fábrica de sumos de frutos e concentrados de tomate, no Entroncamento	05.07.1950
José Fernandes dos Santos, Augusto Sidónio Santana e Tomás Aquino Leonardo	DM	Fábrica de conservas de produtos vegetais, marmelada, calda de tomate, concentrado de tomate, <i>pickles</i> , azeitonas recheadas, antepasto, sumos e compotas de frutos e frutos cobertos e passas, em Quelfes, Olhão	09.08.1950
Sociedade Refrigor, Ld. ^a	DM	Fabrico de extratos concentrados de frutos e óleos essenciais, na fábrica de refrigerantes, licores, xaropes e gelo, em Algés	09.08.1950
Augusto Guerra Junqueiro e Manuel Maria Sarmiento Rodrigues	DM	Fábrica de conservas de azeitonas, em Freixo-de-Espada-à-Cinta	09.08.1950
Manuel Monteiro de Miranda, em nome de sociedade a organizar	PI	Fábrica de concentrados de tomate, frutos e legumes, em Santarém	30.08.1950
José da Fonseca & C ^a ., Ld. ^a	DM	Fábrica de conservas de azeitonas, em Taveiro, Coimbra	06.09.1950
Sociedade Fabril, Ld. ^a	PA	Fábrica de conservas de azeitona, em Setúbal	13.09.1950
António Wagner Ribeiro	AA	Anulação por não ter prestado a caução imposta	13.09.1950
Domingos António Pardana	DM	Secção de fabrico de massa de tomate, em Estremoz	20.09.1950
Sociedade de Conservas da Beira Baixa, Ld. ^a	DM	Fábrica de preparação e conservação de azeitonas, em Alpedrinha, Fundão	27.09.1950
João Baptista Brito	PI	Instalação de maquinaria e fabrico de conserva de massa de marmelo puro em fábrica de massa de tomate, em Vila Real Stº António	25.10.1950
Urbano Augusto Nascimento	PI	Fábrica de sumos naturais puros, de toda a qualidade de frutas, em Caldas da Rainha	06.12.1950

Jaime Gaivéo Madeira	PI	Fábrica de produtos vegetais, em Setúbal	17.01.1951
João Baptista Brito	DM	Instalação de maquinaria e fabrico de conserva de massa de marmelo puro em fábrica de massa de tomate, em Vila Real de Santo António	07.02.1951
João Tavares Beirão	PI	Fábrica de conservas de fruta, no Porto	21.03.1951
José Augusto Ferreira	PI	Manutenção da laboração da fábrica de massa e calda de tomate, em Ponte de Pinto, Torres Novas	09.05.1951
Nóia de Brito, Ld. ^a	PI	Secção de fabrico de conservas de legumes e frutas, em Leça da Palmeira, Matosinhos	09.05.1951
Francisco Duarte	DM	Fábrica de sumos naturais e puros, em toda a variedade de frutas, exceto maçã, nas Caldas da Rainha	13.06.1951
João Tavares Beirão	PA	Arquivado por desinteresse do requerente	27.06.1951
Jaime Machado Aires Lopes	DM	Prorrogação do prazo, pelo período de 12 meses	01.08.1951
António Jorge de Sousa	PI	Manutenção da laboração de fábrica de massa de tomate, em Quintanilha, Golegã	19.09.1951
Nóia de Brito, Ld. ^a	DM	Secção de fabrico de conservas de legumes e frutas, em Leça da Palmeira, Matosinhos	10.10.1951
José Augusto Ferreira	DM	Manutenção da laboração da fábrica de massa e calda de tomate, em Ponte de Pinto, Torres Novas	24.10.1951
José Pereira	PI	Fábrica de conserva e preparação de azeitonas, em Envendos, Mação	31.10.1951
Francisco Duarte	AA	Anulação em virtude da não prestação da caução imposta	21.11.1951
Firma Alves Martins & Filhos	PI	Fábrica de conservas e derivados de frutas e produtos hortícolas, em Estremoz	19.12.1951
União Exportadora do Chelo, Ld. ^a	DM	Fábrica de curtimenta de azeitonas, em São Mamede de Infesta, Matosinhos	19.12.1951
Supersumos, Ld. ^a	DM	Transferência da fábrica de sumo de tomate, doce, calda e compota de frutas, frutas esterilizadas e refrigerantes de Cascais para Cabo Ruivo, Olivais	09.01.1952
António Jorge de Sousa	DM	Manutenção da laboração da fábrica de massa de tomate, em Quintanilha, Golegã	13.02.1952
Alves Martins & Filhos	DM	Fábrica de conservas e derivados de frutas e produtos hortícolas, em Estremoz	05.03.1952
José Pereira	DM	Oficina de conserva e preparação de azeitonas, em Envendos, Mação	05.03.1952
Artur Gouveia de Leitão	PI	Fábrica de conservas de azeitona, no Vale de Remígio, Mortágua	12.03.1952
Gabriel de Matos Valente	DM	Prorrogação do prazo, pelo período de 6 meses	16.04.1952

António Jorge de Sousa	PA	Não refere os motivos para o arquivamento que seria revogado em 21.05.1952	14.05.1952
José Maria Castro Freire de Andrade	PI	Fábrica de sumos de frutos, na Tornada, Caldas da Rainha	28.05.1952
João Mendes Torres	PI	Fábrica de conservas de preparação de azeitonas, em Envendos, Mação	04.06.1952
José Pereira	DM	Instalação de maquinaria em oficina de conserva e preparação de azeitonas, em Envendos, Mação	13.08.1952
Brandão & C ^a .	DM	Manutenção da laboração de tanques de azeitona na secção de conservas de produtos vegetais, em Matosinhos	13.08.1952
Nóia de Brito Ld. ^a .	DM	Prorrogação do prazo, pelo período de 6 meses	13.08.1952
Fábrica de Conservas Omar, Ld. ^a	PI	Secção de conservas de produtos de origem vegetal (tomates em calda e em fruto, azeitonas, pickles e outros) em fábrica de conservas de peixe, na Trafaria, Almada	27.08.1952
João Mendes Torres	DM	Fábrica de conservas e preparação de azeitonas, em Envendos, Mação	27.08.1952
Sociedade Vila Pereira, Ld. ^a .	PI	Indústria de extratos de pimento, tomates e seus derivados, como complemento da exploração agrícola, em Lamas, Cadaval	22.10.1952
Silva Pereira (Irmãos), Ld. ^a .	PI	Fábrica de azeitonas, em Alferrarede, Abrantes	22.10.1952
José Estevão	PI	Fábrica de conserva de azeitona, em Santo Antão do Tojal, Loures	19.11.1952
Silva Pereira (Irmãos), Ld. ^a .	DM	Fábrica de azeitonas, em Alferrarede, Abrantes	24.12.1952
José Augusto Ferreira	PI	Indústria de extratos de pimentos, tomates e seus derivados, como complemento da sua exploração agrícola, em Riachos, Torres Novas	04.02.1953
José Estêvão	DM	Fábrica de conserva de azeitonas, em Loures	11.02.1953
Manuel Ferreira Cardoso de Matos	PI	Fábrica de conservas e preparação de azeitona, em Proença-a-Nova	04.03.1953
Eduardo Borges de Azevedo	PI	Fábrica de conservas de produtos vegetais (hortícolas, legumes, azeitonas e frutos), e de origem animal (aves e caça), em Vila Real	18.03.1953
COMPAL – Companhia Produtora de Conservas Alimentares	PI	Fábrica de conserva de massa de tomate, na Golegã, Entroncamento ou Chamusca	15.04.1953
Mário Pereira & Irmão, Ld. ^a	PI	Manutenção da laboração de tanques para curtimenta de azeitonas, em fábrica de conservas, em Envendos, Mação	29.04.1953
Manuel Ferreira Cardoso de Matos	DM	Fábrica de conservas e preparação de azeitona, em Proença-a-Nova	29.04.1953
Alves Martins & Filhos	DM	Prorrogação do prazo, por 12 meses	13.05.1953

João Baptista Brito	DM	Transferência da sua fábrica de Vila Real de Santo António para o Carregado	15.07.1953
Artur Gouveia de Leitão	DM	Fábrica de conservas de azeitona, no Vale de Remígio, Mortágua	15.07.1953
COMPAL – Companhia Produtora de Conservas Alimentares	DM	Fábrica de conserva de massa de tomate, na Golegã, Entroncamento ou Chamusca	15.07.1953
Fábrica de Conservas Omar, Ld. ^a	DM	Secção de conservas de produtos de origem vegetal (tomates em calda e em fruto, azeitonas, pickles e outros) em fábrica de conservas de peixe, na Trafaria, Almada	15.07.1953
Mário Pereira & Irmão, Ld. ^a	DM	Manutenção da laboração de tanques para curtimenta de azeitonas, em fábrica de conservas, em Envendos, Mação	15.07.1953
Francisco Dias Vargem Mourato	PI	Fábrica de produtos vegetais naturalmente acidificados, em Ponte de Sor	05.08.1953
José Augusto Ferreira	DM	Indústria de extratos de pimentos, tomates e seus derivados, como complemento da sua exploração agrícola, em Torres Novas	12.08.1953
Francisco Dias Vargem Mourato	DM	Fábrica de produtos vegetais naturalmente acidificados, em Ponte de Sor	30.09.1953
Fábrica Imperial de Margarina, Ld. ^a	PI	Fábrica de sopas concentradas e desidratadas, em Sacavém, Loures	23.12.1953
Silva Tomás & Sousa Dias, Ld. ^a	PI	Legalização do fabrico de curtimenta de azeitonas e legumes em vinagre, em Vila Nova de Gaia	17.02.1954
João Baptista Brito	PI	Instalação de maquinismos, na fábrica de polpa de tomate, em Vila Real de Santo António	03.03.1954
Sociedade de Conservas de Peniche, Ld. ^a	PI	Instalação de secção para fabrico de massa de tomate e pastas de frutas, em açúcar, em fábrica de conservas de peixe, Peniche	03.03.1954
Silva Pereira (Irmãos), Ld. ^a	DM	Prorrogação do prazo, por 12 meses	10.03.1954
António José Gomes Faria	PI	Fábrica de polpa de tomate e seus derivados, no Monte da Caparica, Almada	17.03.1954
José Augusto Ferreira	PI	Fabrico de extratos de frutos, em Riachos, Torres Novas	24.03.1954
José Estêvão	PI	Fabrico de preparação de caldo, massa e concentrado de tomate, em Loures	28.04.1954
Indústrias de Alimentação, Idal, Ld. ^a	DM	Instalação de maquinismos na fábrica de extratos alimentares e seus derivados, em Vila Franca de Xira	28.04.1954
Silva Tomás & Sousa Dias, Ld. ^a	DM	Legalização do fabrico de curtimenta de azeitonas e legumes em vinagre, em Vila Nova de Gaia	28.04.1954
José Estêvão	DM	Prorrogação do prazo, por seis meses	12.05.1954

Sociedade Químico Industrial, Dr. Salvi, SARL	PI	Fábrica de conservas e extratos de frutos e sua concentração dos respetivos óleos essenciais, em Almoçageme, Sintra	02.06.1954
José Augusto Ferreira	DM	Indústria de extratos de pimentos, tomates e seus derivados, como complemento da sua exploração agrícola, em Riachos, Torres Novas	02.06.1954
António José Gomes Faria	DM	Fábrica de polpa de tomate e seus derivados, no Monte da Caparica, Almada	02.06.1954
Eduardo Borges de Azevedo	DM	Fábrica de conservas de produtos vegetais (hortícolas, legumes, azeitonas e frutos), e de origem animal (aves e caça), em Vila Real	02.06.1954
Dominguez & Dominguez, Ld. ^a	PI	Fabrico de preparação e conservação de massa de tomate e de pimentão, na Golegã	16.06.1954
Fábrica do Jardim do Mar, Ld. ^a	PI	Fábrica de sumos vegetais e de frutos, no Funchal	28.07.1954
Sociedade Químico Industrial, Dr. Salvi, SARL	DM	Fábrica de conservas e extratos de frutos e sua concentração dos respetivos óleos essenciais, em Almoçageme, Sintra	04.08.1954
Dominguez & Dominguez, Ld. ^a	DM	Fabrico de preparação e conservação de massa de tomate e de pimentão, na Golegã	18.08.1954
João Baptista Brito	DM	Instalação de maquinismos, na fábrica de polpa de tomate, em Vila Real de Santo António	18.08.1954
Sociedade de Conservas de Peniche, Ld. ^a	DM	Instalação de secção para fabrico de massa de tomate e pastas de frutas, em açúcar, em fábrica de conservas de peixe, Peniche	18.08.1954
José Estêvão	DM	Fabrico de preparação de caldo, massa e concentrado de tomate, em Loures	18.08.1954
MERCOR – Mercantil de Petróleos, Ld. ^a	PI	Fábrica de conserva de azeitona, em Castelo Branco	01.09.1954
João Mendes Torres	DM	Prorrogação do prazo, por 12 meses	01.09.1954
José Rodrigues da Costa Leite	PI	Secção de indústria de sopas e outros produtos na fábrica de glutamatos e aminoácidos, no Porto	08.09.1954
António Augusto da Mota Moniz	PI	Oficina para o fabrico de sumo de maracujá, na Ribeira Grande, Açores	22.09.1954
Fábrica do Jardim do Mar, Ld. ^a	DM	Fábrica de sumos vegetais e de frutos, no Funchal	27.10.1954
MERCOR – Mercantil de Petróleos	DM	Fábrica de conserva de azeitona, em Castelo Branco	27.10.1954
Paiva & Filhos, Ld. ^a	PI	Oficina de preparação e conservação de azeitona, em Torre de Moncorvo	10.11.1954
Manuel Pereira & Filhos, Ld. ^a	PI	Secção de conservação de calda de tomate e pimentão, na fábrica de preparação de azeitonas, em Envendos, Mação	24.11.1954
Refrigor, Ld. ^a	PI	Secção de sumos de frutas, em fábrica de gelo, refrigerantes, licores, xaropes e extratos concentrados, em Oeiras	24.11.1954

Manuel Nunes Baptista	PI	Fábrica e preparação de massa de tomate, preparação de conserva de azeitonas e outros produtos hortícolas, em Lisboa	19.01.1955
José Rodrigues da Costa Leite	DM	Secção de indústria de sopas e outros produtos na fábrica de glutamatos e aminoácidos, no Porto	19.01.1955
António Augusto Mota Moniz	DM	Oficina para o fabrico de sumo de maracujá, na Ribeira Grande, Açores	02.02.1955
Firma Quinta da Quarteira, Ld. ^a	PI	Reabertura da fábrica de preparação de tomate, como complemento da sua exploração agrícola, em Boliquireme, Loulé	16.02.1955
Manuel Esteves Júnior	PI	Fábrica de conserva de tomate, em Envendos, Mação	16.02.1955
SUGAL – Sumos e Concentrados de Frutos de Portugal, Ld. ^a	PI	Fábrica de concentrados de tomate, sumo de uvas e citrinos, na Azambuja	02.03.1955
Refrigor, Ld. ^a	DM	Secção de sumos de frutas, em fábrica de gelo, refrigerantes, licores, xaropes e extratos concentrados, em Oeiras	13.04.1955
Manuel Pereira & Filhos, Ld. ^a	DM	Secção de conservação de calda de tomate e pimentão, na fábrica de preparação de azeitonas, em Envendos, Mação	13.04.1955
Paiva & Filhos, Ld. ^a	DM	Oficina de preparação e conservação de azeitona, em Torre de Moncorvo	13.04.1955
João Baptista Brito	DM	Transferência da fábrica de conservas de azeitonas do Carregado para Matosinhos	04.05.1955
Maximiano Antunes	PI	Oficina para o fabrico de massa de tomate e massa de cebola, no Funchal	11.05.1955
Manuel Nunes Baptista	DM	Fábrica e preparação de massa de tomate, preparação de conserva de azeitonas e outros produtos hortícolas, em Lisboa	11.05.1955
Manuel Esteves Júnior	DM	Fábrica de conserva de tomate, em Envendos, Mação	11.05.1955
Firma Quinta da Quarteira, Ld. ^a	DM	Reabertura da fábrica de preparação de tomate, como complemento da sua exploração agrícola, em Boliquireme, Loulé	11.05.1955
José Eduardo Martins (em nome de uma sociedade)	PI	Indústria de preparação e conservação de frutos e produtos hortícolas, em Setúbal	18.05.1955
Sociedade Industrial do Alentejo, Ld. ^a	PI	Indústria de conservação de frutas e legumes, na Estrada das Fontes Negras, em Campo Maior	25.05.1955
João Nunes Sequeira	PI	Indústria de massa ou calda de pimentão, na sua moagem, em Marvão	29.06.1955
João Baptista Brito	DM	Instalação de maquinismos na fábrica de polpa de tomate, em Vila Real de Santo António	29.06.1955
Sociedade Agrícola Lourenço Alves, Ld. ^a	PI	Fábrica de conserva de azeitona, no Cartaxo	06.07.1955

José de Brito	PI	Fábrica de conservas de azeitona, tomate, marmelo e outras frutas e vegetais, em Vila Real de Santo António	13.07.1955
Leonardo Neto Pereira	PI	Indústria de polpa de concentrados de tomate, em Olhão	13.07.1955
Fábrica de conservas Omar, Ld. ^a	DM	Prorrogação do prazo, por 12 meses	27.07.1955
José Eduardo Martins	DM	Indústria de preparação e conservação de frutos e produtos hortícolas, em Setúbal	14.09.1955
Maximiano Antunes	DM	Oficina para o fabrico de massa de tomate e massa de cebola, no Funchal	14.09.1955
João Nunes Sequeira	DM	Indústria de massa ou calda de pimentão, na sua moagem, em Marvão	14.09.1955
Sociedade Agrícola Lourenço Alves, Ld. ^a	DM	Fábrica de conserva de azeitona, no Cartaxo	21.09.1955
José de Brito	DM	Fábrica de conservas de azeitona, tomate, marmelo e outras frutas e vegetais, em Vila Real de Santo António	05.10.1955
Sociedade Industrial do Alentejo, Ld. ^a	DM	Indústria de conservação de frutas e legumes, na Estrada das Fontes Negras, em Campo Maior	26.10.1955
José Rodrigues Sanches e Teófilo Trindade Martins	PI	Fábrica de conservas de frutos (doces, compotas, geleias, tais como geleia de medronho, figo e alfarroba) e de produtos hortícolas, em Lagoa	02.11.1955
F. Peixinho de Carvalho Simão	PI	Indústria de preparação de sumo de maçã, em Olhão	23.11.1955
José Rodrigues Sanches e Teófilo Trindade Martins	DM	Fábrica de conservas de frutos (doces, compotas, geleias, tais como geleia de medronho, figo e alfarroba) e de produtos hortícolas, em Lagoa	21.12.1955
F. Peixinho de Carvalho Simão	DM	Indústria de preparação de sumo natural de maçã, em Ovar	04.01.1956
Leonardo Neto Pereira e João de Sousa e Silva	DM	Indústria de polpa, calda e concentrado de tomate, em Olhão	11.01.1956
Aparelhos de Precisão Mercedes Internacional, Ld. ^a	PI	Indústria de conservas de cogumelos, em Almoçageme, Sintra	01.02.1956
José Rodrigues Sanches e Teófilo Trindade Figueiredo Mascarenhas Martins	PI	Fábrica de conservas de frutos (doces, compotas, geleias, tais como geleia de medronho, figo e alfarroba), em Lagoa	08.02.1956
Refrigor, Ld. ^a	PI	Instalação de extração de concentrados de frutas, óleos essenciais, gelo, refrigerantes, licores e xaropes e sumos de frutas na sua fábrica de conservas de frutos e produtos hortícolas, em Oeiras	08.02.1956
SICA – Sociedade Industrial e Comercial de Azeites, Ld. ^a	PI	Fábrica de conservas de azeitonas, em Estremoz	29.02.1956
Refrigor, Ld. ^a	DM	Prorrogação do prazo, por 30 dias	29.02.1956
Francisco Luís Fialho Calado	PI	Indústria de calda de tomate, em Portimão	07.03.1956

Manuel Pereira & Filhos, Ld. ^a	DM	Prorrogação do prazo, por 30 dias	28.03.1956
Cipriano Gil Loureiro	PI	Fábrica de conservas de legumes, frutas em compota, doces de frutos e marmeladas, na Figueira da Foz	28.03.1956
Refrigor, Ld. ^a	DM	Instalação de extração de concentrados de frutas, óleos essenciais, gelo, refrigerantes, licores e xaropes e sumos de frutas na sua fábrica de conservas de frutos e produtos hortícolas, em Oeiras	11.04.1956
José Rodrigues Sanches e Teófilo Martins	DM	Fábrica de conservas de frutos (doces, compotas, geleias, tais como geleia de medronho, figo e alfarroba), em Lagoa	11.04.1956
Firma José Veríssimo Abrantes, Ld. ^a	PI	Fabrico de compota de laranja, na sua fábrica de confeitaria, em Setúbal	18.04.1956
SICA - Sociedade Industrial e Comercial de Azeites, Ld. ^a	DM	Fábrica de conservas de azeitonas, em Estremoz	25.04.1956
Aparelhos de Precisão Mercedes Internacional, Ld. ^a	DM	Indústria de conservas de cogumelos, em Almoçageme, Sintra	02.05.1956
Sociedade Químico Industrial, Dr. Salvi, SARL	DM	Prorrogação do prazo até 1958	02.05.1956
Firma Silva & Pereira, Ld. ^a	PI	Preparação e conservação de tomate inteiro na sua fábrica, em Olhão	04.06.1956
Cipriano Gil Loureiro	DM	Fábrica de conservas de legumes, frutas em compota, doces de frutos e marmeladas, na Figueira da Foz	06.06.1956
Firma José Veríssimo Abrantes, Ld. ^a	DM	Fabrico de compota de laranja, na sua fábrica de confeitaria, em Setúbal	06.06.1956
João Baptista Brito	DM	Prorrogação do prazo até Dezembro de 1957	06.06.1956
Francisco Luís Fialho Calado	DM	Indústria de calda de tomate, em Portimão	27.06.1956
SICA - Sociedade Industrial e Comercial de Azeites, Ld. ^a	PI	Instalação de unidade fabril de preparação e conservação de produtos hortícolas (pimentões, ervilhas, tomates em calda, tomate em massa) e frutos na sua fábrica de conservas de azeitona, em Estremoz	18.07.1956
José Rodrigues da Costa Leite	DM	Prorrogação do prazo, por tempo indeterminado	18.07.1956
José Estêvão	PI	Instalação de maquinismo na fábrica de conserva de azeitona, em Santo Antão do Tojal, Loures	25.07.1956
Firma Silva & Pereira, Ld. ^a	PI	Instalação de maquinismo na sua fábrica de calda e concentrado de polpa de tomate, em Olhão	08.08.1956
Firma Silva & Pereira, Ld. ^a	DM	Fábrica de calda e concentrado de polpa de tomate, em Olhão	22.08.1956
José Estêvão	DM	Instalação de maquinismo na fábrica de conserva de azeitona, em Santo Antão do Tojal, Loures	19.09.1956

Carvalho & Sobrinho, Ld. ^a , em nome da sociedade em organização SET – Sociedade Elvense de Tomate	PI	Indústria de concentrado de tomate, em Elvas	12.12.1956
Manuel da Costa Braga, em nome da sociedade em organização FIT – Fomento da Indústria de Tomate	PI	Indústria de concentrado de tomate, em Setúbal	12.12.1956
SICA - Sociedade Industrial e Comercial de Azeites, Ld. ^a	DM	Instalação de unidade fabril de preparação e conservação de produtos hortícolas (pimentões, ervilhas, tomates em calda, tomate em massa) e frutos na sua fábrica de conservas de azeitona, em Estremoz	12.12.1956
Refrigor, Ld. ^a	PI	Fábrica de extração de sumos e óleos essenciais, de concentração de sumos e de conservas de frutas para trabalhar em correlação com o seu estabelecimento industrial, em Oeiras	02.01.1957
António José Eusébio	PI	Fábrica de sumos de frutas e outros produtos vegetais, de concentrados e extratos de frutas, em Moncaparracho, Olhão	02.01.1957
Indústrias de Alimentação, Idal, Ld. ^a	PI	Fábrica de concentrado de tomate, em Salvaterra de Magos	02.01.1957
The Altantic Company Limited	PI	Indústria de concentrado de tomate na Herdade da Comporta, em Alcácer do Sal	Ano IX, nº 420, 16.01.1957, p. 39
Refrigor, Ld. ^a	DM	Pedido de prorrogação do prazo para instalação de fábrica de sumos de frutas	30.01.1957
Maria Fernandes Alcobia Vaccas	PI	Passagem a regime industrial de oficina de fabrico de massa de pimento, de tomate, conservas de frutos e vegetais, em Vila Franca de Xira	06.02.1957
COMPAL – Companhia Produtora de Conservas Alimentares, SARL	PI	Fábrica de sumos e concentrados de frutos e produtos hortícolas, com vista ao alargamento da indústria de concentrados de tomate, no Montijo	06.02.1957
Hermínio dos Santos Aldeano	PI	Manutenção da laboração de fabrico de calda e massa de tomate salgada, em Bocage, Setúbal	20.02.1957
Ramos & Barreto	PI	Fabrico de conservas de azeitona, no Porto	20.02.1957
Arnaldo dos Santos	PI	Fabrico de polpa e massa de tomate e outros frutos e produtos de confeitaria, em Setúbal	20.02.1957
F. Peixinho de Carvalho	DM	Prorrogação do prazo até Janeiro de 1958	20.02.1957
Francisco Gonçalves	PI	Indústria de conservas de frutas, legumes e extratos de tomate, em Lisboa, Loures, Vila Franca de Xira, Alenquer ou Azambuja	27.02.1957
SUGAL – Sumos e Concentrados de Frutos de Portugal, Ld. ^a	DM	Prorrogação do prazo até Junho de 1958	13.03.1957

Sociedade União de Fábrica dos Ribatejo, Ld. ^a	PI	Indústria de concentrado de tomate, em Salvaterra de Magos	20.03.1957
Francisco Godinho Carrilho	PI	Fábrica de preparação e conservação de massa de tomate, azeitona e outros produtos hortícolas	23.03.1957
João Nunes Novo	PI	Fábrica de calda e extrato de tomate enlatado, em Silves, como complemento da sua exploração agrícola	23.03.1957
Sociedade Transformadora de Produtos Agrícolas do Sorraia, Ld. ^a	PI	Indústria de concentrado de tomate, em Mora ou Coruche	17.04.1957
José de Brito	DM	Prorrogação do prazo até Outubro de 1958	17.04.1957
Refrigor, Ld. ^a	DM	Fábrica de extração de sumos e óleos essenciais, de concentração de sumos e de conservas de frutas para trabalhar em correlação com o seu estabelecimento industrial, em Oeiras	17.04.1957
Ramos & Barreto	DM	Fabrico de conservas de azeitona, no Porto	01.05.1957
António José Eusébio	DM	Fábrica de sumos de frutas e outros produtos vegetais, de concentrados e extratos de frutas, em Moncaparracho, Olhão	01.05.1957
Manuel da Costa Braga em nome da sociedade em organização FIT – Fomento da Indústria de Tomate	DM	Indústria de concentrado de tomate, em Setúbal	01.05.1957
Indústrias de Alimentação, Idal, Ld. ^a	DM	Fábrica de concentrado de tomate, em Salvaterra de Magos	01.05.1957
The Atlantic Company Limited	DM	Fábrica de concentrados de tomate na Herdade da Comporta, em Alcácer do Sal	01.05.1957
Carvalho & Sobrinho	DM	Indústria de concentrado de tomate, em Elvas	01.05.1957
COMPAL – Companhia Produtora de Conservas Alimentares, SARL	DM		01.05.1957
SICA - Sociedade Industrial e Comercial de Azeites, Ld. ^a	DM	Prorrogação do prazo até Dezembro de 1958	12.06.1957
Sociedade União de Fábrica dos Ribatejo, Ld. ^a	DM	Indústria de concentrado de tomate, em Salvaterra de Magos	03.07.1957
Hermínio dos Santos Aldeano		Manutenção da laboração de fabrico de calda e massa de tomate salgada, em Bocage, Setúbal	03.07.1957
João Nunes Novo	DM	Fábrica de calda e extrato de tomate enlatado, em Silves, como complemento da sua exploração agrícola	24.07.1957
António Pereira de Vilhena e Silva	PA	Arquivado por não cumprir as disposições legais	24.07.1957
Francisco Gonçalves	DM	Indústria de conservas de frutas, legumes e extratos de tomate, em Lisboa, Loures, Vila Franca de Xira, Alenquer ou Azambuja, mas sem qualquer exercício respeitante à industrialização do tomate	Ano IX, N ^o 451, p. 466, 21.08.1957

Félix Benito, Ld. ^a	PI	Fábrica de conservas de vegetais e concentrados de tomate, em Loures	07.08.1957
Arnaldo dos Santos	DM	Fabrico de polpa e massa de tomate e outros frutos e produtos de confeitaria, em Setúbal	21.08.1957
Sociedade Transformadora de Produtos Agrícolas do Sorraia, Ld. ^a	DM	Indústria de concentrado de tomate, em Mora ou Coruche	04.09.1957
Francisco Luís Fialho Calado	PI	Indústria de calda de tomate, conservas de frutas e legumes e fabrico de marmeladas, em Portimão	11.09.1957
Mercor Mercantil de Petróleos, Ld. ^a	PI	Indústria de conserva de azeitona, em Castelo Branco	18.09.1957
António Augusto Wagner Ribeiro	PI	Fábrica de preparação de sumos de fruta, no Campo de Santa Clara, em Lisboa	02.10.1957
Luís António Garcia	PI	Indústria de concentrado de tomate, em Faro	13.11.1957
Félix Benito	DM	Fábrica de conservas de vegetais e concentrados de tomate, em Loures	20.11.1957
Francisco Luís Fialho Calado	DM	Indústria de calda de tomate, em Portimão	20.11.1957
Ernesto Ferreira, Ld. ^a	PI	Instalação de conservas de frutos e produtos hortícolas, em fábrica de rebuçados, marmeladas, amêndoa e confeitaria, em lisboa	27.11.1957
Renato Dário Ascareli Maissa	PI	Indústria de preparação de cubos para caldas à base de extratos vegetais e animais, em Lisboa	04.12.1957
Tomás João de Carvalho Faria	DM	Fábrica de extração e preparação de sumos de fruta, no Funchal	11.12.1957
Vasco & Irmão, Ld. ^a	PI	Fábrica de conservas de frutas e produtos vegetais, em Portimão	01.01.1958
Supersumos, Ld. ^a	PI	Manutenção da laboração das secções de fabrico de conservas de frutos e produtos hortícolas, na sua fábrica em Cabo Ruivo	29.01.1958
Luís António Garcia	DM	Indústria de concentrado de tomate, em Faro	29.01.1958
Luís António Garcia	PI	Indústria de concentrado de tomate, em Santiago do Cacém	05.02.1958
António Augusto Wagner Ribeiro	DM	Fábrica de preparação de sumos de fruta, no Campo de Santa Clara, em Lisboa	12.02.1958
Ernesto Ferreira, Ld. ^a	DM	Instalação de conservas de frutos e produtos hortícolas, em fábrica de rebuçados, marmeladas, amêndoa e confeitaria, em lisboa	12.02.1958
João Baptista Brito	PI	Fábrica de concentrado de tomate, na Quinta da Benfadada, Moita	26.02.1958
Renato Dario Ascareli Maissa	DM	Indústria de preparação de cubos para caldas à base de extratos vegetais e animais, em Lisboa	26.02.1958
Dinis Inácio Gonçalves	PI	Fábrica para a extração e preparação de sumos de frutas, especialmente de maracujá, no Funchal	05.03.1958

Vasco & Irmão, Ld. ^a	DM	Fábrica de conservas de frutas e produtos vegetais, em Portimão	19.03.1958
Supersumos, Ld. ^a	DM	Manutenção da laboração das secções de fabrico de conservas de frutos e produtos hortícolas, na sua fábrica em Cabo Ruivo	02.04.1958
Maria Fernandes Alcobia Vaccas	DM	Passagem a regime industrial de oficina de fabrico de massa de pimento, de tomate, conservas de frutos e vegetais, em Vila Franca de Xira	09.04.1958
João Baptista Brito	DM	Fábrica de concentrado de tomate, na Quinta da Benfadada, Moita	07.05.1958
Dinis Inácio Gonçalves	DM	Fábrica para a extração e preparação de sumos de frutas, especialmente de maracujá, no Funchal	28.05.1958
João José Gil	PI	Fábrica de massa de pimentão em Vale de Açor, Ponte de Sor, como estabelecimento complementar da sua exploração agrícola	25.06.1958
Abadia de Alcobaça, Ld. ^a	PI	Manutenção da laboração, no seu estabelecimento industrial, das secções de conservas de frutas, vegetais, de calda, polpa e tomate natural; de sumos de frutos e de concentrados de tomate e outros frutos, em Alcobaça	16.07.1958
Confeitaria do Salitre, Ld. ^a	PI	Manutenção da laboração das modalidades de conservação de frutos e produtos hortícolas, no seu estabelecimento industrial, em Lisboa	03.09.1958
Abadia de Alcobaça, Ld. ^a	DM	Manutenção da laboração, no seu estabelecimento industrial, das secções de conservas de frutas, vegetais, de calda, polpa e tomate natural; de sumos de frutos e de concentrados de tomate e outros frutos, em Alcobaça	24.09.1958
João José Gil	DM	Fábrica de massa de pimentão em Vale de Açor, Ponte de Sor, como estabelecimento complementar da sua exploração agrícola	01.10.1958
Refrigor, Ld. ^a	DM	Pedido de prorrogação do prazo	22.10.1958
José de Brito	DM	Pedido para segunda prorrogação do prazo	22.10.1958
Confeitaria do Salitre	DM	Manutenção da laboração das modalidades de conservação de frutos e produtos hortícolas, no seu estabelecimento industrial, em Lisboa	29.10.1958
Francisco Luís Fialho Calado	DM	Indústria de calda de tomate, conservas de frutas e legumes e fabrico de marmeladas, em Portimão	19.11.1958
João Nunes Sequeira	PI	Instalação de secção de conserva de calda de tomate anexa à fábrica de moagem de pimentão, em Marvão	26.11.1958
Aparelhos de Precisão Mercedes Internacional, Ld. ^a	PI	Indústria de conserva de cogumelos, em Colares, Sintra	04.02.1959

Cooperativa Transformadora dos Produtos Agrícolas do Vale do Sorraia	PI	Pedido de transferência da autorização concedida à Sociedade Transformadora de Produtos Agrícolas do Sorraia para a Cooperativa requerente	11.02.1959
The Atlantic Company Limited	DM	Prorrogação do prazo, até Maio de 1961	25.02.1959
João Nunes Sequeira		Instalação de secção de conserva de calda de tomate anexa à fábrica de moagem de pimentão, em Marvão	25.02.1959
Filhos de João Nunes Sequeira	PI	Fábrica de conservação, em recipientes hermeticamente fechados, de frutos, incluindo azeitonas, em Marvão	11.03.1959
Jaime Gaivéo Madeira	DM	Transferência da fábrica de conservas de produtos vegetais, bacalhau e línguas de bacalhau em molhos de produtos vegetais de Setúbal para local a designar	18.03.1959
Aparelhos de Precisão Mercedes Internacional, Ld. ^a	DM	Indústria de conserva de cogumelos, em Colares, Sintra	18.03.1959
GELEX – Sociedade Exploradora de Geleias, Ld. ^a	PI	Instalação, a título experimental, da indústria de conservação de frutas e frutos em recipientes hermeticamente fechados, em Lisboa	25.03.1959
José António Lobato	PI	Fábrica de preparação e conserva de tomate e pimento, de conservas de frutas e de produtos hortícolas e de sumos de frutas, em Ponte de Sor	25.03.1959
Vasco & Irmão, Ld. ^a	DM	Prorrogação do prazo até Dezembro de 1959	25.03.1959
Indústrias de Alimentação, Idal, Ld. ^a	DM	Prorrogação do prazo até Novembro de 1960	15.04.1959
Indústrias de Alimentação, Idal, Ld. ^a	DM	Prorrogação do prazo até Novembro de 1960	15.04.1959
GELEX – Sociedade Exploradora de Geleias, Ld. ^a	DM	Instalação, a título experimental, da indústria de conservação de frutas e frutos em recipientes hermeticamente fechados, em Lisboa	13.05.1959
Filhos de João Nunes Sequeira	DM	Fábrica de conservação, em recipientes hermeticamente fechados, de frutos, incluindo azeitonas, em Marvão	20.05.1959
FIT – Fomento da Indústria do Tomate	DM	Prorrogação do prazo até Maio de 1960	20.05.1959
José António Lobato	DM	Fábrica de preparação e conserva de tomate e pimento, de conservas de frutas e de produtos hortícolas e de sumos de frutas, em Ponte de Sor	27.05.1959
The Atlantic Company Limited	AA	Fábrica de concentrados de tomate na Herdade da Comporta, em Alcácer do Sal	27.05.1959
Jaime Gaivéo Madeira	AA	Transferência da fábrica de conservas de produtos vegetais, bacalhau e línguas de bacalhau em molhos de produtos vegetais de Setúbal para local a designar	10.06.1959
Frutas Valadares, Ld. ^a	PI	Instalação da modalidade de conservação de produtos hortícolas, nomeadamente, de tomates ao natural, em massa e	24.06.1959

		em calda, de azeitonas e de pimentos morrones ao natural e em massa, na sua fábrica de preparação de frutas, em Borba	
Empresa Industrial de Pimentão, Ld. ^a	PI	Indústria de conservas de frutos e de tomate e pimentos em polpa, em Ponte de Sor	08.07.1959
Indústrias de Alimentação, Idal, Ld. ^a	AA	Instalação de fábrica de concentrado de tomate, na Azambuja	15.07.1959
Dinis Inácio Gonçalves	PI	Indústria de extração e preparação de sumos de frutos, especialmente de maracujá, no Funchal	29.07.1959
Cooperativa Transformadora dos Produtos Agrícolas do Vale do Sorraia	DM	Pedido de transferência da autorização concedida à Sociedade Transformadora de Produtos Agrícolas do Sorraia para a Cooperativa requerente	26.08.1959
Adriano Augusto Lopes	PI	Indústria de conservas de azeitona, em Freixo-de-Espada-à-Cinta	16.09.1959
Granja & Filhos, Ld. ^a	PI	Fábrica de preparação de polpas de pimentão e de tomate, em Abrantes	23.09.1959
Empresa Industrial de Pimentão, Ld. ^a	DM	Indústria de conservas de frutos e de tomate e pimentos em polpa, em Ponte de Sor	14.10.1959
Frutas Valadares, Ld. ^a	DM	Instalação da modalidade de conservação de produtos hortícolas, nomeadamente, de tomates ao natural, em massa e em calda, de azeitonas e de pimentos morrones ao natural e em massa, na sua fábrica de preparação de frutas, em Borba	14.10.1959
Abadia de Alcobaça	DM	Prorrogação do prazo até Setembro de 1960	14.10.1959
Adriano Augusto Lopes	DM	Indústria de conservas de azeitona, em Freixo-de-Espada-à-Cinta	02.12.1959
Granja & Filhos, Ld. ^a	DM	Fábrica de preparação de polpas de pimentão e de tomate, em Abrantes	23.12.1959
José Joaquim Cochicho	PI	Instalação da modalidade de preparação e conservação de calda de tomate, anexa à secagem e preparação do pimentão, em Borba	10.02.1960
José Leal Júnior e Pedro Neto Madeira	PI	Fábrica de preparação e conservação de azeitona, em recipientes hermeticamente fechados, em Olhão	02.03.1960
Sociedade Portuguesa de Confeitarias, Ld. ^a	DM	Manutenção da laboração da modalidade de conservação de frutas, em recipientes hermeticamente fechados, sob a condição de substituir alguns maquinismos	02.03.1960
José Joaquim Cochicho	DM	Instalação da modalidade de preparação e conservação de calda de tomate, anexa à secagem e preparação do pimentão, em Borba	13.04.1960
Arnaldo dos Santos	PI	Instalação da modalidade de concentrados de tomate e outros frutos, na fábrica de polpa e massa de tomate, massa de marmelo e produtos de confeitaria, em Setúbal	27.04.1960

Jorge de Sampaio e Eça da Fonseca Bastos	PI	Fábrica de concentrados de tomate, em Alter do Chão	11.05.1960
José Antunes Lourenço	PI	Fábrica de conservas de azeitona, em Castelo Branco	18.05.1960
José Leal Júnior e Pedro Neto Madeira	DM	Fábrica de preparação e conservação de azeitona, em recipientes hermeticamente fechados, em Olhão	06.06.1960
Fábrica de Refrigerantes A Sempre Vencedora, Ld. ^a	PI	Instalação da modalidade de concentrados de sumos de frutos e seus derivados, na sua fábrica de refrigerantes, em Lisboa	13.07.1960
Edmundo Ferreira	PI	Instalação da modalidade de concentrados de tomate na sua fábrica de produtos vegetais e concentrados de tomate, em Riachos, Torres Novas	10.08.1960
António Henrique de Sousa Antunes	PI	Fábrica de preparação de concentrados de tomate, em Salvaterra de Magos	17.08.1960
Jorge de Sampaio e Eça da Fonseca Bastos	DM	Fábrica de concentrados de tomate, em Alter do Chão	17.08.1960
José Antunes Lourenço	DM	Fábrica de conservas de azeitona, em Castelo Branco	31.08.1960
Fábrica de Refrigerantes A Sempre Vencedora, Ld. ^a	DM	Instalação da modalidade de concentrados de sumos de frutos e seus derivados, na sua fábrica de refrigerantes, em Lisboa	28.09.1960
Arnaldo dos Santos	DM	Instalação da modalidade de concentrados de tomate e outros frutos, na fábrica de polpa e massa de tomate, massa de marmelo e produtos de confeitaria, em Setúbal	09.11.1960
António Henrique de Sousa Antunes	DM	Fábrica de preparação de concentrados de tomate, em Salvaterra de Magos	09.11.1960
Edmundo Ferreira	DM	Instalação da modalidade de concentrados de tomate na sua fábrica de produtos vegetais e concentrados de tomate, em Riachos, Torres Novas	09.11.1960
Filhos de João Nunes Sequeira	DM	Fábrica de conservação, em recipientes hermeticamente fechados, de frutos, incluindo azeitonas, em Marvão	23.11.1960
Jaime Carlos Augusto Fagundes	PI	Indústria de sumo de maracujá, no Funchal	07.12.1960
Amadeu Costa, em nome da Star Portuguesa, Ld. ^a - Stabilimento Alimentare	PI	Fábrica de caldos em cubos e de sopas, em Lisboa	21.12.1960
António Jorge Carvalho, Herdeiros	PI	Fábrica de preparação de concentrados de tomate, em Santarém	21.12.1960
Hermínio Augusto Morais	PI	Indústria de conserva de azeitonas, em Freixo-de-Espada-à-Cinta	28.12.1960
João José Gil	PI	Indústria de calda de tomate, em Ponte de Sor	18.01.1961
Maria dos Prazeres Carvalhal Lobo da Silveira	PI	Fabrico de sumos concentrados e sumos de legumes condimentados, em Amarante	01.03.1961

CIREL – Consórcio Industrial de Refrigerantes Portugueses, Ld. ^a	PI	Indústria de extração e concentração de sumos em fábrica, em Linda-a-Pastora, Oeiras	01.03.1961
GELEX	DM	Prorrogação do prazo até Maio de 1963	22.03.1961
Giuseppe Rolli	PI	Indústria de concentrado de tomate e produtos hortícolas, no Algarve ou, caso a experiência não der os resultados esperados, a licença será transferida para o Vale de Santarém	29.03.1961
Aldemiro da Encarnação Mira	PI	Indústria de concentrados de citrinos e tomates, óleos essenciais e outros produtos derivados de citrinos, em Silves	05.04.1961
Amadeu Costa, em nome da Star Portuguesa, Ld. ^a	DM	Fábrica de caldos em cubos e de sopas, em Lisboa	26.04.1961
António Jorge Carvalho Herdeiros	DM	Fábrica de preparação de concentrados de tomate, em Santarém	26.04.1961
João José Gil	DM	Indústria de calda de tomate, em Ponte de Sor	26.04.1961
Hermínio Augusto Morais	DM	Indústria de conserva de azeitonas, em Freixo-de-Espada-à-Cinta	26.04.1961
João Baptista Brito	PI	Indústria de concentrado de tomate, na Moita	17.05.1961
Francisco de Sousa Botelho de Albuquerque	PI	Indústria de preparação de sumos e polpas de frutos, na Casa de Mateus, Vila Real	31.05.1961
Firma Irmão Costa Dias, Ld. ^a	PI	Indústria de conservação de produtos vegetais, de conservas mistas, de farinha para gado e adubos, em Aveiro ou Setúbal, pedindo dispensa de prazos legais	31.05.1961
Maria dos Prazeres Carvalhal Lobo da Silveira	DM	Fabrico de sumos concentrados e sumos de legumes condimentados, em Amarante	31.05.1961
CIREL – Consórcio Industrial de Refrigerantes Portugueses, Ld. ^a .	DM	Indústria de extração e concentração de sumos em fábrica, em Linda-a-Pastora, Oeiras	31.05.1961
Firma Irmão Costa Dias, Ld. ^a	DM	Indeferimento do pedido de dispensas legais	07.06.1961
João Maria de Vilhena Rocha e Melo	PI	Indústria de concentrados alimentares de produtos agrícolas, em Salvaterra de Magos	05.07.1961
Giuseppe Rolli	DM	Indústria de concentrado de tomate e produtos hortícolas, no Algarve	12.07.1961
José Leal Júnior e Pedro Neto Madeira	DM	Fábrica de preparação e conservação de azeitona, em recipientes hermeticamente fechados, em Olhão	12.07.1961
Aldemiro da Encarnação Mira	DM	Indústria de concentrados de citrinos e tomates, óleos essenciais e outros produtos derivados de citrinos, em Silves	12.07.1961
S.A. Knorr Zurich A.G.	PI	Fábrica de caldos e sopas, em Setúbal	09.08.1961
António Filipe Carreira da Silva	PI	Fábrica de conserva de tomate (calda e massa de tomate), em Estarreja	09.08.1961
Francisco de Sousa Botelho de Albuquerque	DM	Indústria de preparação de sumos e polpas de frutos, na Casa de Mateus, Vila Real	09.08.1961

Firma Irmãos Costa Dias, Ld. ^a	DM	Indústria de conservação de produtos vegetais, de conservas mistas, de farinha para gado e adubos, em Aveiro ou Setúbal	16.08.1961
José Manuel Mendonça Nunes Campos	PI	Indústria de concentrados de sumos naturais de frutos, no Funchal	23.08.1961
João Baptista Brito	DM	Indústria de concentrado de tomate, na Moita	23.08.1961
Maria Ilda Gomes de Bettencourt	PI	Indústria de extração e preparação de sumo de maracujá, no Funchal	04.10.1961
César Augusto Monteiro	PI	Indústria de conservas de frutos e produtos hortícolas, no lugar de Mateus, Vila Real	18.10.1961
S.A. Knorr Zurich A.G.	DM	Fábrica de caldos e sopas, em Setúbal	18.10.1961
João Maria de Vilhena Rocha e Melo	DM	Indústria de concentrados alimentares e produtos agrícolas, em Salvaterra de Magos	18.10.1961
António Filipe Carreira da Silva	DM	Fábrica de conserva de tomate (calda e massa de tomate), em Estarreja	01.11.1961
Jacinto Baptista Martins	PI	Indústria de conservas, em recipiente hermeticamente fechados, de frutos e produtos hortícolas, em Castelo Branco	08.11.1961
Aldemiro da Encarnação Mira	AA	Anulação por não ter prestado a caução imposta	15.11.1961
Maria Ilda Gomes de Bettencourt	DM	Indústria de extração e preparação de sumo de maracujá, no Funchal	13.12.1961
Jacinto Baptista Martins	DM	Indústria de conservas, em recipiente hermeticamente fechados, de frutos e produtos hortícolas, em Castelo Branco	13.12.1961
César Augusto Monteiro	DM	Indústria de conservas de frutos e produtos hortícolas, no lugar de Mateus, Vila Real	13.12.1961
Manuel da Costa Tavares, João Carlos Juvêncio Estrela e Álvaro Frazão	PI	Indústria de sumos concentrados e conservas de frutas, em Angola	28.02.1962
Manuel da Silva	PI	Manutenção da laboração e instalação de maquinismos, na fábrica de concentrados de tomate e produtos vegetais de Vasco & Ferreira, em Riachos, Torres Novas	28.03.1962
José Antunes Lourenço	PI	Indústria de conservas de azeitona, em Castelo Branco	04.04.1962
José Manuel Mendonça Nunes Campos	DM	Indústria de concentrados de sumos naturais de frutos, no Funchal	11.04.1962
José Antunes Lourenço	DM	Indústria de conservas de azeitona, em Castelo Branco	13.06.1962
João Maria de Vilhena Rocha e Melo	PI	Indústria de sopas secas prontas a serem fervidas e de desidratação de legumes, em Salvaterra de Magos ou em Aveiro	20.06.1962
J. Militão Rocha	PI	Indústria de produção de concentrados de frutos, de produtos hortícolas e extratos de citrinos em pó, no Algarve	22.08.1962

José Bento Mendão	PI	Indústria de extrato de xarope de alfarroba, extratos de frutos e de tubérculos, em Castelo de Vide	17.10.1962
Unipónica, Ld. ^a	PI	Indústria de concentrado de tomate, de sumos de frutos e de conservas de produtos hortícolas, em Portimão	24.10.1962
Sepulchre, Ld. ^a , em delegação da Sociéte de Conserves de Légumes «La Corbeille» da Bélgica	PI	Fábrica de conservas de produtos vegetais (legumes e frutos), na zona do Ribatejo	31.10.1962
António Filipe Carreira da Silva	PI	Instalação da modalidade de concentrados de tomate, na sua fábrica de conservas de tomate, em Oliveira de Azeméis	14.11.1962
António José Pires Soares	PI	Fábrica de concentrados de tomate, sumos de frutos e conservas de produtos hortícolas, em Odemira	28.11.1962
Alimentícia, Ld. ^a	PI	Legalização da indústria de sumos naturais de frutos, de concentrado de tomate e de outros frutos e de conserva de tomate, em Alcobaça	02.01.1963
Firmino Tomás David	PI	Indústria de fabrico de vinhos de frutas, como laranjas e abacaxis, em Selos, Angola	23.01.1963
António Dias e Luís Ribeiro Pinto Bacelar	PI	Fábrica de concentrado de sumo e farinha de tomate, em Odemira	30.01.1963
Maria Joana da Silva Matos Cardoso Pinto Queirós e Manuel Cova (em representação de uma sociedade a constituir)	PI	Indústria de concentrado de tomate, sumo de tomate, conservas de produtos hortícolas e desidratação de forragens, em Leiria	03.04.1963
EOBAL – Extracção de Óleos de Bagaço de Alcobaça	PI	Unidade fabril para a industrialização de frutos, conservação em recipientes hermeticamente fechados, fabrico de pastas e extratos de tomate e pimentão e compostas diversas, em Leiria	03.04.1963
José Bento Mendão	DM	Indústria de extracto de xarope de alfarroba, extratos de frutos e de tubérculos, em Castelo de Vide	03.04.1963
Sepulchre, Ld. ^a	DM	Fábrica de conservas de produtos vegetais (legumes e frutos), na zona do Ribatejo	15.05.1963
Sano – Chás Medicinais, Ltda.	PI	Indústria de xaropes de alta concentração a partir do figo e alfarroba	29.05.1963
António Filipe Carreira da Silva	DM	Instalação da modalidade de concentrados de tomate, na sua fábrica de conservas de tomate, em Oliveira de Azeméis	29.05.1963
Maria dos Prazeres Carvalhal Lobo da Silveira	DM	Fabrico de sumos concentrados e sumos de legumes condimentados, em Amarante	29.05.1963
Alimentícia, Ld. ^a	DM	Legalização da indústria de sumos naturais de frutos, de concentrado de tomate e de outros frutos e de conserva de tomate, em Alcobaça	29.05.1963
CIREL – Consórcio Industrial de Refrigerantes Portugueses, Ld. ^a	DM	Prorrogação do prazo pelo período de 24 meses	31.06.1963

EOBAL– Extracção de Óleos de Bagaço de Alcobaça	DM	Unidade fabril para a industrialização de frutos, conservação em recipientes hermeticamente fechados, fabrico de pastas e extratos de tomate e pimentão e compostas diversas, em Leiria	31.06.1963
Jorge de Sampaio e Eça da Fonseca Bastos	DM	Prorrogação do prazo até Maio de 1965	14.08.1963
Luís Filipe do Nascimento	PI	Indústria de concentrado de tomate e conservação de frutos e legumes, em Cela, Alcobaça	21.08.1963
SET – Sociedade Elvense de Tomate, Ld. ^a	PI	Instalação de secções de fabrico de conservas de produtos hortícolas, anexa à fábrica de concentrado de tomate, em Elvas	30.10.1963
Rui Pereira Ramalho Ortigão	PI	Fábrica de concentrados de tomate, sumo de tomate, conservas e desidratação de produtos hortícolas, condimentos e forragens, em Ferreira do Alentejo ou Aljustrel	13.11.1963
Mariano Joaquim de Oliveira Feio	PI	Fábrica de enlatar tomate, em Ferreira do Alentejo	04.12.1963
Giuseppe Rolli	DM	Prorrogação do prazo, por 24 meses	15.01.1964
Knorr Portuguesa – Produtos Alimentares, SARL	DM	Prorrogação do prazo, por 24 meses	22.01.1964
Jacinto Baptista Martins	DM	Prorrogação do prazo, por 24 meses	22.01.1964
Manuel da Silva	PI	Reabertura do seu estabelecimento industrial, em Riachos, Torres Novas	05.02.1964
Firma Irmãos Costa Dias, Ld. ^a	DM	Prorrogação do prazo, por 24 meses	05.02.1964
Francisco Lopes Oliveira	PI	Fábrica de vinhos de frutas, em Bela Vista, Angola	19.02.1964
António Rodrigues Alferes de Carvalho	PI	Fábrica de sumos e concentrados de frutos, em Nova Lisboa, Angola	19.02.1964
Manuel Marques Garcia	PI	Fábrica de vinhos de frutas, aguardentes e licores, em Lubango, Angola	19.02.1964
Fábrica Mendes Godinho, SARL	PI	Indústria de sumos e cremes de frutas e de produtos hortícolas, desidratação e conserva de frutos e produtos vegetais, em Leiria ou Santarém	26.02.1964
Armando Rasquilha Teles da Gama e José Luís da Gama Teles Rasquilha	PI	Fábrica de conservas de produtos hortícolas e frutas, molhos e sopas, e outros derivados, em Campo Maior ou Elvas	18.03.1964
Armando Rasquilha Teles da Gama e José Luís da Gama Teles Rasquilha	PI	Fábrica de azeitonas em conserva e produtos hortícolas fermentados, em salmoura ou vinagre, <i>pickles</i> , em Campo Maior ou Elvas	18.03.1964
Armando Rasquilha Teles da Gama e José Luís da Gama Teles Rasquilha	PI	Fábrica de sumos, polpas, concentrados e xaropes de frutas e produtos hortícolas, em Campo Maior ou Elvas	18.03.1964
Siegbert Rosin e Abel Maria Bastos	PI	Fábrica de produtos derivados de vários frutos, em Moçambique	18.03.1964

SET – Sociedade Elvense de Tomate, Ld. ^a	DM	Instalação, em anexo à sua fábrica de concentrado de tomate, em Elvas, uma unidade de conservas de produtos hortícolas	01.04.1964
Sano – Chás Medicinais, Ltda.	DM	Indústria de xaropes de alta concentração a partir do figo e alfarroba	08.04.1964
J. Militão Rocha	DM	Indústria de produção de concentrados de frutos, de produtos hortícolas e extratos de citrinos em pó, no Algarve	15.04.1964
Manuel da Costa Soares	PI	Fabrico de conservas e produtos hortícolas e também de enguias, lampreia, lulas e espécies similares, na Figueira da Foz	29.04.1964
Rui Pereira Ramalho Ortigão	DM	Fábrica de concentrados de tomate, sumo de tomate, conservas e desidratação de produtos hortícolas, condimentos e forragens, em Ferreira do Alentejo ou Aljustrel	29.04.1964
Mariano Joaquim de Oliveira Feio	DM	Fábrica de enlatar tomate, em Ferreira do Alentejo	29.04.1964
Manuel da Silva	DM	Reabertura do seu estabelecimento industrial, em Riachos, Torres Novas	06.05.1964
Quintino Ribeiro Duarte	PI	Fábrica de concentrados de tomate, pelados, sumo de tomate, conservas e desidratação de produtos hortícolas, em Alcácer do Sal	20.05.1964
António Evangelista Ferreira	PI	Indústria de produção de caldos, sopas e pudins instantâneos, em Setúbal	03.06.1964
António & Henrique Serrano, Ld. ^a	PI	Instalação de unidade de concentrado de tomate, na sua fábrica, em Rio Maior	03.06.1964
Cooperativa Agrícola de Macedo de Cavaleiros	PI	Indústria de fabrico de conservas e produtos hortícolas, em Macedo de Cavaleiros	03.06.1964
António & Henrique Serrano, Ld. ^a	DM	Pedido de transferência da secção de escolha de tomate pelado, de Matosinhos para Rio Maior	03.06.1964
Unipónica, Ld. ^a	DM	Indústria de concentrado de tomate, de sumos de frutos e de conservas de produtos hortícolas, em Portimão	17.06.1964
António de Almeida Pires Rodrigues	PI	Indústria de conservação de produtos alimentares de origem vegetal e animal, usando exclusivamente o processo de liofilização, em Loures	01.07.1964
Luís Domingos & Irmãos, Ld. ^a	PI	Indústria de concentrados e extratos de tomate, em Idanha-a-Nova	08.07.1964
José da Costa Pereira	PI	Indústria de conservação de frutos e produtos hortícolas, em Tábua	22.07.1964
William Henry Gilham	PI	Fábrica de conservas e outros derivados de produtos hortícolas e frutas, em Silves	22.07.1964
Álvaro Santos Silva	PI	Indústria de liofilização de produtos alimentares, em Alverca	22.07.1964
COMPAL – Companhia Portuguesa de Conservas Alimentares, SARL	PI	Indústria de concentrado de tomate, em Almeirim	29.07.1964

Manuel Filipe	PI	Indústria de massa de marmelo, em Coruche	29.07.1964
J. Militão Rocha	PI	Indústria de concentrados de frutos, produtos hortícolas e extratos de citrinos em pó, em Vendas Novas	05.08.1964
Inácio Gonçalves (em nome de uma sociedade)	PI	Fábrica de conservas de produtos hortícolas e de concentrado de tomate, em Idanha-a-Nova	05.08.1964
José Augusto Ferreira	PI	Passagem da sua indústria de concentrados e extratos de regime agrícola para regime industrial e transferência da autorização concedida para a firma António & Henrique Serrano, Ld. ^a , de Rio Maior	12.08.1964
Manuel Gomes da Silva e Leonardo Rodrigues Lopes Sabino (em nome de uma sociedade a constituir)	PI	Indústria de concentrado de tomate, em Évora ou Odemira	19.08.1964
Manuel da Costa Soares	DM	Fabrico de conservas e produtos hortícolas e também de enguias, lampreia, lulas e espécies similares, na Figueira da Foz	19.08.1964
Henrique Rebelo Coelho Dias	PI	Fábrica de concentrados de tomate, sumo de tomate, conservas de produtos hortícolas, em Ferreira do Alentejo ou Aljustrel	26.08.1964
Sociedade Exportadora do Norte, SARL	PI	Indústria de concentrados de baga de sabugueiro, uvas, maçãs, laranjas e outros frutos, em Vila Real ou Viseu	02.09.1964
António & Henrique Serrano	DM	Instalação de unidade de concentrado de tomate, na sua fábrica, em Rio Maior	09.09.1964
Empresa Industrial de Pimentão, Ld. ^a	PI	Indústria de concentrados e extratos, em Ponte de Sor	23.09.1964
Cooperativa Agrícola de Macedo de Cavaleiros	DM	Indústria de fabrico de conservas e produtos hortícolas, em Macedo de Cavaleiros	30.09.1964
Quintino Ribeiro Duarte	DM	Fábrica de concentrados de tomate, pelados, sumo de tomate, conservas e desidratação de produtos hortícolas, em Alcácer do Sal	04.11.1964
Joaquim Trigueiros Coelho de Aragão	PI	Fábrica de conservas de produtos hortícolas, de frutos e de concentrados de tomate, no Fundão	11.11.1964
Joaquim Trigueiros Coelho de Aragão	PI	Indústria de preparação e conservação de frutas, legumes e outros produtos de origem vegetal e animal, permitindo a confeção rápida de refeições completas, no Fundão	11.11.1964
Luís Domingos & Irmãos, Ld. ^a	DM	Indústria de concentrados e extratos de tomate, em Idanha-a-Nova	18.11.1964
António Evangelista Ferreira	DM	Indústria de produção de caldos, sopas e pudins instantâneos, em Setúbal	18.11.1964
Armando Rasquilha Teles da Gama e José da Gama Teles Rasquilha	DM	Fábrica de azeitonas em conserva e produtos hortícolas fermentados, em salmoura ou vinagre, pickles, em Campo Maior ou Elvas	18.11.1964

William Henry Gilham	DM	Fábrica de conservas e outros derivados de produtos hortícolas e frutas, em Silves	18.11.1964
Miguel Nuno Maria da Silva de Noronha Wagner (em nome de uma sociedade)	PI	Fábrica para a produção de tomates pelados, extratos, concentrado e sumo de tomate e conservas de produtos hortícolas, no Cartaxo ou na Azambuja	02.12.1964
Anastácio Aquilino Domingues (em nome de uma sociedade)	PI	Indústria de fabrico de concentrado, sumo e polpa de tomate, conservas de produtos hortícolas e conservas de frutas, em Ponte de Sor	09.12.1964
Mandarim – Sociedade Ibérica de Produtos Alimentares, Ld. ^a	PI	Indústria de produção de pudins, sopas e caldos, em Setúbal	16.12.1964
J. Militão Rocha	DM	Indústria de concentrados de frutos, produtos hortícolas e extratos de citrinos em pó, em Vendas Novas	16.12.1964
Manuel Filipe	DM	Indústria de massa de marmelo, em Coruche	06.01.1965
Armando Rasquilha Teles da Gama e José Luís da Gama Teles Rasquilha	DM	Fábrica de sumos, polpas, concentrados e xaropes de frutas e produtos hortícolas, em Campo Maior ou Elvas	06.01.1965
Armando Rasquilha Teles da Gama e José Luís da Gama Teles Rasquilha	DM	Fábrica de conservas de produtos hortícolas e frutas, molhos e sopas, e outros derivados, em Campo Maior ou Elvas	06.01.1965
António Alves e outros	PI	Fábrica de conservas, concentrados e sumos de frutas e produtos hortícolas, em Sintra	03.02.1965
António Maria Carneirinho	PI	Fábrica de concentrados e sumos de produtos hortícolas e tomate, em Santiago do Cacém	03.02.1965
José Francisco Rosa	PI	Fábrica de vinhos de laranja e abacaxi, em Viana, Angola	03.02.1965
Joaquim Trigueiros Coelho de Aragão (em nome de uma sociedade)	PI	Fábrica de preparação de frutos, legumes e outros produtos alimentares, substituindo o anterior pedido, passando do Fundão para o Carregado	17.02.1965
Edmundo Soeiro e Augusto António Almeida Ferreira	PI	Indústria de concentrados de tomate e conservas e produtos vegetais, em Mora	17.02.1965
Manuel Gomes Sabino e Leonardo Rodrigues Lopes Sabino	DM	Indústria de concentrado de tomate, em Évora ou Odemira	17.02.1965
José Augusto Ferreira	DM	Passagem da sua indústria de concentrados e extratos de regime agrícola para regime industrial e transferência da autorização concedida para a firma António & Henrique Serrano, Ld. ^a , de Rio Maior	17.02.1965
Henrique Rebelo Coelho Dias	DM	Fábrica de concentrados de tomate, sumo de tomate, conservas de produtos hortícolas, em Ferreira do Alentejo ou Aljustrel	17.02.1965
Empresa Industrial de Pimentão, Ld. ^a	DM	Indústria de concentrados e extratos, em Ponte de Sor	17.02.1965
Joaquim Sousa Marques (em nome de uma sociedade)	PI	Fábrica de concentrados e sumos de tomate e citrinos e conservas de frutas e produtos hortícolas, em Estremoz	24.02.1965

António de Almeida Pires Rodrigues	DM	Indústria de conservação de produtos alimentares de origem vegetal e animal, usando exclusivamente o processo de liofilização, em Loures	24.02.1965
José Núncio Cecílio	PI	Fábrica de concentrado de tomate, conservas de produtos hortícolas e de tomate pelado, em Alcácer do Sal	17.03.1965
Inácio Gonçalves (em nome de uma sociedade)	DM	Fábrica de conservas de produtos hortícolas e de concentrado de tomate, em Idanha-a-Nova	17.03.1965
Joaquim Trigueiros Coelho de Aragão (em nome de uma sociedade)	DM	Fábrica de preparação de frutos, legumes e outros produtos alimentares, substituindo o anterior pedido, passando do Fundão para o Carregado	17.03.1965
Joaquim Valente Pereira	PI	Indústria de conserva de azeitona simples e recheadas, no Fundão	24.03.1965
António Bartolomeu Moutinho	PI	Oficina de fabrico de vinho de abacaxi, em Cela, Angola	24.03.1965
Olávio Selésio Rilhó	PI	Fábrica de licores e xaropes, no Lobito, Angola	24.03.1965
União Industrial de Bebidas	PI	Oficina de preparação de, entre outros, vinhos de frutas, em Luanda, Angola	24.03.1965
Fernando Moreira Barroso (em nome de uma sociedade)	PI	Indústria de concentrado de tomate, em Chaves	31.03.1965
José Augusto Ferreira	PI	Passagem ao regime industrial da sua fábrica de extratos de tomate e de pimentos e seus derivados, em Riachos, Torres Novas	31.03.1965
Irpal – Indústrias Reunidas de Produtos para a Agricultura, SARL (em nome de uma sociedade)	PI	Fábrica de concentrado de tomate, tomate pelado, sumo de tomate, conservas e desidratação de produtos hortícolas, em Estremoz	14.04.1965
Álvaro Santos Silva	DDG	Arquivamento do processo, por desinteresse do requerente	14.04.1965
Joaquim Trigueiros Coelho de Aragão	PI	Indústria de preparação e conservação de frutas, de legume e outros produtos alimentares, substituindo o pedido anterior, passando de Alenquer para o Fundão	21.04.1965
António Maria Carneirinho	PI	Fábrica de concentrados e sumos de produtos agrícolas (tomate), substituindo o pedido anterior, passando de Santiago do Cacém para Odemira	21.04.1965
João dos Santos da Silva Ruivo e outros (em nome de uma sociedade)	PI	Indústria de concentrado de tomate, tomate pelado e desidratação de produtos hortícolas, em Abrantes	21.04.1965
Joaquim Trigueiros Coelho de Aragão	DDG	Arquivamento do processo, por escolha de um novo local	21.04.1965
Mário Bernardino Pinto	PI	Indústria de conservação de produtos hortícolas, fabricação de sumos de produtos hortícolas, concentrado de tomate e tomate pelado, em Ponte de Sor	05.05.1965
Indústrias de Alimentação, Idal, Ld. ^a	DM	Instalação de indústria de tomate pelado, conservas vegetais, em Coimbra	05.05.1965

Mandarim – Sociedade Ibérica de Produtos Alimentares, Ld. ^a	DM	Indústria de produção de pudins, sopas e caldos, em Setúbal	05.05.1965
Grémio da Lavoura de Odemira (em representação de uma cooperativa a constituir)	PI	Fábrica de concentrado e sumo de tomate, em Odemira	19.05.1965
Federação dos Grémios da Lavoura do Nordeste Transmontano	PI	Fábrica de concentrado de tomate e tomate pelado, no lugar do Cachão, Mirandela	19.05.1965
Maria dos Prazeres Carvalhal Lobo da Silveira	PI	Renovação da licença de laboração da fábrica de sumos e concentrados de frutos e de produtos hortícolas, em Amarante	26.05.1965
Anastácio Aquilino Domingues (em nome de uma sociedade)	DM	Indústria de fabrico de concentrado, sumo e polpa de tomate, conservas de produtos hortícolas e conservas de frutas, em Ponte de Sor	26.05.1965
Kai Julius Albert Bodo Von Ahlefeldt	PI	Fábrica de bebida fermentada de laranja, em Vila Nova, Angola	26.05.1965
Martins & Nascimento	PI	Indústria de conservação de produtos hortícolas e frutas, em calda e polpada, pelo sal e em salmoura e fabrico de sumos, em Setúbal	09.06.1965
José Luís da Gama Teles Rasquilha (em nome de uma sociedade)	PI	Fábrica de extração de óleos de bagaço de azeitona, de bolota, de grainha de uva e de semente de tomate, em Portalegre	09.06.1965
Francisco de Almeida Caiado	PI	Instalação de unidade de conservação de frutos, na sua fábrica, nas Caldas da Rainha	16.06.1965
Luís Filipe Pina Manso	PI	Fábrica de conservação de produtos hortícolas, na Moita	16.06.1965
João José Gil	PI	Fabrico de massa de tomate (conservação pelo sal) em recipientes hermeticamente fechados, em Ponte de Sor	23.06.1965
António Martins da Cruz	PI	Fábrica de conservas e sumos de tomate e de produtos hortícolas, no Montijo	30.06.1965
António João Eusébio	PI	Fábrica de sumos e concentrados de maçãs, uvas e outros frutos, assim como produção de sidra, em local a designar nos distritos de Coimbra, Aveiro ou Porto	07.07.1965
Joaquim Trigueiros Coelho de Aragão	DM	Indústria de preparação e conservação de frutas, legumes e outros produtos de origem vegetal e animal	21.07.1965
Unifruta – Sociedade de Fruticultores, Ld. ^a	PI	Fábrica de conservas de frutos, em Coruche	04.08.1965
Edmundo Soeiro e Augusto António Almeida Ferreira	DM	Indústria de concentrados de tomate e conservas e produtos vegetais, em Mora	25.08.1965
Fernando Moreira Barroso (em nome de uma sociedade)	DM	Indústria de concentrado de tomate, em Chaves	25.08.1965
Emídio de Assunção Gabriel (em nome de uma sociedade)	PI	Fábrica de produtos de tomate, conservas hortícolas e sumos de frutas, em Odemira	01.09.1965

Mário Bernardino Pinto (em nome de uma sociedade)	PI	Fábrica de concentrado e sumo de tomate, tomate pelado e conservas de produtos hortícolas, em Reguengos de Monsaraz	01.09.1965
Moreno & Antunes	PI	Fábrica de concentrados e sumos de tomate, tomate pelado, conservas de frutos e produtos hortícolas, em Moura	01.09.1965
Joaquim Sousa Marques (em nome de uma sociedade)	DM	Fábrica de concentrados e sumos de tomate e citrinos e conservas de frutos e produtos hortícolas, em Estremoz	01.09.1965
Manuel do Carmo Sarafana Maia Aguiar	PI	Fábrica de concentrados de tomate, conservas de produtos hortícolas e de frutos em recipientes hermeticamente fechados, em Belmonte ou Covilhã	15.09.1965
Manuel Vidal Abreu Alçada Padez	PI	Fábrica de concentrado de tomate, tomate pelado e produtos hortícolas e pomícolas, em recipientes hermeticamente fechados, na Covilhã	15.09.1965
Joaquim Sousa Marques	PI	Fábrica de concentrados e sumos de tomate pelado, conservas de frutos e produtos hortícolas, em Évora	22.09.1965
Avelino Luís Ferreira Catarino	PI	Fábrica de conservas e concentrados de produtos hortícolas e pomícolas, na Nazaré ou em Alcobaça	29.09.1965
Unifruta – Sociedade de Fruticultores, Ld. ^a	DM	Fábrica de conservas de frutos, em Coruche	13.10.1965
Francisco José Magalhães Coutinho Nobre Guedes e outros	PI	Fábrica de concentrados de tomate, polpa de tomate, sumo de tomate e conservas de produtos hortícolas e frutas, em Ferreira do Alentejo ou em Grândola ou em Aljustrel	20.10.1965
João Pereira Duarte	PI	Fábrica de conservas de vegetais e concentrados de tomate, em Arraiolos	20.10.1965
Manuel Pereira & Filhos, Ld. ^a	PI	Fábrica de conservas vegetais, sumos, concentrados e desidratados de frutas e de produtos hortícolas em Tomar ou em Constância	20.10.1965
Mário Bernardino Pinto	DM	Fábrica de concentrado e sumo de tomate, tomate pelado e conservas de produtos hortícolas, em Reguengos de Monsaraz	20.10.1965
Eugénio Mexia Heitor	PI	Fábrica de desidratação, sumos e concentrados de frutos e produtos hortícolas, em Ponte de Sor ou em Mora ou em Coruche	27.10.1965
Indagro – Indústria Agro-Pecuárias, Ld. ^a	PI	Fábrica de concentrado de tomate, conservas, sumos, cremes e desidratação e de produtos hortícolas, em Montemor-o-Velho ou em Soure	03.11.1965
Samuel Rodrigues Sanches e outros	PI	Fábrica de concentrado, polpa e sumo de tomate e outras conservas vegetais, em Odemira	10.11.1965
Associação de Regantes do Divor	PI	Fábrica de concentrados de tomate e tomate pelado, em Arraiolos	17.11.1965
Fábrica de conservas Vasco da Gama, Ld. ^a	PI	Fábrica de concentrados de tomate e tomate pelado, em Lousada	17.11.1965

João José Gil	DM	Fabrico de massa salgada de tomate, em Ponte de Sor	24.11.1965
Federação dos Grémios da Lavoura do Nordeste Transmontano	DM	Fábrica de concentrado de tomate e tomate pelado, no lugar do Cachão, Mirandela	24.11.1965
Empresa Conserveira Mapirel, Ld. ^a	PI	Fabrico de concentrado de tomate na sua fábrica, em Azeitão	01.12.1965
Álvaro Abreu e João Baptista Brito	PI	Fábrica de concentrado de tomate, em Idanha-a-Nova	01.12.1965
Manfredo de Lemos e Figueiredo	PI	Fábrica de conservas de frutas em recipientes hermeticamente fechados, e concentrados e extratos de tomate, em Alenquer	01.12.1965
Álvaro Abreu e João Baptista Brito	PI	Fábrica de concentrado de tomate, em Montemor-o-Velho	08.12.1965
Indústrias Alimentares Salvaterra, Ld. ^a	PI	Instalação de uma linha para produção de concentrado de tomate, na sua unidade fabril, em Salvaterra de Magos	08.12.1965
José de Jesus Silva	PI	Indústria de conservas de figos secos e cenouras cozidas, em molho algarvio, em recipientes hermeticamente fechados, em Olhão	29.12.1965
Conservas Íris, Ld. ^a	PI	Fábrica de concentrados, sumos e polpa de tomate, uvas, marmelos e conservas de produtos hortícolas, em Salvaterra de Magos	29.12.1965
Francisco de Almeida Caiado	PI	Instalação de secção de conservas e concentrados de vegetais, na sua fábrica, nas Caldas da Rainha	29.12.1965
Manuel Ferreira & Filho	PI	Fábrica de concentrado de tomate pelado em recipientes hermeticamente fechados, em Águeda	29.12.1965
Pedro de Chaves Cymbron Borges de Sousa	PI	Fábrica de concentrados, sumos, doces, e pastas de frutas, em São Miguel, Açores	29.12.1965
Luís Filipe Pina Manso	DM	Fábrica de conservação de produtos hortícolas, na Moita	29.12.1965
Martins & Nascimento	DM	Indústria de conservação de produtos hortícolas e frutas, em calda e polpada, pelo sal e em salmoura e fabrico de sumos, em Setúbal	29.12.1965
António João Eusébio	DM	Fábrica de sumos e concentrados de maçãs, uvas e outros frutos, assim como produção de sidra, em local a designar nos distritos de Coimbra, Aveiro ou Porto	29.12.1965
Mariano Joaquim de Oliveira Feio	PI	Fábrica de concentrado de tomate, em Ferreira do Alentejo	05.01.1966
Alexandre Leite de Vasconcelos	PI	Fábrica de concentrado de tomate, tomate pelado, compota de laranja e conservas de produtos hortícolas, em Barcelos	12.01.1966
Victor da Silva de Castro Guedes	PI	Fábrica de conservas de azeitonas, pretas e verdes, naturais e recheadas, em Campo Maior	12.01.1966
Caleiro, Couceiro & Silva, Ld. ^a	PI	Fábrica de concentrado de tomate e tomate pelado, em recipientes hermeticamente fechados, em Alcácer do Sal ou outros concelhos limítrofes	12.01.1966

Caleiro, Couceiro & Silva, Ld. ^a	PI	Fábrica de concentrado de tomate e tomate pelado, em recipientes hermeticamente fechados, em Odemira ou outros concelhos limítrofes	12.01.1966
Sociedade Colocadora de Produtos Portugueses, Ld. ^a	PI	Fábrica de tomate pelado, sumo e polpa de tomate e conservas de frutas e produtos hortícolas, em Castanheira do Ribatejo	12.01.1966
Superfrescos – Produtores de Refrigerantes Portugueses Reunidos, Ld. ^a	PI	Fábrica de concentrado de tomate, polpa de tomate, sumo de tomate e conservas de produtos frutícolas e hortícolas	12.01.1966
Eurico José Branco de Faria Amaro	PI	Fábrica de concentrado de tomate, conservas de produtos hortícolas e vegetais desidratados, no Alvito ou em Viana do Alentejo	26.01.1966
Manuel Augusto da Silva Valente (em representação da SPAL)	PI	Fábrica de concentrados de tomate, sumos de frutas, de desidratação e conservas de produtos vegetais, em Salvaterra de Magos	26.10.1966
Fábrica de Refrigerantes «A Sempre Vencedora», Ld. ^a	PI	Legalização da secção de fabrico de concentrado de tomate na sua fábrica, em Queluz	02.02.1966
Francisco Domingues da Encarnação Martins	PI	Unidade industrial de concentrado e polpa de tomate e conservas de produtos hortícolas, em Tavira	02.02.1966
Maria dos Prazeres Carvalhal Lobo da Silveira	DM	Fábrica de sumos e concentrados de frutos e de produtos hortícolas, em Amarante	09.02.1966
Promalte – Produtos Maltados, Ld. ^a	PI	Unidade fabril de conservas de produtos hortícolas e frutícolas, concentrados e sumos e secagem respetiva de resíduos de fabrico, em Ferreira do Alentejo	23.02.1966
António Bicker Correia da Costa	PI	Unidade fabril de concentrados e sumos de frutas, conserva de azeitona e produtos hortícolas e desidratação, em local a designar na área dos concelhos de Beja, Cuba, Vidigueira, Alvito, Ferreira do Alentejo e Aljustrel	02.03.1966
João Carlos Relógio Piteira	PI	Fábrica de concentrado de tomate e conservas de frutas e produtos hortícolas, no Montijo	02.03.1966
SET – Sociedade Elvense de Tomate, Ld. ^a	PI	Montagem de uma linha de preparação de tomate pelado, na sua fábrica de concentrados de tomate, em Elvas	09.03.1966
António Alves da Silva	PI	Fábrica de conservas de frutas e produtos hortícolas, em Matosinhos	06.04.1966
Joaquim da Cruz Tavares Monteiro (em nome de uma sociedade)	PI	Unidade fabril para industrialização de tomate (pelado, concentrado, sumos e polpas), conservas de frutas e produtos hortícolas, em Reguengos de Monsaraz	06.04.1966
SET – Sociedade Elvense de Tomate, Ld. ^a	DM	Prorrogação do prazo, por 24 meses	13.04.1966

António Lopes Guerra (em nome de uma sociedade)	PI	Fábrica de concentrados de tomate e de frutas, conservas de produtos hortícolas, frutícolas e vegetais desidratados, em local a designar na área dos concelhos de Beja e Aljustrel	27.04.1966
Augusto Ventura Mateus (em nome de uma sociedade)	PI	Fábrica de concentrados de tomate e de frutas, conservas de produtos hortícolas, frutícolas e vegetais desidratados, em local a designar na área dos concelhos de Elvas, Campo Maior e Évora	27.04.1966
João Maria Anjos Pinto Leite (em nome de uma sociedade)	PI	Fábrica de concentrados de tomate e de frutas, conservas de produtos hortícolas, frutícolas e vegetais desidratados, em local a designar na área dos concelhos de Odemira, Aljustrel, Grândola e Alcácer do Sal	27.04.1966
José Ferra Rodrigues (em nome de uma sociedade)	PI	Fábrica de concentrados de tomate e de frutas, conservas de produtos hortícolas, frutícolas e vegetais desidratados, em local a designar na área dos concelhos de Alcochete, Montijo, Moita, Palmela, Coruche e Samora Correia	27.04.1966
Otto José Capeto Stichaner (em nome de uma sociedade)	PI	Fábrica de concentrados de tomate e de frutas, conservas de produtos hortícolas, frutícolas e vegetais desidratados, em local a designar na área dos concelhos de Odemira, Aljezur e Vila Nova de Milfontes	27.04.1966
Irmãos Costa Dias	DM	Pedido de interrupção do prazo fixado para instalação de várias indústrias	18.05.1966
António Duarte	PI	Instalação de unidade industrial para a produção de doces, compostas, conservas de frutas e produtos hortícolas, em recipientes hermeticamente fechados, em Portimão	22.06.1966
José Antunes Lourenço	PI	Instalação de unidade fabril destinada ao fabrico de conservas de azeitonas, em recipientes hermeticamente fechados, em Castelo Branco	22.06.1966
Joaquim Alves Brum	PI	Fabrico de extração de batatas em pó e produtos dietéticos, na sua fábrica de produtos desidratados, em São Miguel, Açores	22.06.1966
Associação de Regantes do Divor	DM	Fábrica de concentrados de tomate e tomate pelado, em Arraiolos	29.06.1966
João Pereira Duarte	DM	Fábrica de conservas de vegetais e concentrados de tomate, em Arraiolos	29.06.1966
Belfruto – Companhia de Fruticultura e Concentrados, SARL	DM	Prorrogação do prazo, por mais 24 meses	29.06.1966
Fábrica de Refrigerantes «A Sempre Vencedora», Ld. ^a	DM	Legalização da secção de fabrico de concentrado de tomate na sua fábrica, em Queluz	29.06.1966
José de Jesus Silva	DM	Indústria de conservas de figos secos e cenouras cozidas, em molho algarvio, em recipientes hermeticamente fechados, em Olhão	13.07.1966

António João Eusébio	DM	Unidade industrial destinada ao fabrico de sumos e concentrados de maçãs, uvas e outras frutas, em Viseu	13.07.1966
Superfrescos – Produtores de Refrigerantes Portugueses Reunidos, Ld. ^a	DM	Fábrica de concentrado de tomate, polpa de tomate, sumo de tomate e conservas de produtos frutícolas e hortícolas	13.07.1966
António Filipe Carreira da Silva	DM	Prorrogação do prazo, por mais 6 meses	13.07.1966
Avelino Luís Ferreira Catarino	DM	Fábrica de conservas e concentrados de produtos hortícolas e pomícolas, na Nazaré ou em Alcobça	13.07.1966
Francisco de Almeida Caiado	DM	Instalação de secção de conservas e concentrados de vegetais, na sua fábrica, nas Caldas da Rainha	13.07.1966
Abadia de Alcobça, Ld. ^a	PI	Transferência da secção de fabrico de concentrado de tomate de Alcobça para Odemira	20.07.1966
José da Silva Pulquério	PI	Fábrica de concentrados e sumos de frutos e produtos hortícolas, em Rio Maior	20.07.1966
COMPAL – Companhia Produtora de Conservas Alimentares, SARL	PI	Pedido de legalização de uma linha automática de fabrico de tomate pelado, na sua fábrica, em Almeirim	03.08.1966
Belfruto – Companhia de Fruticultura e Concentrados, SARL	PI	Transferência da unidade fabril destinada à produção de concentrados de frutos, de produtos hortícolas e extratos de citrino em pó, de Vendas Novas para Coima	17.08.1966
Caleiro, Couceiro & Silva, Ld. ^a	DM	Fábrica de concentrado de tomate e tomate pelado, em recipientes hermeticamente fechados, em Odemira ou outros concelhos limítrofes	24.08.1966
Emídio da Assunção Gabriel (em nome de uma sociedade)	DM	Fábrica de produtos de tomate, conservas hortícolas e sumos de frutas, em Odemira	24.08.1966
Manuel Gomes da Silva e Leonardo Rodrigues Lopes Sabino	DM	Indústria de concentrado de tomate, em Évora ou Odemira	24.08.1966
Samuel Rodrigues Sanches e outros	DM		24.08.1966
Fábrica Mendes Godinho, SARL	DM	Indústria de sumos e cremes de frutas e de produtos hortícolas, desidratação e conserva de frutos e produtos vegetais, em Leiria ou Santarém	24.08.1966
Alexandre Leite de Vasconcelos	DM	Fábrica de concentrado de tomate, tomate pelado, compota de laranja e conservas de produtos hortícolas, em Barcelos	24.08.1966
Álvaro de Abreu e João Baptista Brito	DM	Arquivado por desinteresse do requerente	24.08.1966
António Alves e outros	DM	Fábrica de conservas, concentrados e sumos de frutas e produtos hortícolas, em Sintra	24.08.1966
Eugénio Mexia Heitor	DM	Fábrica de desidratação, sumos e concentrados de frutos e produtos hortícolas, em Ponte de Sor ou em Mora ou em Coruche	24.08.1966

Eurico José Branco de Faria Amaro	DM	Fábrica de concentrado de tomate, conservas de produtos hortícolas e vegetais desidratados, no Alvito ou em Viana do Alentejo	24.08.1966
Joaquim da Cruz Tavares Monteiro (em nome de uma sociedade)	DM	Unidade fabril para industrialização de tomate (pelado, concentrado, sumos e polpas), conservas de frutas e produtos hortícolas, em Reguengos de Monsaraz	24.08.1966
Joaquim Sousa Marques	DM	Fábrica de concentrados e sumos de tomate pelado, conservas de frutos e produtos hortícolas, em Évora	24.08.1966
José Núncio Cecílio	DM	Arquivado por desinteresse do requerente	24.08.1966
Manfredo de Lemos e Figueiredo	DM	Fábrica de conservas de frutas em recipientes hermeticamente fechados, e concentrados e extratos de tomate, em Alenquer	24.08.1966
Manuel do Carmo Sarafana Maia Aguiar	DM	Arquivado por desinteresse do requerente	24.08.1966
Manuel Vidal Abreu Alçada Padez	DM	Arquivado por desinteresse do requerente	24.08.1966
Mário Bernardino Pinto	DM	Indústria de conservação de produtos hortícolas, fabricação de sumos de produtos hortícolas, concentrado de tomate e tomate pelado, em Ponte de Sor	24.08.1966
Miguel Nuno Maria de Noronha Wagner (em nome de uma sociedade)	DM	Fábrica para a produção de tomates pelados, extratos, concentrado e sumo de tomate e conservas de produtos hortícolas, no Cartaxo ou na Azambuja	24.08.1966
Sociedade Colocadora de Produtos Portugueses, Ld. ^a	DM	Fábrica de tomate pelado, sumo e polpa de tomate e conservas de frutas e produtos hortícolas, em Castanheira do Ribatejo	24.08.1966
Álvaro de Abreu e João Baptista Brito	DM	Arquivado por desistência dos interessados	24.08.1966
Grémio da Lavoura de Odemira (em representação de uma cooperativa a constituir)	DM	Fábrica de concentrado e sumo de tomate, em Odemira	14.09.1966
Irpal – Indústrias Reunidas de Produtos para a Agricultura, SARL (em nome de uma sociedade)	DM	Fábrica de concentrado de tomate, tomate pelado, sumo de tomate, conservas e desidratação de produtos hortícolas, em Estremoz	14.09.1966
Pedro Chaves Cymbron Borges de Sousa	DM	Fábrica de concentrados, sumos, doces, e pastas de frutas, em São Miguel, Açores	14.09.1966
Francisco Domingues da Encarnação Martins	DM	Unidade industrial de concentrado e polpa de tomate e conservas de produtos hortícolas, em Tavira	14.09.1966
Moreno & Antunes	DM	Fábrica de concentrados e sumos de tomate, tomate pelado, conservas de frutos e produtos hortícolas, em Moura	14.09.1966
António Bicker Correia da Costa	DM	Unidade fabril de concentrados e sumos de frutas, conserva de azeitona e produtos hortícolas e desidratação, em local a designar na área dos concelhos de Beja, Cuba, Vidigueira, Alvito, Ferreira do Alentejo e Aljustrel	14.09.1966

Francisco José Magalhães Coutinho Nobre Guedes e outros	DM	Fábrica de concentrados de tomate, polpa de tomate, sumo de tomate e conservas de produtos hortícolas e frutas, em Ferreira do Alentejo ou em Grândola ou em Aljustrel	14.09.1966
Mariano Joaquim de Oliveira Feio	DM	Fábrica de concentrado de tomate, em Ferreira do Alentejo	14.09.1966
Promalte - Produtos Maltados, Ld. ^a	DM	Unidade fabril de conservas de produtos hortícolas e frutícolas, concentrados e sumos e secagem respetiva de resíduos de fabrico, em Ferreira do Alentejo	14.09.1966
SET – Sociedade Elvense de Tomate, Ld. ^a	DM	Montagem de uma linha de preparação de tomate pelado, na sua fábrica de concentrados de tomate, em Elvas	14.09.1966
Indagro – Indústrias Agro-Pecuárias	DM	Fábrica de concentrado de tomate, conservas, sumos, cremes e desidratação e de produtos hortícolas, em Montemor-o-Velho ou em Soure	14.09.1966
Manuel Pereira & Filhos, Ltda	DM		14.09.1966
Federação dos Grémios da Lavoura do Nordeste Transmontano	DM	Instalação de uma fábrica de extração de óleo de bagaço de azeitona, de bolota, de grainha de uva e semente de tomate e correspondente refinação destes óleos, no complexo agro-industrial do Cachão, Mirandela	05.10.1966
Joaquim Trigueiros Coelho de Aragão	PI	Transferência da secção de produtos alimentares hermeticamente fechados, do Fundão para Palmela	19.10.1966
Indagro – Indústrias Agro-Pecuárias	DM	Fábrica de concentrado de tomate, conservas, sumos, cremes e desidratação e de produtos hortícolas, em Montemor-o-Velho ou em Soure	19.10.1966
Manuel Pereira & Filhos, Ld. ^a	DM		19.10.1966
José Augusto Ferreira	DM		19.10.1966
Quintino Ribeiro Duarte	DM	Fábrica de concentrados de tomate, pelados, sumo de tomate, conservas e desidratação de produtos hortícolas, em Alcácer do Sal	19.10.1966
António Alves da Silva	DM		19.10.1966
Empresa Conserveira Mapiarel, Ld. ^a	DM	Fabrico de concentrado de tomate na sua fábrica, em Azeitão	19.10.1966
Caleiro, Couceiro & Silva, Ld. ^a	DM	Fábrica de concentrado de tomate e tomate pelado, em Alcácer do Sal ou em concelhos limítrofes	26.10.1966
Belfruto	DM	Transferência da unidade fabril destinada à produção de concentrados de frutos, de produtos hortícolas e extratos de citrino em pó, de Vendas Novas para Coina	26.10.1966
Augusto Ventura Mateus	DM		26.10.1966
João Maria Anjos Pinto Leite	DM		26.10.1966
Fábrica de Conservas Vasco da Gama	DM		02.11.1966
Victor Silva de Castro Guedes	DM		02.11.1966
António Lopes Guerra	DM		02.11.1966

José Ferra Rodrigues	DM	Arquivado por desinteresse do requerente	02.11.1966
Otto José Capeto Sticherer	DM		02.11.1966
Victor da Silva de Castro Guedes	PI	Fábrica de conservas de azeitonas, pretas e verdes, naturais e recheadas, em Castelo Branco	09.11.1966
Pereira & Pereira, Ld. ^a	PI	Indústria de liofilização de produtos vegetais, mariscos, carnes e peixes, em Ponta Delgada, Açores	09.11.1966
António Filipe Carreira da Silva	DDG	Anulada a autorização concedida	09.11.1966
Valente & Silva, Ld. ^a	DM	Prorrogação do prazo, por mais 2 anos	23.11.1966
Abadia de Alcobaça, Ld. ^a	DM	Transferência da secção de fabrico de concentrado de tomate de Alcobaça para Odemira	23.11.1966
José da Silva Pulquério	DM	Processo arquivado	30.11.1966
Federação dos Grémios da Lavoura de Portalegre, Évora e Baixo Alentejo	PI	Unidade fabril destinada à extração e refinação dos óleos de bolota, bagaço de azeitona, grão de uva e semente de tomate, em Évora	14.12.1966
Hernâni Arménio de Almeida Leitão	PI	Unidade industrial, destinada à preparação de cristais de sumos de frutos e produtos hortícolas, por liofilização, em Santarém	21.12.1966
Joaquim Trigueiros Coelho de Aragão	PI	Transferência da secção de preparação e conservação de frutas do Fundão para a Quinta do Anjo, em Palmela	04.01.1967
Conservas Íris	DM	Fábrica de concentrados, sumos e polpa de tomate, uvas, marmelos, etc. e conservas de produtos hortícolas e pomícolas	04.01.1967
Manuel Augusto da Silva Valente	DM	Fábrica de concentrados de tomates, sumos de frutos, desidratados e conservas de produtos vegetais, em Salvaterra de Magos	04.01.1967
Armando Teixeira de Vasconcelos	PI	Fábrica de conservas de ervilhas, azeitonas e fabrico de pickles, no Porto	11.01.1967
Sociedade Agrícola de Rio Frio, SARL	PI	Unidade industrial dedicada ao fabrico de concentrado de tomate, sumo de frutos, conserva de tomate pelado e outros produtos hortícolas, condimentos e forragens, em Montijo	18.01.1967
António de Almeida Pires Rodrigues	DM	Prorrogação do prazo, por mais 24 meses	01.02.1967
António Trigueiros Coelho de Aragão	DDG	Deferido	01.02.1967
Alexandre Leite de Vasconcelos	DM	Unidade fabril dedicada à produção de compota da laranja, concentrado de tomate, conservas de produtos hortícolas, em Barcelos	08.02.1967
Armando Túlio Garcia Carneiro e outros	PI	Unidade industrial dedicada ao fabrico de conservas de frutas e produtos hortícolas, pelo sistema de liofilização, no Fundão	15.02.1967
José Bento Mendão	PI	Legalização do fabrico de extratos de frutos na sua fábrica de xarope de frutos, em Castelo de Vide	15.02.1967

Manuel Alberto Pereira Dias	PI	Fábrica de conservas de azeitona, ervilhas e outros produtos hortícolas, em Resende	22.02.1967
Conservas S. Pedro, Ld. ^a	DM	Pedido de prorrogação do prazo, por mais 12 meses	22.02.1967
Victor Silva de Castro Guedes	DM	Fábrica de conservas de azeitonas, pretas e verdes, naturais e recheadas, em Castelo Branco	01.03.1967
Eugénio Mexia Heitor	PI	Unidade fabril de fabrico de conservas vegetais, sumos, concentrados e desidratados de frutos e produtos hortícolas	08.03.1967
Joaquim Trigueiros Coelho de Aragão	DM	Transferência da secção de preparação e conservação de frutas do Fundão para a Quinta do Anjo, em Palmela	15.03.1967
Pereira & Pereira, Ld. ^a	DM	Indústria de liofilização de produtos vegetais, mariscos, carnes e peixes, em Ponta Delgada, Açores	22.03.1967
Sociedade Agro-Industrial do Roxo, SARL	DM	Prorrogação do prazo, por 24 meses	22.03.1967
Armando Teixeira de Vasconcelos	DM	Fábrica de conservas de ervilhas, azeitonas e fabrico de pickles, no Porto	29.03.1967
Abadia de Alcobça, Ld. ^a	DM	Transferência da secção de fabrico de concentrado de tomate de Alcobça para Moura	29.03.1967
Sociedade Agrícola de Rio Frio, SARL	DM	Unidade industrial dedicada ao fabrico de concentrado de tomate, sumo de frutos, conserva de tomate pelado e outros produtos hortícolas, condimentos e forragens, em Montijo	05.04.1967
Amaral, Filhos & C ^a , Ld. ^a	PI	Unidade industrial dedicada à preparação de sumos de frutos, em Ponta Delgada	12.04.1967
Fabrcio Fernando Pessanha Barbosa (em nome de uma sociedade a constituir)	PI	Unidade industrial dedicada ao fabrico de concentrado de tomate, tomate pelado e sumo de frutas, em Vendas Novas	12.04.1967
Inofrul – Sociedade Industrial de Conservas de Frutas	PI	Manutenção da laboração da secção de fabrico de concentrado de tomate, tomate pelado e sumo de frutas na sua fábrica, em Setúbal	12.04.1967
Federação dos Grémios da Lavoura de Portalegre, Évora e Baixo Alentejo	DM	Unidade fabril destinada à extração e refinação dos óleos de bolota, bagaço de azeitona, grainha de uva e semente de tomate, em Évora	12.04.1967
Hernâni Arménio de Almeida Leitão	DM	Unidade industrial destinada à preparação de cristais de sumos de frutos e produtos hortícolas, em Santarém	19.04.1967
Joaquim Trigueiros Coelho de Aragão	DM	Prorrogação do prazo, por mais 12 meses	26.04.1967
António Nuno Dias Melícias e outros (em nome de uma sociedade a constituir)	PI	Unidade destinada ao fabrico de conserva de frutas e produtos hortícolas, pelo sistema de liofilização, em local a designar, nos concelhos de Torres Vedras, Lourinhã, Alenquer e/ou limítrofes	10.05.1967
Joaquim Alves Brum	DDG	Arquivado por desinteresse do requerente	24.05.1967

José Ramirez Garcia	PI	Estabelecimento industrial destinado ao fabrico de conservas de azeitona, frutas e produtos hortícolas, em Serpa	31.05.1967
Manuel Alberto Pereira Dias	DM	Fábrica de conservas de azeitona, ervilhas e outros produtos hortícolas, em Resende	07.06.1967
Inofrul – Sociedade Industrial de Conservas de Frutas	DM	Manutenção da laboração da secção de fabrico de tomate pelado, em Setúbal mas negada a autorização para fabricar concentrado de tomate e sumos de frutos	21.06.1967
José Bento Mendão	DM		21.06.1967
Socali – Sociedade Exportadora de Conservas Alimentares, SARL	PI	Secção de preparação de embalagem de azeitonas, para exportação em recipientes hermeticamente fechados, em Lisboa	05.07.1967
Eugénio Mexia Heitor	DM	Unidade fabril de fabrico de conservas vegetais, sumos, concentrados e desidratados de frutos e produtos hortícolas	05.07.1967
Amaral, Filhos & C ^a ., Ld. ^a	DM	Legalização do fabrico de extratos de frutos na sua fábrica de xarope de frutos, em Castelo de Vide	26.07.1967
Caleiro, Couceiros & Silva, Ld. ^a	DM	Arquivado em virtude de lhe ter sido indeferido o pedido de prorrogação do prazo	09.08.1967
João Tiago de Freitas Rodrigues	PI	Unidade industrial dedicada à extracção e preparação de sumos de frutos, especialmente maracujá, limão, laranja e ananás, no Funchal	13.09.1967
José Ramirez Garcia	DM	Estabelecimento industrial destinado ao fabrico de conservas de azeitona, frutas e produtos hortícolas, em Serpa	13.09.1967
António Nuno Dias Melícias e outros	DM	Unidade destinada ao fabrico de conserva de frutas e produtos hortícolas, pelo sistema de liofilização, em local a designar, nos concelhos de Torres Vedras, Lourinhã, Alenquer e/ou limítrofes	13.09.1967
COMPAL – Companhia Produtora de Conservas Alimentares, SARL	PI	Transferência das instalações de produção de caldos e sopas que adquiriu à firma Star – Stabilimento Alimentare Portuguesa, Ld. ^a , de Lisboa para Almeirim	20.09.1967
Joaquim Trigueiros Coelho de Aragão	DM	Prorrogação do prazo, por mais 12 meses	20.09.1967
Associação dos Regantes do Divor	DM	Prorrogação do prazo, por mais 12 meses	20.09.1967
Joaquim Alves Brum	PI	Fabrico de concentrado de tomate, conserva de tomate pelado e outros produtos hortícolas, em Ponta Delgada	27.09.1967
Indagro - Indústria Agro-Pecuárias, Ld. ^a	DM	Prorrogação do prazo	27.09.1967
Fernando Moura de Almeida	PI	Unidade industrial dedicada ao fabrico de concentrado de laranja, conservas de frutas e produtos hortícolas, à exceção de tomate, em Leira	18.10.1967

António Lopes Correia dos Santos	PI	Unidade industrial dedicada à preparação, fabrico e embalagem de produtos alimentares (caldos, sopas e desidratados de legumes) em Vila Franca de Xira ou Azambuja	18.10.1967
Socali	DM		18.10.1967
António Pereira de Vilhena Gonçalves da Cunha	PI	Fábrica de conservas de vegetais, com exceção do concentrado de tomate, em Alvito ou Ferreira do Alentejo	01.11.1967
Federação dos Grémios da Lavoura do Nordeste Transmontano	DM	Prorrogação do prazo, por mais 24 meses	08.11.1967
António Alves da Silva	DM	Prorrogação do prazo, por mais 12 meses	22.11.1967
Fabrcício Fernando Pessanha Barbosa (em nome de uma sociedade a constituir)	DM	Unidade industrial dedicada ao fabrico de concentrado de tomate, tomate pelado e sumo de frutas, em Vendas Novas	22.11.1967
Unifruta – Sociedade de Fruticultores, Ld. ^a	DM	Prorrogação do prazo, por mais 24 meses	22.11.1967
António Maria Carneirinho	DM	Fábrica de concentrados e sumos de produtos agrícolas (tomate), substituindo o pedido anterior, passando de Santiago do Cacém para Odemira	29.11.1967
COMPAL – Companhia Produtora de Conservas Alimentares, SARL	DM	Transferência das instalações de produção de caldos e sopas que adquiriu à firma Star – Stabilimento Alimentare Portuguesa, Ld. ^a , de Lisboa para Almeirim	06.12.1967
Federação dos Grémios da Lavoura do Nordeste Transmontando	PI	Instalação, no complexo agro-industrial do Cachão, em Mirandela, de uma unidade industrial de conservas de produtos hortícolas, à excepção do tomate	03.01.1968
João Tiago de Freitas Rodrigues	DM	Unidade industrial dedicada à extracção e preparação de sumos de frutos, especialmente maracujá, limão, laranja e ananás, no Funchal	03.01.1968
Maria dos Prazeres Carvalhal Lobo da Silveira	DDG	Considerada caduca a autorização concedida, por não pagamento do depósito-caução	03.01.1968
António Pereira de Vilhena Gonçalves da Cunha	DM	Fábrica de conservas de vegetais, com exceção do concentrado de tomate, em Alvito ou Ferreira do Alentejo	24.01.1968
Fernando Moura de Almeida	DM	Unidade industrial dedicada ao fabrico de concentrado de laranja, conservas de frutas e produtos hortícolas, à excepção de tomate, em Leira	24.01.1968
Joaquim Alves Brum	DM	Fabrico de concentrado de tomate, conserva de tomate pelado e outros produtos hortícolas, em Ponta Delgada	24.01.1968
António Lopes Correia dos Santos	DM	Unidade industrial dedicada à preparação, fabrico e embalagem de produtos alimentares (caldos, sopas e desidratados de legumes) em Vila Franca de Xira ou Azambuja	31.01.1968

Sulei – Sociedade Ultramarina de Empreendimentos Imobiliários, SARL	PI	Transferência da fábrica de concentrado de tomate e refrigerantes, de Queluz para Avis e aumento dos equipamentos de montagem	13.03.1968
José Artur Marino Macedo	PI	Unidade industrial dedicada à extracção e preparação de sumos de maracujá, no Funchal	20.03.1968
Empresa Conserveira Maribel, Ld. ^a	PI	Ampliação da unidade fabril de preparação e conservação de tomate e pimentos, em Setúbal	27.03.1968
Federação dos Grémios da Lavoura do Nordeste Transmontano	DM	Instalação, no complexo agro-industrial do Cachão, em Mirandela, de uma unidade industrial de conservas de produtos hortícolas, à execução do tomate	27.03.1968
SET – Sociedade Elvense de Tomate, Ld. ^a	DDG	Segunda prorrogação do prazo, por mais 24 meses	27.03.1968
Refrigerantes Cristalina, Ld. ^a	PI	Instalação de uma unidade industrial destinada ao fabrico de sumos naturais a partir de fruta, a utilizar na sua fábrica, no Sabugal	17.04.1968
Luís Filipe Pina Manso	DDG	Arquivamento do processo	01.05.1968
António & Henrique Serrano, Ld. ^a	DM	Prorrogação do prazo, por mais 12 meses	08.05.1968
Victor Silva de Castro Guedes	DM	Prorrogação do prazo, por mais 18 meses	12.06.1968
Artur Cardoso da Silva	PI	Fábrica de conservas de frutos, em recipientes hermeticamente fechados, em Felgueiras	10.07.1968
Empresa Conserveira Maribel	DM		10.07.1968
José Artur Mariano Macedo	DM	Unidade industrial dedicada à extracção e preparação de sumos de maracujá, no Funchal	10.07.1968
Refrigerantes Cristalina, Ld. ^a	DM	Instalação de uma unidade industrial destinada ao fabrico de sumos naturais a partir de fruta, a utilizar na sua fábrica, no Sabugal	24.07.1968
Joaquim Trigueiros Coelho de Aragão	PI	Unidade industrial destinada à preparação e conservação de frutos, de legumes e outros produtos alimentares, que permitam a rápida confecção de refeições completas, no Fundão	14.08.1968
Agritur – Sociedade Agrícola e Turística do Oeste, Ld. ^a	PI	Unidade industrial destinada ao fabrico e preparação de conservas de frutas, produtos hortícolas, peixe e carne, pelo processo de liofilização	21.08.1968
Victor da Silva Castro Guedes	DM	Prorrogação do prazo, por mais 18 meses	09.10.1968
Joaquim Trigueiros Coelho de Aragão	DM	Unidade industrial destinada à preparação e conservação de frutos, de legumes e outros produtos alimentares, que permitam a rápida confecção de refeições completas, no Fundão	16.10.1968
António Nundo Dias Melícias e outros	DM		16.10.1968

Cooperativa Agrícola do Caia, SCRL	PI	Fábrica de conservas de azeitonas, hermeticamente fechadas, em Elvas	30.10.1968
Victor Silva de Castro Guedes	PI	Transferência da autorização concedida para a instalação de uma fábrica de conservas de azeitonas, de Campo Maior para Abrantes	30.10.1968
Abadia de Alcobaça, Ld. ^a	DM	Prorrogação do prazo até Março de 1970	13.11.1968
Antero Gonçalves	PI	Unidade industrial destinada à preparação de azeitonas de conserva, pimentos de conserva, pimentão em pó, frutas em calda e compotas, em Abrantes	20.11.1968
Artur Cardoso da Silva	DM	Fábrica de conservas de frutos, em recipientes hermeticamente fechados, em Felgueiras	20.11.1968
Liofax – Liofilização Industrial de Produtos Alimentares, Ld. ^a	PI	Unidade industrial dedicada à liofilização de produtos alimentares, de origem vegetal e animal em Vila Real de Santo António ou em Tavira	11.12.1968
Cooperativa Agrícola do Caia, SCRL	DM	Fábrica de conservas de azeitonas, hermeticamente fechadas, em Elvas	25.12.1968
Joaquim Alves Brum	PI	Unidade industrial destinada à indústria de caldos, sopas e purés em recipientes hermeticamente fechados, em Ponta Delgada	15.01.1969
Unifruta – Sociedade de Fruticultores, Ld. ^a	DM	Autorização anulada, com restituição da caução prestada	29.01.1969
Liofax - Liofilização Industrial de Produtos Alimentares, Ld. ^a	PI	Unidade industrial dedicada à liofilização de produtos alimentares, em Samora Correia	12.02.1969
Belfruto – Companhia de Fruticultura e Concentrados, SARL	DM	Autorização anulada, com restituição da caução prestada	12.02.1969
Victor Silva de Castro Guedes	DM	Transferência da autorização concedida para a instalação de uma fábrica de conservas de azeitonas, de Campo Maior para Abrantes	19.02.1969
Agritur	DM	Unidade industrial destinada ao fabrico e preparação de conservas de frutas, produtos hortícolas, peixe e carne, pelo processo de liofilização	04.03.1969
Antero Gonçalves	DM	Unidade industrial destinada à preparação de azeitonas de conserva, pimentos de conserva, pimentão em pó, frutas em calda e compotas, em Abrantes	12.03.1969
António Alves da Silva	PI	Fábrica de conservas de frutas e produtos hortícolas, em Matosinhos	19.03.1969
Sociedade Agro-Industrial do Roxo, Ld. ^a	DM	Prorrogação do prazo	19.03.1969
Liofax - Liofilização Industrial de Produtos Alimentares, Ld. ^a	DM	Unidade industrial dedicada à liofilização de produtos alimentares, em Samora Correia	19.03.1969

Refrigerantes Cristalina, Ld. ^a	DDG	Prorrogação do prazo, por mais 30 dias	19.03.1969
Victor Guedes – Indústria e Comércio, SARL	PI	Indústria de sumos, de concentrados (com exceção dos de tomate) de desidratados e de conservas de frutos e produtos hortícolas, bem como a congelação dos mesmos	26.03.1969
Sociedade Agro-Industrial do Roxo, Ld. ^a	PI	Fábrica de concentrado e sumo de tomate, e tomate pelado, em Aljustrel	09.04.1969
Sociedade Agro-Industrial do Roxo, Ld. ^a	DM	Considerada caduca a autorização concedida, restituindo a caução a título excecional	16.04.1969
SET – Sociedade Elvense de Tomate, Ld. ^a	DDG	Considerada caduca a autorização concedida, restituindo a caução prestada	30.04.1969
Liofax - Liofilização Industrial de Produtos Alimentares, Ld. ^a	DM	Unidade industrial dedicada à liofilização de produtos alimentares, em Samora Correia	11.06.1969
SEVE – Sociedade Nacional de Vinhos, Ld. ^a	PI	Secção de conservas e semi-conservas de frutos e legumes, na sua unidade industrial de conservação de produtos agropecuários, pelo frio, em Vila Franca de Xira	13.08.1969
Victor Guedes – Indústria e Comércio, SARL	DM	Indústria de sumos, de concentrados (com exceção dos de tomate) de desidratados e de conservas de frutos e produtos hortícolas, bem como a congelação dos mesmos	27.08.1969
Joaquim Alves Brum	DM	Unidade industrial destinada à indústria de caldos, sopas e purés em recipientes hermeticamente fechados, em Ponta Delgada	27.08.1969
José Cardoso Esteves	PI	Fábrica de concentrado de tomate, em Lisboa	17.09.1969
Sociedade Agro-Industrial do Roxo, Ld. ^a	DM	Fábrica de concentrado e sumo de tomate, e tomate pelado, em Aljustrel	22.10.1969
Indústrias de Alimentação, Idal, Ld. ^a	DM	Considerada caduca a autorização concedida, restituindo a caução prestada	29.10.1969
Luís Pereira dos Reis	DM	Unidade industrial destinada à extração e preparação de sumo de maracujá, no Funchal	29.10.1969
António Correia Júnior	PI	Legalização do fabrico de conservas de azeitonas, em recipientes hermeticamente fechados, na sua fábrica de conservas, em Vila Franca de Xira	19.11.1969
Cialbe – Comércio e Indústria de Alimentars e Bebidas, SARL	PI	Unidade industrial destinada ao fabrico de sumos de frutos, conservas de frutos e produtos hortícolas e refeições pré-cozinhadas, em Faro	10.12.1969
José Cardoso Esteves	DM	Fábrica de concentrado de tomate, em Lisboa	21.01.1970
Sumate – Concentrados e Sumos, SARL	DM	Fábrica de concentrado de tomate, Alcácer do Sal	04.02.1970
COMPAL – Companhia Produtora de Conservas Alimentares, SARL	PI	Instalação da indústria de conservas de produtos hortícolas, na sua fábrica, em Almeirim	11.02.1970

António Correia Júnior	DM	Legalização do fabrico de conservas de azeitonas, em recipientes hermeticamente fechados, na sua fábrica de conservas, em Vila Franca de Xira	18.02.1970
Alexandre Leite de Vasconcelos	DDG	Considerada caduca a licença concedida	18.02.1970
Maria Manuela da Silva Cruz	DM	Indústria de conservação de frutos em calda, no Porto	18.03.1970
TOMIRA – Sociedade de Concentrados de Odemira, SARL	DDG	Considerada caduca a licença concedida	01.04.1970
Cialbe – Comércio e Indústria de Alimentars e Bebidas, SARL	DM	Unidade industrial destinada ao fabrico de sumos de frutos, conservas de frutos e produtos hortícolas e refeições pré-cozinhadas, em Faro	15.04.1970
COFACO – Comercial e Fabril de Conservas, Limitada	PI	Fabrico de conservas de vegetais, legumes, de mariscos e respetivas sopas, na sua fábrica de conservas de peixe, em Vila Real de Santo António	29.04.1970
COMPAL – Companhia Produtora de Conservas Alimentares, SARL	DM	Instalação da indústria de conservas de produtos hortícolas, na sua fábrica, em Almeirim	20.05.1970
Sumolis – Companhia Industrial de Frutas e Bebidas, SARL	DM	Fábrica de refrigerantes, em Oeiras	03.06.1970
Pereira & Pereira, Ld. ^a	DDG	Considerada caduca a licença concedida	03.06.1970
L. Branco, Ld. ^a	PI	Instalação de secção de conservas de produtos hortícolas e frutícolas, na sua fábrica de conservas de peixe, em Setúbal	24.06.1970
Joaquim Alves Brum	DM	Dispensa do cumprimento de condições da autorização concedida	24.06.1970
António Herculano de Carvalho	PI	Unidade industrial dedicada ao fabrico de sumos de frutos, no Cadaval	01.07.1970
Gel-mar, Empresa Distribuidora de Produtos Alimentares	DM	Fábrica autorizada a preparação, cozedura, congelação, armazenagem de carne, ovos, produtos hortícolas e frutícolas e refeições pré-confecionadas	01.07.1970
SET – Sociedade Elvense de Tomate, Ld. ^a	PI	Montagem de secções de fabrico de produtos horto-frutícolas em anexo à sua fábrica de concentrado de tomate, em Elvas	22.07.1970
Francisco Cardoso Carvalho	PI	Fábrica de preparação e conservas de azeitonas, naturais e recheadas, pickles, pepinos e mostarda de mesa	22.07.1970
Conservas Lory, Ld. ^a	PI	Instalação de secção de fabrico de carnes, vegetais e legumes na sua fábrica de conservas de peixe, em Ponta Delgada	05.08.1970
COFACO – Comercial e Fabril de Conservas, Limitada	DM	Fabrico de conservas de vegetais, legumes, de mariscos e respetivas sopas, na sua fábrica de conservas de peixe, em Vila Real de Santo António	05.08.1970
Sureno – Sumos e Refrigerantes do Norte, SARL	PI	Unidade fabril destinada ao fabrico de sumos e concentrados de maçãs. Uvas e outros frutos, em Viseu	26.08.1970

Favofruto – Produtos Alimentares, Ld. ^a	DDG	Unidade de conservação de frutas, em calda, compotas, geleias, polpadas, pickles, mostarda, produtos hortícolas, drops, caramelos e rebuçados em frasco, em Setúbal	26.08.1970
Bernardino Hipólito da Silva Carvão	PI	Instalação de secção de preparação de sumos de maracujá, na sua fábrica de licores, no Funchal	09.08.1970
José Eduardo Gonçalves de Abreu Loureiro	DDG	Preparação de sumos de frutos embalados em caixas isotérmicas, no Estoril	09.08.1970
Ramirez & C. ^a	PI	Secção de fabrico de conservas e pratos de carnes, produtos hortícolas e frutícolas, na sua fábrica de conservas de peixe, em Faro	16.09.1970
Henry Hatherly	DDG	Indústria de secagem e desidratação de frutas, produtos hortícolas e vegetais, em Setúbal	26.09.1970
Abadia de Alcobaça, Ld. ^a	DDG	Considerada caduca a licença concedida	26.09.1970
António Herculano de Carvalho	DM	Unidade industrial dedicada ao fabrico de sumos de frutos, no Cadaval	30.09.1970
Francisco Cardoso Carvalho	DM	Fábrica de preparação e conservas de azeitonas, naturais e recheadas, pickles, pepinos e mostarda de mesa	07.10.1970
SET – Sociedade Elvense de Tomate, Ld. ^a	DM	Montagem de secções de fabrico de produtos horto-frutícolas em anexo à sua fábrica de concentrado de tomate, em Elvas	07.10.1970
L. Branco, Ld. ^a	DM	Instalação de secção de conservas de produtos hortícolas e frutícolas, na sua fábrica de conservas de peixe, em Setúbal	21.10.1970
Cooperativa dos Hortofruticultores da Bairrada, Cobai, SCRL	DDG	Desidratação de frutas e legumes, no local da sua sede, em Cantanhede	28.10.1970
Sumolis – Companhia Industrial de Frutas e Bebidas, SARL	PI	Unidade industrial dedicada ao fabrico de sumos de frutos, em Oeiras	11.11.1970
Conservas Lory, Ld. ^a	DM	Instalação de secção de fabrico de carnes, vegetais e legumes na sua fábrica de conservas de peixe, em Ponta Delgada	18.11.1970
Joaquim Alves Brum	DM	Dispensa do cumprimento de condições da autorização concedida	18.11.1970
Sureno – Sumos e Refrigerantes do Norte, SARL	DM	Unidade fabril destinada ao fabrico de sumos e concentrados de maçãs. Uvas e outros frutos, em Viseu	25.11.1970
Manuel João Gonçalves Tijela	DDG	Oficina de partir amêndoas, em Albufeira	09.12.1970
Rodrigo da Ponte Costa	DDG	Oficina de partir amêndoas, em Loulé	09.12.1970
Ramirez & C. ^a	DM	Secção de fabrico de conservas e pratos de carnes, produtos hortícolas e frutícolas, na sua fábrica de conservas de peixe, em Faro	16.12.1970
Bernardino Hipólito da Silva Carvão	DM	Instalação de secção de preparação de sumos de maracujá, na sua fábrica de licores, no Funchal	16.12.1970
António Vieira Rodrigues	DDG	Oficina de partir amêndoas, em Albufeira	30.12.1970

José Martins Bexiga	DDG	Oficina de partir amêndoas, em Albufeira	30.12.1970
Cooperativa Agrícola dos Fruticultores da Cova da Beira, SCRL	DDG	Instalação de câmara frigoríficas para conservação de fruta, na Covilhã	30.12.1970
Cooperativa Agrícola dos Produtores de Fruta	DDG	Instalação de câmaras frigoríficas para conservação de fruta, em Leiria	30.12.1970
João Marques Fernandes	DDG	Instalação de câmaras frigoríficas para conservação de fruta e produtos hortícolas, congelação de carnes, em Oeiras	06.01.1971
SUGAL – Sumos e Concentrados de Frutos de Portugal, Ld. ^a	PI	Legalização de maquinismos instalados, na sua fábrica de concentrado de tomate, na Azambuja	13.01.1971
Favofruto – Produtos Alimentares, Ld. ^a	PI	Transferência da sua fábrica de conservas de legumes que pretende adquirir a Cipriano Gil Loureiro, da Figueira da Foz para Lisboa	20.01.1971
Bernardino Roldão	DDG	Instalação de câmaras frigoríficas para conservação de fruta, no Bombarral	27.01.1971
Joaquim Amaro	DDG	Instalação de câmaras frigoríficas para conservação de fruta, no Bombarral	27.01.1971
Joaquim Sales Teotónio	DDG	Instalação de câmaras frigoríficas para conservação de fruta, em Óbidos	27.01.1971
Tomás Leandro dos Santos	DDG	Instalação de câmaras frigoríficas para conservação de fruta, em Óbidos	27.01.1971
Sumolis – Companhia Industrial de Frutas e Bebidas, SARL	DM	Unidade industrial dedicada ao fabrico de sumos de frutos, em Oeiras	10.02.1971
Filhos de João Nunes Sequeira	DDG	Estabelecimento industrial destinado à moagem de pimentão, em Marvão	17.02.1971
José Plácido	DDG	Instalação de câmaras frigoríficas para conservação de fruta, em Óbidos	17.02.1971
Joaquim Maximiano da Costa	DDG	Instalação de câmaras frigoríficas para conservação de fruta, no Bombarral	17.02.1971
José Caetano Pereira	DDG	Instalação de câmaras frigoríficas para conservação de fruta, no Bombarral	17.02.1971
Cooperativa Agrícola de Porto de Mós	DDG	Instalação de câmaras frigoríficas para conservação de frutas e produtos hortícolas, no local da sua sede, em Porto de Mós	24.02.1971
Joaquim José Francisco	DDG	Instalação de câmaras frigoríficas para conservação de fruta, no Bombarral	24.02.1971
Honorato Gomes Guerreiro	DDG	Fabrico de pastelaria, confeitaria e produção de licores e conservação de frutas em calda, compota e geleia, em Palmela	03.03.1971
Dominguez & Domiguez, Ld. ^a	DDG	Fabrico de massa de tomate e pimentão, na Golegã	24.03.1971

Joaquim Trigueiros Coelho de Aragão	DDG	Fábrica autorizada à preparação de semiconservas, pastas de frutos, molhos, sopas, preparações culinárias em conservas ou congeladas e fabrico de gelados e sorvetes, em Oeiras ou Sintra	07.04.1971
Gilcério Dias Morais	DDG	Unidade industrial dedicada à indústria de conservas de frutos, vegetais e legumes e refeições enlatadas, na Figueira da Foz	07.04.1971
SUGAL – Sumos e Concentrados de Frutos de Portugal, Ld. ^a	DM	Legalização de maquinismos instalados, na sua fábrica de concentrado de tomate, na Azambuja	21.04.1971
Gilberto Cavaco Pontes	DDG	Oficina de partir amêndoas, em Loulé	21.04.1971
Eduardo Timóteo Carlos	DDG	Instalação de câmaras frigoríficas para conservação de fruta, no Bombarral	21.04.1971
Fruticampo – Sociedade Agrícola e Comercial de Frutas, Ld. ^a	DDG	Instalação de câmaras frigoríficas para conservação de fruta, em Torres Vedras	21.04.1971
Pomarim – Sociedade Conservadora de Frutas da Usseira	DDG	Instalação de câmaras frigoríficas para conservação de fruta, em Óbidos	21.04.1971
Artur da Silva Barreiros & Irmão, Ld. ^a	DDG	Preparação de conservas de azeitonas e fabrico de massa de pimentão, em Évora	26.05.1971
José Belmiro Nobre	DDG	Instalação de câmaras frigoríficas para conservação de fruta, em Bragança	26.05.1971
Adelino Jerónimo & C. ^a	DDG	Moagem de arroz, fava, ervilha e outras leguminosas, em Arraiolos	09.06.1971
António Rodrigues	PI	Unidade industrial dedicada à congelação de peixe, carne, produtos hortofrutícolas, em Peniche	16.06.1971
António de Matos	DDG	Fábrica de conservas de azeitona, em Mação	23.06.1971
José Ribeiro Timóteo	DDG	Instalação de câmaras frigoríficas para conservação de fruta, em Óbidos	23.06.1971
SICA – Sociedade Industrial e Comercial de Azeites, Ld. ^a	DDG	Fábrica de conservas de azeitona, em Estremoz	30.06.1971
Margarida Maria Joana Fougrouse Decurty Cerveira Amaral Sampaio e Melo Soares de Albergaria Mendes Leal	DDG	Instalação de câmaras frigoríficas para conservação de fruta, produtos hortícolas e ovos, em Santa Comba Dão	14.07.1971
Cooperativa Horto-Frutícola do Roxo	DDG	Fabrico de conserva de tomate pelado e pimentos morrones, em Aljustrel	21.07.1971
Manuel Teodósio de Jesus	DDG	Oficina de partir amêndoas, em Albufeira	18.08.1971
Alcides Guedes de Paiva	DDG	Estabelecimento industrial destinado à preparação e conservação de produtos hortícolas e frutos, em Vila Nova de Gaia	25.08.1971
Knorr Portuguesa – Produtos Alimentares, SARL	DDG	Unidade fabril destinada ao fabrico de caldas, sopas, puré de batata, entre outros	25.08.1971

Granja & Filhos, Ld. ^a	DDG	Estabelecimento industrial destinado à secagem e moagem de pimentão, em Abrantes	01.09.1971
António Rodrigues	DM	Unidade industrial dedicada à congelação de peixe, carne e produtos hortícolas, em Peniche	08.09.1971
Ramiro da Conceição Algarvio	DDG	Fábrica de secagem de pimentão, em Avis	08.09.1971
Hermenegildo Marques Gomes	DDG	Instalação de câmaras frigoríficas para conservação de fruta, no Bombarral	08.09.1971
Junta Nacional das Frutas	DDG	Instalação de câmaras frigoríficas para conservação de frutas, em Mangualde	17.11.1971
Junta Nacional das Frutas	DDG	Instalação de câmaras frigoríficas para conservação de frutas, no Fundão	17.11.1971
Junta Nacional das Frutas	DDG	Instalação de câmaras frigoríficas para conservação de frutas, na Guarda	17.11.1971
José Rocha Guerreiro Raposo	DDG	Oficina de seleção e embalagem de fruta, em Grândola	24.11.1971
Apetis – Sociedade Industrial e Comercial de Produtos Alimentares, Ld. ^a	DDG	Estabelecimento industrial destinado à preparação de frutos secos e salgados, em Oeiras	22.12.1971
Comimba – Comércio e Indústria de Bacalhau, SARL	DDG	Fábrica autorizada a conservação de peixe previamente congelado, congelação de carnes e câmaras frigoríficas para conservação de produtos hortofrutícolas, na Moita	29.12.1971
Inter-Agro, Sociedade Internacional de Valorização Agrícola, Ld. ^a	DDG	Instalação de secção de fabrico de <i>pickles</i> , no Cartaxo	17.01.1971
António Roque da Cruz	DDG	Instalação de câmaras frigoríficas para conservação de frutas, em Óbidos	02.02.1972
SAPP – Serviço de Abastecimento de Peixe ao País	DDG	Instalação de câmaras frigoríficas para conservação de peixe e outros produtos de pesca, carne e produtos agrícolas, e fabrico de gelo, em Lisboa, na Doca de Pesca de Pedrouços	16.02.1972
Ramiro Gomes Patrício	DDG	Instalação de fábrica de conservas de frutos e produtos hortícolas, em Braga	16.02.1972
António Francisco Silvestre Ferreira	DDG	Instalação de câmaras frigoríficas para conservação de frutas, em Ferreira do Alentejo	23.02.1972
Manuel Martins Cordeiro	DDG	Descasque de amêndoas, em Loulé	29.03.1972
Miguel Morais Carneiro	DDG	Preparação de conservas de frutos, em Lamego	29.03.1972
Aníbal Claro Barreiros Cachado	PI	Unidade industrial dedicada à congelação de peixe, carne, produtos hortícolas e frutícolas e fabrico de refeições pré-cozinhadas e congeladas, em Lisboa	05.04.1972
Frescal – Sociedade Comercial de Abastecimento de Peixe	PI	Unidade industrial destinada à congelação de peixe, legumes e produtos hortícolas, em Cascais	05.04.1972

João da Silva Marques	DDG	Fabrico de sumos e concentrados e conservas de frutos e produtos hortícolas; conservas de molhos e sopas, em Lisboa	10.05.1972
António Martins de Aguiar	DDG	Fabrico de batata frita, amendoim, fava frita e torrada, pipocas, castanha de caju, em embalagens plásticas, em Coimbra	10.05.1972
João Duarte Silva Peixinho (em nome de uma sociedade)	DDG	Fabricação de conservas de frutos, compostas e seus derivados, em Setúbal	17.05.1972
Álvaro da Conceição Gaspar	DDG	Moagem e preparação de especiarias, sobretudo de pimentão, em Ponte de Sor	17.05.1972
Guy Manuel Dutra Alves	DDG	Desidratação e trituração de forragens e produtos hortícolas para alimentação do gado, na Horta	14.06.1972
Socimexpor – Sociedade de Importação e Exportação, SARL	DDG	Fabricação de conservas de pimentos, em Ponte de Sor	12.07.1972
Francisco Malaia Gonçalves	DDG	Desidratação e secagem de frutos, produtos hortícolas e vegetais; preparação e conservação de frutos em calda, compota, geleia e polpada; fabrico de conservas de molhos e sopas, em Setúbal	26.07.1972
António Francisco Silvestre Ferreira	DDG	Preparação de conservas de frutos e produtos hortícolas por esterilização, em Ferreira do Alentejo	26.07.1972
José Alves Pereira	DDG	Preparação de conservas de frutos e produtos hortícolas por esterilização, em Ferreira do Alentejo, no Fundão ou Covilhã	20.09.1972
Ruy Hélder Bernardo Moreira	DDG	Desidratação e secagem de frutos, produtos hortícolas e vegetais, conservação e preparação de vegetais e frutos em calda e secos, compotas, geleia e polpadas; fabricação de conservas de molhos, pickles, sopas, marmeladas, sumos de frutos, naturais e concentrados, com exclusão do tomate, em Lisboa ou Castelo Branco	20.09.1972
Raul Martins Lobato	DDG	Moagem de pimentão e fabrico de massa de pimentão e tomate, em Ponte de Sor	27.09.1972
Estabelecimentos Manuel da Silva Torrado & C. ^a (Irmãos), SARL	DDG	Fabrico de conservas de azeitonas, em Vila Franca de Xira	08.11.1972
Probeira – Produtos Alimentares da Beira, Ld. ^a	DDG	Fabrico de conservas de azeitonas, em Mação	08.11.1972
F.A. Caiado – Indústria de Produtos Alimentares, SARL	DDG	Conservação de frutos em calda, compota, geleia e polpadas e em vinagre; fabricação de sumos e concentrados de frutos e produtos hortícolas; fabricação de conservas de molhos e sopas, nas Caldas da Rainha	22.11.1972
F.A. Caiado – Indústria de Produtos Alimentares, SARL	DDG	Fabrico de produtos dietéticos, simples ou composta de frutas, legumes, tubérculos associados ou não a carne e peixe, doces de frutas, nas Caldas da Rainha	29.11.1972

F.A. Caiado – Indústria de Produtos Alimentares, SARL	DDG	Fabrico de preparações culinárias pré-cozinhadas e enlatadas, de carne, de peixe e produtos hortícolas e frutícolas, nas Caldas da Rainha	29.11.1972
F.A. Caiado – Indústria de Produtos Alimentares, SARL	DDG	Fabrico de alimentos em conserva para bebés, nas Caldas da Rainha	29.11.1972
Alberto Caetano Couto Ferreira	DDG	Fabricação de sumos de frutos, na Guarda	06.12.1972
Empresa Conserveira Mapirel, Ld. ^a	PI	Fabricação de concentrados de tomate a 11% - polpa de tomate – na sua unidade fabril, em Setúbal	13.12.1972
Sociedade de Industrialização de Produtos Agrícolas – Sopracol, SARL	PI	Legalização de maquinaria instalada no seu conjunto fabril de concentrados de tomate, em Mora	27.12.1972
Sovendal – Sociedade Distribuidora de Produtos de Alimentação e Higiene, SARL	DDG	Produção de batata frita empacotada, em Loures	27.12.1972
Alberto Caetano Couto Ferreira	DDG	Conservação de frutos em calda, compota, geleia e polpada; fabricação de pastas de frutos, sumos de produtos hortícolas e concentrados de fruta; desidratação e secagem de produtos hortofrutícolas, na Guarda	10.01.1973
Estabelecimentos Teófilo Fontainhas Neto – Comércio e Indústria, SARL	DDG	Descasque de amêndoa, em Loulé	31.01.1973
Turiagra – Turismo e Agricultura, SARL	DDG	Conservação de carne e fabrico de sumos de frutos e produtos hortícolas, em Beja	07.03.1973
Turiagra – Turismo e Agricultura, SARL	DDG	Conservação de carne e fabrico de sumos de frutos e produtos hortícolas, em Faro	07.03.1973
João Francisco Charrua Botas (Viúva de)	DDG	Fabrico de sumos e refrigerantes de frutas, no Redondo	07.03.1973
Manuel da Mota	DDG	Fabrico de sumos e refrigerantes de frutas, em Pombal	07.03.1973
Sumate – Concentrados e Sumos, SARL	PI	Instalação de maquinismos, na sua unidade fabril, em Alcácer do Sal	14.03.1973
Martins & Rebelo	DDG	Desidratação de concentrado de tomate, em Avis	14.03.1973
Unital – União Agro-Industrial de Concentrados, SARL	PI	Substituição de maquinismos, na sua unidade fabril, em Torres Novas	21.03.1973
Hermínio Pinhal Dias Gaspar	DDG	Preparação e conservação de carnes, frutas e produtos hortícolas, em Setúbal	28.03.1973
Miguel Rafael Rodrigues	DDG	Destalaria de frutas, no Bombarral	28.03.1973
Hermínio Pinhal Dias Gaspar	DDG	Destilaria de aguardentes víquicas e de frutas, em Setúbal	28.03.1973
Socimexpor – Sociedade de Importação e Exportação, SARL	DDG	Conservação de frutos e produtos hortícolas, em Mora	04.04.1973

António Rodrigues	DDG	Autorização para instalação de unidade de congelação de peixe, carne e produtos hortofrutícolas, mediante a apresentação de prova do capital social mínimo para formação de uma sociedade	18.04.1973
Sociedade de Industrialização de Produtos Agrícolas – Sopracol, SARL	DM	Legalização de maquinismos instalados no seu conjunto fabril, em Mora	25.04.1973
Cooperativa Agrícola de Mangualde, SCRL	DDG	Preparação de conservas de frutos e produtos hortícolas, em Mangualde	25.04.1973
Garcia & Garcia, Ld. ^a	DDG	Conservação de frutos em calda, compota, geleia e polpada, em Vila Franca de Xira	25.04.1973
Panificadora Central de Peniche, Ld. ^a	DDG	Fabrico de bolos, bolachas, biscoitos, sumos de frutos, geleias, compotas e frutas cristalizadas, em Peniche	05.05.1973
Comorel – Conservas Monte Restelo, Ld. ^a	DDG	Fabrico de sumos, molhos, condimentos e conservação de frutos, polpadas e produtos hortícolas, no Montijo	09.05.1973
Fruripal – Sociedade Agrícola de Frutas, Ld. ^a	DDG	Conservação de frutos e produtos hortícolas, na Lourinhã	09.05.1973
Sociedade Agrícola de Leirós, Ld. ^a	DDG	Fabrico de gasosas, sumos e conservação de frutos, em Castelo de Paiva	09.05.1973
António João Lopes Sabino	DDG	Preparação de conservas de frutos e produtos hortícolas, por esterilização, em Lisboa	16.05.1973
António Vasco Miranda Oliveira Santos	DDG	Destilação de vinho, bagaço de uva e frutas em Torres Vedras	16.05.1973
José Augusto Correia Campos	DDG	Destilação de vinho, bagaço de uva e frutas em Torres Vedras	16.05.1973
Fernanda Gabriela Gomes Faria de Carvalho	DDG	Destilação de vinho, bagaço de uva e frutas em Vila Nova de Famalicão	23.05.1973
José Gomes Duarte	DDG	Destilação de bagaços, borras e frutas em Torres Vedras	23.05.1973
Mário Rodrigues Ribeiro	DDG	Destilação de bagaços, borras e frutas em Torres Vedras	23.05.1973
Caia – Companhia Alentejana de Indústrias Alimentares, SARL	PI	Incorporação na sua fábrica de concentrados de frutos e produtos hortícolas, do apetrechamento fabril da sua associada Hortil – Indústrias Hortícolas, SARL, em Campo Maior	30.05.1973
Unital – União Agro-Industrial de Concentrados, SARL	DM	Substituição de maquinaria, na sua unidade de concentrados e derivados de produtos vegetais, em Torres Novas	30.05.1973
Sumate – Concentrados e Sumos, SARL	DM	Instalação de maquinaria, na sua unidade de concentrado de tomate, em Alcácer do Sal	30.05.1973
João Bento Mendão, Ld. ^a	DDG	Destilação de bagaço de uva, borras de vinho, alfarroba e outros frutos em Castelo de Vide	30.05.1973
Uniconser – Produtora e Exportadora, SARL	DDG	Conservação de frutos e produtos hortícolas, em Vila do Conde	06.06.1973

José Mendonça dos Santos	DDG	Destilação de vinho, bagaço de uva e frutas no Bombarral	06.06.1973
Empresa Conserveira Mapirel, Ld. ^a	DDG	Arquivamento do pedido feito	06.06.1973
Emanuel Durão	DDG	Fabrico de conservas e pickles, em Mangualde	13.06.1973
Pimentoeira do Sor, Ld. ^a	DDG	Secagem de pimentão, em Ponte de Sor	13.06.1973
Joaquim Neves da Rosa	DDG	Descasque de amêndoas, em Olhão	13.06.1973
Lino Manuel Matias	DDG	Destilação de bagaço de uva e frutas em Torres Vedras	13.06.1973
Casa Agrícola Santos Jorge, SARL	DDG	Preparação de alimentos simples para animais e conservação de frutos em calda, compota, geleia e polpada	20.06.1973
Manuel de Brito Marum	DDG	Descasque de amêndoas, em Loulé	20.06.1973
Emílio Agostinho Faria	DDG	Destilação de vinho, bagaço de uva e frutas em Torres Vedras	20.06.1973
Ricardo das Neves Gomes Vieira	DDG	Destilação de vinho, bagaço de uva e frutas em Porto de Mós	20.06.1973
Horácio Manuel Pereira dos Santos	DDG	Produção de aguardentes e produção de bebidas por fermentação de frutas arbóreas, no Cadaval	20.06.1973
NTCD – Novas Técnicas de Construção e Decoração	DDG	Fabrico de gelados e sumos de frutos, em Setúbal ou em Lisboa	02.07.1973
Cooperativa Agrícola dos Produtores de Fruta dos Concelhos de Leiria e Marinha Grande, SCRL	DDG	Fabrico de sidra, em Leiria	02.07.1973
Conservas do Outeiro – Consol, SARL	PI	Transferência e instalação, na sua fábrica de concentrado de tomate, do apetrechamento fabril da unidade de concentrado de tomate legalizada em nome da Fábrica de Conservas Vasco da Gama, Ld. ^a	11.07.1973
Liogal – Liofilização Portuguesa, SARL	DDG	Preparação de conservas de frutos e produtos hortícolas por liofilização, na Nazaré	11.07.1973
Alberto dos Reis	DDG	Destilação de frutos, em Mafra	11.07.1973
Rui João António Ferreira de Barros Parente	DDG	Curtimenta de azeitona, no Cartaxo	18.07.1973
A. Soares & Lincho, Ld. ^a	DDG	Destilação de figo e frutos, em Aguiar da Beira	18.07.1973
João António	DDG	Destilação de figo, em Torres Novas	18.07.1973
Francisco António Silva Duarte	DDG	Destilação de frutos, em Alenquer	18.07.1973
José Marques	DDG	Destilação de frutos, em Alcobaça	18.07.1973
Amândio Augusto Ribeiro	DDG	Descasque de amêndoa, em Freixo-de-Espada-à-Cinta	25.07.1973
Craune – Sociedade Técnica e Indústria Alimentar, Ld. ^a	DDG	Fabrico de preparações culinárias em conserva ou congelados, conservação de frutos e produtos hortícolas pelo sal ou salmoura, em vinagre, fabricação de gelados e sorvetes e outras indústrias alimentares não especificadas, em Sacavém	25.07.1973
Joaquim Eloy Vieira	DDG	Destilação de bagaço de uva, figo, alfarroba e outras frutas, em Silves	25.07.1973

NTCD – Novas Técnicas de Construção e Decoração, Ld. ^a	DDG	Fabrico de refrigerantes, em Setúbal	25.07.1973
José Lapa e Nápoles	DDG	Conservação de frutos em calda, compota, geleia e polpada e fabricação de sumos de frutos e produtos hortícolas, em Moimenta da Beira	08.08.1973
José Lapa e Nápoles	DDG	Destilação de frutos, em Moimenta da Beira	08.08.1973
Manuel Silo da Graça Caetano	DDG	Destilação de frutos, em Faro ou Loulé	08.08.1973
Empresa de Concentrados de Alvalade, SARL	PI	Transferência e instalação, na sua unidade de concentrado e conserva de tomate, de maquinaria adquirida à Fábrica de Conservas Vasco da Gama, Ld. ^a	15.08.1973
Henrique Pereira Faustino	DDG	Destilação de frutos, no Bombarral	15.08.1973
Refrigerantes Cristalina, Ld. ^a	DDG	Destilação de frutos, no Sabugal	15.08.1973
Cooperativa Transformadora de Produtos Agrícolas do Vale do Sorraia, SCRL	DDG	Conservação de frutos em calda, compota, geleia e polpada e fabricação de sumos de frutos e produtos hortícolas, em Coruche	22.08.1973
José António Loureiro Sarreira	DDG	Destilação de frutos, em Torres Vedras	22.08.1973
Leandro Coelho	DDG	Destilação de frutos, em Rio Maior	22.08.1973
Manuel Aníbal dos Santos	DDG	Destilação de frutos, no Sabugal	22.08.1973
Vírgilio Filipe da Cunha	DDG	Destilação de frutos, nas Caldas da Rainha	22.08.1973
Sociedade Agrícola de Leirós, Ld. ^a	DDG	Fabrico de sidra, em Castelo de Paiva	22.08.1973
Cooperativa Agrícola dos Produtores de Fruta do Distrito da Guarda	DDG	Conservação e aproveitamento de frutos, na Guarda	05.09.1973
António Augusto Gonçalves	DDG	Conservação de azeitonas, em Freixo-de-Espada-à-Cinta	12.09.1973
João Rodrigues Correia	DDG	Destilação de frutos, em Peniche	12.09.1973
Sociedade Agrícola de Pias	DDG	Destilação de frutos, em Serpa	12.09.1973
Cooperativa Agrícola de Vila Real, SCRL	DDG	Destilação de bagaço de uva e outros frutos, em Vila Real	26.09.1973
Eliseu Fernandes Duarte	DDG	Destilação de frutos, em Santarém	26.09.1973
Joaquim de Oliveira Coimbra	DDG	Destilação de frutos, em Santarém	26.09.1973
José Augusto Lopes Júnior	DDG	Destilação de frutos, em Torres Vedras	26.09.1973
Saturnino Joaquim Marquês	DDG	Destilação de bagaço de uva e outros frutos, em Torres Vedras	26.09.1973
Álvaro do Rosário Pereira Casaleiro	DDG	Destilação de frutos, nas Caldas da Rainha	03.10.1973
João Sabino Passos Caldas	DDG	Produção de sumo de maçã e sidra, em Santarém	17.10.1973
Conservas do Outeiro	DM	Transferência e instalação, na sua fábrica de concentrado de tomate, do apetrechamento fabril da unidade de concentrado de tomate legalizada em nome da Fábrica de Conservas Vasco da Gama, Ld. ^a	24.10.1973
Luís do Rosário Francisco	DDG	Destilação de bagaço de uvas, borras de vinho e de frutos, em Leiria	24.10.1973

João Robalo Tomé	DDG	Conservação de azeitonas e seu empacotamento, em Penamacor	31.10.1973
António Rodrigues Neto	DDG	Descasque de amêndoas, em Albufeira	14.11.1973
António da Piedade Costa	DDG	Destilação de bagaço de uva e outros frutos, em Torres Novas	14.11.1973
João Vicente de Saldanha Oliveira e Sousa e Luís Maria de Saldanha Oliveira e Sousa	DDG	Destilação de bagaço de uva e outros frutos, na Golegã	14.11.1973
Joaquim Brites Vieira	DDG	Destilação de bagaço de uva e outros frutos, em Leiria	14.11.1973
Francisco Raimundo Ferreira	DDG	Fabrico de refrigerantes, em Alenquer	14.11.1973
Soproagri – Sociedade Destiladora de Produtos Agrícolas	DDG	Destilação de bagaço de uva e outros frutos, em Torres Novas	14.11.1973
Sociedade de Industrialização de Produtos Agrícolas – Sopragol, SARL	PI	Legalização de maquinaria no seu conjunto fabril de concentrado de tomate e conservas vegetais, que adquiriu à firma Calbe – Companhia de Alimentos da Beira, SARL	28.11.1973
Casa Agrícola Dr. Rafael Duque	DDG	Destilação de frutos, na Chamusca	28.11.1973
Mussolino Gomes	DDG	Destilação de frutos, no Cadaval	28.11.1973
Francisco Ferreira Calhau	DDG	Destilação de bagaço de uvas e frutos, em Torres Vedras	28.11.1973
Juvenal Martins	DDG	Destilação de bagaço de uvas e frutos, em Torres Vedras	28.11.1973
José João da Silva Faria Rodrigues	DDG	Destilação de figo, em Torres Novas	28.11.1973
Indústrias de Alimentação Idal, Ld. ^a	PI	Incorporação, na sua fábrica de concentrado e preparação de tomate, frutos e legumes, de apetrechamento fabril da sua unidade de extratos alimentares e seus derivados, de Vila Franca de Xira	05.12.1973
Frugal – Frutos e Sumos de Portugal, SARL	DDG	Fabrico de Sumos, destilação e refrigerantes de frutas e produção de sidra, em Pombal	12.12.1973
Cooperativa Agrícola de Alcobaça	DDG	Destilação de bagaço de uvas e frutos, em Alcobaça	12.12.1973
Alfredo Sebastião Pego	DDG	Destilação de frutos, no Cartaxo	19.12.1973
João Maria Pinheiro, Herdeiros	DDG	Destilação de frutos, no Cartaxo	19.12.1973
Fausto & Maria de Fátima, Ld. ^a	DDG	Destilação de bagaço de uvas, de vinhos e frutos, na Guarda	26.12.1973
Francisco da Costa	DDG	Destilação de frutos, em Leiria	26.12.1973
Francisco Esteves Gaspar	DDG	Destilação de frutos, em Manteigas	02.01.1974
Frutinorte – Sociedade de Armazenistas de Frutas, Ld. ^a	DDG	Fabrico de conservas de frutos e confeitaria, em Vila Franca de Xira	09.01.1974
Joaquim Nicolau	DDG	Destilação de bagaço de uvas e frutos, no Bombarral	09.01.1974
Custódio Inácio Santiago Júnior	DDG	Destilação de frutos, no Cartaxo	09.01.1974
Conservas do Outeiro – Consol, SARL	PI	Instalação e substituição de equipamento usado, na sua fábrica de concentrado de tomate, em Ferreira do Alentejo	16.01.1974
Francisco Andrade	DDG	Destilação de bagaço de uvas, borras de vinho e frutos, na Lourinhã	16.01.1974

José Francisco	DDG	Destilação de frutos, no Bombarral	16.01.1974
António Pereira Nunes	DDG	Destilação de frutos, no Fundão	16.01.1974
Empresa de Concentrados de Alvalade, SARL	DM	Transferência e instalação, na sua unidade de concentrado e conserva de tomate, de maquinaria adquirida à Fábrica de Conservas Vasco da Gama, Ld. ^a	23.01.1974
António Silveira Coelho Júnior	DDG	Destilação de frutos, em Alcobaça	23.01.1974
José Alexandre Gordalina	DDG	Destilação de frutos e fabrico de sidra, em Leiria	23.01.1974
Adriano Cristina de Melo	DDG	Destilação de bagaço de uvas, borras de vinho e maçã, na Mealhada	23.01.1974
Amorim Marques	DDG	Fabrico de refrigerantes, em Oliveira do Bairro	06.02.1974
Henrique Mendes Brites	DDG	Destilação de bagaço de uva e frutos, na Guarda	13.02.1974
Luís António	DDG	Destilação de bagaço de uvas, borras de vinho e frutos, em Carrazeda de Ansiães	13.02.1974
Carlos Manuel Matamouros Resende	DDG	Destilação de frutos, em Torres Vedras	13.02.1974
Emílio Vaz Martins	DDG	Destilação de frutos, em Alenquer	13.02.1974
José Carlos Mendes Figueiredo	DDG	Destilação de frutos, no Sabugal	13.02.1974
José Filipe	DDG	Destilação de frutos, na Lourinhã	13.02.1974
José Jordão da Costa Martins	DDG	Fabricação de sidra, em Alenquer	13.02.1974
Norberto Joaquim Nicolau	DDG	Destilação de frutos, no Bombarral	13.02.1974
Ernesto do Carmo Noronha	DDG	Destilação de bagaço de uva e de frutos, nas Caldas da Rainha	20.02.1974
Manuel Pereira Henriques	DDG	Destilação de bagaço de uva e de frutos, em Vila Nova de Ourém	20.02.1974
António Duarte Leandro	DDG	Destilação de bagaço de uva e de frutos, em Santarém	20.02.1974
Alberto Moreira de Barros	DDG	Preparação ou curtimenta e conservação de frutos e produtos hortícolas, no Porto	27.02.1974
Abílio Baptista Pedro		Destilação de bagaço de uva e de frutos, em Alfeizerão	27.02.1974
Joaquim Agostinho da Silva		Destilação de bagaço de uva e de frutos, em Alfeizerão	27.02.1974
Fernando Rodrigues dos Santos	DDG	Destilação de bagaço de uva e de frutos, em Pindelo de Silgueiros	27.02.1974
Joaquim de Almeida Carvalho	DDG	Destilação de frutos, em Porto de Mós	27.02.1974
José Rodrigues Ferreira	DDG	Destilação de bagaço de uva e de frutos, no Bombarral	27.02.1974
Augusto Pedroso Carmezim	DDG	Destilação de frutos, em Mafra	13.03.1974
Francisco Nunes de Oliveira	DDG	Destilação de frutos, em Lamego	13.03.1974
Maria José de Almeida e Noronha Botelho Falcão	DDG	Destilação de frutos, em Rio Maior	13.03.1974
António da Fonseca Veiga	DDG	Destilação de frutos, em Torres Vedras	13.03.1974
Tocan – Sociedade de Tomate de Canha, SARL	PI	Instalação de maquinaria no seu centro fabril de concentrados de tomate e conservas de produtos agrícolas, no Montijo	20.03.1974

Indústrias de Alimentação, Idal, Ld. ^a	DM	Incorporação, na sua fábrica de concentrado e preparação de tomate, frutos e legumes, de apetrechamento fabril da sua unidade de extratos alimentares e seus derivados, de Vila Franca de Xira	20.03.1974
Pedro de Viterbo	DDG	Fabrico de sumos de frutos, em Trancoso	20.03.1974
José Rocha Guerreiro Raposo	DDG	Destilação de frutos, em Grândola	20.03.1974
António Francisco Domingos	DDG	Destilação de frutos, nas Caldas da Rainha	20.03.1974
Augusto da Silva Antunes	DDG	Destilação de frutos, na Lourinhã	20.03.1974
Frugal – Frutos e Sumos de Portugal, SARL	DDG	Fabrico de concentrados de frutos (exceto tomate), em Pombal	27.03.1974
Joaquim Calado Balaeiro	DDG	Destilação de bagaço de uva, frutos e respetivo engarrafamento, em Alcanena	17.04.1974
José Mendes da Trindade	DDG	Destilação de bagaço de uva e de frutos, nas Caldas da Rainha	17.04.1974
Martinho Augusto Rolim	DDG	Destilação de bagaço de uva e frutos, na Lourinhã	17.04.1974
Manuel Duarte de Oliveira	DDG	Destilação de bagaço de uva, de figo e frutos, em Tomar	17.04.1974
Conservas do Outero – Consol, SARL	DM	Instalação e substituição de equipamento usado, na sua fábrica de concentrado de tomate, em Ferreira do Alentejo	24.04.1974
Agrofrio – Sociedade de Refrigeração de Frutas, SARL	DDG	Fabrico de sidra, em Torres Vedras	24.04.1974

Fontes: *Boletim da Direcção-Geral da Indústria* (1936-1949) e *Boletim da Direcção-Geral dos Serviços Industriais* (1949-1974)

Legenda

	Pedido Autorizado
	Pedido Negado
AA	Autorização Anulada
PI	Pedido de Instalação
PA	Processo Arquivado
PT	Pedido de Transferência
DM	Despacho Ministerial
DDG	Despacho do Diretor-Geral

Nota: Na elaboração deste quadro foram tidas em conta as seguintes modalidades da indústria alimentar, cujas matérias-primas se encontravam ligadas à JNF: moagem, descasque, trituração e preparação de leguminosas; conservação de frutos e produtos hortícolas por diversos processos (esterilização, liofilização, desidratação, salmoura), conservação de produtos frutícolas em calda, compota, geleia e polpada; fabricação de pastas de frutos; fabricação de sumos de frutos e refrigerantes; fabricação de concentrados de frutos e produtos hortícolas e fabricação de conservas de molhos e sopa.

Tabela 21 - Consumo vitamínicos médios por pessoa e por dia (gramas)

Anos	Hidratos de carbono (gr.)	Proteínas (gr.)		Gorduras (gr.)
		Animais	Vegetais	
1937/38	320,8	20,4	37,8	65,2
1947	362,5	21,4	43,2	67,0
1948	361,0	20,1	42,0	65,7
1949	373,2	20,1	43,3	66,8
1950	404,5	22,5	48,8	66,7
1951	394,5	21,0	46,8	69,8
1952	378,3	22,5	43,7	63,8
1953	406,2	24,6	45,7	61,9
1954	416,0	23,9	47,2	57,2
1955	392,0	24,7	44,5	65,9
1956	401,5	24,5	45,2	69,4
1957	408,3	24,9	45,6	63,5
1958	387,5	25,9	42,9	62,0
1959	398,3	25,4	44,3	63,5
1960	415,5	25,7	45,6	65,3
1961	413,0	27,4	45,7	67,6
1962	417,0	28,1	44,8	66,6
1963	437,3	27,0	48,9	69,3
1964	417,3	30,7	46,6	69,4
1965	417,5	31,1	46,8	73,2
1966	410,0	30,3	46,0	72,1
1967	435,8	33,7	48,6	72,1
1968	440,3	31,6	48,1	80,5
1969	442,3	32,4	47,6	80,0
1970	439,3	34,7	47,2	79,8

Fonte: *Agricultura: revista da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas*, II série, nº 1, p. 77

Tabela 22 - Missões de estudo e visitas ao estrangeiro de funcionários da JNF *

Nome	Instituição	Local e data	Evento/Objetivo
Joaquim Vieira Natividade	Junta Nacional das Frutas	Suíça, 18 de Maio a 6 de Junho de 1953	Visita às regiões frutícolas.
Henrique Roovers da Costa Neves			
Mário de Brito Soares	Junta Nacional das Frutas	Zurique (Suíça), 1954	Participação no Congresso Internacional de Sumos de Frutos
Adalberto de Campos Brito			
Eugénio Margarido Correia	Direcção-Geral dos Serviços Industriais		
José Steiger Garção	Junta Nacional das Frutas	Londres (Reino Unido), Março de 1956	Visita às instalações fabris de concentrado de tomate da firma H. J. Heinz Company para estudar a uniformização de métodos de cultura, laboratoriais e industriais
Mário de Brito Soares	Junta Nacional das Frutas	Verona (Itália), Maio de 1956	Participação em reuniões organizadas pela OECE para estudo dos problemas relativos à organização do mercado europeu de frutas e legumes e visita aos mercados abastecedores das principais cidades
Manuel das Neves Barreto			

			italianas e a Estação Experimental de Conservas de Frutos e Produtos Hortícolas de Parma
José Manuel Natividade S. Coelho	Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas	Aranjuez (Espanha), Novembro de 1956	Estudo do desenvolvimento frutícola e hortícola da região
Manuel das Neves Barreto	Junta Nacional das Frutas	Londres (Reino Unido), Fevereiro de 1958	Participação nas reuniões do Comité Permanent de la Conserve
António Luís Pascoal de Avelar do Couto	Brigada Técnica da IX Região Agrícola	Itália, 29 de Julho a 8 de Setembro de 1959	Visita a organismos especializados em matéria de fruticultura.
Artur Manuel Parreira da Gama	Repartição dos Serviços Fitopatológicos da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas		
Maria da Ascensão Louro	Repartição de Serviços de Culturas Arbustivas e Arbóreas da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas	Catina, Itália, 20 a 26 de Setembro de 1959	Delegados da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas no V Congresso Internacional de Citricultura.
Henrique Roovers da Costa Neves	Director da Estação de Fruticultura		
Humberto Francisco Dias	Estação Agronómica Nacional	Dinamarca, 25 a 30 de Julho de 1960	Simpósio Internacional sobre Vírus das Árvores de Fruto

Maria de Lourdes Branquinho Oliveira	Estação Agronómica Nacional	Paris, 14 a 17 de Novembro de 1960	Reunião para tratar da posição atual dos conhecimentos sobre doenças bacterianas das batateiras
António Rodrigues Pinto da Silva	Estação Agronómica Nacional	Génova, 21 a 28 de Maio de 1961	Symposium da Flora Europea
António Joaquim de Andrade Cabral	Comissão Orientadora do Serviço de Reconhecimento e Ordenamento Agrário	Wageningen, Holanda, Junho de 1961	Symposium Internacional para a Produção e Inspeção de Batata-Semente
Alberto Correia Vargues	Junta Nacional das Frutas	Esmirna (Turquia), Abril de 1962	Participação em reunião para tratar de assuntos relacionados com a produção e exportação de pasta de figo para o mercado norte- americano
José Duarte Amaral	Junta Nacional das Frutas	França, Setembro de 1963	Visita a Estações Fruteiras e Mercados Abastecedores de Frutas e Produtos Hortícolas
Augusto César de Brito			
Sebastião Alves Sanfins			
José Vaz da Silva Lobão	Junta Nacional das Frutas	Bari (Itália), Agosto de 1963	Participação numa conferência da OCDE
José Duarte Amaral	Junta Nacional das Frutas		

Álvaro Andrade Fonseca	Brigada Técnica da VII Região Agrícola	França e Itália, Outubro de 1967	Participação na 3ª Bienal Frutícola Internacional
Cardoso Simões	Grémio de Produtores de Frutas da Região de Vila Franca de Xira		Participação no 98º Congresso Nacional da Sociedade Pomológica de França e à III Bienal Frutícola Internacional
António Luizello	Junta Nacional das Frutas		em Ferrara-Itália
José Eduardo Mendes Ferrão	Instituto Superior de Agronomia	Londres (Reino Unido), 15 a 23 de Setembro de 1969	Participação na Conferência Internacional de Frutas Tropicais e Sub- tropicais

Fontes: *Agricultura: Revista da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas* (1959-1974), *Boletim da Junta Nacional das Frutas* (1947-1966) e Arquivo Histórico do Tribunal de Contas - Processos de Contas da JNF.

* Na elaboração deste quadro, quando mencionadas outras instituições, foram apenas consideradas as missões cujo objetivo estivesse ligado à análise estrita de questões diretamente relacionadas com a área de atuação da JNF (fruticultura, horticultura e floricultura).

Tabela 23 - Estágios e bolsas de estudo atribuídas a funcionários da JNF

Nome	Instituição	Patrocinador	Objetivos	Local e datas
José Manuel Soares	Junta Nacional das Frutas	OCDE	Especialização na gestão e exploração de estações fruteiras e mercados-gare	França e Itália (Julho de 1963)
António José Costa Pires				
Dinis José Moutinho Guita	Junta Nacional das Frutas	OCDE	Estágio sobre a aplicação do “Regime OCDE” a normalização internacional de maçãs	França (Setembro de 1963)
Rui Caldas de Vasconcelos	Junta Nacional das Frutas	OCDE	Estágio sobre liofilização durante o período de 15 dias	Lyon (França), 1964
João Pedro Mira Paulo	Junta Nacional das Frutas	OCDE	Estágio sobre preparação de nozes durante o período de 15 dias.	Grenoble (França), 1964
João Pedro Mira Paulo	Junta Nacional das Frutas	OCDE	Estágio para a realização de um estudo sobre a cultura da amendoeira e comercialização de amêndoa, durante o período de 15 dias;	Itália, 1964

Alberto Correia Vargues	Junta Nacional das Frutas	OCDE	Estágio para o estudo sobre preparação de figos e avelãs, pelo período de 21 dias.	Turquia, 1964
Dinis José Moutinho Guita	Junta Nacional das Frutas	OCDE	Estágio para o estudo sobre normalização de pêssegos, pelo período de 15 dias;	Perpinhão (França),1964
José Manuel Soares	Junta Nacional das Frutas	OCDE	Estágio para o estudo sobre normalização de citrinos, em Espanha, pelo período de 15 dias;	Espanha, 1964
Luís José Pires Batista	Junta Nacional das Frutas	OCDE	Estágio para o estudo sobre preparação de castanhas, pelo período de 15 dias.	Itália, 1964

Tabela 24 - Importação e exportação de frutas em Portugal Continental e Ilhas (Madeira e Açores) (1950-1974)

Anos	Continente		Ilhas	
	Importação (k)	Exportação (k)	Importação (k)	Exportação (k)
1950	2382	114 568	48	10 803
1951	2816	130 386	281	16 791
1952	2019	90 938	138	11 402
1953	2076	125 210	96	60 606
1954	4091	161 867	172	34 528
1955	6681	178 080	181	28 126
1956	11 461	114 062	212	61 172
1957	13 177	128 117	274	41 993
1958	20 725	107 784	336	47 359
1959	24 426	114 531	379	21 806
1960	38 400	160 770	60	15 380
1961	30 875	164 208	50	15 095
1962	44 740	193 940	87	14 791
1963	5446	166 865	155	14 825
1964	73 576	210 365	889	14 380
1965	155 690	154 572	811	15 648
1966	95 001	169 883	373	12 725
1967	119 320	154 009	590	13 918
1968	187 359	178 417	675	12 577
1969	348 832	159 486	890	10 360
1970	393 375	146 795	868	9658
1971	545 774	138 787	768	7869
1972	665 315	131 390	2.916	7171
1973	615 268	145 340	2.619	4136
1974	788 573	143 430	3.565	2115

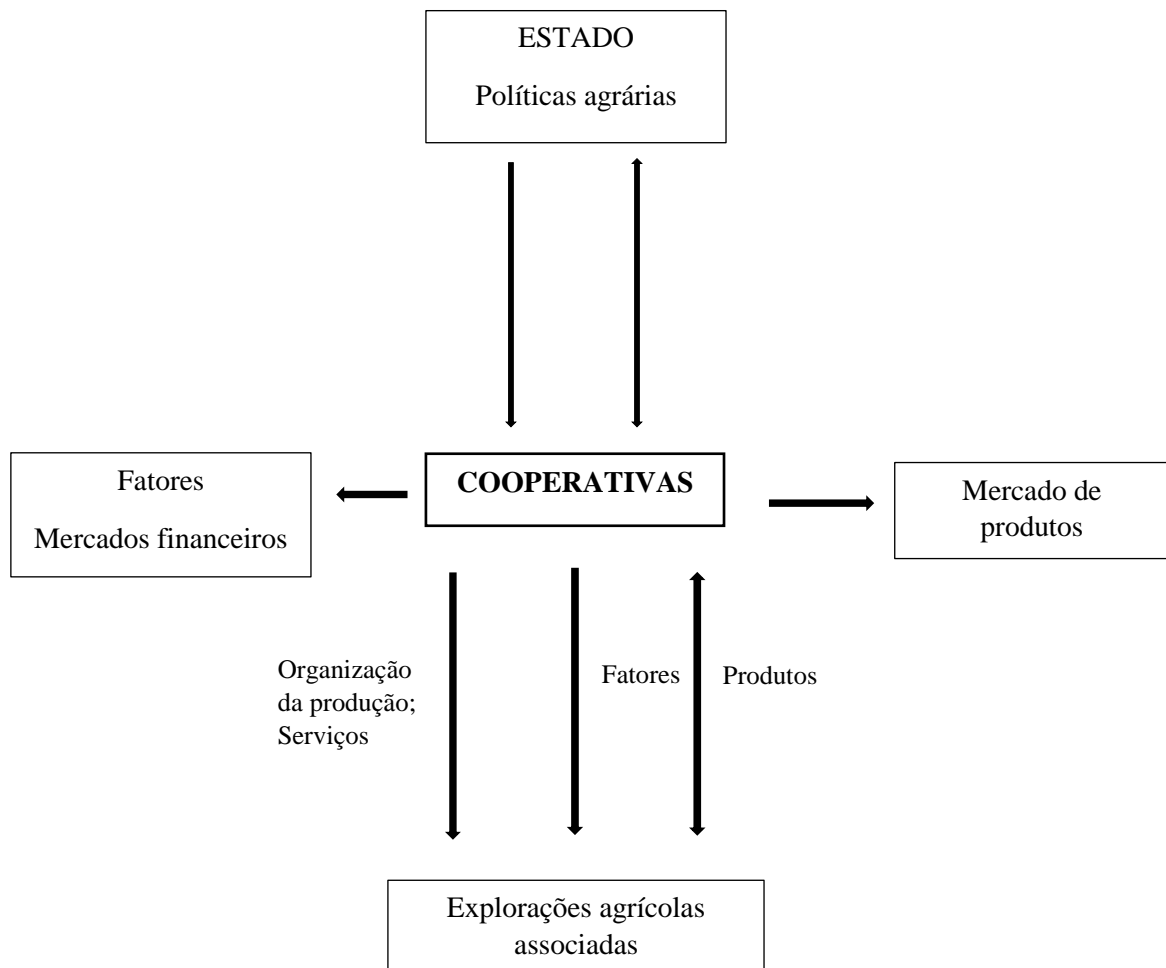
Fonte: Estatísticas Agrícolas (1950-74)

Tabela 25 - Importação e exportação de produtos hortícolas em Portugal Continental e Ilhas (Madeira e Açores) (1950-1974)

Anos	Continente		Ilhas	
	Importação (k)	Exportação (k)	Importação (k)	Exportação (k)
1950	1 149 424	64 650	10 905	42 301
1951	448 042	62 261	12 921	61 608
1952	160 969	86 345	14 458	65 186
1953	348 473	109 325	14 480	57 324
1954	241 378	104 145	14 329	38 822
1955	376 632	102 677	12 500	38 209
1956	26 962	144 531	15 001	31 150
1957	33 177	213 594	9566	41 677
1958	20 777	203 125	10 990	39 969
1959	17 810	153 353	13 340	44 139
1960	28 985	17 584	0	42 350
1961	1650	335 670	34 464	8074
1962	3534	356 212	97 541	41
1963	560 370	424 874	61 318	99
1964	2720	568 956	43 219	1090
1965	548 720	217 671	11 420	48 407
1966	1 186 476	130 303	12 753	48 706
1967	396 976	192 072	11 302	36 405
1968	440 147	254 743	11 373	32 828
1969	648 763	176 013	20 056	34 373
1970	349 923	247 350	12 124	31 724
1971	303 864	172 742	11 386	18 686
1972	689 155	152 959	11 477	16 043
1973	616 700	221 944	9953	22 710
1974	904 907	143 756	8899	12 156

Fonte: *Estatísticas Agrícolas (1950-74)*

Diagrama 2 - Funcionamento de uma cooperativa agrícola



Fonte: CABRAL, *Cooperativas agrícolas...*, 1990, p. 79

Tabela 26 - Cooperativas frutícolas criadas em Portugal

Nome	Data de criação	Área social
Cooperativa dos Fruticultores de Braga	1964	Melgaço, Monção, Valença, Vila Nova de Cerveira, Viana do Castelo, Caminha, Paredes de Coura, Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Terras do Bouro, Vila Verde, Amares, Esposende, Barcelos, Braga, Vieira, Póvoa do Lanhoso, Cabeceiras de Basto, Ribeira da Pena, Celorico de Basto, Mondim de Basto, Fafe e Guimarães
Cooperativa Agrícola dos Fruticultores da Beira Alta	1968	Viseu, Tondela, Santa Comba Dão, Mortágua, São Pedro do Sul, Vouzela, Oliveira de Frades, Castro Daire, Sernancelhe, Sátão e Vila Nova de Paiva
Cooperativa Agrícola de Produtores de Fruta do Distrito da Guarda	1963	Aguiar da Beira, Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Gouveia, Guarda, Manteigas, Meda, Pinhel, Sabugal, Seia, Trancoso, Vila Nova de Foz Côa
Cooperativa Agrícola dos Produtores de Fruta de Leiria e Marinha Grande	1970	Leiria e Marinha Grande
Cooperativa Agrícola do Centro Ribatejano	1932	Almeirim, Alpiarça, Chamusca, Golegã, Santarém, Rio Maior, Coruche, Cartaxo, Salvaterra de Magos e Benavente
Cooperativa dos Fruticultores da Lourinhã	1967	Direção-regional do Ribatejo e Oeste

Cooperativa Agrícola dos Fruticultores do Cadaval	1969	Cadaval
Cooperativa Agrícola de Alfândega da Fé	1963	Alfândega da Fé
Cooperativa dos Fruticultores da Cova da Beira	1966	Covilhã, Fundão, Belmonte, Penamacor e parte do Sabugal e Castelo Branco
Cooperativa Agrícola de Alcobaça	1932	Alcobaça e Nazaré
Cooperativa Agrícola de Porto de Mós	1965	Porto de Mós
Cooperativa Agrícola do Bombarral	1966	Bombarral
Cooperativa Agrícola de Palmela	1969	Palmela, Setúbal, Moita, Montijo, Barreiro, Sesimbra e Alcochete
Cooperativa Agrícola de Vila Nova de Famalicão	1960	Todos os concelhos de Braga, Viana do Castelo, Porto e Aveiro que não se encontrem servidos por cooperativas similares
Cooperativa Agrícola de Chaves	1954	Chaves
Cooperativa Agrícola de Vila Real	1966	Vila Real, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Alijo, Vila Pouca de Aguiar, Murça, Peso da Régua, Mondim de Basto e Mesão Frio
Cooperativa Agrícola de Távora	1954	Moimenta da Beira, Penedono, Sernancelhe, Tabuaço, São João da Pesqueira e parte do concelho de Armamar

Cooperativa Agrícola do Vale do Varosa	1957	Tarouca, Lamego e Armamar
--	------	---------------------------

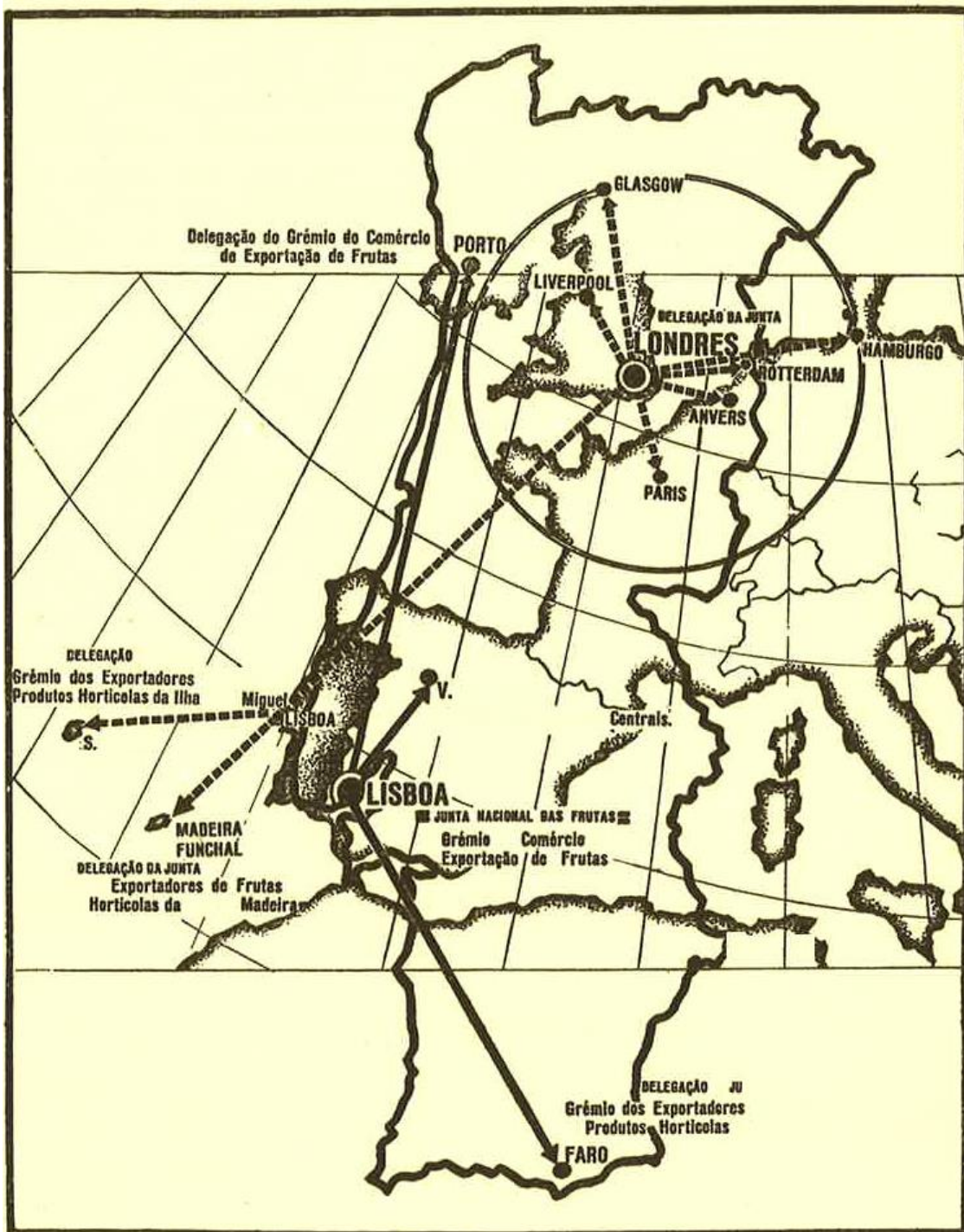
Fonte: CABRAL, 1990, pp. 294-297

Tabela 27 - Cooperativas de produtores de batata-semente criadas em Portugal

Nome	Data de criação	Área social
Cooperativa Agrícola dos Produtores de Batata-Semente de Moimenta da Beira	1952	Moimenta da Beira
Cooperativa Agrícola dos Produtores de Batata-Semente de Bragança	1952	Bragança
Cooperativa Agrícola dos Produtores de Batata-Semente de Vinhais	1953	Vinhais
Cooperativa Agrícola dos Produtores de Batata - Semente de Chaves	1953	Chaves
Cooperativa Agrícola de Alturas do Barroso dos Produtores de Batata de Semente	1952	Boticas
Cooperativa Agrícola de Montalegre dos Produtores de Batata de Semente	1940	Montalegre
Cooperativa Agrícola dos Produtores de Batata-Semente das Serras da Boalhosa, da Peneda e de Castro Laboreiro	1953	Paredes de Coura, Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo

Anexo iconográfico

Figura 2 – Distribuição geográfica das delegações e grêmios da JNF



Fonte: *Sete anos de labor...*, 1938, p. 11.

Figura 3 – A 1ª Exposição Nacional de Frutas e Produtos Hortícolas (Agosto-Setembro de 1937)



Fonte: *Sete anos de labor...*, 1938, p. 11.

Figura 4 – Cartaz da Campanha da Fruta de 1934-1935



Fonte: 75 Anos do Ministério da Agricultura: 1918-1993, Lisboa, Ministério da Agricultura, 1993, p. 73.

Figura 5 - Postal do Grémio do Comércio de Exportação de Frutas, c. 1936.



Fonte: www.tipografos.net/portugal/mamia.

Figura 6 - Preço médio dos legumes e hortaliças, nos Mercados de Lisboa (1932-1935)

Legumes e hortaliças	Preço médio por ano			
	1932	1933	1934	1935
Feijão verde (quilo)	1\$60	1\$80	1\$95	2\$70
Fava verde (quilo)	1\$25	1\$55	1\$15	1\$05
Ervilha verde (quilo).....	1\$15	3\$40	2\$90	2\$45
Batata (quilo)	\$65	\$55	\$75	\$67
Tomate (quilo).....	3\$30	2\$45	2\$15	2\$20
Cebôla (quilo).....	\$60	\$45	\$60	\$40
Alhos (quilo)	3\$10	4\$65	5\$90	3\$15
Couve galega (cento).....	39\$90	144\$40	37\$00	35\$20
Couve merceana (cento)	65\$00	134\$00	96\$00	61\$50
Couve repolho (cento)	106\$80	139\$00	105\$00	66\$35
Couve flôr (cento).....	126\$85	234\$00	205\$00	138\$75
Couve lombarda (cento).....	128\$30	147\$75	127\$00	77\$00
Couve portuguesa (cento)	38\$25	44\$75	56\$00	47\$05
Alface (cento)	39\$55	41\$45	38\$00	40\$40
Alcachofra (cento)	-\$-	-\$-	-\$-	-\$-
Abóbora menina (cento).....	556\$25	364\$00	336\$65	264\$30
Abóbora gila (cento)	198\$00	216\$00	160\$00	200\$00
Abóbora carneira (cento).....	400\$00	225\$00	182\$00	233\$30
Abóbora porqueira (cento)	57\$00	135\$00	75\$00	133\$30
Pepinos (cento).....	75\$00	56\$00	69\$00	25\$00
Pimentos (cento).....	56\$00	71\$00	10\$40	65\$75
Cenoura (molho).....	1\$55	1\$40	1\$40	1\$45
Chicória para gado (molho)	-\$-	1\$20	1\$30	1\$50
Chicória de mesa (molho)	\$40	\$45	2\$90	2\$90
Espinafres (molho).....	\$25	2\$60	2\$25	2\$10
Espargos bravos (molho)	\$50	1\$30	1\$50	1\$80
Espargos cultivados (molho)	9\$85	10\$60	-\$-	9\$75
Nabos (mão).....	1\$30	1\$55	1\$50	1\$60

Fonte: Anuário da Câmara de Lisboa, 1935, p. 217.

Figura 7 - Preço médio dos frutos, nos Mercados de Lisboa (1932-1935)

Frutos	Preço médio por ano			
	1932	1933	1934	1935
Castanha verde (quilo)	1\$35	1\$20	1\$20	1\$15
Castanha sêca (quilo).....	2\$90	2\$80	2\$60	2\$90
Nós (quilo)	4\$65	3\$90	2\$95	3\$00
Amêndoa (quilo)	5\$80	4\$90	2\$50	2\$80
Avelã (quilo)	3\$95	3\$90	2\$25	2\$15
Figo passado (quilo).....	3\$00	3\$30	2\$59	1\$80
Uva (quilo)	1\$70	1\$90	1\$17	1\$40
Azeitona por cartir (quilo).....	1\$60	1\$00	1\$23	1\$10
Azeitona curtida grossa (quilo).....	2\$70	2\$45	2\$35	2\$40
Azeitona curtida miúda (quilo)	1\$85	1\$65	1\$75	1\$75
Ginja (quilo).....	1\$75	1\$40	3\$00	1\$60
Cereja (quilo)	1\$80	1\$85	3\$00	1\$75
Morangos de Loasa (quilo)	6\$50	-\$-	7\$30	8\$70
Morangos de Sintra (quilo).....	7\$50	6\$80	9\$00	9\$35
Morangos da outra banda (quilo).....	4\$50	-\$-	6\$50	8\$70
Melão (quilo)	1\$30	1\$40	\$95	1\$30
Melancia (quilo).....	1\$00	\$66	\$50	\$40
Figo fresco (cento).....	6\$00	4\$65	16\$00	9\$25
Nêspera (cento).....	6\$50	5\$75	5\$30	9\$25
Laranja (cento).....	57\$10	33\$50	65\$00	41\$45
Tangerina (cento).....	58\$00	28\$75	46\$30	38\$15
Limão (cento)	29\$80	33\$50	55\$50	50\$80
Pêra (cento).....	25\$50	23\$80	49\$00	34\$00
Pêssego (cento).....	24\$00	31\$00	77\$50	42\$50
Maçã (cento)	35\$00	29\$10	51\$25	33\$00
Pêro (cento).....	15\$80	13\$60	44\$90	35\$70
Damasco (cento).....	8\$50	7\$75	30\$00	27\$50
Alperche (cento).....	15\$00	9\$50	42\$50	27\$50
Marmelo (cento).....	25\$00	25\$00	37\$50	27\$50
Amêixa (cento)	-\$-	8\$00	35\$00	10\$50
Romã (cento).....	32\$00	35\$00	32\$00	33\$80

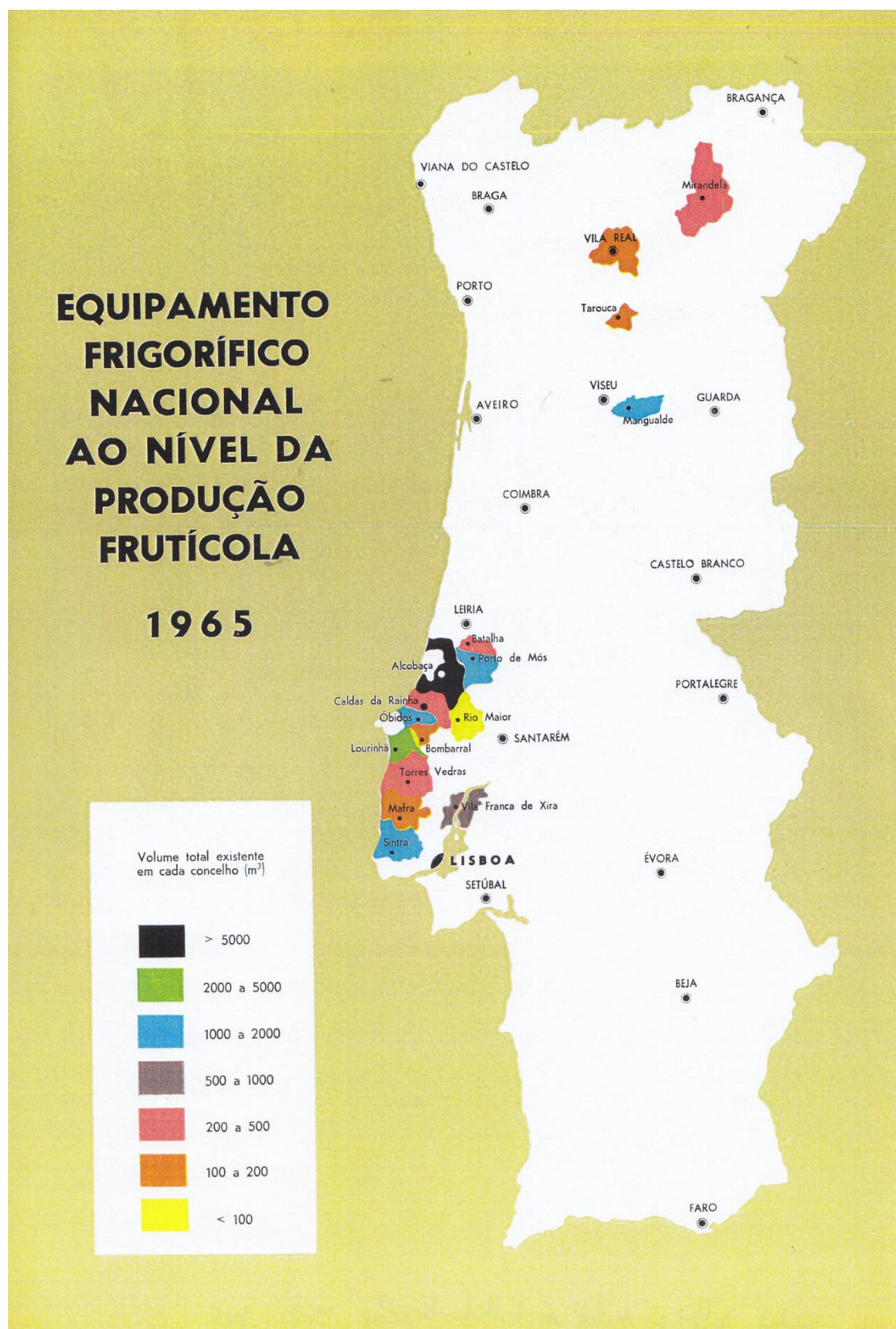
Fonte: Anuário da Câmara de Lisboa, 1935, p. 218.

Figura 8 – Cartaz da Campanha de Produção Agrícola (c. 1940)



Fonte: 75 Anos do Ministério da Agricultura: 1918-1993, Lisboa, Ministério da Agricultura, 1993, p. 73.

Figura 9 – Equipamento frigorífico ao nível da produção frutícola, em 1965



Fonte: Frutos: boletim anual de horto-fruticultura, 1965, p. 27